

BTCU

Deliberações dos Colegiados
do TCU e dos Relatores

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 8 | nº 49 | Quarta-feira, 19/03/2025

Despachos de autoridades	1
Ministro Jorge Oliveira	1
Editais	2
Secretaria de Apoio à Gestão de Processos.....	2
Atas	6
1ª Câmara	6

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3º a 5º do art. 295 do Regimento Interno do TCU

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF

Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente

VITAL DO RÊGO FILHO

Vice-Presidente

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES
BENJAMIN ZYMLER
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
AROLD DO CEDRAZ DE OLIVEIRA
BRUNO DANTAS
ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
JHONATAN DE JESUS

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
MARCOS BEMQUERER COSTA
WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procuradora-Geral

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO
PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA
SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ
RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral

ALESSANDRO GIUBERTI LARANJA
segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União de deliberações dos colegiados do TCU e relatores - v. 1, n. 1, 2018. - Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

1. Controle externo - periódico. 2. Ato normativo - periódico. 3. Controle externo - edital. I. Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

DESPACHOS DE AUTORIDADES**MINISTRO JORGE OLIVEIRA****Processo: 003.940/2025-0****Natureza: Solicitação****DESPACHO**

Trata-se de Pedido de Acesso à Informação (PAI), formulado pelo Sr. Thiago José Queiroz Gonçalves, no qual, por intermédio da Ouvidoria desta Corte de Contas, consoante Demanda 380061, protocolizada em 28/2/2025, requer, com base na Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), a concessão de cópia dos autos do processo TC 021.514/2022-4, para fins de pesquisa acadêmica (peça 1).

2. O referido processo, de minha relatoria, refere-se a representação decorrente do Relatório de Acompanhamento realizado na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e da Paraíba (Codevasf), no âmbito do Fiscalis 52/2022 (TC 005.920/2022-1), com o objetivo de avaliar os registros de preços e os instrumentos contratuais que envolvem obras de pavimentação executadas pela referida entidade.

3. O art. 10 da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) confere legitimidade ao solicitante para requerer informações a este Tribunal, devendo a solicitação ser conhecida.

4. O art. 4º da Resolução TCU 249/2012 restringe o acesso a informações e documentos sigilosos e aos pronunciamentos de unidade técnica e do Ministério Público ainda não apreciados pelo Colegiado.

5. A Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana), onde se encontram os autos, verificou que o processo contém apenas uma peça classificada pelo TCU com sigilo (peça 39). Logo, propôs “*o deferimento do pedido com exceção da referida peça e das demais que contenham pronunciamento da unidade técnica ou do Ministério Público*” (peça 3).

6. Acolho a proposta da unidade e conheço da solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 10 da Lei 12.527/2011, e com fundamento no art. 4º, §§ 1º e 2, da Resolução TCU 249/2012, defiro parcialmente o pedido do requerente.

7. Defiro a concessão de cópia do TC 021.514/2022-4, excetuando-se as peças 26-27-28 e 39 e, após a comunicação ao solicitante, determino o arquivamento do processo.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc), para as providências cabíveis.

Brasília, 18 de março de 2025

JORGE OLIVEIRA

Relator

EDITAIS**SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS****EDITAL 0210/2025-TCU/SEPROC, DE 18 DE MARÇO DE 2025**

TC 000.528/2024-2 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA EMA FLORA BARBOZA DE SOUZA, CPF: 531.014.483-87, do Acórdão 8153/2024-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, Sessão de 26/11/2024, proferido no processo TC 000.528/2024-2, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-a a recolher aos cofres do Tesouro Nacional valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 12/3/2025: R\$ 1.983.039,62. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 80.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento do débito e da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 53 de 19/03/2025, Seção 3, p. 199)

EDITAL 0211/2025-TCU/SEPROC, DE 18 DE MARÇO DE 2025

TC 007.972/2022-9 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a PATRIMONI RESTAURAÇÃO DE OBRAS CIVIS E PATRIMONIOS HISTÓRICOS LTDA, CNPJ: 07.793.279/0001-57, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 7057/2024-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Augusto Nardes, Sessão de 8/10/2024, proferido no processo TC 007.972/2022-9, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-a a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Cultura valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 12/3/2025: R\$ 4.847.670,14; em solidariedade com os responsáveis: José Renato Santana Souza - CPF: 166.965.145-20, Grupo Ecológico Humanista Papamel - CNPJ: 16.413.510/0001-20, Emidio Souza Barreto Neto - CPF: 394.498.405-63 e Fredi Siqueira dos Santos - CPF: 008.889.125-95. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 558.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa pode ser feito pelo PagTeseuro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTeseuro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 53 de 19/03/2025, Seção 3, p. 199)

EDITAL 0215/2025-TCU/SEPROC, DE 17 DE MARÇO DE 2025.

Processo TC 033.373/2019-1 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO ELIMARIO DE MELO FARIAS, CPF: 617.108.904-44, do Acórdão 6909/2024-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Antonio Anastasia, Sessão de 1/10/2024, proferido no processo TC 033.373/2019-1, por meio do qual o Tribunal conheceu do recurso de reconsideração, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento, de forma a tornar insubsistentes os subitens 9.2, 9.4 e 9.5 do Acórdão 2.932/2022-TCU-Segunda Câmara e conferir a seguinte redação ao seu subitem 9.2: "com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas de Carlos Artur Soares de Avellar Júnior, dando-lhe quitação plena".

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 53 de 19/03/2025, Seção 3, p. 199)

EDITAL 0216/2025-TCU/SEPROC, DE 18 DE MARÇO DE 2025

TC 006.745/2023-7 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA MÁRCIA VALÉRIA LEAL PINTO, CPF: 805.354.297-20, do Acórdão 4646/2024-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Augusto Nardes, Sessão de 16/7/2024, proferido no processo TC 006.745/2023-7, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-a a recolher aos cofres da Agência Nacional do Cinema - Ancine, valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 14/3/2025: R\$ 62.439,29, em solidariedade com as responsáveis: Vale do Café Cinemas LTDA - CNPJ: 12.259.599/0001-61; e Maria Celeste Leal - CPF: 412.211.927-87. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 6.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, “b”, 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 53 de 19/03/2025, Seção 3, p. 199)

ATAS**1ª CÂMARA**

ATA Nº 6, DE 11 DE MARÇO DE 2025
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler

Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

Subsecretária da Primeira Câmara: AUFC Aline Guimarães Diógenes

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 5, referente à sessão realizada em 25 de fevereiro de 2025.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-006.559/2017-4, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-012.979/2024-4, TC-015.478/2024-6, TC-020.423/2024-1, TC-020.449/2024-0, TC-020.460/2024-4, TC-020.466/2024-2, TC-020.493/2024-0, TC-020.503/2024-5, TC-020.519/2024-9, TC-020.535/2024-4, TC-020.540/2024-8, TC-020.555/2024-5, TC-020.571/2024-0, TC-020.584/2024-5, TC-020.588/2024-0, TC-020.601/2024-7, TC-020.612/2024-9, TC-020.623/2024-0, TC-020.684/2024-0, TC-020.698/2024-0, TC-020.707/2024-0, TC-020.719/2024-8, TC-020.744/2024-2, TC-020.757/2024-7, TC-020.770/2024-3, TC-020.788/2024-0, TC-020.807/2024-4, TC-021.268/2024-0, TC-021.335/2024-9, TC-021.367/2024-8, TC-021.377/2024-3, TC-021.390/2024-0, TC-021.407/2024-0, TC-021.416/2024-9, TC-021.427/2024-0, TC-021.436/2024-0, TC-021.444/2024-2, TC-021.457/2024-7, TC-021.474/2024-9, TC-021.476/2024-1, TC-021.504/2024-5, TC-021.513/2024-4, TC-021.522/2024-3, TC-021.539/2024-3, TC-021.553/2024-6, TC-021.556/2024-5, TC-021.568/2024-3, TC-021.584/2024-9 e TC-045.745/2021-8, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-001.025/2022-8, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-000.648/2022-1, TC-000.796/2024-7, TC-003.103/2024-2, TC-005.676/2023-1, TC-006.136/2022-2, TC-006.983/2023-5, TC-007.860/2021-8, TC-008.611/2021-1, TC-010.753/2024-9, TC-021.728/2022-4, TC-023.145/2024-2, TC-025.166/2024-7, TC-029.016/2022-3 e TC-030.963/2022-2, cujo Relator é o Ministro Jorge Oliveira;

TC-000.135/2024-0 e TC-022.248/2024-2, cujo Relator é o Ministro Jhonatan de Jesus; e

TC-005.321/2019-0, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 1560 a 1834.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 1487 a 1559, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-004.210/2019-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Adriano Borges da Costa Neto produziu sustentação oral em nome de Fábio de Melo Figueiras. Acórdão 1487.

Na apreciação do processo TC-006.099/2022-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, o Dr. Uanderson Ferreira da Silva não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Patrol - Industria Comércio e Construção Ltda - EPP. Acórdão 1488.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão dos seguintes processos:

- TC-004.210/2019-0 (Ata nº 37/2024). O Tribunal aprovou o Acórdão 1487/2025 - 1C, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- TC-021.771/2022-7 (Ata nº 39/2024). O Tribunal aprovou o Acórdão nº 1489/2025 - 1C, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Relator, Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 1487/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.210/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Responsáveis: Fábio de Melo Figueiras (518.010.512-91); Governo do Estado do Pará (05.054.861/0001-76); José Acreano Brasil Júnior (735.385.402-25); José Roberto da Costa Martins (092.537.692-20); Secretaria de Estado de Justiça - Seju (05.054.895/0001-60).
 - 3.2. Recorrente: Fábio de Melo Figueiras (518.010.512-91).
4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: André Luiz Barra Valente (OAB-PA 26.571), Adriano Borges da Costa Neto (OAB-PA 23.406), Luiz Sérgio Pinheiro Filho (OAB-PA 012.948) e outros.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Fábio de Melo Figueiras, contra o Acórdão 8.026/2023-TCU-1ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, condenando-o em débito e multa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento; e
- 9.2. dar ciência da deliberação ao recorrente, interessados e demais responsáveis.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1487-06/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Revisor).
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1488/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.099/2022-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessada: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí (26.989.350/0008-92).

3.2. Responsáveis: Elizeu Moraes de Aguiar (327.660.763-87); Geraldo Magela Barros Aguiar (352.366.473-04); José Wellington Barroso de Araújo Dias (182.556.633-04); Leonardo Sobral Santos (042.449.783-21); Patrol - Indústria, Comércio e Construção Ltda. - EPP (06.119.304/0001-59).

4. Entidade: Governo do Estado do Piauí.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Mattson Resende Dourado (OAB/PI 6.594) e Alexandre Veloso dos Passos (OAB/PI 2.885), representando Leonardo Sobral Santos; João Marcos Araújo Parente (OAB/PI 11.744) e Jader Madeira Portela Veloso (OAB/PI 11.934), representando Elizeu Moraes de Aguiar; Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI 5.456), representando Patrol - Indústria, Comércio e Construção Ltda. - EPP; Arley Rafael Santos Barroso (OAB/PI 12.470), representando Geraldo Magela Barros Aguiar.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí, relativa à aplicação dos recursos federais repassados ao município de Vila Nova do Piauí/PI por meio do termo de compromisso 333/09.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas da Patrol - Indústria, Comércio e Construção Ltda. - EPP, com base nos arts. 1º, I, 16, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 18 e 23, II, da mesma Lei, e dar-lhe quitação;

9.2. rejeitar as alegações de defesa dos Srs. Geraldo Magela Barros Aguiar e Elizeu Moraes de Aguiar;

9.3. excluir da relação processual o Sr. Leonardo Sobral Santos;

9.4. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, “b” e “c”, 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, as contas dos Srs. Geraldo Magela Barros Aguiar e Elizeu Moraes de Aguiar, condenando-os ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculadas a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, “a”, do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor, abatendo-se na oportunidade os valores ressarcidos:

Data da Ocorrência	Valor Histórico (R\$)
22/6/2012	159.195,92 (débito)
24/2/2017	175.000,00 (débito)
12/12/2017	79.248,45 (crédito)

9.5. aplicar aos responsáveis a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos seguintes valores:

9.5.1. Geraldo Magela Barros Aguiar, R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais);

9.5.2. Elizeu Moraes de Aguiar, R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais);

9.5.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, “a”, do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se pagos após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 219, II, do RI/TCU e 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.8. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Piauí, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.9. enviar cópia deste acórdão aos responsáveis e à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí;

9.10. informar aos interessados que esta deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1488-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1489/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.771/2022-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Misael José de Farias (071.836.904-15).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Misael José de Farias, negando-lhe o registro;

9.2. dispensar a reposição das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE que:

9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Misael José de Farias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos 15 (quinze) dias subsequentes;

9.3.2. faça cessar os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, sob pena de responsabilidade da autoridade administrativa omissa;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no § 2º do art. 262 do RI/TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas no voto que fundamenta esta deliberação.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1489-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1490/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.201/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

- 3.1. Interessada: Olivia Hipolito de Lima (210.041.374-00).
- 3.2. Recorrente: Universidade Federal de Alagoas (24.464.109/0001-48).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Universidade Federal de Alagoas contra o Acórdão 4.128/2023-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
 - 9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
 - 9.2. determinar à Universidade Federal de Alagoas que comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução-TCU 360/2023.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1490-06/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1491/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.805/2023-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessado: Paulo Roberto Coelho Araujo (073.999.364-04).
 - 3.2. Recorrente: Universidade Federal de Alagoas (24.464.109/0001-48).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Universidade Federal de Alagoas contra o Acórdão 3.213/2023-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
 - 9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
 - 9.2. determinar à Universidade Federal de Alagoas que comunique imediatamente ao interessado o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução-TCU 360/2023.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1491-06/25-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1492/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.822/2023-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Marlucia Pimentel Azevedo (786.167.274-34).

3.2. Recorrente: Universidade Federal de Alagoas (24.464.109/0001-48).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Universidade Federal de Alagoas contra o Acórdão 12.578/2023-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. determinar à Universidade Federal de Alagoas que comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução-TCU 360/2023.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1492-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1493/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.927/2022-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Marta de Carvalho Silva (332.088.324-00).

3.2. Recorrente: Universidade Federal de Alagoas (24.464.109/0001-48).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Universidade Federal de Alagoas contra o Acórdão 6.657/2022-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
- 9.2. determinar à Universidade Federal de Alagoas que comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução-TCU 360/2023.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1493-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1494/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.963/2023-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Claudete Joaquim dos Santos (031.885.524-08).

3.2. Recorrente: Universidade Federal de Alagoas (24.464.109/0001-48).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Universidade Federal de Alagoas contra o Acórdão 8.938/2023-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
- 9.2. determinar à Universidade Federal de Alagoas que comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução-TCU 360/2023.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1494-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1495/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.571/2022-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Maria Celia Barros de Freitas (162.662.004-06).

3.2. Recorrente: Maria Celia dos Santos Barros (162.662.004-06).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Luiz Virginio da Silva Filho (OAB-AL 9.385).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Maria Célia Barros de Freitas contra o Acórdão 3.831/2022-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. determinar à Fundação Nacional de Saúde que, no prazo de 30 (trinta) dias, instaure processo administrativo, que garanta à interessada o contraditório e a ampla defesa, com vistas a excluir dos proventos as parcelas judiciais decorrentes de planos econômicos, em cumprimento ao Acórdão 3.3.831/2022-TCU-1ª Câmara e ao Mandado de Segurança Coletivo (processo n. 0806065-23.2021.4.05.8000-TRF5); e

9.3. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1495-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1496/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.875/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Ena Maria Sa da Silva (051.325.332-72).

3.2. Recorrente: Ena Maria Sa da Silva (051.325.332-72).

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Floriano Edmundo Poersch (OAB-AC 654), Mathaus Silva Novais (OAB-AC 4.316) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Ena Maria Sa da Silva contra o Acórdão 4.789/2022-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1496-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1497/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.890/2022-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Margarida Florêncio da Silva (095.651.592-49).

3.2. Recorrente: Margarida Florêncio da Silva (095.651.592-49).

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Thiago Vinicius Gwozdz Poersch (OAB-AC 3.172).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Margarida Florêncio da Silva contra o Acórdão 4.689/2022-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1497-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1498/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.913/2022-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: João Narciso Ferreira (157.795.054-20).

3.2. Recorrente: João Narciso Ferreira (157.795.054-20).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Luiz Virginio da Silva Filho (OAB-AL 9.385).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Sr. Joao Narciso Ferreira contra o Acórdão 9.230/2022-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
- 9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e à Fundação Nacional de Saúde.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1498-06/25-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

- 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1499/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.626/2022-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessadas: Sara Brandão Mendes (079.333.712-72); Sara Mota Brandão (079.333.712-72).
 - 3.2. Recorrente: Sara Brandão Mendes (079.333.712-72).
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Francisco Erik Sandas Moreira (OAB-AC 5.334), Floriano Edmundo Poersch (/OAB-AC 654) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Sara Mota Brandão contra o Acórdão 3.846/2023-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
- 9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1499-06/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1500/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.340/2022-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessado: Antonio Candido Filho (294.561.344-15).
 - 3.2. Recorrente: Antonio Candido Filho (294.561.344-15).
4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Luiz Virginio da Silva Filho (OAB-AL 9.385).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Sr. Antonio Candido Filho contra o Acórdão 7.044/2022-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1500-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1501/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.678/2021-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Maria de Lourdes Barth Flach (131.823.400-00).

3.2. Recorrente: Maria de Lourdes Barth Flach (131.823.400-00).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (OAB-DF 16.619).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Maria de Lourdes Barth Flach contra o Acórdão 15.543/2021-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual seu ato de aposentadoria foi julgado ilegal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. remeter os autos à AudPessoal para a adoção dos procedimentos destinados à revisão de ofício do presente ato de aposentadoria, levando em conta, para tanto, o que restou apurado neste processo; e

9.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à Sra. Maria de Lourdes Barth Flach e ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1501-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1502/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.350/2022-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessada: Simone Cardoso Fontinele (369.315.941-68).
 - 3.2. Recorrente: Simone Cardoso Fontinele (369.315.941-68).
4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (OAB-DF 16.619).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Simone Cardoso Fontinele contra o Acórdão 5.013/2022-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, em:

 - 9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;
 - 9.2. esclarecer ao Superior Tribunal de Justiça que a VPNI decorrente da concessão de quintos após o advento da Lei 9.624/1998 deve ser absorvida até o limite do reajuste concedido em 1º/2/2023, por meio do inciso I do art. 1º da Lei 14.523/2023, e que eventual resíduo da parcela compensatória deve ser absorvido por reajustes futuros, exceto aqueles concedidos em 1º/2/2024 e 1º/2/2025, previstos nos incisos II e III do art. 1º da Lei 14.523/2023, em respeito à nova redação dada ao parágrafo único do art. 11 da Lei 11.416/2006; e
 - 9.3. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1502-06/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1503/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 043.757/2021-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessada: Solange Perez Cabral (316.380.741-00).
 - 3.2. Recorrente: Solange Perez Cabral (316.380.741-00).
4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Willian Guimarães Santos de Carvalho (OAB-DF 59.920), Marlucio Lustosa Bonfim (OAB-DF 16.619) e outros.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Solange Perez Cabral contra o Acórdão 1.599/2022-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. esclarecer ao Superior Tribunal de Justiça que a VPNI decorrente da concessão de quintos após o advento da Lei 9.624/1998 deve ser absorvida até o limite do reajuste concedido em 1º/2/2023, por meio do inciso I do art. 1º da Lei 14.523/2023, e que eventual resíduo da parcela compensatória deve ser absorvido por reajustes futuros, exceto aqueles concedidos em 1º/2/2024 e 1º/2/2025, previstos nos incisos II e III do art. 1º da Lei 14.523/2023, em respeito à nova redação dada ao parágrafo único do art. 11 da Lei 11.416/2006; e

9.3. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1503-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1504/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.820/2022-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Suzete Venturelli (444.097.881-91).

3.2. Recorrente: Suzete Venturelli (444.097.881-91).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Marcelise de Miranda Azevedo (OAB-DF 13.811), Monya Ribeiro Tavares Perini (OAB-DF 16.564), Catherine Fonseca Coutinho (OAB-DF 58.616), Pedro Frazao da Silva Gregorio (OAB-DF 75.365), Cibele Carvalho Braga (OAB-DF 57.333), Maria Eduarda Martins Guedes Nunes (OAB-DF 75.233) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Sra. Suzete Venturelli contra o Acórdão 32/2025-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante e ao órgão de origem.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1504-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1505/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.308/2022-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

- 3.1. Interessado: José de Ribamar Pereira Frazão (151.521.701-91).
- 3.2. Recorrente: José de Ribamar Pereira Frazão (151.521.701-91).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Bruno Conti Gomes da Silva (OAB-DF 44.300), Elaine Lourenço da Silva (OAB-DF 30.670) e outros.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Jose de Ribamar Pereira Frazao a contra o Acórdão 37/2025-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
 - 9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los; e
 - 9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e ao órgão de origem.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1505-06/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1506/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.312/2022-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessado: Waldemar Dias de Oliveira (152.316.071-34).
 - 3.2. Recorrente: Waldemar Dias de Oliveira (152.316.071-34).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Jose Luis Wagner (OAB-DF 17.183).
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Waldemar Dias de Oliveira contra o Acórdão 38/2025-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
 - 9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los; e
 - 9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e ao órgão de origem.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1506-06/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1507/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.492/2024-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessados: Centro de Controle Interno da Marinha (00.394.502/0104-50); Nidia Maria Correa de Araujo (013.895.877-70).
 - 3.2. Recorrente: Nidia Maria Correa de Araujo (013.895.877-70).
4. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Caio Passos da Silveira (OAB-RJ 224.674).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Sra. Nidia Maria Correa de Araujo contra o Acórdão 6.488/2024-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, em:

 - 9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e
 - 9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1507-06/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1508/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.605/2024-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessada: Neide Correia dos Santos (927.243.028-34).
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de alteração de aposentadoria da Sra. Neide Correia dos Santos emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

 - 9.1. considerar legal o ato de aposentadoria da Sra. Neide Correia dos Santos, concedendo-lhe registro;
 - 9.2. determinar à entidade de origem que, no prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada; e
 - 9.3. arquivar os presentes autos.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1508-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1509/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.281/2022-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Maria Tereza de Barros Pereira (240.845.224-49).

3.2. Recorrente: Maria Tereza de Barros Pereira (240.845.224-49).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Clênio Pacheco Franco (1697/OAB-AL) e Joyce Roque de Almeida Leite (13077/OAB-AL).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Maria Tereza de Barros Pereira contra o Acórdão 7.798/2022-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de concessão de aposentadoria;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara e, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 7.798/2022-TCU-Primeira Câmara;

9.3. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria da Sra. Maria Tereza de Barros Pereira e conceder-lhe registro excepcional, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

9.4. esclarecer ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas que, a despeito da chancela de ilegalidade do ato:

9.4.1. o pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 está garantido por decisão judicial transitada em julgado;

9.4.2. não é necessário emitir novo ato em nome da interessada;

9.4.3 o julgamento pela ilegalidade com registro excepcional não impede a emissão de novo ato, caso a situação jurídica da beneficiária se altere; e

9.5. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1509-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1510/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.929/2021-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Vania Maria Nascimento Lima Rolemberg (265.428.465-49).

3.2. Recorrente: Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe (06.015.356/0001-85).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pedido de reexame interposto pelo Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe contra o Acórdão 365/2022-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de concessão de aposentadoria da Sra. Vania Maria Nascimento Lima Rolemberg;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara e, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 365/2022 -TCU-Primeira Câmara;

9.3. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria da Sra. Vania Maria Nascimento Lima Rolemberg e conceder-lhe registro excepcional, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

9.4. esclarecer ao Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe que, a despeito da chancela de ilegalidade do ato:

9.4.1. o pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 está garantido por decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos do Processo 0001596-83.2002.4.8500, que tramitou na 3ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Sergipe;

9.4.2. não é necessário emitir novo ato em nome da interessada;

9.4.3 o julgamento pela ilegalidade com registro excepcional não impede a emissão de novo ato, caso a situação jurídica da beneficiária se altere; e

9.5. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Sra. Vania Maria Nascimento Lima Rolemberg.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1510-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1511/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.088/2022-0.

1.1. Apenso: 001.902/2023-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Adirson Jose de Souza (365.107.937-68).

3.2. Recorrente: Adirson Jose de Souza (365.107.937-68).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB-DF 22..256).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pedido de reexame interposto pelo Sr. Adirson Jose de Souza contra o Acórdão 10.413/2022-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de concessão de aposentadoria;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara e, diante das razões expostas pelo relator, em:

- 9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento parcial;
- 9.2. tornar insubsistente o Acórdão 10.413/2022-TCU-Primeira Câmara;
- 9.3. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria do Sr. Adirson Jose de Souza e conceder-lhe registro excepcional, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;
- 9.4. esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região que, a despeito da chancela de ilegalidade do ato:
 - 9.4.1. o pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 está garantido por decisão judicial transitada em julgado;
 - 9.4.2. não é necessário emitir novo ato em nome do interessado;
 - 9.4.3 o julgamento pela ilegalidade com registro excepcional não impede a emissão de novo ato, caso a situação jurídica do beneficiário se altere; e
- 9.5. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1511-06/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1512/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.908/2022-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessados: Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde; Diretoria De integridade (controle Interno do Ministério da Saúde) - (extinta); Maria da Conceição da Silva Maia (466.312.914-53).
 - 3.2. Recorrente: Maria da Conceição da Silva Maia (466.312.914-53).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Karinna Coeli Dantas de Oliveira Martins (OAB-RN 4.027).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Maria da Conceição da Silva Maia contra o Acórdão 417/2023-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
- 9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao órgão emissor.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1512-06/25-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1513/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.800/2021-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Maria das Dores da Costa Gonçalves (345.043.891-34).

3.2. Recorrente: Maria das Dores da Costa Gonçalves (345.043.891-34).

4. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (OAB-DF 16.619).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Maria das Dores da Costa Goncalves contra o Acórdão 305/2022-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. esclarecer ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que a VPNI decorrente da concessão de quintos após o advento da Lei 9.624/1998 deve ser absorvida até o limite do reajuste concedido em 1º/2/2023, por meio do inciso I do art. 1º da Lei 14.523/2023, e que eventual resíduo da parcela compensatória deve ser absorvido por reajustes futuros, exceto aqueles concedidos em 1º/2/2024 e 1º/2/2025, previstos nos incisos II e III do art. 1º da Lei 14.523/2023, em respeito à nova redação dada ao parágrafo único do art. 11 da Lei 11.416/2006; e

9.3. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1513-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1514/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.983/2021-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Rafael Alves Holanda do Livramento (056.462.364-44).

3.2. Recorrente: Banco do Brasil S.A. (00.000.000/0001-91).

4. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Caroline Scopel Cecatto (OAB-RS 64.878), Kamill Santana Castro e Silva (OAB-MT 11.887/B) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Banco do Brasil contra o Acórdão 3.891/2022-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de admissão do Sr. Rafael Alves Holanda do Livramento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 3.891/2022-TCU-Primeira Câmara;

9.3. considerar ilegal e, excepcionalmente, ordenar o registro do ato de admissão do Sr. Rafael Alves Holanda do Livramento, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

9.4. esclarecer à entidade de origem que, a despeito da ilegalidade do ato, a admissão poderá ser mantida, com a produção de seus efeitos financeiros, em razão de estar amparada em decisão judicial transitada em julgado;

9.5. determinar ao Banco do Brasil S.A. que, no prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado; e

9.6. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1514-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1515/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.995/2021-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Danielle Gonzaga de Oliveira Deus (007.424.431-08).

3.2. Recorrente: Banco do Brasil S.A. (00.000.000/0001-91).

4. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Caroline Scopel Cecatto (OAB-RS 64.878), Geraldo Chamon Junior (OAB-PR 67.956) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Banco do Brasil S.A. contra o Acórdão 2.710/2022-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de admissão da Sra. Danielle Gonzaga de Oliveira Deus;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 2.710/2022-TCU-Primeira Câmara;

9.3. considerar ilegal e, excepcionalmente, ordenar o registro do ato de admissão da Sra. Danielle Gonzaga de Oliveira Deus, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

9.4. esclarecer à entidade de origem que, a despeito da ilegalidade do ato, a admissão poderá ser mantida, com a produção de seus efeitos financeiros, em razão de estar amparada em decisão judicial transitada em julgado;

9.5. determinar ao Banco do Brasil S.A. que, no prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada; e

9.6. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1515-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1516/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.261/2021-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Larissa Formiga Pinheiro (071.597.584-63).

3.2. Recorrente: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (15.126.437/0001-43).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Renata Barreto da Fonseca (OAB-BA 21.264), Paula Cecília Rodrigues de Souza (OAB-MG 205.663) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares contra o Acórdão 12.038/2021-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de admissão da Sra. Larissa Formiga Pinheiro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 12.038/2021-TCU-1ª Câmara;

9.3. considerar ilegal e, excepcionalmente, ordenar o registro do ato de admissão da Sra. Larissa Formiga Pinheiro, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

9.4. esclarecer à entidade de origem que, a despeito da ilegalidade do ato, a admissão poderá ser mantida, com a produção de seus efeitos financeiros, em razão de estar amparada em decisão judicial transitada em julgado;

9.5. determinar à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares que, no prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada; e

9.6. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1516-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1517/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.460/2021-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Jorge Carlos Nunes Vidal (244.849.207-78).

3.2. Recorrente: Jorge Carlos Nunes Vidal (244.849.207-78).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB-DF 22.256).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Jorge Carlos Nunes Vidal contra o Acórdão 51/2025-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e ao órgão de origem.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1517-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1518/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.987/2021-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Nilo Luiz de Almeida Filho (476.085.526-20).

3.2. Recorrente: Nilo Luiz de Almeida Filho (476.085.526-20).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB-DF 22.256).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Sr. Nilo Luiz de Almeida Filho contra o Acórdão 1.308/2022-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual seu ato de aposentadoria foi julgado ilegal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o subitem 9.3.4. do Acórdão 1.308/2022-TCU-Primeira Câmara, quanto ao pagamento de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas em períodos posteriores a 8/4/1998; e

9.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao recorrente e Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1518-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1519/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.074/2021-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Aracy Fontes Ferraz (681.351.227-72); Centro de Controle Interno do Exército; Cynthia Toraldo Teixeira Silveira (476.948.077-68); Danielle de Moura Domingues Scovino (124.731.287-90); Ely de Moraes Domingues (033.890.667-30); Izabel Christina Maximiano Ferreira (435.939.417-91); Kathia Toraldo Teixeira (734.380.737-49); Nancy Carone Aboumrad (033.220.337-91); Norma de Azevedo Fontes (255.688.927-68); Regina Lucia Maximiano Ferreira Correa Meyer (359.690.407-20); Thamara Santos de Moura Domingues (161.801.647-46); Thamirys Santos de Moura Domingues (170.392.647-14).

3.2. Recorrente: Nancy Carone Aboumrad (033.220.337-91).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: José Geraldo Machado dos Santos (OAB-RJ 106.296).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Sra. Nancy Carone Aboumrad contra o Acórdão 8.786/2024-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante e ao órgão de origem.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1519-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1520/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.386/2022-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Colégio Militar de Manaus (10.298.174/0001-36).

3.2. Responsável: Fabiola Maki Suguiyama Owada (436.291.302-59).

4. Órgão/Entidade: Colégio Militar de Manaus.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia tomada de contas especial instaurada pelo Colégio Militar de Manaus em desfavor de Fabiola Maki Suguiyama Owada, em razão do recebimento indevido de verbas remuneratórias,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel Fabiola Maki Suguiyama Owada, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, e 19 da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da responsável Fabiola Maki Suguiyama Owada (CPF: 436.291.302-59), condenando-a ao pagamento do débito a seguir discriminado, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU;

Débitos relacionados à primeira irregularidade:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)	Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
1/12/1998	1.227,26	1/1/2008	1.512,68
1/1/1999	453,38	1/2/2008	1.512,68
1/2/1999	384,07	1/3/2008	1.512,68
1/3/1999	384,07	1/4/2008	1.512,68
1/4/1999	384,07	1/5/2008	1.512,68
1/5/1999	384,07	1/6/2008	1.512,68
1/6/1999	384,07	1/7/2008	2.394,75
1/7/1999	384,07	1/8/2008	1.851,73
1/8/1999	384,07	1/9/2008	1.851,73
1/9/1999	384,07	1/10/2008	6.098,21
1/10/1999	384,07	1/11/2008	3.703,46
1/11/1999	768,14	1/12/2008	2.777,59
1/12/1999	576,10	1/1/2009	1.851,73
1/1/2000	771,89	1/2/2009	2.241,75
1/2/2000	642,61	1/3/2009	2.241,75
1/3/2000	642,61	1/4/2009	2.241,75
1/4/2000	642,61	1/5/2009	4.140,51
1/5/2000	642,61	1/6/2009	2.716,44
1/6/2000	642,61	1/7/2009	2.716,44
1/7/2000	1.536,37	1/8/2009	2.716,44
1/8/2000	770,29	1/9/2009	2.716,44
1/9/2000	770,29	1/10/2009	2.716,44
1/10/2000	770,29	1/11/2009	5.432,88
1/11/2000	1.540,58	1/12/2009	4.074,66
1/12/2000	1.155,44	1/1/2010	2.709,88
1/1/2001	813,66	1/2/2010	2.709,88

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)	Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
1/2/2001	799,21	1/3/2010	2.709,88
1/3/2001	799,21	1/4/2010	2.709,88
1/4/2001	799,25	1/5/2010	2.709,88
1/5/2001	799,25	1/6/2010	2.709,88
1/6/2001	799,25	1/7/2010	2.551,42
1/7/2001	799,25	1/8/2010	3.281,40
1/8/2001	804,40	1/9/2010	2.925,26
1/9/2001	840,57	1/10/2010	2.925,26
1/10/2001	804,40	1/11/2010	5.850,52
1/11/2001	1.608,80	1/12/2010	4.387,88
1/12/2001	1.206,60	1/1/2011	2.970,48
1/1/2002	874,87	1/2/2011	2.955,40
1/2/2002	800,56	1/3/2011	2.955,40
1/3/2002	800,56	1/4/2011	2.955,40
1/4/2002	800,56	1/5/2011	2.955,40
1/5/2002	800,56	1/6/2011	2.955,40
1/6/2002	800,56	1/7/2011	2.955,40
1/7/2002	800,56	1/8/2011	2.955,40
1/8/2002	800,56	1/9/2011	2.955,40
1/9/2002	800,56	1/10/2011	2.955,40
1/10/2002	800,56	1/11/2011	5.910,80
1/11/2002	4.932,82	1/12/2011	4.433,10
1/12/2002	1.925,53	1/1/2012	2.955,40
1/1/2003	1.653,14	1/2/2012	2.955,40
1/2/2003	1.102,10	1/3/2012	2.763,01
1/3/2003	1.110,57	1/4/2012	2.763,01
1/4/2003	1.096,85	1/5/2012	2.763,01
1/5/2003	1.075,50	1/6/2012	2.763,01
1/6/2003	1.230,40	1/7/2012	2.763,01
1/7/2003	1.109,10	1/8/2012	2.763,01
1/8/2003	1.185,20	1/9/2012	2.763,01
1/9/2003	1.185,20	1/10/2012	2.763,01
1/10/2003	1.185,20	1/11/2012	5.526,02
1/11/2003	2.370,40	1/12/2012	2.763,01
1/12/2003	1.777,80	1/1/2013	2.790,27
1/1/2004	1.185,20	1/2/2013	2.790,27
1/2/2004	1.185,20	1/3/2013	4.007,41
1/3/2004	1.185,20	1/4/2013	4.007,41
1/4/2004	1.185,20	1/5/2013	4.007,41

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)	Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
1/5/2004	1.848,37	1/6/2013	4.007,41
1/6/2004	868,02	1/7/2013	4.007,41
1/7/2004	1.643,11	1/8/2013	4.007,41
1/8/2004	662,76	1/9/2013	4.007,41
1/9/2004	2.117,69	1/10/2013	4.007,41
1/10/2004	1.231,92	1/11/2013	8.014,82
1/11/2004	2.463,84	1/12/2013	4.007,41
1/12/2004	1.847,88	1/1/2014	4.007,41
1/1/2005	1.231,92	1/2/2014	4.007,41
1/2/2005	1.231,92	1/3/2014	4.117,48
1/3/2005	1.231,92	1/4/2014	4.117,48
1/4/2005	1.231,92	1/5/2014	4.117,48
1/5/2005	1.231,92	1/6/2014	4.117,48
1/6/2005	1.231,92	1/7/2014	4.117,48
1/7/2005	1.231,92	1/8/2014	4.117,48
1/8/2005	1.231,92	1/9/2014	4.117,48
1/9/2005	1.231,92	1/10/2014	4.117,48
1/10/2005	1.231,92	1/11/2014	8.234,96
1/11/2005	2.463,84	1/12/2014	4.117,48
1/12/2005	1.847,88	1/1/2015	4.117,48
1/1/2006	945,47	1/2/2015	4.117,48
1/2/2006	721,49	1/3/2015	4.287,32
1/3/2006	721,49	1/4/2015	4.287,32
1/4/2006	721,49	1/5/2015	4.287,32
1/5/2006	721,49	1/6/2015	4.287,32
1/6/2006	1.015,43	1/1/2016	10.453,80
1/7/2006	1.309,37	1/2/2016	10.368,80
1/8/2006	1.603,31	1/3/2016	10.368,80
1/9/2006	1.309,37	1/4/2016	10.368,80
1/10/2006	1.015,43	1/5/2016	10.368,80
1/11/2006	1.970,99	1/6/2016	15.324,20
1/12/2006	7.798,58	1/7/2016	7.080,23
1/1/2007	1.512,68	1/8/2016	60.285,90
1/2/2007	1.512,68	1/9/2016	16.947,81
1/3/2007	1.512,68	1/10/2016	16.947,81
1/4/2007	1.512,68	1/11/2016	33.437,62
1/5/2007	1.512,68	1/12/2016	16.947,81
1/6/2007	1.512,68	1/1/2017	9.200,25
1/7/2007	1.512,68	1/2/2017	9.200,25

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)	Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
1/8/2007	1.512,68	1/3/2017	9.200,25
1/9/2007	1.512,68	1/4/2017	9.200,25
1/10/2007	1.512,68	1/5/2017	9.200,25
1/11/2007	3.025,36	1/6/2017	2.146,72
1/12/2007	2.269,02	1/7/2017	4.886,96

Débitos relacionados à segunda irregularidade:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
1/8/2015	1.028,38
1/9/2015	10.283,80
1/10/2015	10.283,80
1/11/2015	20.381,10
1/12/2015	10.283,80
1/1/2016	10.453,80
1/2/2016	10.368,80
1/3/2016	10.368,80
1/4/2016	10.368,80
1/5/2016	10.368,80
1/6/2016	15.324,20
1/7/2016	7.080,23
1/8/2016	60.285,90
1/9/2016	16.947,81
1/10/2016	16.947,81
1/12/2016	16.947,81
1/11/2016	33.437,62

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar à responsável Fabiola Maki Suguiyama Owada multa individual no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Amazonas, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão ao Colégio Militar de Manaus e à responsável.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1520-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1521/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.479/2024-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Fábio Henrique Santana de Carvalho (413.302.005-78).

4. Unidade Jurisdicionada: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate À Fome.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Jose Fontes de Goes Neto (12445/OAB-SE) e Carlos Krauss de Menezes (3652/OAB-SE), representando Fábio Henrique Santana de Carvalho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio 224/2009 - SESAN, Siafi 717986, firmado entre o referido órgão e o município de Nossa Senhora do Socorro/SE, e que tinha por objeto “o apoio à modernização da Feira Livre do Município de Nossa Senhora do Socorro/SE”,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas XXX, e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Fábio Henrique Santana de Carvalho, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculada desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)	Tipo da parcela
1/2/2010	55.409,31	Débito
19/9/2011	2.871,92	Crédito

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Fábio Henrique Santana de Carvalho multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos

acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. informar à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e ao responsável que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.6. informar à Procuradoria da República no Estado de Sergipe que, nos termos do § 1º do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1521-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1522/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.042/2010-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ministério da Integração Nacional (extinta); Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB (08.778.326/0001-56).

3.2. Responsáveis: Bracel Ltda (10.550.267/0001-06); Cícero de Lucena Filho (142.488.324-53); Evandro de Almeida Fernandes (002.619.124-53); Francisco de Sales Pereira (082.963.594-72); Oswaldo Pessoa de Aquino (108.733.334-20); Potengi Holanda de Lucena (044.642.904-00); Rubria Beniz Gouveia Beltrao (299.581.214-68).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Marcelo Martins de Sant Ana (16.373/OAB-PB), representando Rubria Beniz Gouveia Beltrao; Caio Henrique Peters de Oliveira (36892/OAB-DF), representando Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB; Anníbal Peixoto Neto (10715/OAB-PB) e Felipe Gomes de Medeiros (20227/OAB-PB), representando Francisco de Sales Pereira; Carlos Frederico Nobrega Farias (7119/OAB-PB), Gláucia Fernanda Neves Martins (7711/OAB-PB) e outros, representando Potengi Holanda de Lucena; Alvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (14265/OAB-PE) e Walter de Agra Júnior (8.682/OAB-PB), representando Cícero de Lucena Filho; George Ottavio Brasilino Olegário (15013/OAB-PB), Afrânio Neves de Melo Neto (23.667/OAB-PB) e outros, representando Miguel de Lucena Henriques; Ana Karolynne de Araujo Neves dos Anjos (20712/OAB-PB), representando Evandro de Almeida Fernandes; George Ottavio Brasilino Olegário (15013/OAB-PB), Afrânio Neves de Melo Neto (23.667/OAB-PB) e outros, representando Vera Maria Nóbrega de Lucena; George Ottavio Brasilino Olegário (15013/OAB-PB), Afrânio Neves de Melo Neto (23.667/OAB-PB) e outros, representando Matheus de Lucena Henriques.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Cícero de Lucena Filho, Evandro de Almeida Fernandes, Francisco de Sales Pereira e Rubria Beniz Gouveia Beltrao perante o Acórdão 3.024/2022-TCU-1ª Câmara, que apreciou tomada de contas especial instaurada para apurar prejuízos na condução de convênio firmado em 1998 pela Prefeitura Municipal de João Pessoa com o Ministério da Integração Nacional;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. conhecer e rejeitar os embargos de declaração;
- 9.2. notificar os embargantes sobre a presente deliberação.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1522-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1523/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.606/2024-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Rita de Cassia Souza Moreira (886.870.668-72).

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39 e 40 da Lei 8.443/1992, com os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263 do Regimento Interno, e ainda com o art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023, em:

9.1. considerar ilegal e, excepcionalmente, registrar o ato de aposentadoria Rita de Cassia Souza Moreira;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação desta decisão, dê ciência de seu inteiro teor à interessada e disponibilize a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação;

9.3. esclarecer à unidade jurisdicionada que a averbação do tempo de insalubridade poderá subsistir por estar amparada em decisão judicial transitada em julgado, apta, portanto, a sustentar, em caráter permanente, os efeitos financeiros do ato, não sendo necessária a emissão de novo ato concessório;

9.4. remeter cópia deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1523-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1524/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.656/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Jose Ribamar Arcanjo da Silva (085.119.931-34).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não há.

7. Unidade Técnica: não há.

8. Representação legal: Jose Luis Wagner (17183/OAB-DF), representando Jose Ribamar Arcanjo da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, nos quais se analisam os embargos de declaração opostos por Jose Ribamar Arcanjo da Silva ao Acórdão 421/2025-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. informar o conteúdo desta decisão ao embargante e a Fundação Universidade de Brasília.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1524-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1525/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.251/2023-0

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessada: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (extinta).

3.2. Responsável: Dinaldo dos Santos Aires (261.643.532-20).

4. Órgão/Entidade: Município de Oeiras do Pará/PA.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Luiz Henrique de Souza Reimao (20.726/OAB-PA) e Lucas Pereira Wanzeller Rodrigues (23.317/OAB-PA), representando Dinaldo dos Santos Aires.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) em desfavor de Dinaldo dos Santos Aires, ex-prefeito de Oeiras do Pará/PA, em razão de omissão no dever de prestar contas de recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para custeio de serviços socioassistenciais,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “a” e “c”, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, as contas de Dinaldo dos Santos Aires, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos calculados a partir das datas de ocorrência até a do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
10/5/2017	862,04
10/5/2017	862,04
10/5/2017	862,04
10/5/2017	862,04
10/5/2017	862,04
10/5/2017	862,04
10/5/2017	862,04
10/5/2017	862,04
10/5/2017	862,04
10/5/2017	862,04
10/5/2017	8,80
10/5/2017	8,80
10/5/2017	8,80
10/5/2017	8,80
10/5/2017	8,80
10/5/2017	8,80
10/5/2017	8,80
10/5/2017	8,80
10/5/2017	8,80
10/5/2017	8,80
9/6/2017	862,04
9/6/2017	862,04
9/6/2017	893,11
9/6/2017	893,11
9/6/2017	862,04
9/6/2017	862,04
9/6/2017	862,04
9/6/2017	862,04
9/6/2017	862,04
9/6/2017	924,18
9/6/2017	8,80
9/6/2017	8,80
9/6/2017	8,80
9/6/2017	8,80
9/6/2017	8,80
9/6/2017	8,80
9/6/2017	8,80
9/6/2017	8,80
9/6/2017	8,80

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
9/6/2017	8,80
27/6/2017	10.430,03
27/6/2017	8,80
5/7/2017	9.577,00
5/7/2017	862,04
5/7/2017	862,04
5/7/2017	862,04
5/7/2017	924,18
5/7/2017	862,04
5/7/2017	893,11
5/7/2017	893,11
5/7/2017	862,04
5/7/2017	862,04
5/7/2017	862,04
5/7/2017	8,80
6/7/2017	8,80
6/7/2017	8,80
6/7/2017	8,80
6/7/2017	8,80
6/7/2017	8,80
6/7/2017	8,80
6/7/2017	8,80
6/7/2017	8,80
6/7/2017	8,80
6/7/2017	8,80
20/7/2017	16.701,05
20/7/2017	8,80
21/7/2017	7.937,50
21/7/2017	8,80
26/7/2017	335,00
26/7/2017	1.005,00
26/7/2017	8,80
26/7/2017	8,80
8/8/2017	2.000,00
8/8/2017	1.400,00
8/8/2017	1.000,00
8/8/2017	1.700,00
8/8/2017	1.400,00
8/8/2017	2.000,00

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
8/8/2017	1.000,00
8/8/2017	1.000,00
8/8/2017	893,11
8/8/2017	862,04
8/8/2017	893,11
8/8/2017	862,04
8/8/2017	862,04
8/8/2017	862,04
8/8/2017	924,18
8/8/2017	862,04
8/8/2017	862,04
8/8/2017	2.835,00
8/8/2017	7.289,60
8/8/2017	9,40
8/8/2017	9,40
8/8/2017	9,40
8/8/2017	9,40
8/8/2017	9,40
8/8/2017	9,40
8/8/2017	9,40
8/8/2017	9,40
8/8/2017	9,40
8/8/2017	9,40
8/8/2017	9,40
10/8/2017	9,40
23/8/2017	9,40
23/8/2017	9,40
25/8/2017	9,40
5/9/2017	2.160,00
5/9/2017	2.835,00
5/9/2017	9,40
8/9/2017	862,04
8/9/2017	893,11
8/9/2017	924,18
8/9/2017	862,04
8/9/2017	862,04
8/9/2017	893,11
8/9/2017	862,04
8/9/2017	862,04

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
8/9/2017	862,04
8/9/2017	862,04
8/9/2017	9,40
8/9/2017	9,40
8/9/2017	9,40
8/9/2017	9,40
8/9/2017	9,40
8/9/2017	9,40
8/9/2017	9,40
8/9/2017	9,40
8/9/2017	9,40
8/9/2017	9,40
11/9/2017	1.711,40
11/9/2017	501,90
11/9/2017	9,40
11/9/2017	9,40
20/9/2017	7.852,00
20/9/2017	2.065,40
20/9/2017	9,40
20/9/2017	9,40
27/9/2017	798,55
27/9/2017	9,40
28/9/2017	14.700,00
5/10/2017	1.440,00
5/10/2017	2.835,00
5/10/2017	9,40
11/10/2017	862,04
11/10/2017	862,04
11/10/2017	862,04
11/10/2017	862,04
11/10/2017	893,11
11/10/2017	862,04
11/10/2017	862,04
11/10/2017	924,18
11/10/2017	893,11
11/10/2017	9,40
11/10/2017	9,40
11/10/2017	9,40
11/10/2017	2,66

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
13/10/2017	6,74
13/10/2017	9,40
13/10/2017	9,40
13/10/2017	9,40
13/10/2017	9,40
13/10/2017	9,40
17/10/2017	6.894,06
17/10/2017	7.446,31
17/10/2017	5.974,00
17/10/2017	9,40
17/10/2017	9,40
17/10/2017	9,40
23/10/2017	1.440,00
1/11/2017	2.160,00
1/11/2017	1.675,00
1/11/2017	9,40
10/11/2017	2.880,00
10/11/2017	862,04
10/11/2017	862,04
10/11/2017	893,11
10/11/2017	893,11
10/11/2017	862,04
10/11/2017	862,04
10/11/2017	862,04
10/11/2017	862,04
10/11/2017	862,04
10/11/2017	924,18
10/11/2017	779,50
10/11/2017	9,40
10/11/2017	9,40
10/11/2017	9,40
10/11/2017	9,40
10/11/2017	9,40
10/11/2017	9,40
10/11/2017	9,40
10/11/2017	9,40
10/11/2017	9,40
10/11/2017	9,40
10/11/2017	9,40
30/11/2017	2.835,00
30/11/2017	9,40

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
12/12/2017	924,18
12/12/2017	862,04
12/12/2017	862,04
12/12/2017	893,11
12/12/2017	893,11
12/12/2017	862,04
12/12/2017	862,04
12/12/2017	862,04
12/12/2017	862,04
12/12/2017	9,40
12/12/2017	9,40
12/12/2017	9,40
12/12/2017	9,40
12/12/2017	9,40
12/12/2017	9,40
12/12/2017	9,40
12/12/2017	9,40
12/12/2017	9,40
12/12/2017	9,40
13/12/2017	4.670,00
14/12/2017	497,50
14/12/2017	650,00
14/12/2017	9,40
14/12/2017	9,40
19/12/2017	39.321,00
19/12/2017	39.508,00
19/12/2017	9,40
19/12/2017	9,40
20/12/2017	646,53
20/12/2017	646,53
20/12/2017	646,53
20/12/2017	646,53
20/12/2017	646,53
20/12/2017	646,53
20/12/2017	646,53
20/12/2017	646,53
20/12/2017	359,18
20/12/2017	9,40
20/12/2017	9,40
20/12/2017	9,40

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
20/12/2017	9,40
20/12/2017	9,40
20/12/2017	9,40
20/12/2017	9,40
20/12/2017	9,40
20/12/2017	9,40
22/12/2017	646,53
22/12/2017	24.700,00
22/12/2017	9,40
22/12/2017	9,40
1/11/2017	12.680,00
1/11/2017	9,40
4/12/2017	12.800,00
4/12/2017	9,40
11/12/2017	14.940,00
11/12/2017	9,40
20/12/2017	2.683,95
20/12/2017	9,40
22/12/2017	1.045,00
27/12/2017	13.340,00
27/12/2017	14.200,00
27/12/2017	9,40
27/12/2017	9,40

9.2. aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no montante de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo pagamento, se efetuado após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, também, desde já, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 1º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) prestações mensais, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para a comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da primeira parcela, e o de trinta dias, a contar de cada parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das subseqüentes, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos;

9.5. informar a Procuradoria da República no Pará, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e o responsável quanto ao teor desta deliberação.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1525-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1526/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 006.676/2024-3

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Pensão Militar).

3. Recorrentes: Gracia Maria Moraes Martinez (086.321.705-20); Celimeire Moraes Bahia (261.572.765-68).

4. Órgãos/Entidades: Centro de Controle Interno do Exército; Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pedidos de reexame interpostos por Gracia Maria Moraes Martinez e Celimeire Moraes Bahia em face do Acórdão 2.866/2024-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame e, no mérito, dar-lhes provimento, de modo a tornar insubsistente o Acórdão 2.866/2024-TCU-1ª Câmara;

9.2. considerar legal e registrar o ato de concessão de pensão militar instituída pelo ex-militar João Evangelista Moraes em benefício de Gracia Maria Moraes Martinez e Celimeire Moraes Bahia;

9.3. informar o conteúdo desta deliberação às recorrentes e ao Comando do Exército.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1526-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1527/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.439/2023-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Pensão Militar).

3. Interessadas: Lília Pereira Lima (547.408.195-20); Analice Pereira Lima Cardoso (294.805.235-15); Ângela Marli Lima Alencar (253.578.405-04); Fátima Regina Pereira Lima (262.101.185-34); Lícia Pereira Lima Bastos (357.818.235-49); Rita de Cássia Pereira Lima (678.107.055-04).

3.1. Recorrente: Lília Pereira Lima (547.408.195-20).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral, Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pedido de reexame interposto por Lília Pereira Lima em face do Acórdão 1.480/2024-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a tornar insubsistente o Acórdão 1.480/2024-TCU-1ª Câmara;

9.2. considerar legal e registrar o ato de concessão de pensão militar instituída por Joaquim José de Lima em benefício de Analice Pereira Lima Cardoso, Ângela Marli Lima Alencar, Fátima Regina Pereira Lima, Lícia Pereira Lima Bastos, Lília Pereira Lima e Rita de Cássia Pereira Lima;

9.3. informar o conteúdo desta deliberação à recorrente e ao Comando do Exército.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1527-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1528/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 013.737/2022-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Dayse Maria Diogo Passos (651.373.967-53).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22.256/OAB-DF), representando a recorrente.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame, em processo de aposentadoria, interposto por Dayse Maria Diogo Passos em face do Acórdão 399/2023-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento parcial, de modo a tornar insubsistente o subitem 1.7.2.1 do Acórdão 399/2023-TCU-1ª Câmara, sem prejuízo de esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

9.1.1. a parcela de quintos incorporada em razão de funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 deve ser absorvida pelo reajuste concedido pelo inciso I do art. 1º da Lei 14.523/2023, de 6%, a partir de 1º de fevereiro de 2023;

9.1.2. eventual resíduo da parcela compensatória deve ser absorvido por quaisquer reajustes posteriores à edição da Lei 14.687/2023 - excetuados os concedidos em 1º/2/2024 e em 1º/2/2025, previstos nos incisos II e III do art. 1º da Lei 14.523/2023 -, em respeito à nova redação dada ao parágrafo único do art. 11 da Lei 11.416/2006, em vigor a partir de 22/12/2023, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE, uma vez que a referida incorporação não tem fundamento em decisão judicial transitada em julgado;

9.1.3. após a absorção completa da parcela compensatória, nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução-TCU 353/2023, novo ato deve ser emitido, livre da irregularidade apontada, e submetido ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, §2º, do Regimento Interno e 19, §3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018.

9.2. informar o conteúdo desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1528-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1529/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 000.104/2022-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Asclepiades de Almeida Queiroz (156.796.595-49); Construção e Terraplanagem Sol Ltda. (07.620.898/0001-40).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Bahia em desfavor de Asclepiades de Almeida Queiroz, ex-prefeito de Ubaitaba/BA (gestões 2005-2008 e 2013-2016), e da empresa Construção e Terraplanagem Sol Ltda., em razão de não comprovação da regular aplicação de recursos repassados pela União por meio de convênio que teve por objeto a execução de sistema de esgotamento sanitário,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Asclepiades de Almeida Queiroz, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e dos arts. 202, §§ 1º e 6º, e 209, incisos II e III, do Regimento Interno, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas discriminadas até a da efetiva quitação do débito, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU, descontando-se os valores já ressarcidos:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)	Natureza
26/12/2006	104.000,00	Débito
14/02/2007	104.000,00	Débito
29/01/2008	52.000,00	Débito
8/3/2013	1.394,03	Crédito
13/01/2009	5.694,60	Crédito

9.2. aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no inciso II do art. 28 da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar desde já, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §1º do Regimento Interno, o parcelamento da dívida em até 36 prestações, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira

parcela e de 30 (trinta) dias, a contar da anterior, o das demais, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno; e

9.5. informar o teor desta deliberação à Procuradoria da República na Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno, para adoção das medidas cabíveis, à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Bahia e ao responsável.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1529-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1530/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 027.213/2024-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessada: Lourdes Nolasco de Lima (024.069.847-96).

4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo, que cuida de atos de pensão militar (inicial e de alteração) instituída em benefício de Lourdes Nolasco de Lima, emitidos pelo Comando da Aeronáutica e submetidos a este Tribunal para registro,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de pensão militar (inicial e de alteração) instituída em benefício de Lourdes Nolasco de Lima;

9.2. informar o conteúdo desta decisão ao Comando da Aeronáutica.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1530-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1531/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 038.162/2021-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carmel Construções Ltda. (03.594.328/0001-71); Marcos Robert Silva Costa (797.125.843-72).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Hugo Maciel Silva (16.865/OAB-MA), representando Marcos Robert Silva Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Termo de Compromisso 22.595/2014, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Matinha/MA,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, “b” e “c”, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, as contas de Carmel Construções Ltda. e de Marcos Robert Silva Costa, condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, III, “a”, da citada lei c/c o art. 214, III, “a”, do RITCU, deduzindo-se os valores já ressarcidos:

Responsável: Marcos Robert Silva Costa:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)	Tipo de parcela
20/2/2014	67.533,09	Débito
31/8/2018	744,43	Crédito

Responsáveis solidários: Carmel Construções Ltda. e Marcos Robert Silva Costa:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)	Tipo de parcela
10/4/2014	136.843,62	Débito
31/8/2018	744,43	Crédito

9.2. aplicar-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RITCU, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, “a”, do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a data do efetivo recolhimento se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor (R\$)
Carmel Construções Ltda.	15.000,00
Marcos Robert Silva Costa	25.000,00

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §1º, do RI/TCU, o parcelamento da dívida em até trinta e seis prestações, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da anterior, para comprovarem o recolhimento das demais, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.5. informar o teor desta deliberação aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Procuradoria da República no Maranhão, esta última para a adoção das medidas cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1531-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1532/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 041.595/2021-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Garra Construções Ltda. (08.752.534/0001-86); Maria Gorete da Silveira Pinto (201.340.884-68).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional (extinto).

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Kleber Smith da Silveira Pinto (7.313/OAB-RN), representando Maria Gorete da Silveira Pinto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Regional em desfavor de Maria Goreti da Silveira Pinto e da empresa Garra Construções Ltda., em razão de irregularidades na execução de convênio voltado à construção de duas passagens molhadas em povoados do município de Apodi/RN,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir da relação processual o Município de Apodi/RN, em virtude de inexistirem evidências de sua participação ou benefício direto nas falhas apuradas;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, as contas de Maria Goreti da Silveira Pinto e de Garra Construções Ltda., condenando-as, de forma solidária, ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora computados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o respectivo recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU, abatendo-se o valor já ressarcido:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)	Tipo da parcela
5/6/2012	106.094,63	Débito
23/7/2021	1.371,39	Crédito

9.3. aplicar, individualmente, às responsáveis a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do RITCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo pagamento caso quitadas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas indicadas nos subitens anteriores, caso não atendidas as notificações, consoante o art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, também desde já, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 1º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento dos débitos em até 36 (trinta e seis) prestações mensais, incidindo, sobre cada parcela corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e o de trinta dias, a contar da anterior, para comprovar as subseqüentes, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos na forma prevista na legislação em vigor, alertando as responsáveis de que a falta de comprovação de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do RITCU;

9.6. informar à Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e às responsáveis o teor desta decisão.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1532-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1533/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.628/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Revisão de Ofício (em Ato de Aposentadoria).

3. Interessados: Eduardo de Souza Borges, CPF 003.294.057-21; Emanuel Miron da Cruz Martins, CPF 228.551.653-34; Marcelo Varella Cavalcanti, CPF 905.647.587-87.

4. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, na presente fase, da revisão de ofício de atos de concessão de aposentadoria cujo registro tácito foi reconhecido por este Tribunal via Acórdão 764/2024 - TCU - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. autorizar a AudPessoal a, cumpridos os termos deste acórdão, arquivar os presentes autos, considerando a ausência de irregularidade a justificar a revisão de ofício dos atos de concessão inicial de aposentadoria a Eduardo de Souza Borges (ato nº 11416/2018, peça 3), Emanuel Miron da Cruz Martins (ato nº 18420/2018, peça 4) e Marcelo Varella Cavalcanti (ato nº 18436/2018, peça 5).

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1533-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1534/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.723/2024-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Roberto Correia de Araujo, CPF 647.392.607-00.

4. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade técnica: AudPessoal.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial de aposentadoria a Roberto Correia de Araujo (ato nº 37668/2023), ordenando, excepcionalmente, o respectivo registro, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023;

9.2. esclarecer ao órgão de origem que, a despeito do julgamento pela ilegalidade da aposentadoria do Sr. Roberto Correia de Araujo, a parcela alusiva à GDIBGE, por haver sido calculada conforme à decisão judicial transitada em julgado e com o acordo homologado na fase de cumprimento de sentença, poderá subsistir, sendo desnecessária a emissão de novo ato concessório;

9.3. dar conhecimento desta deliberação à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1534-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1535/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.397/2024-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Carlos Eugenio Lages Veras, CPF 182.233.703-87.
4. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade técnica: AudPessoal.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial de aposentadoria a Carlos Eugenio Lages Veras (ato nº 26856/2019), ordenando, excepcionalmente, o respectivo registro, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023;

9.2. esclarecer ao órgão de origem que, a despeito do julgamento pela ilegalidade da aposentadoria do Sr. Carlos Eugenio Lages Veras, a parcela alusiva à GDIBGE, por haver sido calculada conforme à decisão judicial transitada em julgado e com o acordo homologado na fase de cumprimento de sentença, poderá subsistir, sendo desnecessária a emissão de novo ato concessório;

9.3. dar conhecimento desta deliberação à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1535-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1536/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.986/2024-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria de Fatima Viegas Faria Lima, CPF 214.290.811-04.

4. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial de aposentadoria a Maria de Fatima Viegas Faria Lima (ato nº 17495/2022), ordenando, excepcionalmente, o respectivo registro, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023;

9.2. esclarecer ao órgão de origem que, a despeito do julgamento pela ilegalidade da aposentadoria da Sra. Maria de Fatima Viegas Faria Lima, a parcela alusiva à GDIBGE, por haver sido calculada conforme à decisão judicial transitada em julgado e com o acordo homologado na fase de cumprimento de sentença, poderá subsistir, sendo desnecessária a emissão de novo ato concessório;

9.3. dar conhecimento desta deliberação à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1536-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1537/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.807/2017-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).

3.2. Responsáveis: Cesar Augusto Goncalves (232.604.247-68); Francisca Regina Magalhaes Cavalcante (142.838.833-87); Freda Azevedo Dias (782.175.556-72); Instituto Brasileiro de Hospedagem - Ibh (04.785.175/0001-02).

3.3. Recorrentes: Cesar Augusto Goncalves (232.604.247-68); Instituto Brasileiro de Hospedagem - Ibh (04.785.175/0001-02).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Distrito Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Mauro Porto (12.878/OAB-DF), representando Instituto Brasileiro de Hospedagem - Ibh; Denyze Naves de Souza e Silva (OAB/DF 31.307), Fernanda Barbosa Antunes (OAB/DF 46.529) e outros, representando Cesar Augusto Goncalves.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos ao Acórdão 7.382/2024-1ª Câmara, apresentados pelo Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH (CPNJ 04.785.175/0001-02) e pelo seu presidente, Sr. César Augusto Gonçalves (CPF 232.604.247-68),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com base no art. 287 do Regimento Interno do TCU para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. cientificar os recorrentes acerca do teor desta decisão.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1537-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1538/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 013.918/2024-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessadas: Maria Eva Pereira de Oliveira, CPF 560.468.981-53, Aurea Ribeiro Garcia, CPF 344.217.691-34, Maria Madalena Borges, CPF 279.336.791-53, Beatriz Bello de Faria Figueiredo, CPF 003.235.221-22, e Ivonete Reis de Araújo, CPF 230.225.666-20.

4. Órgão/Entidade/ Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, em:

9.1. considerar legais os atos constantes das peças 4/7, relativos às pensões civis de Aurea Ribeiro Garcia, Maria Madalena Borges, Beatriz Bello de Faria Figueiredo e de Ivonete Reis de Araújo, autorizando-lhes os respectivos registros, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à pensão civil de Maria Eva Pereira de Oliveira, negando-lhe o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.3. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.4. determinar ao órgão de origem que:

9.4.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, comunique a interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. alerte a Sr.^a Maria Eva Pereira de Oliveira no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.4.4. com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º do Regimento Interno, e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, emita, no prazo de 30 dias, novo ato da pensão civil de Maria Eva Pereira de Oliveira, livre da irregularidade ora apontada, tendo como fundamento a Emenda Constitucional 70/2012, com a indicação expressa da garantia da paridade entre o valor da pensão e da remuneração do cargo que o instituidor ocupou em atividade.

9.5. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Saúde;

9.6. determinar à AudPessoal que:

9.6.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.4.1 a 9.4.4 deste Acórdão;

9.6.2. arquite os autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1538-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1539/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC 016.660/2024-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão civil.

3. Interessada: Maria Aurea Siqueira, CPF 071.666.457-76.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II do Regimento Interno desta Corte de Contas, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à pensão civil de Maria Aurea Siqueira, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique a interessada o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. transforme a parcela correspondente a “quintos/décimos” incorporados pelo exercício da função comissionada FC-2 posteriormente a 8/4/1998 em parcela compensatória, sujeita a absorção por quaisquer reajustes posteriores a 17/9/2020, data do trânsito em julgado da decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;

9.3.3. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, e envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a Sr.^a Maria Aurea Siqueira teve ciência desta deliberação;

9.3.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

9.5. determinar à AudPessoal que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão;

9.5.2. cumpridos os termos deste acórdão, arquive os autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1539-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1540/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 020.375/2024-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Maria Eliete Moreira Carneiro Zanini, CPF 367.384.683-34; Graciette de Aragão Ramalho, CPF 249.016.012-53; Lindaura Melo Vieira, CPF 049.204.812-68; Maria Aparecida Gomes Vieira Ripardo, CPF 451.130.253-72; Teodora Gomes de Sousa, CPF 339.429.943-72; Lídia Maria Pereira Aguiar, CPF 411.217.405-53; Sônia Regina de Aguiar, CPF 168.996.605-04, e Rosania Maria Carvalho da Silva, CPF 375.755.703-49.

4. Unidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais os atos constantes das peças 3/6, relativos às pensões militares de Graciette de Aragão Ramalho, Lindaura Melo Vieira, Maria Aparecida Gomes Vieira Ripardo, Teodora Gomes de Sousa, Lídia Maria Pereira Aguiar, Sônia Regina de Aguiar e de Rosania Maria Carvalho da Silva, autorizando-lhes o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à pensão militar de Maria Eliete Moreira Carneiro Zanini, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.3. dispensar a devolução das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.4. determinar ao órgão de origem que:

9.4.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. dê ciência às interessadas do inteiro teor deste Acórdão, alertando a Sr.^a Maria Eliete Moreira Carneiro Zanini no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. proceda ao cálculo da pensão militar da Sr.^a Maria Eliete Moreira Carneiro Zanini, adotando como referência o posto/graduação de Major e emita, com fulcro nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno, e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, no prazo de 30 dias, novo ato concessório, escoimado da irregularidade ora apontada, para oportuna deliberação do Tribunal;

9.4.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Defesa-Comando do Exército;

9.6. determinar à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) que:

9.6.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.4.1 a 9.4.4 deste aresto;

9.6.2. arquivar os autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1540-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1541/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.500/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessados: Larmed Distribuidora de Medicamentos e Material Médico Hospitalar Ltda. (10.831.701/0001-26); Prefeitura Municipal de Bayeux - PB (08.924.581/0001-60).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bayeux - PB.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

8. Representação legal: Maklyste Oliveira Lima (OAB/PB 21.413) e Enilson Jose do Nascimento Cavalcanti (OAB/PB 20.926), representando Larmed Distribuidora de Medicamentos e Material Médico Hospitalar Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB) acerca de possíveis irregularidades no processo de adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) 16/2017, o qual resultou na celebração do Contrato 78/2017, entre a Prefeitura Municipal de Bayeux/PB e a empresa Larmed Distribuidora de Medicamentos e Material Médico Hospitalar Eireli, cujo objeto consistiu no fornecimento de material médico hospitalar para atender a necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bayeux/PB,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. reiterar as diligências e oitivas à Prefeitura Municipal de Bayeux/PB e à Prefeitura Municipal de Monteiro/PB propostas à peça 11 e determinadas à peça 13;

9.2. alertar à Prefeitura Municipal de Bayeux/PB e à Prefeitura Municipal de Monteiro/PB que:

9.2.1. o não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, de diligência promovida pelo TCU poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, a qual prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, inciso IV e § 3º, do Regimento Interno do TCU; e

9.2.2. o não atendimento da diligência e, conseqüentemente, a não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais recebidos pela municipalidade pode resultar na glosa das despesas com a conseqüente instauração de processo de tomada de contas especial para apuração do dano, identificação dos responsáveis e ressarcimento ao erário, nos termos do art. 93 do Decreto Lei 200/1967.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1541-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1542/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.995/2022-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Revisão de Ofício (em Ato de Aposentadoria).

3. Interessado: Evaldo Neves Nogueira, CPF 225.912.141-15.

4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, na presente fase, da revisão de ofício de ato de concessão de aposentadoria cujo registro tácito foi reconhecido por este Tribunal via Acórdão 8068/2023 - TCU - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. autorizar a AudPessoal a, cumpridos os termos deste acórdão, arquivar os presentes autos, considerando o afastamento do indicativo de irregularidade anteriormente apontado que fundamentava a revisão de ofício do ato de concessão inicial de aposentadoria a Evaldo Neves Nogueira (ato nº 21319/2018).

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1542-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1543/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.721/2022-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará (26.989.350/0009-73).

3.2. Responsável: Joana D'Arc Batista Carvalho (320.696.263-34).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Paraipaba - CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Orestes Lisboa Alves do Nascimento Filho (OAB/CE 20.814) e Eugênio Aguiar Camurça (OAB/CE 20.814), representando Joana D’Arc Batista Carvalho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará, em desfavor de Joana D’Arc Batista Carvalho, prefeita de Paraipaba/CE na gestão 2009-2012, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio 1381/2007, registro Siafi 620603, que tinha por objeto a execução de sistema de abastecimento de água,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela responsável Joana D’Arc Batista Carvalho (CPF: 320.696.263-34);

9.2. julgar irregulares as contas de Joana D’Arc Batista Carvalho, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e arts. 202, §§ 1º e 6º e 209, incisos II e III, do Regimento Interno do Tribunal, condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU:

Data de Ocorrência	Valor Histórico (R\$)	Natureza
18/10/2010	74.544,42	Débito
22/02/2011	712,86	Crédito

9.3. aplicar à Sra. Joana D’Arc Batista Carvalho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R\$ 15.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Ceará, em cumprimento ao que dispõe o § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU; e

9.6. dar ciência da presente deliberação à Funasa e à responsável.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1543-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1544/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.626/2021-4.

1.1. Apenso: 038.132/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde/MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Alan Lanes Santiago Tavares (922.721.427-53); Município de Araruama/RJ (28.531.762/0001-33); Rejane da Silva Gomes Lima (069.507.437-77).

4. Entidade: Município de Araruama/RJ.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, relativa ao uso de recursos repassados pela União, na modalidade fundo a fundo, ao município de Araruama/RJ.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a Sra. Rejane da Silva Gomes Lima, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as razões de justificativa do Sr. Alan Lanes Santiago Tavares;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas do município de Araruama/RJ, dando-lhe quitação, com base nos arts. 16, II, 18 e 23 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RI/TCU;

9.4. aplicar aos responsáveis a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, II, do RI/TCU, nos seguintes valores:

9.4.1. Rejane da Silva Gomes Lima, R\$ 6.000,00 (seis mil reais);

9.4.2. Alan Lanes Santiago Tavares, R\$ 4.350,00 (quatro mil e trezentos e cinquenta reais);

9.4.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, “a”, do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 28, II, da Lei 8.443/1992 e 219, II, do RI/TCU, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão ao Fundo Nacional de Saúde, ao município de Araruama/RJ e aos responsáveis;

9.8. informar aos interessados que esta deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1544-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1545/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.639/2023-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

- 3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
- 3.2. Responsáveis: Francisco Suares de Lima (062.075.328-56); Odair Silis (543.269.078-00).
4. Órgão: Município de Monte Castelo/SP.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Wilson Tetsuo Hirata (OAB/SP 45.512), representando Odair Silis.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, relativa à aplicação dos recursos federais repassados ao município de Monte Castelo/SP, no âmbito do convênio 710206/2008.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Odair Silis;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Odair Silis, nos termos dos arts. 1º, I, e 16, III, “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data especificada até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, “a”, do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)	Tipo da parcela
7/7/2008	700.000,00	Débito
3/9/2010	644.217,34	Crédito

9.3. aplicar ao Sr. Odair Silis a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal (art. 214, III, “a”, do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 219, II, do RI/TCU e 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizados monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.7. enviar cópia deste acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável;

9.8. informar aos interessados que esta deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte ao de sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1545-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1546/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.104/2024-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Doralice Ramos da Silva (122.615.643-68).
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Doralice Ramos da Silva mas, excepcionalmente, conceder-lhe o registro, com fundamento no art. 7º, II, da Resolução TCU 353/2023;

9.2. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1546-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1547/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.054/2023-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
 - 3.2. Responsável: Francisca Silvana Alves Malheiros Araújo (332.887.713-49).
4. Entidade: Município de Morros/MA.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, relativa à aplicação dos recursos repassados ao município de Morros/MA por meio do termo de compromisso PAC 202181/2011.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a Sra. Francisca Silvana Alves Malheiros Araújo, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Francisca Silvana Alves Malheiros Araújo, com base nos arts. 1º, I, e 16, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 18 e 23, II, da mesma lei;

9.3. informar aos interessados que esta deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

9.4. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1547-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1548/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.292/2024-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Ester Bárbara da Silva (337.983.112-34); Luís Soares (491.353.257-04); Milsa Valadares Coutinho (438.933.507-30); Tereza Cristina Marcelino Soares (025.502.497-55); Walter Palis Ventura (009.609.808-22).

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pelo Ministério da Saúde.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria da Sra. Ester Bárbara da Silva, do Sr. Luís Soares e da Sra. Tereza Cristina Marcelino Soares e conceder-lhes o registro;

9.2. determinar o registro tácito do ato de aposentadoria da Sra. Milsa Valadares Coutinho, a partir de 21/7/2016, e considerar prescrito o prazo de revisão de ofício, a partir de 21/7/2021;

9.3. determinar à AudPessoal que examine a legalidade do acúmulo de vínculos laborais pelo Sr. Walter Palis Ventura.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1548-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1549/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.159/2024-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Ivan Dionízio Braga (402.506.366-20).

4. Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

- 9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Ivan Dionízio Braga e recusar-lhe o registro;
- 9.2. dispensar a reposição das quantias indevidamente recebidas, presumidamente de boa-fé, consoante o enunciado 106 da súmula de jurisprudência deste Tribunal;
- 9.3. determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear que:
 - 9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente das irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN/TCU 78/2018;
 - 9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN/TCU 78/2018;
 - 9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato em exame, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN/TCU 78/2018;
 - 9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, informando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não o exime da devolução dos valores recebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN/TCU 78/2018;
- 9.4. encerrar o presente processo e arquivar os autos.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1549-06/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1550/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.481/2024-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessados: Cláudia de Souza Guimarães (030.293.337-95); Laura de Souza Guimarães Rosa (994.661.717-04); Luiz de Souza Guimarães (030.021.477-45); Paula Roberta Loureiro Guimarães (113.274.507-12).
4. Órgão: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar concedida pelo Comando da Marinha.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

 - 9.1. considerar ilegal o ato de pensão militar instituída pelo Sr. Orlando Guimarães e negar-lhe o registro;
 - 9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas, presumidamente de boa-fé, com fundamento no enunciado 106 da súmula de jurisprudência deste Tribunal;
 - 9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento decorrente das irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN/TCU 78/2018;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN/TCU 78/2018;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato objeto desta decisão, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN/TCU 78/2018;

9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, informando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não os exime da devolução dos valores recebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN/TCU 78/2018;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1550-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1551/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.228/2022-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Rafael Porto dos Santos (103.565.844-53).

3.2. Recorrente: Rafael Porto dos Santos (103.565.844-53).

4. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 8.504/2024-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro à aposentadoria do interessado,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo sr. Rafael Porto dos Santos para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à entidade de origem.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1551-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1552/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.448/2024-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Responsável: Rodrigo da Silva (099.461.327-02).
4. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em desfavor do Sr. Rodrigo da Silva, em razão de não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados por meio do Termo de Concessão e Aceitação de Bolsa no Exterior (GDE) - Processo CNPq 238289/2012-5, em face da omissão no dever de prestar contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas do Sr. Rodrigo da Silva, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU.

Débitos relacionados ao responsável Rodrigo da Silva:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
12/11/2012	18.804,48
15/7/2022	552.763,67

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.3. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, § 1º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas mensais, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao responsável.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1552-06/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1553/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.322/2023-0.
- 1.1. Apenso: 023.990/2024-4
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Pensão Civil)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessada: Maria Selma Carvalho Rezende (539.768.516-04).
 - 3.2. Recorrente: Maria Selma Carvalho Rezende (539.768.516-04).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: não atuaram.
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB-DF 22.256) e outros, representando Maria Selma Carvalho Rezende.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 388/2025-1ª Câmara, alusivo a pensão civil concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

 - 9.1. não conhecer dos embargos de declaração opostos pela sra. Maria Selma Carvalho Rezende;
 - 9.2. dar ciência desta deliberação à embargante e ao órgão de origem.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1553-06/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1554/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.471/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Responsável: Sandro Matos Pereira (006.916.607-27).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São João de Meriti/RJ; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Humberto Motta da Silva (OAB-RJ 146.230), representando Município de São João de Meriti/RJ.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União ao Município de São João de Meriti/RJ por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2015,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

 - 9.1. considerar revel o Sr. Sandro Matos Pereira, para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fulcro no arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas do Sr. Sandro Matos Pereira, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
21/10/2015	9.289,67
28/10/2015	1.980.000,00
27/11/2015	119.025,63

9.3. aplicar ao Sr. Sandro Matos Pereira, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, a multa prevista no art. 57 da mesma lei, no valor de R\$ 360.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU), atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para o ajuizamento das ações que considerar cabíveis; e

9.6. remeter cópia deste acórdão ao tomador de contas e ao responsável.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1554-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1555/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.359/2024-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Jadir Leite de Oliveira (266.360.261-20).

4. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Ministério da Fazenda, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. Jadir Leite de Oliveira, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao sr. Jadir Leite de Oliveira, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1555-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1556/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.689/2024-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Ari Marques de Castro (551.470.628-15).

4. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo antigo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. Ari Marques de Castro, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à unidade jurisdicionada competente que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao sr. Ari Marques de Castro, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1556-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1557/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.703/2024-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Ivan Dionysio Aronne (825.875.078-04).

4. Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. Ivan Dionysio Aronne, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao sr. Ivan Dionysio Aronne, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1557-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1558/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 042.969/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
 - 3.2. Responsáveis: Carlos Alberto Lopes Pereira (279.759.323-53); Luís Gonzaga Barros (557.250.153-00).
 - 3.3. Recorrente: Luís Gonzaga Barros (557.250.153-00).
4. Entidade: Município de São Bento - MA.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Sebastião Moreira Maranhão Neto (OAB-MA 6.297), Carlos José Luna dos Santos Pinheiro (OAB-MA 7.452), Alexandre da Costa Silva Barbosa (OAB/MA 11.109-A), Eduardo Loiola da Silva (OAB/MA 11.773-A), José Hellas Sekeff do Lago (OAB/MA 7.744), Frederico de Sousa Almeida Duarte (OAB/MA 11.681), Amanda Correa Fernandes (OAB/MA 27.720) e outros, representando Luís Gonzaga Barros.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo sr. Luís Gonzaga Barros contra o Acórdão 9.414/2023-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

 - 9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo sr. Luís Gonzaga Barros para, no mérito, negar-lhe provimento; e
 - 9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1558-06/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1559/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 045.740/2021-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Responsáveis: Coaracy Gentil Monteiro Nunes Filho (031.405.127-91); Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (29.980.273/0001-21).
 - 3.2. Recorrente: Maria da Glória Paes de Carvalho Nunes (768.818.067-87).
4. Órgão/Entidade: Controladoria - Geral da União.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Maria da Gloria Paes de Carvalho Nunes, representando Coaracy Gentil Monteiro Nunes Filho; Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira (OAB-SP 287.546), representando Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos; Marcelo Franklin dos Santos Filho (OAB-RJ 105.516) e Wagner Dias da Silva (OAB-RJ 212.278), representando Maria da Gloria Paes de Carvalho Nunes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo espólio do Sr. Coaracy Gentil Monteiro Nunes Filho ao Acórdão 10.014/2024-1ª Câmara, prolatado no âmbito de tomada de contas especial instaurada pela Controladoria-Geral da União (CGU), em desfavor da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA) e do ora embargante (falecido), presidente da entidade no período de 9/3/2013 a 22/3/2017, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos da União repassados por meio do Convênio 01/2016, cujo objeto foi descrito como “Implementação de ações/projetos, destinados ao fomento/desenvolvimento do desporto, em conformidade com o ano de 2016, apresentado pela Conveniente ao COB”,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com base no art. 287 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. promover, em face de erro material, o apostilamento do subitem 9.3 do Acórdão 10.014/2024-1ª Câmara, sessão de 19/11/2024, Ata 43/2024, com base na Súmula-TCU 145, com a seguinte proposta de alteração:

Onde se lê: “[...] o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. [...]”

Leia-se: “[...] o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), nos termos do art. [...]”;

9.3. comunicar o recorrente, a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA) e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) do teor da presente deliberação.

10. Ata nº 6/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/3/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1559-06/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1560/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Sandra Maria Leandra Machado, emitido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da Constituição Federal;

Considerando que a unidade técnica e o MP/TCU identificaram nos proventos o pagamento da parcela de Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infraestrutura de Informações Geográficas e Estatísticas (GDIBGE) na mesma proporção paga aos servidores em atividade por força de decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que a irregularidade em questão é tema de jurisprudência pacificada nesta Corte, no sentido da ilegalidade do pagamento da referida gratificação aos inativos e pensionistas na mesma proporção paga aos servidores ativos, por ofensa ao disposto no art. 149 da Lei 11.355/2006, o qual estabelece que o valor dessa parcela, nos proventos de aposentadorias e pensões, deve corresponder a 50% do pago aos servidores em atividade, a exemplo dos Acórdãos 4.800/2024-TCU-1ª Câmara, relator o E. Ministro Jorge Oliveira; 4.004/2024-TCU-2ª Câmara, relator o E. Ministro Vital do Rêgo; 3.993/2024-TCU-2ª Câmara, relator o E. Ministro Antonio Anastasia; 3.550/2023-TCU-1ª Câmara, relator o E. Ministro Benjamin Zymler; 3.230/2022-TCU-1ª Câmara, relator o E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e 1.551/2022-TCU-2ª Câmara, relator o E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;

Considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, em 8/8/2011, proferida no Mandado de Segurança Coletivo 0002254-59.2009.4.02.5101, impetrado pela Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, perante a 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro;

Considerando que, na fase de cumprimento de sentença, houve dúvida quanto ao que efetivamente restou decidido por meio da decisão transitada em julgado, tendo sido realizado acordo homologado em juízo entre o IBGE e a associação dos servidores, nos seguintes termos:

Por ambas as partes, foi acordado que a execução do julgado dar-se-á da seguinte forma: será criada uma rubrica a título de cumprimento de decisão judicial e a gratificação a ser paga sob tal rubrica, somada à gratificação hoje percebida pelos inativos, deverá corresponder a 100% da gratificação institucional em vigor paga aos servidores ativos e ainda a metade da gratificação individual em seu percentual máximo, conforme cada período de avaliação considerado. (grifos inseridos)

Considerando que, no caso de servidores ativos, a GDIBGE, nos termos do art. 80 da Lei 11.355/2006, é composta por uma parte referente à avaliação de desempenho institucional (até 80 pontos) e outra vinculada à avaliação de desempenho individual (até 20 pontos);

Considerando que, nos termos da mencionada sentença homologatória, acordou-se que os servidores aposentados devem receber 100% da parcela institucional (80 pontos) e 50% da individual (10 pontos), totalizando 90 pontos;

Considerando que a decisão judicial ampara a continuidade dos pagamentos irregulares, mas não impede a livre apreciação, pelo Tribunal de Contas da União, do ato de aposentadoria;

Considerando que, no exercício de sua competência, o TCU pode manifestar entendimento diferente do declarado por instâncias do Poder Judiciário, inclusive mediante a apreciação pela ilegalidade de atos de aposentadoria amparados por decisão judicial;

Considerando que, a despeito da ilegalidade do ato, deve ser ordenado o registro excepcional, visto que possui amparo em decisão judicial definitiva, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos artigos 143, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU e no artigo 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da Sra. Sandra Maria Leandra Machado, concedendo-lhe registro excepcional, em face de decisão judicial apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros; e

b) esclarecer à entidade de origem que, a despeito da ilegalidade do ato, a aposentadoria poderá ser mantida, com a produção de seus efeitos financeiros, dispensando-se a emissão de novo ato, em observância à decisão judicial transitada em julgado proferida no Mandado de Segurança Coletivo 0002254-59.2009.4.02.5101, proposta originalmente perante a 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

1. Processo TC-001.089/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sandra Maria Leandra Machado (136.897.701-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1561/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressaltando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais referentes ao ato em análise, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1. Processo TC-001.116/2025-8 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: Lidia de Souza da Cruz (013.670.017-90).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1562/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1. Processo TC-001.145/2025-8 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: Lenir Mohana Silva Lima (080.452.753-91).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1563/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- 1. Processo TC-001.204/2025-4 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Luciani Nogueira de Paiva Francelino (835.571.727-91); Maria de Fatima Nunes dos Santos Gomes (670.310.487-53); Moacir de Oliveira Miranda (077.768.882-49); Sueli Volino Machado (454.308.107-20).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1564/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.229/2025-7 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Carlos Alberto Lopes (123.421.304-49); Francisco Dias Teixeira (319.985.181-91).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1565/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.244/2025-6 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Francisco de Assis de Sousa (223.694.659-72); Maria de Lourdes Vargas (481.804.249-87); Olga Maria dos Santos (332.228.867-68); Ondina Rosa (252.172.919-15); Remy Jose Fontana (116.525.609-63).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1566/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.294/2025-3 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Divaldo Marques de Carvalho (226.930.251-68); Maria Silvia Bueno de Oliveira Cordeiro dos Santos (070.803.358-09); Marli Aparecida Maziero Castro (051.712.838-18); Teresinha Maria Ribeiro de Moura (308.518.311-68); Terezinha de Jesus Ramos Rabelo (072.902.682-53).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1567/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.319/2025-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Catarina Dileta Almeida Guedes (496.654.050-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1568/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.328/2025-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Nicolau da Silva (026.236.918-43).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - MCTI.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1569/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.203/2024-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Antonia Silva Macedo (587.554.206-30).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1570/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea “e”, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar excepcionalmente o prazo, por mais trinta dias, a contar do dia útil seguinte à juntada do requerimento, para que a Universidade Federal de Pernambuco cumpra as determinações exaradas no Acórdão 8.245/2024 - TCU - 1ª Câmara.

1. Processo TC-004.780/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Nadia Ceres Mendes Knoechelmann (063.448.874-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1571/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea “e”, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em estender o prazo, em caráter improrrogável, por mais trinta dias, a contar do dia 20/2/2025, para que o Instituto Nacional do Seguro Social cumpra as determinações exaradas no Acórdão 10.176/2024-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-012.331/2020-1 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessado: Pedro Adao Lucas D'avila (097.242.650-72).
- 1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Pelotas/RS - INSS/MPS.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1572/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea “e”, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, excepcionalmente, o prazo, por mais por quinze dias para o cumprimento do subitem 1.7.1.1 e por trinta dias para cumprimento dos subitens 1.7.1.2 e 1.7.1.3 do Acórdão 9.241/2024 - TCU-1ª Câmara, a contar do dia útil seguinte à juntada do requerimento, em 14/2/2025.

1. Processo TC-021.973/2022-9 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessado: Rui Borges da Costa (161.700.164-34).
- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1573/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Carlos Alberto Vieira Costa, emitido pela Universidade Federal da Bahia e submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988.

Considerando que a unidade técnica identificou o pagamento irregular da vantagem “quintos/décimos” oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 e das parcelas remuneratórias intituladas “VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05”, “ANUENIO-ART.244, LEI 8112/90 AP” e “IQ - 30% AP”, razão pela qual propôs julgar o ato ilegal, com a negativa de seu registro;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU anuiu ao encaminhamento formulado pela unidade técnica;

Considerando que a irregularidade referente aos “quintos/décimos” é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 6.615/2022-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Antonio Anastasia), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos:

Os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil

Considerando que o interessado é beneficiário de decisão judicial transitada em julgado favorável à incorporação dos quintos decorrentes de funções gratificadas ou de cargos em comissão exercidos no período de vigência da Lei 9.624/98 até o advento da MP 2225-45;

Considerando que, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, ainda que a concessão em análise seja considerada ilegal, deve ser mantida a incorporação de quintos/décimos, pelo exercício de função comissionada ou cargo de confiança entre 8/4/1998 e 4/9/2001, tendo em vista que decorre de decisão judicial que transitou em julgado;

Considerando que a parcela remuneratória intitulada "VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05" correspondente à parcela compensatória "Vencimento Básico Complementar (VBC)", implantada nos termos do art. 15 da Lei 11.091/2005, já deveria ter sido absorvida, nos termos dos §§ 2º e 3º dessa lei;

Considerando, ainda, que o pagamento de Adicional por Tempo de Serviço (ATS) efetuado com base na soma dos valores das rubricas "Provento Básico" e VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05 contraria o entendimento da Corte de Contas de que, conforme o art. 67 da lei 8.112/1990, o ATS deve ser calculado apenas com base na rubrica de "Provento Básico";

Considerando que a rubrica referente ao incentivo à qualificação (IQ-INCENT QUALIFICAÇÃO 30% AP) foi calculada sobre o valor resultante da soma do vencimento básico (VB) com o vencimento básico complementar (VBC), sendo irregular a inclusão do VBC, pois este já deveria ter sido totalmente absorvido.

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando a presunção de boa-fé do Sr. Carlos Alberto Vieira Costa;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria ao Sr. Carlos Alberto Vieira Costa, negando-lhe registro;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.050/2024-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Alberto Vieira Costa (036.153.915-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Universidade Federal da Bahia que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias as providências adotadas, nos termos dos artigos 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Carlos Alberto Vieira Costa, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso não seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.1.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo sessenta dias, nos termos do artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1574/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Mirian Raquel Mendes Okazaki, emitido pela Universidade Federal do Paraná e submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988.

Considerando que a unidade técnica identificou o pagamento irregular das parcelas remuneratórias intituladas "VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05", "ANUENIO-ART.244, LEI 8112/90 AP" e "IQ - 30% - LEI 11.091/05 AP", razão pela qual propôs julgar o ato ilegal, com a negativa de seu registro;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU anuiu ao encaminhamento formulado pela unidade técnica;

Considerando que a parcela remuneratória intitulada "VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05" correspondente à parcela compensatória "Vencimento Básico Complementar (VBC)", implantada nos termos do art. 15 da Lei 11.091/2005, já deveria ter sido absorvida, nos termos dos §§ 2º e 3º dessa lei;

Considerando, ainda, que o pagamento de Adicional por Tempo de Serviço (ATS) efetuado com base na soma dos valores das rubricas "Provento Básico" e VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05 contraria o entendimento da Corte de Contas de que, conforme o art. 67 da lei 8.112/1990, o ATS deve ser calculado apenas com base na rubrica de "Provento Básico";

Considerando que a rubrica referente ao incentivo à qualificação (IQ - 30% - LEI 11.091/05 AP) foi calculada sobre o valor resultante da soma do vencimento básico (VB) com o vencimento básico complementar (VBC), sendo irregular a inclusão do VBC, pois este já deveria ter sido totalmente absorvido.

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando a presunção de boa-fé da Sra. Mirian Raquel Mendes Okazaki;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria à Sra. Mirian Raquel Mendes Okazaki, negando-lhe registro;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.105/2024-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Mirian Raquel Mendes Okazaki (446.774.219-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Universidade Federal do Paraná que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos artigos 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à Sra. Mirian Raquel Mendes Okazaki, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso não seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.1.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo sessenta dias, nos termos do artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1575/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Neri dos Santos Custodio, emitido pela Universidade Federal de Minas Gerais e submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica identificou o pagamento irregular das parcelas remuneratórias intituladas "VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05", "ANUENIO-ART.244, LEI 8112/90 AP" e "IQ-INCENT QUALIFICAÇÃO 30% AP", razão pela qual propôs julgar o ato ilegal, com a negativa de seu registro;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU anuiu ao encaminhamento formulado pela unidade técnica;

Considerando que a parcela remuneratória intitulada "VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05" correspondente à parcela compensatória "Vencimento Básico Complementar (VBC)", implantada nos termos do art. 15 da Lei 11.091/2005, já deveria ter sido absorvida, nos termos dos §§ 2º e 3º dessa lei;

Considerando, ainda, que o pagamento de Adicional por Tempo de Serviço (ATS) efetuado com base na soma dos valores das rubricas "Provento Básico" e VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05 contraria o entendimento da Corte de Contas de que, conforme o art. 67 da lei 8.112/1990, o ATS deve ser calculado apenas com base na rubrica de "Provento Básico";

Considerando que a rubrica referente ao incentivo à qualificação (IQ-INCENT QUALIFICAÇÃO 30% AP) foi calculada sobre o valor resultante da soma do vencimento básico (VB) com o vencimento básico complementar (VBC), sendo irregular a inclusão do VBC, pois este já deveria ter sido totalmente absorvido.

Considerando que o ex-servidor era ocupante do cargo de Porteiro, cuja escolaridade exigida é o de nível fundamental, segundo as informações do ato (peça 3, p. 1), porém foi-lhe concedido incentivo à qualificação, no percentual de 30%, relativo à "especialização" (peça 3, p. 6), mas não há certificado de escolaridade anexado ao ato que comprove a regularidade do recebimento da parcela.

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando a presunção de boa-fé do Sr. Neri dos Santos Custodio;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, para evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria ao Sr. Neri dos Santos Custodio, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.132/2024-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Neri dos Santos Custodio (344.475.716-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas, nos termos dos artigos 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Neri dos Santos Custodio, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso não seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo sessenta dias, nos termos do artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

ACÓRDÃO Nº 1576/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Kenju Tatani, emitido pela Universidade Federal de São Paulo e submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988.

Considerando que a unidade técnica identificou o pagamento das parcelas remuneratórias intituladas “VB.COMP.ART.15 L11091/05 AP”, “ANUÃ?NIO-ART.244,LEI 8112/90 AP” e “IQ - 30% - LEI 11.091/05 AP”, razão pela qual propôs julgar o ato ilegal, com a negativa de seu registro;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU anuiu ao encaminhamento formulado pela unidade técnica;

Considerando que a parcela remuneratória intitulada “VB.COMP.ART.15 L11091/05 AP” correspondente à parcela compensatória “Vencimento Básico Complementar (VBC)”, implantada nos termos do art. 15 da Lei 11.091/2005, já deveria ter sido absorvida, nos termos dos §§ 2º e 3º dessa lei;

Considerando, ainda, que o pagamento de Adicional por Tempo de Serviço (ATS) efetuado com base na soma dos valores das rubricas “Provento Básico” e VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05 contraria o entendimento da Corte de Contas de que, conforme o art. 67 da lei 8.112/1990, o ATS deve ser calculado apenas com base na rubrica de “Provento Básico”;

Considerando que a rubrica referente ao incentivo à qualificação (IQ - INCENT.A QUALIFICACAO 30%) foi calculada sobre o valor resultante da soma do vencimento básico (VB) com o vencimento básico complementar (VBC), sendo irregular a inclusão do VBC, pois este já deveria ter sido totalmente absorvido;

Considerando que o ex-servidor era ocupante do cargo de “MEDICO/AREA”, cuja escolaridade exigida é o de nível superior, segundo as informações do ato (peça 5, p. 1), porém foi-lhe concedido incentivo à qualificação, no percentual de 30%, relativo à “especialização” (peça 5, p. 10), mas não há certificado de escolaridade anexado ao ato que comprove a regularidade do recebimento da parcela;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando a presunção de boa-fé do Sr. Kenju Tatani;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria ao Sr. Kenju Tatani, negando-lhe registro;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.150/2024-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Kenju Tatani (073.200.048-36).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Universidade Federal de São Paulo que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias as providências adotadas, nos termos dos artigos 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Kenju Tatani, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso não seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.1.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo sessenta dias, nos termos do artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1577/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Maria da Penha Rodrigues Trancoso de Oliveira, emitido pela Universidade Federal do Espírito Santo e submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988.

Considerando que a unidade técnica identificou o pagamento das parcelas remuneratórias intituladas “VB.COMP.ART.15 L11091/05 AP”, “ANUÃ?NIO-ART.244,LEI 8112/90 AP” e “IQ-INCENT QUALIFICAÇÃO 20% AP”, razão pela qual propôs julgar o ato ilegal, com a negativa de seu registro;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU anuiu ao encaminhamento formulado pela unidade técnica;

Considerando que a parcela remuneratória intitulada “VB.COMP.ART.15 L11091/05 AP” correspondente à parcela compensatória “Vencimento Básico Complementar (VBC)”, implantada nos termos do art. 15 da Lei 11.091/2005, já deveria ter sido absorvida, nos termos dos §§ 2º e 3º dessa lei;

Considerando, ainda, que o pagamento de Adicional por Tempo de Serviço (ATS) efetuado com base na soma dos valores das rubricas “Provento Básico” e “VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05” contraria o entendimento da Corte de Contas de que, conforme o art. 67 da lei 8.112/1990, o ATS deve ser calculado apenas com base na rubrica de “Provento Básico”;

Considerando que a rubrica referente ao incentivo à qualificação (IQ-INCENT QUALIFICAÇÃO 20% AP) foi calculada sobre o valor resultante da soma do vencimento básico (VB) com o vencimento básico complementar (VBC), sendo irregular a inclusão do VBC, pois este já deveria ter sido totalmente absorvido.

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando a presunção de boa-fé da Sra. Maria da Penha Rodrigues Trancoso de Oliveira;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria à Sra. Maria da Penha Rodrigues Trancoso de Oliveira, negando-lhe registro;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-026.686/2024-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria da Penha Rodrigues Trancoso de Oliveira (578.815.707-25).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Universidade Federal do Espírito Santo que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias as providências adotadas, nos termos dos artigos 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à Sra. Maria da Penha Rodrigues Trancoso de Oliveira, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso não seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.1.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo sessenta dias, nos termos do artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1578/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Aurenice do Carmo Mendes Cesar, emitido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear- CNEN e submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988.

Considerando que a unidade técnica identificou o pagamento da parcela remuneratória intitulada “—DIF.VENC.DECISAO TCU 068/98—”, razão pela qual propôs julgar o ato ilegal, com a negativa de seu registro;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU anuiu ao encaminhamento formulado pela unidade técnica;

Considerando que a parcela remuneratória intitulada “—DIF.VENC.DECISAO TCU 068/98—” tem origem na aplicação das Leis 8.216/1991 e 8.270/1991, que reestruturaram as tabelas de vencimentos dos servidores do Poder Executivo sob o regime jurídico único da Lei 8.112/1990;

Considerando que a vantagem foi instituída com o propósito de evitar redução remuneratória aos servidores da CNEN, anteriormente regidos pela legislação trabalhista;

Considerando que, com a implementação de novas estruturas remuneratórias mais vantajosas, a referida diferença deveria ser progressivamente absorvida, conforme o art. 103 do Decreto-Lei 200/1967;

Considerando que a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal estabelece que não há direito adquirido à manutenção de regime de composição de vencimentos ou proventos, assegurando-se apenas a irredutibilidade remuneratória;

Considerando que, no caso específico, a remuneração dos servidores sofreu expressivo reajuste desde a criação da “diferença de vencimentos”, descaracterizando a necessidade de sua manutenção com fundamento na irredutibilidade salarial;

Considerando, ainda, que o pagamento de Adicional por Tempo de Serviço (ATS) efetuado com base na soma dos valores das rubricas “Provento Básico” e “—DIF.VENC.DECISAO TCU 068/98—” contraria o entendimento da Corte de Contas de que, conforme o art. 67 da lei 8.112/1990, o ATS deve ser calculado apenas com base na rubrica de “Provento Básico”;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando a presunção de boa-fé da Sra. Aurenice do Carmo Mendes Cesar;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria à Sra. Aurenice do Carmo Mendes Cesar, negando-lhe registro;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-026.701/2024-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Aurenice do Carmo Mendes Cesar (625.218.027-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias as providências adotadas, nos termos dos artigos 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à Sra. Aurenice do Carmo Mendes Cesar, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso não seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.1.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo sessenta dias, nos termos do artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1579/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Ilma Santos Alves, emitido pela Universidade Federal Fluminense e submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988.

Considerando que a unidade técnica identificou o pagamento das parcelas remuneratórias intituladas “VB.COMP.ART.15 L11091/05 AP”, “ANUÃ?NIO-ART.244,LEI 8112/90 AP” e “IQ-INCENT QUALIFICAÇÃO 15% AP”, razão pela qual propôs julgar o ato ilegal, com a negativa de seu registro;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU anuiu ao encaminhamento formulado pela unidade técnica;

Considerando que a parcela remuneratória intitulada “VB.COMP.ART.15 L11091/05 AP” correspondente à parcela compensatória “Vencimento Básico Complementar (VBC)”, implantada nos termos do art. 15 da Lei 11.091/2005, já deveria ter sido absorvida, nos termos dos §§ 2º e 3º dessa lei;

Considerando, ainda, que o pagamento de Adicional por Tempo de Serviço (ATS) efetuado com base na soma dos valores das rubricas “Provento Básico” e “VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05” contraria o entendimento da Corte de Contas de que, conforme o art. 67 da lei 8.112/1990, o ATS deve ser calculado apenas com base na rubrica de “Provento Básico”;

Considerando que a rubrica referente ao incentivo à qualificação (IQ-INCENT QUALIFICAÇÃO 15% AP) foi calculada sobre o valor resultante da soma do vencimento básico (VB) com o vencimento básico complementar (VBC), sendo irregular a inclusão do VBC, pois este já deveria ter sido totalmente absorvido.

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando a presunção de boa-fé da Sra. Ilma Santos Alves;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria à Sra. Ilma Santos Alves, negando-lhe registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-026.711/2024-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ilma Santos Alves (682.446.906-82).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Universidade Federal Fluminense que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias as providências adotadas, nos termos dos artigos 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à Sra. Ilma Santos Alves, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso não seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.1.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo sessenta dias, nos termos do artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1580/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de admissão da Sra. Keller Aparecida Petrin Grande, emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido à apreciação do TCU com fundamento no artigo 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica propôs a ilegalidade do ato de admissão, em razão da contratação da interessada após a expiração do prazo improrrogável do concurso público regido pelos Editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

Considerando que, por força de decisão judicial, proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10-2016-5-10-0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, o referido concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que acordo celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito da referida ação civil pública, estabelece a seguinte obrigação de fazer:

2.3. Em decorrência do presente acordo, a CAIXA compromete-se a convolar em definitiva a admissão de todos os candidatos contratados administrativamente por força da tutela antecipada vigente na presente ACP, como efeito da decisão judicial homologatória. (grifos inseridos)

Considerando que a mencionada sentença homologatória transitou em julgado em 26/5/2023;

Considerando que, em situações análogas, esta Corte tem considerado ilegal o ato de admissão, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, da relatoria da E. Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência deste Tribunal sobre o tema;

Considerando que, a despeito da ilegalidade do ato, deve ser ordenado o registro excepcional, visto que possui amparo em decisão judicial definitiva, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão da Sra. Keller Aparecida Petrin Grande, concedendo-lhe registro, excepcionalmente, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

b) esclarecer à entidade de origem que, a despeito da ilegalidade do ato, a admissão poderá ser mantida, com a produção de seus efeitos financeiros, em razão de decisão judicial transitada em julgado, favorável à interessada, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10-2016-5-10-0006, proposta originalmente perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF; e

c) encaminhar cópia desta deliberação à Caixa Econômica Federal.

1. Processo TC-000.730/2024-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Keller Aparecida Petrin Grande (028.332.856-80).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1581/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.084/2024-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ademos Alves da Silva Junior (720.937.811-15); Adriana Soares da Silva Cardoso (106.764.627-23); Adriana das Gracias de Paula (055.334.916-35); Adriane de Cassia Couto Siqueira (676.057.022-72); Adriano Amaral Neves (869.406.601-78); Adriano Miranda dos Santos (038.194.355-06); Adriano Prado Cavaleiro (001.066.430-02); Adriel Nunes de Melo (021.583.275-29); Adryanne de Oliveira Santos (033.766.695-46); Afonso Expedito da Silva (382.178.868-22); Afranio Cardoso dos Santos (008.652.242-69); Alan Barbosa dos Santos (424.382.758-39); Alan Ricardo Machado (067.351.796-92); Alanna do Carmo Sankio (052.789.999-26); Alaur Luz Rodrigues (671.392.480-87); Alberto Jose Leandro Santos (146.280.937-50); Alef de Oliveira Dias (438.873.218-47); Alessandra Kuhn Uhlmann (043.528.309-09); Alex Reimann Cunha Lima (041.291.299-61); Alex de Oliveira Adorno

(058.516.845-85); Alexandre Carvalho Bertoli (070.547.606-54); Alexandre Pamplona Tembra (949.977.482-34); Alexandre de Oliveira Mieli (115.858.667-17); Alhen Rubens Silveira Damasceno (848.590.163-00); Alice Munz Fernandes (028.114.420-65); Aline Bertoli Tanner (078.635.119-50); Aline Farias Moreira da Silva (116.091.067-76); Aline Irma Pohlmann (003.374.780-66); Aline Michele Pedron Leves (023.983.920-07); Alipio Moreira Motta (952.236.812-15); Allan Cesar do Amaral (102.862.779-30); Allan Costa Cunha (044.711.091-89); Allan Ricardo Starke (006.091.529-39); Allana dos Santos Campos (067.866.875-20); Amanda Alecsandra Mota Roque Rodrigues (021.579.062-66); Amanda Aparecida de Lima Bergami de Matos (105.100.176-57); Amanda Graebner Potter (028.675.060-00); Amanda Koche Marcon (059.715.269-10); Amanda do Nascimento Torquetti (147.788.806-33); Ana Cherllany Cardoso de Freitas (032.914.973-33); Ana Elisa Millan (418.210.298-36); Ana Elisa Wehdorn Teixeira Saldanha (081.403.146-33); Ana Luiza Mustafe Silva (027.309.531-59); Ana Paula Arantes Oliveira (014.645.266-64); Ana Paula Beltrame Farina Pasinato (889.608.380-04); Ana Paula Oliveira Castro (824.864.415-49); Ana Paula Turatti da Cunha (082.546.149-97); Ana Paula da Cunha (059.356.469-35); Ana Victoria Klovrrza Diogo (100.968.186-97); Anderson Carlos de Melo Goncalves (080.315.084-96); Anderson Luiz da Silva Farias (016.499.972-80); Andre Aymon Brito da Silva (021.016.762-90); Andre Henrique Klock Vicari (047.279.359-45); Andre Joaquim Soares Quinete (111.068.237-96); Andre Lucas Rodrigues Ferreira (131.948.304-65); Andre Luiz Borborema da Cunha (884.030.682-04); Andre Nicollette Neder de Almeida (483.924.698-01); Andre Pereira da Silva (322.983.718-57); Andre Santos de Araujo (044.681.156-45); Andrea Pereira Parente (124.132.777-73); Andreia Alves Monteiro (086.167.814-12); Andressa Conterno Rodrigues (831.871.540-34); Andressa Rodrigues de Lima (001.194.873-65); Andreyna Laura Vieira da Silva (038.613.622-01); Andrws Aires Vieira (021.682.230-09); Ane Elise Branco Pavanatto (019.626.380-81); Angelica de Freitas Fiorio (028.282.280-10); Anna Barbara Tarante Fatorino (467.891.818-30); Annelise Gilda do Nascimento (047.349.539-29); Antonia Fabiana Rodrigues da Silva (059.661.013-02); Antonio Bruno Sales Dias (041.670.483-29); Any Jacqueline Souza de Almeida (530.001.022-72); Aparecida Evangelista Cartaxo (062.095.033-14); Arionaldo Peixoto da Silva Hora (925.980.645-34); Arnaldo Alves Garcia Junior (094.401.846-71); Arthur Cortez Pires de Campos (393.655.368-80); Arthur Mendonca Quinhones Siqueira (370.737.548-00); Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto (036.294.921-26); Arthur Ribeiro da Silva (131.583.166-09); Ayan Nicolas de Sousa Freitas Sacramento (073.061.355-03); Ayane Pontes Machado (032.374.470-21); Barbara Anne da Silveira Bocuti (074.917.909-09); Barbara Canedo Silva (094.116.056-48); Barbara Cristina de Lima Velho (008.919.520-55); Beatriz Amaral Lopes da Silva (033.275.871-08); Bernardo Honigbaum (185.504.507-90); Bernardo Salgado Rodrigues (119.026.707-10); Bianca Freire Martins (141.631.626-40); Blenda Defante Terra (126.218.397-97); Boris Maia e Silva (104.330.517-36); Braz Borges dos Santos Neto (026.516.041-35); Brenda Marielza Arouche Pinto (604.246.033-14); Brenda Salenave Santana (030.512.890-60); Breno Cardoso Ramos (108.098.976-52); Bruna Gazzi de Lima Seolin (016.478.260-55); Bruna Moura Dias Evangelista (037.481.371-09); Bruna Ranucci Freitas (133.463.087-90); Bruna Silveira Guimaraes (115.830.067-02); Bruna Souza Lopes Graca (131.968.177-84); Bruno Eduardo Moreira Montezano (056.230.767-26); Bruno Felipe Duarte (036.615.300-54); Bruno Leite Cruz (925.517.423-15); Bruno Nonemacher (024.095.400-90); Bruno Porangaba Rodrigues (860.364.645-76); Bruno Scola Lopes da Cunha (017.765.510-01); Caccielle Christine Sumaque Spindola (033.838.690-40); Caesio de Sousa Paula (013.765.806-08); Caio Cesar Ferreira Pantoja (069.532.262-18); Caio Henrique Laverde Aoki (091.657.969-77); Camila Angelo Jeronimo Domingues (076.646.814-30); Camila Azevedo Barreto (042.551.905-85); Camila Damasceno de Andrade (003.367.799-92); Camila Faria Pancardes (101.895.597-64); Camila Freze Baez (124.158.587-30); Camila Guindani (075.855.499-03); Camila Parizzi (442.386.318-97); Camila Pereira de Sousa (066.310.923-02); Camila Pontes Pena (058.639.786-86); Camila Rahmeier Marquette Saikoski (011.231.540-23); Camila Rangel da Silveira Haddad (163.096.277-59); Camila Salgado Franca (131.982.257-60); Camila Xavier Dalcol (066.379.749-78); Camilla Diniz Rodrigues (105.750.666-44); Camilly de Oliveira Cruz (018.795.836-07); Carla Ferreira Silva (065.391.236-63); Carlos Alberto Salazar Mercado (018.182.596-13); Carlos Alencar Souza Alves Junior (047.346.255-90); Carlos Figur (982.623.270-04); Carlos Mario Dal Col Zeve (430.076.350-04); Carlos Mario Dal Col Zeve (430.076.350-04); Carolaine da Silva Furtado

(454.170.588-58); Carolina Dias Machado (044.122.699-06); Carolina Duarte de Souza (047.394.539-83); Carolina Ragni da Silva Pacheco (358.490.178-28); Carolina de Carvalho Vilas Boas (064.219.759-84); Caroline Aveiro Quadrado (025.200.040-45); Caroline Cechinel Peiter (070.633.379-98); Caroline Chantre Ramos (171.063.577-07); Caroline Tuchtenhagen Rockembach (019.634.110-80); Caroline de Souza dos Santos (466.670.718-28); Carolini Patricia Alves (102.667.699-18); Charles Egberto Guedes Vonnegut Vieira de Mello (149.630.717-89); Charles de Arvelos Santos (109.353.846-50); Chelin Auswaldt Steclan (051.192.329-57); Chirle de Oliveira Raphaelli (001.069.980-56); Cicera da Silva Araujo Lima (699.331.033-34); Cindy Johanna Ibarra Gonzalez (010.844.729-45); Cintia Fermino Pavao (019.474.240-76); Cintia Goes Tavares (027.611.255-50); Cintia Matos Brito (003.354.002-05); Cintia da Silva Araujo (088.756.366-05); Clarice Piedade Silva (053.527.807-16); Clarissa Nascimento Pedroso (099.006.847-10); Clarissa Ramos Severo (830.043.350-34); Claudia Mitie Ando Montanha (050.248.349-09); Claudia Scalco Franke (025.109.720-06); Claudia da Silva Gomes (766.935.620-00); Claudia dos Passos Farias (003.739.382-09); Claudinei Vieira (275.677.098-13); Claudston da Silva Alves Brito (044.985.765-43); Clayton Gerson Vieira da Cunha (962.342.962-20); Conrado Goncalves Carvalho (106.218.797-03); Cristian Baumann Glatz (096.545.399-50); Cristina Aparecida Celestino Silva (088.398.067-33); Cristina de Freitas Caiado Machado (132.813.087-83); Dalila Theberge Sampaio Villa (186.944.587-21); Daniel Barbosa da Fonseca (007.209.043-07); Daniel Garcez Santos Quattrociochi (124.913.667-97); Daniel Henrique Fornaro (394.916.018-30); Daniel Henrique Ribeiro (086.882.446-18); Daniel Passos Gallo (140.784.467-95); Daniel Ribeiro Lata (023.362.061-37); Daniel Sundfeld Spiga Real (226.016.018-25); Daniela Salgado Goncalves da Silva (200.480.458-02); Daniela Saraiva de Sa (024.029.273-13); Danielle Borher de Andrade (129.277.117-80); Danielle Gonzalez (222.245.798-02); Danielle Rodrigues Pereira (106.422.646-94); Dario Pereira da Silva (945.448.756-68); Darlin Bonadiman (056.668.429-27); Davi Augusto Fernandes de Souza (046.813.401-89); Davi Francisco Machado (078.470.839-81); Davi Jose Marques Vieira (022.511.726-61); Davi Pinto da Silva (994.266.682-68); David Gallinari da Costa Ferreira (092.134.716-29); David Gleyson Ramos (023.804.062-35); David Lelis Filho (119.437.576-66); Dayana Bezerra de Souza (984.683.242-72); Dayana Keitty Carmo Goncalves (076.255.166-60); Dayane da Silva Santos Altoe (107.770.427-54); Debora Bastos Esteves (052.389.475-93); Debora Rodrigues de Aquino (047.793.351-32); Debora Silva Brito da Luz (930.471.262-91); Debora Vaz Espindola (112.526.126-99); Denilson Amaral Nolibos (617.618.340-53); Denise Alves Lima de Sa (093.586.234-03); Denise Delattre Bogo (062.782.589-35); Denise dos Santos Silva Reinoldes (366.196.148-92); Desenir Adriano Pedro (121.525.317-60); Desiree Rabelo Cordeiro de Faria (015.444.596-70); Diego Ascanio Santos (090.930.536-63); Diego Iwao Yamada (382.498.448-23); Diego dos Santos Fernandes (023.620.961-22); Dinar Fontoura Fernandes (014.880.930-83); Diogo do Espirito Santo Lima (052.524.135-33); Domenio de Souza Faria (129.621.447-80); Douglas Costa da Silva (107.723.336-10); Dulcilene Francisca Machado Fonseca (944.077.111-91); Edilson de Araujo dos Santos (101.480.719-02); Edivane Cardoso da Silva (866.377.116-91); Edjanio Franco Gregorio (010.840.172-37); Edna de Souza Costa (028.744.565-86); Edney Melo Rodrigues (605.487.542-68); Edson Pina Monteiro Filho (089.214.297-94); Eduarda Michelle Malinowski Herzog (038.726.750-60); Eduardo Camilo Inacio (048.910.649-86); Eduardo Gabriel Reis Miranda (122.556.066-74); Eduardo Henrique Gimenes Custodio (080.512.261-35); Eduardo Miranda Gomes (134.903.686-22); Eduardo de Carli (942.192.149-68); Eduardo dos Santos Nascimento (992.901.543-49); Edvan Pacheco Mateo (023.393.605-01); Elaine Maria Ferreira Souza (027.729.761-30); Elaine Tavares de Brito (057.535.646-40); Elder Henrique Algarve (359.225.728-57); Eliana Maria dos Santos (083.010.688-09); Eliane Hatherly Paz (010.393.287-92); Elias Ricardo Durango Padilla (238.167.098-00); Elias dos Santos Silva Junior (082.130.527-14); Elisa Fernandes Steffen (030.824.260-26); Elissandra Pacito Torales (010.953.251-16); Elizeu Oliveira da Silva (024.664.120-71); Eloisa Klein Lopes (008.312.499-35); Elton Danilo Benitez Estigarribia (054.543.331-23); Emerson Goncalves Dias (099.185.124-23); Emiliany Fiirst Langue (045.109.591-09); Emily Biely Nunes Machado (030.037.212-40); Emily Lira Simoes (021.471.172-26); Eric Francis Victor Breuillac (128.806.927-84); Eric Ribeiro Madureira (111.750.646-02); Eric Salgueiro Sa (133.364.277-62); Erick Cardoso Costa (008.885.012-93); Erik Damaceno Villar (474.777.948-54); Erika de Oliveira Sales (099.861.857-85); Erivelto Ribeiro Sartor (065.646.341-45); Estevao Rosalino Junior (122.579.927-92); Ezequias Rodrigues dos Santos Junior

(101.572.969-03); Fabiana Gomes da Silva Dantas (017.471.201-46); Fabiano Coelho Horimoto (121.043.638-88); Fabio Alencar Lima (898.190.391-34); Fabio Alexandre Grigolon (167.287.028-30); Fabio Alves da Silva (025.705.373-57); Fabio Henrique Cordeiro Luz (162.519.737-30); Fabio Marcelus Silva de Almeida (945.658.055-53); Fabio Rodrigues Alvarim (694.148.741-00); Fabricio Marreiros de Aguiar (073.760.449-22); Felipe Augusto Cerni (317.635.738-93); Felipe Ibiapina do Monte Ruben Siqueira (006.389.013-59); Felipe Oliveira de Alencar (616.657.463-00); Felipe Viegas da Silva (021.978.510-47); Felipe da Costa de Lorenzi (018.714.560-10); Felipe da Silva Machado (058.438.227-88); Felix Horacio Munoz Muniz Junior (067.601.776-22); Fernanda Keller Gomes de Meneses (013.031.512-51); Fernanda Oliveira Rodrigues (108.298.046-33); Fernanda Pereira Rosa (007.659.390-88); Fernanda de Sousa Vieira (602.645.923-52); Fernando Dangelo Machado (097.353.907-01); Fernando Maia de Lima (784.230.903-53); Fernando Oliveira Soares (038.838.666-52); Fernando Pereira de Souza (024.400.657-14); Fernando Rogerio da Cruz (268.665.488-02); Fernando Vechi (080.511.599-42); Fernando Vieira da Cruz (317.671.778-44); Filipe Mendes Neckel (013.001.910-07); Filipe Silva Santos (058.090.805-45); Filipe Soares da Cruz (090.448.646-02); Filipe de Oliveira Pereira (047.503.841-00); Flavia Thiebaut Andrade Zanon Barroso (103.256.087-84); Flavio Contrera (360.400.498-55); Flavio da Cruz (155.981.358-09); Franciele Rodrigues da Costa (004.972.300-62); Francilene Ramos Lourenco Soares (013.607.726-93); Francio Costa Simao (015.105.622-65); Francisca Barbara Gomes da Silva (042.155.213-19); Francisco Alan da Silva Monteiro (071.359.934-03); Francisco Felipe Gomes Feitoza (056.225.013-18); Francisco Gleiberson dos Santos Nogueira (028.547.043-47); Francisco Hercules dos Santos Silva (603.315.983-70); Francisco Mateus Gomes do Nascimento (065.610.913-02); Francisco Sergio Bertoldo do Nascimento (674.255.933-00); Francisco Tiago Carvalho Silva (086.467.606-93); Francisco Victor Esteves Lemos (041.514.313-65); Fred Henrique Oliveira da Silva (025.473.343-30); Fulvio Viegas Santos Teixeira de Melo (812.951.035-91); Gabriel Alfaia de Souza (026.548.282-80); Gabriel Gouveia Melo de Brito (117.414.704-04); Gabriel Jorge Rodrigues Oliveira (173.699.027-65); Gabriel Lacerda da Silva (073.901.994-58); Gabriel Martins Prado (113.291.806-58); Gabriel Pedro Dassoler Damasceno (105.166.276-19); Gabriel Vilarinho Correa (035.357.851-70); Gabriela Borges Silveira (035.981.251-19); Gabriela Goulart Cardozo (418.272.318-07); Gabriela Nascimento da Silva (130.704.887-06); Gabriela Quadros Ribeiro (093.209.519-42); Gabriela Reitz Muller Naschenweng (003.876.999-96); Gabriela Serafim Keller (041.452.179-00); Gabriela de Castro Almeida (104.941.476-44); Gedeon Marcos Viana Filho (120.281.307-09); Gedeon Ribeiro Nascimento Junior (052.090.095-21); Geyse Patrizia Teixeira Sadim (014.352.742-88); Gilda Maria Rodrigues do Nascimento (006.384.293-90); Giovanna Carneiro Ronze Pedreira (145.569.867-96); Gisele Sotero Borges Caetano (105.000.316-06); Gisele da Silveira Maciel Pinto (913.151.400-63); Giselia Pereira Ferreira (018.350.880-74); Giselle Ferreira de Alcantara Farias (045.706.141-32); Gislaine de Carvalho Lopez (021.202.309-86); Giulia Dal Cin Zanquetto (122.173.007-09); Givaldo de Oliveira Costa (004.895.955-37); Glauber Cardoso Carvalho (100.939.197-60); Gleici Heringer (029.652.027-65); Gleissa Xavier Rabelo (034.714.423-32); Gracy Karla da Rocha Cortes Souza (018.858.645-82); Gracyella Borges de Oliveira (032.705.451-42); Graziela Jass Venzke (007.949.430-71); Grazielle Barbara dos Santos (125.570.976-67); Guilherme Albuquerque Goncalves (046.386.874-90); Guilherme Carrion Vieira Acosta (021.122.170-89); Guilherme Correa Naresse (373.276.398-61); Guilherme Fonseca Bassous (056.584.517-95); Guilherme Goncalves Baptista (141.502.067-16); Guilherme Nogueira Paiva Barreto (022.400.281-30); Guilherme Zeoula Ferreira David (333.270.638-18); Guilherme da Costa Heiderich (060.794.621-09); Guilherme de Figueiredo Furtado (026.579.981-35); Gustavo Dagios Dal Molin (076.797.969-98); Gustavo Daou Palladini (084.440.969-38); Gustavo Henrique da Silva Conceicao (145.943.497-81); Gustavo Lago Oliveira de Souza (072.788.824-27); Gustavo Roberto dos Santos Leandro (393.900.588-64); Gustavo dos Santos Andrade (142.074.797-59); Gustavo dos Santos Rodrigues (835.109.740-34); Habdias de Araujo Silva Neto (509.564.772-91); Heitor Bernardes Pereira Delfino (073.807.676-74); Heitor Eugenio Goncalves (129.217.576-13); Heitor Fontes da Silva (031.953.565-70); Heitor Henrique Ross (088.639.509-70); Helen Alcine Miranda Barboza (444.801.088-07); Hellen Cris de Almeida Rodrigues (983.933.592-87); Helyom Rogerio Reis Viana da Silva Teles (641.289.115-34); Hemily Gomes Marciano Fortes (084.671.426-42); Hendrick Pinheiro da Silva (727.767.731-53); Herbert Carlos da Silva Passos

(057.711.845-51); Herman Lucas dos Santos (059.415.349-22); Heversom D Abadia Teixeira Borges (020.004.881-37); Humberto Cesar Pizzino de Luca (162.069.687-82); Ianna Cerqueira Santos Valiensi (994.506.405-30); Iasmine Ariane de Sousa (125.685.186-85); Ibere Fernando de Oliveira Martins (000.492.891-10); Igor Chagas Monteiro (085.774.966-86); Igor Queiroz de Oliveira Souza (081.386.526-32); Igor Veneroso do Nascimento (050.076.081-06); Ildevana Poltronieri Rodrigues (980.620.850-15); India Olinta de Azevedo Queiroz (021.177.365-48); India Olinta de Azevedo Queiroz (021.177.365-48); Isabel Santana de Rose (288.373.968-48); Isabela Azevedo de Oliveira Vinas (069.469.655-23); Isabela Crestani Anache (409.464.038-05); Isabela Nogueira Fonseca Costa (134.115.016-00); Isabella Araujo Segal (156.662.087-21); Isabelle Christine Correa de Araujo (432.182.638-16); Isabelly Regis Cruz (140.941.677-14); Isadora Tieme Kagawa Nunes (030.049.580-31); Isis de Oliveira Fernandes (124.178.427-26); Israel Silva Maia (083.072.138-00); Italvan Milfont Macedo (035.095.623-56); Iuri Melo Conde Schocair (133.232.587-46); Ivan Pablo Lobos Aviles (087.116.147-81); Izabel Cristina Schneidewind Azambuja (204.626.728-16); Jackson Santos Oliveira (924.509.205-44); Jacqueline Bernardi Benatto (071.745.899-79); Jaderson Danilo dos Santos (323.808.388-01); Jailson Pinto Rocha da Silva (037.004.722-26); Jailson Ramos Sousa Junior (051.125.525-06); Jairo Antonio Wagner (010.572.490-41); Janaina Rodrigues de Almeida Queiroz (049.084.621-19); Jania Cardoso Lima (817.209.205-91); Janio Luiz Marques Trindade Junior (938.496.642-87); Jaqueline Rodrigues da Silva (368.450.498-07); Jayne Isabel da Cunha Guimaraes Chiacchio (666.931.603-87); Jean Carlos Ferreira Barbosa (111.827.156-48); Jean Carlos da Silva Carneiro (142.403.757-38); Jean Jones Freire Viana de Oliveira (691.159.584-34); Jean Tavares Pinto (124.135.197-00); Jeferson Monteiro de Andrade (014.166.716-84); Jefferson Ibis Araujo Schmegel (008.377.885-36); Jessica Ariana de Jesus Correa (839.640.372-49); Jessica Goulart Pereira (154.064.577-05); Jessica Hilario Bonomo (421.742.568-60); Jessica Maria Magalhaes Borges Jardim (134.028.797-86); Jessica Medeiros de Freitas (128.421.966-60); Jessica Roberta da Silva Gomes (409.007.818-07); Jessica Weiler (011.677.280-84); Jessica da Silva Rehder Loss (039.758.971-98); Jhaber Dahsan Yacoub (383.857.978-07); Jhefferson Miranda da Silva (062.980.651-99); Joana Barros Neto Barbosa de Barros (053.859.227-30); Joao Damasio da Silva Neto (036.189.301-94); Joao Francisco Debertolis Mota (064.388.399-14); Joao Guilherme Carvalho de Freitas (094.250.894-77); Joao Gustavo Rosa Niciporenco (069.933.601-52); Joao Luiz Lopes Monteiro Neto (977.998.402-00); Joao Manoel de Lima Junior (097.642.097-00); Joao Marcos Martins Moreira (088.651.669-24); Joao Paulo Roberti Junior (059.636.659-06); Joao Pedro Ferreira Aragao (070.436.103-54); Joao Pedro de Azeredo (017.124.500-85); Joao Victor de Oliveira da Silva (162.947.487-80); Jocy Ana Paixao de Sousa (932.605.632-53); Joji Sado Filho (019.437.701-66); Jonas Brito dos Santos (035.864.185-31); Jonathan dos Santos Caldeira (080.816.726-05); Joscimara Nunes Lemos (032.246.165-04); Jose Ari Cosme de Lima Maciel Filho (010.871.223-09); Jose Everton Dias Vieira (041.597.265-50); Jose Guilherme Bizarria de Oliveira (178.836.587-94); Jose Raimundo Pereira da Silva Filho (012.646.103-19); Jose Ribamar Simao da Silva Filho (027.680.425-28); Jose Teixeira da Silva Junior (362.743.478-10); Jose Victor Ferreira Sousa (122.905.454-57); Jose Wilian Batista Correa (122.293.827-80); Jose da Silva Santos Junior (017.150.291-43); Josue Cordeiro da Silva (077.398.627-89); Josue Marcelo de Almeida Silva (093.141.627-29); Juan Carlos Nunez Maldonado (237.844.558-08); Juan Carlos Quintao (077.842.316-60); Julia Balzan (018.549.660-14); Julia Marca (021.733.040-11); Julia Prado Reginato (118.625.156-54); Julia Silva de Carvalho (017.525.040-54); Juliana Feitosa Polari (082.889.474-41); Juliana Mamede Miranda (024.705.571-94); Juliana Nascimento da Costa (000.398.403-60); Juliana Paulino Machado (085.485.636-64); Juliana Savy Moura (002.951.100-31); Juliana de Moura Alonso (345.277.818-55); Julio Cesar Carvalho Pereira (040.151.375-07); Julio Cesar Freitas Fagundes (970.346.140-91); Julyanna Neves dos Reis (042.867.951-01); Jussara Vitoria Reis Vieira (100.312.126-89); Kalita Regina da Cruz (012.135.539-03); Kanaua Vieira Dantas (700.706.994-02); Karen Megumi Sue (079.320.119-57); Karina de Moraes e Silva (609.020.213-46); Karoline Fontes Coelho (084.537.067-78); Karoline de Cassia Silva (082.425.276-44); Katia Luana Mendes (021.720.230-60); Kelly de Souza Pires (096.564.366-28); Kethlinn Ramos (053.186.599-18); Khimberly de Souza Santos Carvalho (037.413.821-40); Kleber Moreira Martins (850.356.536-68); Kleyphton de Oliveira Moura (055.912.455-44); Laercio Santos Silva (088.056.464-40); Laila Federico Asfora Beltrao (124.570.247-57);

Lais Ferreira Crispino Proenca (137.181.727-80); Laisse Gomes dos Santos (114.278.344-82); Lakshmi Juliane Vallim Hofstatter (283.342.208-39); Lanes Beatriz Acosta Jaques (025.967.560-13); Lanes Beatriz Acosta Jaques (025.967.560-13); Lara Pontes Nogueira Vasconcelos (019.993.781-80); Larissa Carneiro Cavalcante (336.019.458-60); Larissa Greco Duarte (099.042.847-84); Larissa Nunes Cavalheiro (003.016.070-79); Larissa Rodrigues de Oliveira Sousa (025.336.685-24); Larissa Soares Casaes (149.504.447-51); Larissa de Andrade Byrne (063.014.825-22); Larissa de Castro Azevedo (150.891.197-59); Larysse de Castro Tavares Carvalho (089.221.616-63); Laryssa Nunes Araujo Mascarenhas (023.716.415-96); Laryssa Souza Albuquerque de Araujo (135.317.334-86); Laura Cristina Daltro Cardoso (136.038.567-32); Laura Valladares de Oliveira Soares (018.613.030-92); Leandro Aparecido de Aguiar (069.471.229-96); Leandro Cervantes Richard (390.141.668-42); Leandro Feil (027.772.109-18); Leandro Ribeiro Costa (231.688.148-30); Leia Maria Erlich Ruwer (703.656.609-49); Leni Muniz dos Santos (020.610.885-03); Leonardo Antonio Silva Teixeira (027.162.103-65); Leonardo Ataliba da Silva (144.860.387-03); Leonardo Brito Rigaud (514.421.188-73); Leonardo Dalseno Antonino (317.612.788-00); Leonardo Justino Pereira (119.033.747-90); Leonardo Martins Maior (052.117.391-40); Leonardo Pinho Magalhaes (071.468.187-30); Leonardo Sanches Lima (270.816.408-26); Leonardo de Carvalho Teixeira (055.217.156-57); Leopoldo Uberto Ribeiro Junior (262.059.008-66); Leticia Fernandes Lagrotta (085.274.706-32); Leticia Goncalves Lorentz (113.651.476-73); Leticia Goncalves Pacheco (118.682.256-23); Leticia Teixeira Gomes (136.379.666-62); Letycia Sardinha Peixoto Manhaes (119.832.897-52); Lidna Lima de Souza Lafayete (009.862.902-62); Linaria de Melo Oliveira Gomes (047.063.933-45); Lis Engel Cortes Silva (040.210.795-05); Livia Cavalcante Gayoso de Sousa (048.737.074-04); Livia Regina Saiani Crespi (342.473.238-90); Livia Werneck Silva (154.267.687-81); Lorena Mara de Sousa Gonzaga (027.775.563-85); Lorena da Silva Ferreira (619.894.323-28); Lorendane Millena de Carvalho (071.867.886-96); Luana Karla da Cruz Sena (018.822.841-19); Luana Rodrigues Chagas (020.379.830-93); Lucas Andrade Correia (071.994.414-79); Lucas Braga da Silva (039.228.401-40); Lucas Daniel Goncalves da Silva (070.547.551-46); Lucas Di Felice Mizuno (434.259.748-90); Lucas Dias Sanglade (373.445.298-82); Lucas Faber de Almeida Rosa (121.751.997-11); Lucas Jum Kinoshita Machado (014.357.620-88); Lucas Magri de Souza (113.539.986-73); Lucas Moreno (468.855.158-41); Lucas Neves Abrantes (111.374.716-11); Lucas Noleto de Arruda (047.514.144-02); Lucas Onofre (083.114.109-33); Lucas Souza Santos (035.693.280-07); Lucas Souza Santos (035.693.280-07); Lucas Zenha Antonino (071.822.356-09); Luciana Bihain Hagemann de Malfussi (017.652.310-35); Luciana Domeneghetti Pedrino Coronago (344.750.838-85); Luciana Lopes Xavier (727.458.432-49); Luciana Nunez (054.569.879-02); Luciane Cristino Rocha (346.498.058-80); Luciano Bonato Baldissera (005.666.980-13); Luciano Francioli Machado (878.217.379-68); Luciele Fernanda Trentini Ten Caten (014.570.100-03); Lucio Flavio Viana Braga Torres (098.251.376-30); Ludmila Alves Ferreira (098.728.776-10); Luis Felipe Batista Miranda (124.253.936-09); Luisa Estefania Dias de Miranda (065.481.409-07); Luisa Pereira da Rocha Giannini Figueira (141.501.147-81); Luiz Alfredo Fernandes Lottermann (034.305.130-30); Luiz Anibal da Silva Filho (071.799.354-09); Luiz Arthur Silva de Faria (069.668.637-69); Luiz Felliipe Barros Coutinho Paiva (108.460.356-00); Luiz Fernando Munareto Junior (058.516.189-57); Luiz Fernando da Silva (003.428.750-78); Luiz Gustavo Zuliani da Silva (512.638.820-72); Luiz Henrique Borges (081.734.729-12); Luiz Henrique Nascimento Neto (089.282.466-28); Luiz Humberto Mendonca Souza (063.931.155-56); Luiz Philippe Vieira de Mello Neto (110.147.546-31); Luiza Del Fabro Ceccim (012.881.390-39); Luiza Rosso Mota (836.828.800-20); Luohan Pires Tolomelli (109.513.686-05); Madson Batista de Oliveira (041.291.665-73); Maira Puridade Marques da Silva (033.462.955-16); Malu Oliveira Santos (054.418.495-50); Manoel David Souza Gomes (035.600.415-54); Manoel de Jesus da Silva Pereira (995.294.912-04); Manuela Bacelar Rios Pereira (025.157.695-78); Mara Cristina Maia da Silva (382.126.762-34); Marcela Barbosa Proenca (000.657.353-31); Marcela Dotto de Oliveira (042.971.250-21); Marcela Gomes Pinheiro (033.280.466-66); Marcelo Dall Alba Boeira (915.144.950-15); Marcelo Feldhaus (039.140.279-08); Marcelo Lorentz Ricardo (080.199.566-38); Marcelo Machado de Freitas (064.828.699-12); Marcelo Menezes Morato (054.098.789-14); Marcelo Ricardo de Mello (029.808.550-06); Marcelo Silva de Souza (149.460.977-08); Marcia Almeida Silva (059.180.537-51); Marcia Emilia da Rocha Assis Eloi (093.735.207-17); Marcia Leonardi Baldisserotto

(001.874.160-60); Marciete Silva de Almeida Lyrio (105.309.937-16); Marcilio Lima de Oliveira (307.979.502-49); Marcio Aurelio dos Santos Alencar (441.442.022-91); Marcio Guimaraes Monteiro de Castro (073.588.547-80); Marcio Nunes da Silva (088.008.724-25); Marcio da Silveira Correa (006.970.930-00); Marco Aurelio Fidelis Rego (605.700.592-91); Marco Felipe Fialho Santos (137.651.277-79); Marcos Alexandre Izidoro da Fonseca (121.998.607-01); Marcos Aurelio Dias Oliveira (136.388.737-81); Marcos Fernando de Oliveira Ferreira (205.611.437-22); Marcos Geraldo Rodrigues Maria (403.462.936-34); Marcus Vinicius Almeida de Oliveira (033.570.962-18); Marcus Vinicius Ferreira Dutra (007.486.321-58); Marcus Vinicius Rodrigues de Souza (092.852.186-95); Margot Marie Martin (055.966.829-50); Maria Alice Fusco de Souza (080.534.967-76); Maria Angelica de Oliveira Magrini (313.721.548-09); Maria Antonia Carvalho Lima de Jesus (000.499.415-93); Maria Aparecida de Matos Faria (147.526.497-64); Maria Clea Ferreira Monteiro (017.656.503-56); Maria Dajuda Costa Passos (008.461.585-07); Maria Eduarda de Paula Basilio (183.479.097-25); Maria Fernanda de Castro Burbarelli (351.664.328-51); Maria Helena Mendes da Silva (053.870.876-00); Maria Ines dos Santos Loureiro (740.364.087-04); Maria Liz Benitez Almeida (700.568.391-97); Maria Madalena de Queiroz Alves (062.281.983-60); Maria das Gracas Ribeiro (099.406.656-28); Maria do Carmo Antoniazzi Fett de Magalhaes (077.490.289-27); Mariana Aram Fantin (396.218.248-93); Mariana Barcellos Moreira Carlos (044.420.191-26); Mariana Fernandes Honorio (105.492.756-14); Mariana Ferreira Rosa (018.028.546-73); Mariana Imperio Meyrelles Thomaz da Silva (118.142.287-64); Mariana Nascimento (034.434.999-37); Mariana Pinto do Nascimento (066.383.865-73); Mariana Rizzoto (038.968.480-54); Mariana Schneider Junqueira (031.221.340-98); Mariane Candido Martins Carbonaro (997.448.641-68); Mariele Gabrielli (012.464.250-09); Marilia Fontanezi Durval (344.721.058-37); Marilia Sousa Guerra (021.419.393-48); Marilia de Souza Castro (020.428.233-09); Marina Batista Ogino (071.330.639-48); Marina Pereira Outeiro (014.993.930-24); Marina de Aquino Ferreira (377.422.618-04); Mario Cezar Carvalho Araujo (117.852.917-77); Mario Lucio Miranda Junior (085.757.476-06); Marlon Teixeira Godinho Gomes (139.119.737-21); Marselle Marmo do Nascimento Silva (130.462.467-65); Mateus Assumpcao Veloso (202.955.797-81); Mateus Hennerich Aiolfi (057.437.959-24); Mateus da Silva Santos (063.757.185-11); Matheus Avila Moreira de Paula (106.832.996-38); Matheus Bernardes Moura (165.780.516-60); Matheus Cruz Yakoumakis (124.356.247-19); Matheus Mello Pereira (120.293.446-30); Matheus Oliveira Sena (606.557.413-99); Matheus Riani Pereira (114.356.656-43); Matheus Souza Leiva (137.892.537-82); Matheus Strapasson Moreira dos Reis (091.350.529-37); Mauricio Baggio (006.883.280-08); Mauricio Holanda Cavalcanti (080.603.934-56); Mauro Eduardo Benedet (041.277.489-58); Mauro Moreira Maciel Neto (018.454.956-67); Maximillan Leite Santos (043.173.846-71); Maya Constance Manzi Delaporte (858.081.115-52); Mayara Bitencourt Leao (039.413.990-98); Mayara Rodrigues da Silva Sousa (046.268.573-02); Mayra Mitie Yano (351.046.178-90); Mayron Duarte Melo (006.283.672-28); Meirielle Soares de Menezes (046.749.383-92); Michele Oliveira da Silva Franco (007.070.000-17); Michelle Walter Maris (823.262.740-91); Miguel Borba de Sa (088.797.177-66); Miguel Chermawiski Lima (128.918.466-64); Miguel Lino Spinelli Rabelo Neto (032.046.634-50); Milena Oliveira Alves de Souza (097.956.547-21); Milson Reis de Jesus Barbosa (082.585.426-13); Miqueli Borille da Fonseca (009.872.930-60); Monara Pereira da Rosa Maeda (400.257.518-75); Monica Eloa Silva Amaro (529.178.191-20); Monique Izoton (022.294.480-30); Morghana Lyrio (078.979.086-66); Murilo Mendes Alves (399.654.108-28); Murilo Meneghel Ponticelli (090.207.079-73); Murilo Zomer Frasson (079.810.579-81); Naiane Freire de Magalhaes (233.157.268-25); Naiara Soares de Brito (072.315.745-64); Natalia Belmonte Demetrio (362.242.188-62); Natalia Ferreira Souza (065.083.435-64); Natalia Guimaraes Almeida (040.036.695-92); Natalia da Veiga Bonavita Teixeira (139.100.817-03); Nataly Miranda do Nascimento (059.915.744-56); Natascha Sokolovicz Massera Fernandes (043.932.129-83); Nathan Bastos de Souza (027.070.780-85); Natiele Silva Lamera (317.463.248-05); Nayane Alves dos Santos (450.659.558-08); Neire Luce Goncalves Pontes (051.818.246-09); Nelson Pereira Filho (091.549.938-06); Newton Loebens (005.076.210-93); Nicollas Rodrigues Correa de Melo (094.727.376-09); Noelia Mayer da Costa (137.780.347-31); Oliver Silva Costa Barreto (033.733.925-27); Oloacir Silvestre Santos de Oliveira (041.620.975-00); Otavio Barreto Turcatti (034.212.090-57); Pablo Vinicius Pizzelli Caroba (402.106.998-41); Pablo Wellington Fernandes (359.167.668-31); Paolo Giovanni de Almeida Goes (071.074.835-36); Patricia Asfor Parente

(007.416.233-07); Patricia Brito de Andrade (005.842.961-18); Patricia Dias de Castro (784.934.399-91); Patricia Figueiredo Pedrosa (980.318.057-68); Patricia Figueiredo Pedrosa (980.318.057-68); Patricia Futata (259.767.908-01); Patricia Lustoza de Souza (428.974.839-20); Patricia Pereira da Silva (008.489.362-13); Paulo Henrique Galetti Faustino (420.105.298-20); Paulo Henrique Gomes Lisboa (396.397.028-62); Paulo Ramires Santos de Almeida (059.219.715-88); Paulo Roberto Ramos Alves (070.394.499-19); Paulo Rodrigues da Silva (701.564.971-31); Paulo Silas Severo de Souza (040.667.030-70); Paulo Victor de Araujo Brito Lisboa (118.348.127-63); Paulo Vitor Soares de Souza (053.255.171-04); Pedro Henrique Miranda Campos (080.067.134-13); Pedro Justo Peter (099.348.706-81); Pedro Leal Pacheco (857.664.880-68); Pedro Paulo Fernandes da Silva (099.681.276-80); Pedro Ramos Brandao (038.623.181-84); Pedro Saraiva dos Santos Junior (051.369.173-18); Pedro Vieira Sarmet Moreira (095.749.837-30); Penterson Torres de Souza (811.612.125-15); Perola Priscila da Silva Rocha (019.964.040-83); Phyllipe do Carmo Felix (011.254.883-01); Priscilla Barbosa Maciel Delmiro (010.325.475-70); Priscilla Cavalcante de Araujo (014.069.754-35); Priscilla Katyusha Mamede Nonato Silva (082.586.016-44); Rafael Alexandre Moises (319.794.148-90); Rafael Aparecido Carvalho Souza (088.420.796-00); Rafael Aramburu Cardoso (011.854.930-85); Rafael Brugnolli Medeiros (371.935.748-17); Rafael Eduardo Babinski (069.285.099-61); Rafael Fernandes Gatto (124.297.557-85); Rafael Freitas Funcia Lemme (132.317.797-31); Rafael Henrique Carneiro (147.678.377-23); Rafael Lima de Oliveira (109.312.237-41); Rafael Lucas da Silva Nascimento (185.874.567-50); Rafael Neponuceno Batista (067.102.745-00); Rafael Ribeiro Caldeira Rocha (117.265.886-29); Rafael Rigamonti (297.586.488-45); Rafaela de Carvalho Baptista (898.227.572-04); Rafaela de Oliveira Tangleica (100.072.699-19); Rafaela Ferreira dos Santos Siqueira (091.666.806-11); Raiane Erlen Pereira Guedes (111.307.956-83); Railan Bahls Viana (110.857.939-66); Raimundo Nonato Vieira de Oliveira (881.549.202-04); Raissa Mendes Braz Lima (042.199.121-69); Raissa Sant Ana Bueno (367.908.658-02); Ramon Dias Lopes (375.945.208-66); Ramon dos Reis Barbosa Barreto (046.722.191-00); Ramone da Silva (093.375.459-00); Raphael Silva Nogueira Costa (012.169.225-60); Raphael Vitor Leal de Carvalho (001.025.002-66); Raquel Mainardi Pillat Basso (000.422.730-13); Raul Costa de Oliveira (032.535.812-50); Raul Rodrigo de Carvalho Fernandes (013.029.204-48); Rayane Kelli dos Reis Ferreira (141.880.327-82); Rebeca Neves Heinzen (064.720.559-98); Rebeca Victoria Martins da Silva Veiga (122.225.909-57); Rebecca Bianca de Melo Magalhaes Brasileiro (075.854.524-03); Regina de Souza Silva (096.482.766-25); Reinaldson Xisto da Silva (022.331.062-02); Reinato Ribeiro de Souza (032.832.624-03); Renan Augusto Francisco Dias (364.883.188-70); Renan Michalski Colombo (420.281.478-90); Renata Berti Rocha Mendes (335.628.548-38); Renata Cristine Werner Goncalves (028.683.410-39); Renata Medici Macedo Candeias (111.891.707-36); Renato Neves de Jesus (201.089.467-70); Renato Rocha Batista (116.172.187-82); Renato Stefani Silveira (469.956.588-33); Ricardo Bento Nogueira Mori Pinheiro (347.622.068-06); Ricardo Bohaczuk Venturelli (058.357.979-58); Ricardo Campos da Rocha (790.825.485-34); Ricardo Jeronimo Ventura (093.705.506-90); Ricardo Moura Rocha (619.098.823-72); Risciela Salardi Alves de Brito (086.152.299-02); Rita Carolina de Melo (087.498.439-40); Rita Clara Vieira da Silva (003.543.492-95); Rita de Cassia Marques dos Santos (008.629.200-51); Ritieli Baptista Mambrin (007.780.540-20); Robert Anderson Cardoso da Costa (015.593.822-36); Robson Ferreira da Silva (019.316.167-28); Rodolfo Xavier Thedy (940.198.600-25); Rodrigo Alves de Oliveira (036.809.201-13); Rodrigo Barros Capobianco (255.066.318-71); Rodrigo Boratti (052.824.149-45); Rodrigo Chaves Moraga (000.841.910-82); Rodrigo Fernando Gerardi (030.615.269-00); Rodrigo Koiti Ishizaka (418.053.628-52); Rodrigo Lemos Soares (005.682.780-62); Rodrigo Macedo Guilherme (801.983.760-49); Rodrigo Zaluski (045.924.089-77); Roger da Silva Wegner (026.919.180-17); Rogerio Salustiano (051.341.896-25); Rogiel Jose Anjos (061.644.485-06); Ronaldo Alves Pereira Junior (021.824.701-07); Ronaldo Silva Gomes (053.342.693-63); Ronaldo de Sousa Santos (022.033.392-09); Roque de Jesus Queiroz Junior (862.199.945-58); Rosane Costa Lima (023.014.243-59); Rosanna Bisol Thome (836.969.620-15); Roselaine Sanchez da Silva de Oliveira (103.752.667-80); Roselle dos Santos Silva (799.938.343-00); Rosilene de Jesus Alves Thomas (964.288.725-87); Rosilene dos Santos Souto (036.848.865-99); Rosinei Aparecida Moraes de Albuquerque (303.543.488-33); Roymel Rodriguez Carpio (063.174.847-40); Roymel Rodriguez Carpio (063.174.847-40); Rubana Palhares Alves (012.223.946-69); Rubens Cainan

Saboia Monteiro (051.356.783-60); Rubens Fausto Jose Mesquita da Cunha Ribeiro (753.775.437-34); Rubiamara Pasinato (009.792.350-81); Sabrina Soares Maluf Wutke (106.502.716-88); Sammel Felipe Chagas de Souza (949.470.663-34); Samoel Giehl (023.490.150-09); Samuel Henrique Duraes Cintra e Silva (033.218.121-93); Sandra Araujo de Figueredo (854.179.202-15); Sarah Suellen Lima Oliveira (604.083.213-42); Sarita Costa Erthal (074.330.717-84); Sebastiao Alves Martins (093.567.381-49); Sergio Felipe Ferreira Silva (149.188.007-42); Sergio Mateus Brandao (808.954.411-87); Sergio da Conceicao Alves (097.179.096-52); Silas Dias Mendes Costa (045.827.865-37); Silene Aparecida Coelho (233.533.501-44); Silvana Nunes da Costa (467.347.324-87); Silvana Vanessa Martins da Silva Bonfim (007.206.245-25); Silvia Bernardo da Silva (873.852.794-49); Silvia de Castro Martins (074.436.266-06); Silvio Eduardo Teixeira Pinto da Silva (116.926.027-64); Silvio Ereno Quincozes (026.905.260-77); Sirlene Barbosa Lima (003.621.895-28); Sofia Ribeiro Swierczynski (796.502.875-15); Sostenes Souza de Oliveira (033.458.145-10); Stela Silva Valim (428.468.668-21); Stephanie Caroline Alves Vasconcelos (380.908.298-80); Stephanie Christine Cestari Bernardo (375.658.418-62); Stephanie Lopes dos Santos (155.442.897-19); Stephany Farias Cascaes (955.171.702-34); Suellen Nascimento dos Santos (114.077.407-76); Tabatha Danielle Ferreira Arantes Vieira (115.407.766-70); Taciane Aparecida Soares (051.059.809-99); Tadeu Morato Maciel (340.767.268-39); Taise Rauen (086.788.889-03); Talis Uelisson da Silva (123.443.607-86); Tamires Santos de Souza (118.945.736-92); Tania Marcon Dela Vedova (049.554.409-40); Tarciana de Oliveira Viana (048.550.086-80); Tassiana Ramires (023.139.980-45); Tatiane Carvalho Silva (015.630.591-77); Tatiane Pelegrini (022.874.420-22); Tatiane Tagino Comin (347.540.038-37); Tecio de Aguiar Rodrigues (142.219.827-80); Thais Aguiar Brito (100.256.804-80); Thais Maria de Souza Fernandes (100.008.816-27); Thais Rodrigues Pereira (056.265.649-93); Thaisa Antunes Goncalves (018.711.730-60); Thales Rodrigues Barboza (131.504.527-32); Thalita Abadia de Oliveira Magalhaes (129.226.316-48); Thamara Souza Silva Cardoso (141.048.407-69); Thammy de Lima Bastos Rosa (100.118.197-23); Thiago Augusto Silva Reis (953.188.521-49); Thiago Augusto Teles de Souza (111.007.996-64); Thiago Cruz da Silva (003.500.530-06); Thiago Moraes Parreiras (055.145.466-08); Thiago de Oliveira Barros (020.373.225-18); Tiago Marques Luiz (736.186.161-04); Tome Fernandes Caitano (036.584.152-82); Toshik Iarley da Silva (048.276.933-58); Uilian dos Santos Santana (062.567.785-45); Vagner Leite Rangel (103.578.607-99); Valdenir Osmar de Oliveira Junior (044.983.469-71); Valeria Braga Santiago de Sa (034.531.634-78); Valeria Diehl Guntzel (032.750.330-00); Valeria da Silva Rodrigues Espirandely (026.647.731-35); Valquiria Ferreira da Costa (045.666.811-06); Valtini Douglas Chaves (692.532.005-10); Vanderleia Lucia Dick Conrad (988.197.710-04); Vanessa Ariane Silva da Costa (604.630.603-50); Vanessa Correa de Souza (068.938.259-60); Vanessa Mascarenhas do Vale Midleij Almeida (010.961.665-00); Vania Veronez da Costa (098.280.516-05); Vanuzia Maria de Medeiros (019.683.264-05); Veridiana Samilles Pereira Teixeira (027.276.153-29); Veronica Vianna Marchiori (067.723.709-02); Vicente Toledo Machado de Moraes Junior (075.492.776-80); Victor Mouzinho Spinelli (819.686.712-34); Victor Porto Gontijo de Lima (086.393.876-05); Victoria Guimaraes do Couto (170.096.457-79); Vinicia Garzella Metz (033.305.620-56); Vinicius Aparecido Reis de Andrade (052.421.791-20); Vinicius Atrib Amantea (902.594.240-72); Vinicius Duque Estrada Vargas (112.730.967-62); Vinicius Folly Barbosa (135.996.297-22); Vinicius Franco Lima (140.292.707-00); Vinicius Kalil Tomazett (025.197.101-52); Vinicius Pereira Bandeira (016.380.912-77); Vinicius Viamonte dos Santos (125.208.697-04); Vinicius dos Santos Carvalho (841.504.160-87); Virgilio Batista de Freitas (953.176.511-15); Vitor Alexandre Silva Xavier (025.520.790-59); Vitor Augusto Delgado Boteon (415.824.788-80); Vitor Bortot Silva (122.729.047-00); Wagner Viana Andreatta (002.169.872-45); Wallace Wagner Silva Santana (062.790.395-95); Wallan Azevedo dos Santos (147.550.817-42); Wanessa Almeida da Costa (847.290.582-91); Wellington Araujo Mendes Junior (105.105.496-67); Wellington Santos da Silva (382.117.228-28); Wesley Eunathan Fernandes Lima (100.749.254-66); Whytney Monteiro Magalhaes (122.168.497-31); Willian Rodrigues Carvalho (035.326.442-31); Woquiton Lima Fernandes (988.140.105-44); Woshington Brito de Souza (066.328.265-98); Yago Chamoun Ferreira Soares (151.766.347-40); Yara Magalhaes dos Santos (075.802.716-80); Yasmin Stormoski Ponte (090.163.989-37); Yuri Costa (810.086.515-91); Zamanda Fonseca Coura Silva (091.849.646-26); Zuleyka da Silva Duarte (936.223.410-68).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais; Comando da Aeronáutica; Empresa de Pesquisa Energética; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; Fundação Universidade Federal de São Carlos; Fundação Universidade Federal de Uberlândia; Fundação Universidade Federal do Pampa; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/go; Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs; Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Universidade Federal de Roraima; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1582/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.462/2025-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Elizete Terezinha Kreusch (518.963.979-72); Maria Herminia Ribas Fachini (849.360.539-53); Marlene Fernandes da Silva (471.815.409-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1583/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.495/2025-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Nilza Franca Costa (885.299.086-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1584/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.503/2025-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria Marques dos Santos Cunha (371.626.401-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1585/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.511/2025-4 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Cesar Augusto Sales de Sousa (329.887.452-34); Enevely Meireles Soares de Medeiros Pinheiro (053.098.634-51); Maria Navegante da Costa (703.758.104-63); Mirian Brito de Sousa (362.826.852-49).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1586/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea “e”, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, excepcionalmente, o prazo, por mais quinze dias, a contar do dia útil seguinte ao término do prazo inicial, para que o Comando da Aeronáutica cumpra as determinações exaradas no subitem 9.3.5 do Acórdão nº 8.034/2022-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-013.849/2022-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: America Seroa da Motta (027.517.397-68); Centro de Controle Interno da Aeronáutica (); Maria Claudia da Silva Vater da Costa Fiori (755.014.147-91); Regina Maria Motta Vater Lundberg (108.789.207-49); Suely Pereira Coutinho (036.339.267-04); Teresa Cristina da Motta Vater (030.552.567-00); Vera Maria da Silva Vater (439.797.777-15); Vera Maria da Silva Vater (439.797.777-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3.1. Ministro que declarou impedimento na sessão: Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: Breno Santos (48318/OAB-DF), representando Vera Maria da Silva Vater.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1587/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de atos inicial e de reversão de pensão militar emitidos pelo Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, submetidos à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica e o Ministério Público de Contas manifestaram-se pela ilegalidade dos atos, tendo em vista a majoração indevida de proventos para o posto/grau hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de incapacidade/invalidez posterior à reforma do instituidor;

Considerando que o instituidor da pensão foi inicialmente reformado por limite de idade de permanência na reserva e que, posteriormente, no ato de alteração, teve a fundamentação legal da reforma modificada para reforma por incapacidade definitiva, tendo a base de cálculo para o recebimento dos proventos sido elevada com fundamento no art. 110, § 1º, da Lei 6.880/1980;

Considerando que, como bem assinalou a unidade técnica, não há amparo legal para tal procedimento;

Considerando que, por meio do Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, da relatoria do E. Ministro Benjamin Zymler, pacificou-se o entendimento no sentido de que a melhoria prevista no art. 110, § 1º, da Lei 6.880/1980 não se aplica a militar que já se encontra reformado no momento da invalidez;

Considerando que os atos ora examinados deram entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, para evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

a) considerar ilegais os atos de concessão inicial e de reversão da pensão militar instituída pelo Sr. Joao Batista Lins de Albuquerque (peças 3 e 4), negando-lhes registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.632/2024-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Florisbella Guimaraes de Albuquerque (042.375.946-96); Jakeline Lins Guimaraes de Albuquerque (035.714.746-43); Vera Lins de Albuquerque (405.425.997-91); Vera Lins de Albuquerque (405.425.997-91); Virginia Lins Guimaraes de Albuquerque Guedes (601.679.396-53).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados e comunique as providências adotadas ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.3. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 1588/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de pensão militar emitido pelo Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica e o Ministério Público de Contas manifestaram-se pela ilegalidade do ato, tendo em vista a majoração indevida de proventos para o posto/grau hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de incapacidade/invalidez posterior à reforma do instituidor;

Considerando que o instituidor da pensão foi inicialmente reformado por limite de idade de permanência na reserva e que, posteriormente, no ato de alteração, teve a fundamentação legal da reforma modificada para reforma por incapacidade definitiva, tendo a base de cálculo para o recebimento dos proventos sido elevada com fundamento no art. 110, § 1º, da Lei 6.880/1980;

Considerando que, como bem assinalou a unidade técnica, não há amparo legal para tal procedimento;

Considerando que, por meio do Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, da relatoria do E. Ministro Benjamin Zymler, pacificou-se o entendimento no sentido de que a melhoria prevista no art. 110, § 1º, da Lei 6.880/1980 não se aplica a militar que já se encontra reformado no momento da invalidez;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de alteração de pensão militar emitido em favor dos Srs. Leonardo de Souza Almeida, Raimunda Terezinha do Amaral Almeida e Tatiane de Souza Almeida, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.473/2024-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Leonardo de Souza Almeida (099.757.857-27); Raimunda Terezinha do Amaral Almeida (013.769.877-16); Tatiane de Souza Almeida (123.637.527-08).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.3. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 1589/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de pensão militar emitido pelo Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica e o Ministério Público de Contas manifestaram-se pela ilegalidade do ato, tendo em vista a majoração indevida de proventos para o posto/grau hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de incapacidade/invalidez posterior à reforma do instituidor;

Considerando que o instituidor da pensão foi inicialmente reformado por limite de idade de permanência na reserva e que, posteriormente, no ato de alteração, teve a fundamentação legal da reforma modificada para reforma por incapacidade definitiva, tendo a base de cálculo para o recebimento dos proventos sido elevada com fundamento no art. 110, § 1º, da Lei 6.880/1980;

Considerando que, como bem assinalou a unidade técnica, não há amparo legal para tal procedimento;

Considerando que, por meio do Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, da relatoria do E. Ministro Benjamin Zymler, pacificou-se o entendimento no sentido de que a melhoria prevista no art. 110, § 1º, da Lei 6.880/1980 não se aplica a militar que já se encontra reformado no momento da invalidez;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de pensão militar emitido em favor das Sras. Flavia Eugenia Nogueira Campos e Suellen Nogueira Campos Marques, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.492/2024-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Flavia Eugenia Nogueira Campos (080.373.957-58); Suellen Nogueira Campos Marques (111.739.827-79).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.3. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 1590/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de pensão militar emitido pelo Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica e o Ministério Público de Contas manifestaram-se pela ilegalidade do ato, tendo em vista a majoração indevida de proventos para o posto/grau hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de incapacidade/invalidez posterior à reforma do instituidor;

Considerando que o instituidor da pensão foi inicialmente reformado por limite de idade de permanência na reserva e que, posteriormente, no ato de alteração, teve a fundamentação legal da reforma modificada para reforma por incapacidade definitiva, tendo a base de cálculo para o recebimento dos proventos sido elevada com fundamento no art. 110, § 1º, da Lei 6.880/1980;

Considerando que, como bem assinalou a unidade técnica, não há amparo legal para tal procedimento;

Considerando que, por meio do Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, da relatoria do E. Ministro Benjamin Zymler, pacificou-se o entendimento no sentido de que a melhoria prevista no art. 110, § 1º, da Lei 6.880/1980 não se aplica a militar que já se encontra reformado no momento da invalidez;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de pensão militar emitido em favor da Sra. Maria Luiza Ferreira Santos, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.498/2024-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Maria Luiza Ferreira Santos (668.935.857-72).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.3. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 1591/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de pensão militar emitido pela Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica e o Ministério Público de Contas manifestaram-se pela ilegalidade do ato, tendo em vista a majoração indevida de proventos para o posto/grau hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de incapacidade/invalidez posterior à reforma do instituidor;

Considerando que o instituidor da pensão foi inicialmente reformado por limite de idade de permanência na reserva e que, posteriormente, no ato de alteração, teve a fundamentação legal da reforma modificada para reforma por incapacidade definitiva, tendo a base de cálculo para o recebimento dos proventos sido elevada com fundamento no art. 110, § 1º, da Lei 6.880/1980;

Considerando que, como bem assinalou a unidade técnica, não há amparo legal para tal procedimento;

Considerando que, por meio do Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, da relatoria do E. Ministro Benjamin Zymler, pacificou-se o entendimento no sentido de que a melhoria prevista no art. 110, § 1º, da Lei 6.880/1980 não se aplica a militar que já se encontra reformado no momento da invalidez;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de pensão militar emitido em favor da Sra. Luzia Nogueira de Lima, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-027.227/2024-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Luzia Nogueira de Lima (238.188.162-04).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.3. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 1592/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.279/2024-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Carlos Wagner Rodrigues Bouzada (071.930.817-80); Daniele Rodrigues Bouzada (054.619.767-19); Eunice da Silva Conceicao (651.067.255-34); Jucara Saraiva Cardoso de Carvalho (101.331.117-50); Juliana Freire Bouzada (122.576.657-59); Magali de Quevedo Santanna (851.772.297-34); Maria Berenice Quevedo de Souza Leao (289.569.821-04); Marilda Fonseca de Quevedo Vinagre (290.192.651-72); Neyda Barbosa da Silva (115.570.015-53); Olga Regina da Silva (156.712.325-20); Rosana Aguillera Melo (582.274.077-49); Roselaine Aguillera Melo (825.615.167-68); Roselene Aguillera Melo Villa Maior (684.277.007-68); Roselvane Aguillera Melo da Silva (770.153.047-91); Rosiane Fonseca de Quevedo Carvalho (343.622.071-04); Sonia Maria Goncalves Rodrigues (963.613.287-91); Wania Christina Alves da Costa Bouzada (876.025.807-10).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1593/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor, situação que possibilita a apreciação pela legalidade, conforme expresso no art. 260, § 4º, do RITCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.115/2024-4 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Wilian Tadeu dos Santos Lopes (671.768.607-34).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1594/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor, situação que possibilita a apreciação pela legalidade, conforme expresso no art. 260, § 4º, do RITCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.164/2024-5 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Renato da Silva Gomes (755.180.587-72).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1595/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação da militar/instituidora, situação que possibilita a apreciação pela legalidade, conforme expresso no art. 260, § 4º, do RITCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.193/2024-5 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Vilma Leite Oliveira (278.821.874-53).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1596/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, em desfavor dos Srs. Francisco Vilmar Filho, Francisco Vanderlândio Carolino, Sérgio Arboes Petronilo, Soliney de Sousa e Silva, Rosângela Aparecida Barros Curado e do Instituto de Oftalmologia do Maranhão Ltda., em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por transferência na modalidade fundo a fundo;

Considerando que o Tribunal julgou irregulares as contas Instituto do Oftalmologia do Maranhão Ltda., imputando-lhe débito e multa, por meio do Acórdão 8498/2024-TCU-1ª Câmara, prolatado na sessão de 1/10/2024 (peça 80);

Considerando que empresa foi extinta por liquidação voluntária em 6/2/2024, antes, portanto, da prolação do acórdão condenatório;

Considerando o caráter personalíssimo da penalidade de multa, por força do art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal;

Considerando que o Tribunal “poderá rever, de ofício, o acórdão em que houver sido aplicada multa a gestor que tenha falecido antes do trânsito em julgado da deliberação”, nos termos do art. 3º, § 2º, da Resolução TCU 178/2005;

Considerando que pode ser aplicado analogicamente o mesmo dispositivo para pessoa jurídica, extinta por liquidação voluntária, antes do trânsito em julgado, pelo caráter personalíssimo da pena;

Considerando as proposições uniformes da Secretaria de Apoio à Gestão de Processos e do Ministério Público de Contas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, em rever, de ofício, o item 9.4 do Acórdão 8498/2024-TCU-1ª Câmara, com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução-TCU 178/2005, a fim de tornar insubsistente a penalidade de multa aplicada ao Instituto de Oftalmologia do Maranhão Ltda., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.065/2022-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Instituto de Oftalmologia do Maranhão Ltda. (07.191.644/0001-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1597/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea “a”, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem julgamento de mérito, por ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular, dando ciência ao responsável, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao Município de Campina Grande - PB, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.831/2024-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Romero Rodrigues Veiga (451.077.934-87).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campina Grande - PB.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: José Fernandes Mariz (6851/OAB-PB), representando Romero Rodrigues Veiga.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1598/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial, nos quais se examina recurso inominado interposto pelo Sr. William Makant em face do Acórdão 6.365/2024-TCU-1ª Câmara, que deu provimento, sem efeitos infringentes, aos embargos de declaração opostos contra o Acórdão 4.105/2024 - TCU - 1ª Câmara (peça 98);

Considerando que a TCE foi instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em desfavor do Sr. William Makant, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos transferidos no âmbito do Termo de Concessão de Auxílio Financeiro (processo 457.971/2012-6), especialmente pela omissão no dever de prestar contas;

Considerando que, por meio do Acórdão 64/2023-TCU-1ª Câmara, esta Corte de Contas considerou revel o Sr. William Makant, julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento do débito apurado e aplicou-lhe multa individual;

Considerando que o Sr. William Makant já interpôs recurso de reconsideração contra a supracitada decisão, o qual foi conhecido pelo Tribunal, por meio do Acórdão 1.231/2024-TCU-1ª Câmara, que, no mérito, negou-lhe provimento;

Considerando que o recorrente também já interpôs novo recurso com o objetivo de impugnar o Acórdão que julgou seu recurso de reconsideração, o qual não foi conhecido mediante o Acórdão 4.105/2024 - TCU - 1ª Câmara (peça 94), por ser inadequado para combater deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto, nos termos do art. 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno/TCU;

Considerando que o art. 278, § 4º, do Regimento Interno/TCU dispõe que “não se conhecerá de recurso da mesma espécie, exceto embargos de declaração, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao TCU, contra deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto”;

Considerando que o recurso sob análise não deve ser conhecido, por ser inadequado para combater deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto, conforme o art. 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno/TCU;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do MPTCU pelo não conhecimento;

Considerando que o recorrente insiste em não apresentar, formalmente, recurso de revisão, a única especial recursal cabível;

Considerando, finalmente, que não seria possível receber o expediente como recurso de revisão, pois tal expediente recursal somente pode ser conhecido em hipóteses específicas e excepcionais, descritas no artigo 35 da Lei 8.443/1992, constituindo-se na última oportunidade recursal existente neste processo, o que seria prejudicial ao responsável;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992 e nos art. 143, inciso IV, “b”, e 278, § 4º, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso, receber a peça como mera petição, indeferir o pedido, adotar a medida indicada no item 1.9 e dar ciência ao peticionante do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-009.098/2022-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: William Makant (042.969.137-86).

1.2. Recorrente: William Makant (042.969.137-86).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

1.7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.8. Representação legal: Sergio Seleghini Junior (144709/OAB-SP), Barbara Gomes Peressim (312599/OAB-SP) e outros, representando William Makant.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.9.1. alertar o peticionante de que a interposição de novos recursos, à exceção de eventual recurso de revisão, com finalidade protelatória, resultará na aplicação de multa por litigância de má-fé.

ACÓRDÃO Nº 1599/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados esses autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Jonas Camelo de Almeida Neto, contra o Acórdão 723/2024-TCU-1ª Câmara, relator E. Ministro Benjamin Zymler, que julgou irregulares as contas do recorrente e imputou-lhe débito e multa, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Termo de Compromisso 729/2007, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Município de Buíque/PE, cujo objeto era a implementação de melhorias habitacionais em 38 unidades residenciais para o controle da doença de chagas;

Considerando que, nos termos do § 2º do art. 6º da Resolução TCU 344/2022, o ingresso de ação judicial pelo município de Buíque/PE contra o responsável não pode ser considerado como ato interruptivo dos prazos de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória do TCU;

Considerando que, entre a notificação sobre irregular inexecução parcial do ajuste, ocorrida em 28/3/2016 (peça 104), e a emissão de parecer financeiro final, em 23/5/2019 (peça 107), não foram identificados outros atos capazes de interromper a fruição dos prazos de prescrição;

Considerando a manifestação do Ministério Público no sentido de conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, tornando sem efeito o Acórdão 723/2024-TCU-1ª Câmara, em razão da configuração da prescrição intercorrente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea “b”, e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e os arts. 1º e 8º da Resolução-TCU 344/2022, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, para declarar, expressamente, a insubsistência do Acórdão 723/2024-TCU-1ª Câmara, em razão da ocorrência da prescrição intercorrente e determinar o arquivamento do processo, dando ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados.

1. Processo TC-012.187/2022-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: A & S Construtora Albuquerque & Souza Ltda (05.468.317/0001-70); Jonas Camelo de Almeida Neto (046.405.104-54).

1.2. Recorrente: Jonas Camelo de Almeida Neto (046.405.104-54).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Buíque - PE.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

1.7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.8. Representação legal: Flávio Bruno de Almeida Silva (22465/OAB-PE), representando Jonas Camelo de Almeida Neto; Eduardo Henrique Teixeira Neves (30630/OAB-PE), representando Prefeitura Municipal de Buíque - PE.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1600/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea “a”, e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e os arts. 1º, 8º e 11 da Resolução-TCU 344/2022, em determinar o arquivamento do seguinte processo, em razão da consumação da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória do TCU, dando ciência desta deliberação aos responsáveis e ao tomador de contas, de acordo com os pareceres exarados nos autos.

1. Processo TC-022.004/2024-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ana Claudia dos Santos Accioly Ramos Barbosa (247.814.522-72); Raimundo Rosivaldo Gomes dos Santos (097.469.942-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1601/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de fiscalização realizada em municípios do Estado do Ceará, cujo objetivo foi aferir a regularidade da utilização dos recursos obtidos em decorrência do sucesso de ações judiciais nas quais se discutiu a insuficiência da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério daqueles entes federados (precatórios do Fundef).

Considerando que as determinações constantes dos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 do Acórdão 2.820/2020-TCU-Plenário, para a constituição de tomadas de contas especiais em face do pagamento de honorários advocatícios contratuais com recursos dos precatórios do Fundef, foram atendidas pela unidade técnica;

Considerando que a Advocacia-Geral da União (AGU), em resposta a diligências realizadas pela AudEducação, forneceu documentos capazes de sanar possível ocorrência de pagamento em duplicidade de verbas do antigo Fundef ao Município de Pacujá (item 9.1.4 do Acórdão 2.820/2020-Plenário) e suposta existência de outra ação judicial de autoria do Município de Ubajara pleiteando o recebimento das mesmas verbas (item 9.4.2 do Acórdão 2.820/2020-TCU-Plenário);

Considerando que, à luz das premissas do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 528, pelo Supremo Tribunal Federal, que deliberou acerca dos juros de mora dos precatórios como verba do ente federado, não houve irregularidade relacionada a pagamentos de honorários por parte dos municípios listados no item 9.1.5 do referido julgado;

Considerando que, em atendimento ao item 9.1.6., a unidade técnica identificou que os municípios de Fortim, Itaitinga, Eusébio, Icapuí, Horizonte e Quixerê, realizaram despesas fora das finalidades de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, sem que tenha havido decisão judicial que as amparasse;

Considerando que as determinações constantes dos itens 9.1.7 e 9.1.8, para que os municípios de Campos Sales/CE e Fortaleza/CE fossem comunicados da necessidade de devolução às contas específicas dos precatórios do Fundef de quantias não comprovadamente gastas em ações de MDE, foram objeto de monitoramento no âmbito do TC 015.151/2021-2, julgado mediante o Acórdão 779/2024-Plenário;

Considerando, que, para os municípios de Araripe, Aratuba, Apuiarés, Barbalha, Campos Sales, Canindé, Catarina, Forquilha, Fortim, Horizonte, Graça, Guaraciaba do Norte, Iracema, Itaiçaba, Itaitinga, Paracuru, Potengi, Santana do Cariri, São Benedito e Umirim, foi identificada o rateio de recursos dos precatórios do Fundef em prol do favorecimento pessoal de alguns profissionais da educação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 12, inciso II, e 47 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V e 169, V, do Regimento Interno, em: considerar cumpridas as determinações constantes dos itens 9.1.1 a 9.1.9, e seus subitens, do Acórdão 2.820/2020-TCU-Plenário, ordenar as medidas descritas no subitem 1.8 deste acórdão e encerrar o presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.861/2018-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 037.228/2023-4 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Antonio Glauber Gonçalves Monteiro (107.962.153-91); Edson Sa (017.421.083-34); Francisco José Barbosa Góis (032.681.013-72); Francisco José Teixeira (191.284.873-20); Francisco Junior Lopes Tavares (302.151.293-34); Francisco Pinheiro das Chagas (037.277.343-53); Francisco Xavier Fernandes Maia (014.980.703-10); Francisco das Chagas Alves (626.153.357-15); Francisco de Assis Teixeira Lopes (059.841.063-53); José Ribamar Barros (097.947.433-72); Lourival Assunção Tavares (017.833.433-20); Lucia de Fatima Sousa Boyadjian (212.558.573-15); Maria da Conceicao Chianca de Souza (057.106.184-20); Pedro Neudo Brito (018.219.383-72); Raimundo Azevedo Prado (030.443.603-82); Sergio de Araujo Lima Aguiar (389.483.623-72); Sheila Regina Albuquerque Diniz (220.469.503-30).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado do Ceará (184 Municípios).

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.7. Representação legal: Italo Noronha Lima (39.730/OAB-CE), Joao Soares Pinto (38.994/OAB-CE) e outros, representando Abel Cercelino Rangel Junior; Marcela Leopoldina Quezado Gurgel e Silva (18971/OAB-CE), representando Prefeitura Municipal de Apuiarés - CE; Kessia Pinheiro Campos Cidrack (25.484/OAB-CE), representando Eliabe Albuquerque de Oliveira; Lucio Telmo Meireles de Oliveira Junior, Matheus Praciano Vicentino (36031/OAB-CE) e outros, representando Prefeituras Municipais do Estado do Ceará (184 Municípios); Marcela Leopoldina Quezado Gurgel e Silva (18971/OAB-CE), representando Prefeitura Municipal de Pacujá - CE.

1.8. Determinações/medidas:

1.8.1. constituir processos apartados dos presentes autos, autuando-os como tomadas de contas especiais, com a citação dos gestores e dos entes federados que promoveram o rateio de recursos dos precatórios do Fundef, conforme quadro abaixo, em razão de não serem despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), mas apenas favorecimento pessoal de poucos profissionais em detrimento dos objetivos básicos das instituições de ensino e das metas do Plano Nacional de Educação;

Município	Responsável	Valor - R\$	Data
Araripe	Giovane Guedes Silvestre (CPF 713.433.694-87)	4.261.000,00	31/7/2018
Aratuba	Maria Auxiliadora Lima Batista CPF 201.425.523-72	10.101.037,66	26/10/2017
Apuiarés	Francisco José Barbosa Gois CPF 032.681.013-72 e Roberto Sávio Gomes da Silva CPF 364.001.730-72 (solidários)	4.866.345,33	22/9/2017
Barbalha	Argemiro Sampaio Neto CPF 891.015.453-53	8.415.847,64	15/9/2017
		445.590,54	29/9/2017
Campos Sales	Moésio Loiola de Melo CPF 051.671.083-49	8.042.214,82	12/7/2017
Canindé	Maria do Rozário Araújo Pedrosa Ximenes CPF 233.120.843-34	29.366.380,14	7/12/2017
Catarina	Thiago Paes de Andrade Rodrigues CPF 013.310.413-33	4.780.692,03	17/7/2017
Forquilha	Gerlasio Martins de Loiola CPF 894.607.153-20	6.651.798,15	24/4/2017
Fortim	Adriana Pinheiro Barbosa CPF 624.069.303-00,	3.006.726,97	30/12/2015
Graça	Augusto Brito CPF 046.975.533-49	5.182.245,37	21/8/2017
		85.267,00	7/12/2017
Guaraciaba do Norte	Antonio Adail Machado Castro CPF 213.524.883-53	13.135.657,83	20/10/2017
Horizonte	Manoel Gomes de Farias Neto CPF 154.042.263-15	1.672.298,90	23/12/2015
Iracema	José Juarez Diógenes Tavares CPF 073.799.273-53	3.145.675,21	27/4/2017
Itaiçaba	José Orlando de Holanda CPF 317.699.183-53	1.550.579,52	30/11/2017
Itaitinga	Abel Cercelino Rangel Júnior CPF 294.718.263-49	8.887.713,21	18/12/2015

Paracuru	José Ribamar Barroso Batista CPF 002.720.193-72	17.903.781,82	28/11/2017
Potengi	Antônia Alizandra Gomes dos Santos Rodrigues CPF 027.193.994-00	586.009,89	14/9/2017
		47.673,78	22/9/2017
		13.250,16	10/11/2017
		10.271,85	5/12/2017
Santana do Cariri	Danieli de Abreu Machado CPF 442.813.073-20	5.735.798,00	7/6/2017
São Benedito	Gadyel Gonçalves de Aguiar Paula CPF 769.878.683-87	10.716.869,29	1/6/2018
Umirim	Felipe Carlos Uchoa Sales Ribeiro CPF 567.630.853-20	11.653.024,27	31/7/2017

1.8.2. comunicar ao Município de Fortim, que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação, as providências necessárias à recomposição das contas específicas dos precatórios do Fundef, com recursos próprios, da quantia de R\$ 7.656.507,91, indevidamente utilizada em finalidade distinta da área educacional, atualizada monetariamente a partir de 10/12/2015 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, encaminhando a este Tribunal, no mesmo prazo estipulado, a comprovação do referido recolhimento, sob pena de instauração do competente processo de tomada de contas especial;

1.8.3. comunicar ao Município de Itaitinga, que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação, as providências necessárias à recomposição das contas específicas dos precatórios do Fundef, com recursos próprios, das quantias elencadas com infraestrutura e esporte à peça 720, p. 1-2, indevidamente utilizadas em finalidades distintas da área educacional, atualizadas monetariamente a partir das datas ali inscritas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, encaminhando a este Tribunal, no mesmo prazo estipulado, a comprovação do referido recolhimento, sob pena de instauração do competente processo de tomada de contas especial;

1.8.4. comunicar ao Município de Eusébio, que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação, as providências necessárias à recomposição das contas específicas dos precatórios do Fundef, com recursos próprios, da quantia indevidamente utilizada em finalidade distinta da área educacional, no montante de R\$ 36.750.232,16, atualizado monetariamente a partir de 10/12/2015 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, abatido dos montantes de R\$ 7.810.000,00, na data de 10/12/2015, e de R\$ 2.891.334,830, na data de 31/7/2018, encaminhando a este Tribunal, no mesmo prazo estipulado, a comprovação do referido recolhimento, sob pena de instauração do competente processo de tomada de contas especial;

1.8.5. comunicar ao Município de Icapuí, que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação, as providências necessárias à recomposição das contas específicas dos precatórios do Fundef, com recursos próprios, da quantia não comprovadamente utilizada em finalidades afetas à área educacional, no montante de R\$ 16.717.171,16, atualizado monetariamente a partir de 10/12/2015 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, abatido do montante de R\$ 4.179.292,77, na data de 11/12/2015, encaminhando a este Tribunal, no mesmo prazo estipulado, a comprovação do referido recolhimento, sob pena de instauração do competente processo de tomada de contas especial;

1.8.6. comunicar ao Município de Horizonte, que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação, as providências necessárias à recomposição das contas específicas dos precatórios do Fundef, com recursos próprios, da quantia não comprovadamente utilizada em finalidades afetas à área educacional, no montante de R\$ 8.088.782,85, atualizado monetariamente a partir de 10/12/2015 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, abatido do montante de R\$ 3.746.200,00, na data de 17/12/2015, encaminhando a este Tribunal, no mesmo prazo estipulado, a comprovação do referido recolhimento, sob pena de instauração do competente processo de tomada de contas especial; e

1.8.7. comunicar ao Município de Quixerê, que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação, as providências necessárias à recomposição das contas específicas dos precatórios do Fundef, com recursos próprios, da quantia indevidamente utilizada em finalidade distinta da área educacional, no montante de R\$ 2.839.654,98, atualizado monetariamente a partir de 27/6/2017 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, abatido dos montantes de R\$ 2.101.596,93, na data de 29/8/2017, e de R\$ 172.185,43, na data de 31/7/2018, encaminhando a este Tribunal, no mesmo prazo estipulado, a comprovação do referido recolhimento, sob pena de instauração do competente processo de tomada de contas especial.

ACÓRDÃO Nº 1602/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso III, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.936/2024-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Cultura (); Gabinete do Ministro - Ministério da Cultura (01.264.142/0001-29); Secretaria-executiva do Ministério da Cultura (03.221.904/0001-35).

1.2. Órgão/Entidade: Gabinete do Ministro - Ministério da Cultura; Secretaria-executiva do Ministério da Cultura.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: Fernando José Gonçalves Acunha (21184/OAB-DF), representando Nct Informatica Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1603/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de representação formulada pelo Sr. Danilo Dupas Ribeiro, então Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, acerca de supostas irregularidades na instituição, especificamente no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), nos contratos de aplicação e impressão destes exames e no pagamento indevido de Gratificação por Encargos de Curso de Concurso (GECC);

Considerando que, nestes autos, somente são tratadas as supostas irregularidades inerentes ao pagamento indevido de GECC, tendo em vista que as demais ilegalidades relatadas e a documentação pertinente foram encaminhadas à então Secretaria de Controle Externo de Educação - SecexEducação - para providências que porventura achasse necessárias, considerando que versam acerca de questões de gestão;

Considerando que o pagamento de GECC já foi analisado pelo TCU, sendo que, no Acórdão 5.370/2014-TCU-1ª Câmara, o TCU apreciou a matéria e não vislumbrou, naquele momento, irregularidade, entendimento esse que foi posteriormente ratificado pelo Acórdão 6.073/2019 - TCU - 1ª Câmara, no âmbito de outro processo de representação;

Considerando que foram implementadas diversas regras de governança ao processo de concessão da GECC pelo Inep e pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia (SGP), bem como o Inep implementou a maior parte das recomendações dispostas no relatório de auditoria interna (ação de controle 7/2022);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, III; 235; e 237, VII, do RI/TCU c/c art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la

improcedente; dar ciência desta deliberação ao representante e ao Inep; emitir a recomendação objeto do item 1.6.1, a seguir, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres da unidade técnica, peças 41 a 43:

1. Processo TC-007.704/2022-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Secretaria Federal de Controle Interno - CGU.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. recomendar ao Inep, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, bem como no Anexo II, da Portaria-TCU 52, de 27/3/2024 e art. 9º, § 1º, da Instrução Normativa-TCU 84/2020, para que adote as providências internas de sua alçada, visando a ultimar a implementação das recomendações do relatório de auditoria interna ainda em aberto (ação de controle 7/2022), em especial as recomendações 1.2 e 3.3, divulgando na internet as medidas adotadas, em conjunto com as demais informações sobre os seus resultados de gestão.

ACÓRDÃO Nº 1604/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, em conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la procedente; expedir a ciência a seguir discriminada (item 1.8); comunicar esta decisão ao representante, à unidade jurisdicionada e aos demais interessados; e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC 009.035/2024-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 010.186/2024-7 (REPRESENTAÇÃO).

1.2. Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (10.792.928/0001-00).

1.3. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.7. Representação legal: Laertes Andrade Munhoz (31627/OAB-BA).

1.8. Dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, de que:

1.8.1. a não realização de diligências para comprovar a inexecução de proposta e sanear ausência de informações contraria o art. 59, § 2º, da Lei 14.133/2021, e a jurisprudência pacífica deste Tribunal (Súmula TCU 262);

1.8.2. a retomada da sessão do pregão sem aviso prévio ofende princípios norteadores das licitações públicas, tais como publicidade, impessoalidade, igualdade e economicidade (art. 5º da Lei 14.133/2021), razão pela qual o pregoeiro deve comunicar antecipadamente e em tempo hábil a data e hora da reabertura da sessão, para que os licitantes tomem conhecimento das decisões proferidas por ele (Acórdão 1453/2013-TCU-2ª Câmara, Relator E. Ministro Aroldo Cedraz);

1.8.3. se não houver cláusula no edital que especifique o exercício a que devam se referir, o balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis dos exercícios anteriores somente podem ser exigidos se a convocação da licitante para apresentar a documentação referente à qualificação econômico-financeira (art. 69 da Lei 14.133/2021) ocorrer após a data-limite definida nas normas da Secretaria da Receita Federal para a apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) no Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) (Acórdão 2293/2018-TCU-Plenário, Relator E. Ministro José Mucio Monteiro).

ACÓRDÃO Nº 1605/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso III, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.984/2023-5 (REPRESENTAÇÃO)
- 1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jequié - BA.
- 1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
- 1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
- 1.5. Representação legal: não há.
- 1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1606/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU (RITCU), em considerar legal para fins de registro o ato inicial de aposentadoria emitido em favor do interessado a seguir relacionado, com fundamento no art. 260, § 4º, do RITCU, tendo em vista que o ato submetido ao exame desta Corte, a despeito de apresentar irregularidade quanto ao pagamento de rubrica judicial na versão que lhe foi encaminhada, encontra-se devidamente corrigido no momento de sua apreciação de mérito, de acordo com os documentos e pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.111/2025-6 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessado: Elson Trindade (249.953.555-53).
- 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymmler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1607/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU (RITCU), em considerar legal para fins de registro o ato inicial de aposentadoria emitido em favor da interessada a seguir relacionada, com fundamento no art. 260, § 4º, do RITCU, tendo em vista que o ato submetido ao exame desta Corte, a despeito de apresentar irregularidade quanto ao pagamento de rubrica judicial na versão que lhe foi encaminhada, encontra-se devidamente corrigido no momento de sua apreciação de mérito, de acordo com os documentos e pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.119/2025-7 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessada: Maria de Lourdes de Jesus Lima (714.998.497-53).
- 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymmler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1608/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.140/2025-6 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessada: Sonia Maria Diogo (213.963.883-20).
- 1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1609/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.153/2025-0 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessada: Dolores Mosteiro Sixto Gaspar (018.105.598-80).
- 1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1610/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.173/2025-1 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessados: Dalila Mendonca da Silveira (493.248.107-15); Domingos Denicolo (559.961.757-20); Maria Aparecida de Franco Seda (484.758.827-49); Maria da Gloria Barbosa Valentim (253.519.824-04); Vera Lucia Cremasco (353.712.697-20).
- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1611/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.188/2025-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Fabio Josino de Salles (178.031.957-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1612/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.219/2025-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marta Ester Benites (414.607.319-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1613/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.241/2025-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Deolindo Ramos Filho (489.356.977-53); Fátima Christ Botelho (225.840.051-15); Luiz Rogerio Pinheiro Athayde (416.690.297-00); Maria Luiza Frigini Selvatici (742.632.937-20); Maristella Britto de Oliveira (917.885.957-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1614/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.255/2025-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Valderi da Silva (171.193.753-34); Francisco Belmiro Cavalcante de Oliveira (155.426.023-04); Joao Moraes de Matos (059.728.333-87); Maria de Fatima Bezerra (118.672.053-00); Sebastião Ramos de Oliveira (310.803.403-00).

- 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1615/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.309/2025-0 (APOSENTADORIA)

- 1.1. Interessados: Antônio Francisco Nicoli (282.637.237-87); José Luís da Paixão Pimenta (278.135.927-00).
- 1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1616/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.397/2025-7 (APOSENTADORIA)

- 1.1. Interessados: Jose Eduardo do Bomfim (846.463.148-00); Luciana da Silva Nazareth (410.958.041-20).
- 1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1617/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.632/2022-5 (APOSENTADORIA)

- 1.1. Interessada: Rosana Maria Silva de Oliveira (470.031.034-00).
- 1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1618/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.932/2024-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Antônio Gonçalves de Jesus (195.385.026-04); Cláudio Hecht (144.051.806-87).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1619/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.314/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Franklin Kramer Patriota (663.696.654-87); Geovana Ferreira de Andrade Alves Dutra (627.418.964-53); Leandro Pauletti Boni (532.164.580-91); Paulo Gorchinski Neto (702.530.729-72).

1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1620/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos de admissão emitidos em favor dos interessados constantes da Lista 26/2024 a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.074/2024-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adelina Antunes Viana (276.397.896-72); Ademir Wandemberg Lopes de Souza (008.301.142-03); Adenilson Rutsatz (129.868.567-21); Adonis Lima Bastos (015.431.782-94); Adriana da Silva Garcia (682.439.600-15); Adriano Nogueira Cortes (943.485.290-00); Adriano Torres Lopes Filho (016.616.194-28); Alair Jose Ribeiro (323.421.447-68); Alana Almeida Campione (023.196.071-96); Aldair Jose da Silva (221.369.591-15); Alessandra Cordova (923.487.420-04); Alessandro Valadares Garcia Junior (178.130.717-27); Alex Camargo Porto Campos (072.334.106-07); Alex Franco Oliveira (051.370.971-10); Alex dos Santos Pereira (234.710.038-60); Alexander de Oliveira Silva (392.654.618-29); Alexandre Valerio da Silva (720.195.656-68); Alexandrino Bezerra (007.169.842-61); Alfredo Henrique Queiroz de Lima (091.908.006-56); Alice Alves da Cunha (156.462.647-40); Aline Cristina Silva dos Anjos (127.757.277-19); Aline Graziela Szczesny Mancilha (000.536.230-02); Aline

Louise Kerch (000.716.850-06); Aline Sinhorelo Ribeiro (118.784.037-88); Alisson Cristiano Gerhard (056.188.151-09); Allan Bruno Costa Menezes (703.612.661-20); Allan Gadelha Zaidan Lima (077.670.504-08); Allan Serra de Avila (059.593.696-21); Aloisio de Azevedo (532.374.807-97); Amanda Amabile Barboza dos Reis (111.688.239-60); Amanda Barbosa da Rosa (874.697.230-72); Amanda Brito de Freitas (018.375.500-69); Amanda Caroline Buglia (095.998.709-64); Amanda Caroline Gomes Mota (112.648.946-86); Amanda Monteiro Ferreira (824.141.572-91); Amanda da Silva Salomao (119.933.816-86); Ana Beatriz Guedes Melo (162.823.237-46); Ana Carolina Campos de Aguiar (074.597.445-73); Ana Cecilia Romano de Mello (082.845.036-62); Ana Clara Benedito Rocha (166.667.617-90); Ana Claudia Knebel Chaves Cardoso (009.968.350-40); Ana Elisa Zappa Batista Ligiero (290.839.028-03); Ana Flavia Buffulin Fontes Rico (277.759.628-01); Ana Laura Almeida Resende (095.510.276-63); Ana Lucia Ferreira da Rocha Conte Menezes (260.745.658-48); Ana Maria Costa Correa (081.455.552-72); Ana Maria Silva de Araujo (057.826.034-45); Ana Paula Garcia Ferreira (778.367.900-53); Ana Paula Loesch (052.916.919-30); Ana Paula Oliveira Silvano (754.490.480-68); Ana Paula de Padua Martins (089.735.056-10); Anderson Almeida dos Santos (037.279.151-45); Anderson Gabriel Gomes Dias (148.243.597-75); Anderson Kaic de Araujo Nascimento (081.643.161-21); Anderson Villanova Gomes (106.655.067-08); Andre Araujo dos Santos (146.639.867-14); Andre Dias Barros (040.011.043-18); Andre Dias dos Santos (055.334.526-56); Andre Filipe de Jesus Castello Branco (154.020.277-14); Andre Luis Moura Mamede (071.020.183-47); Andre Luis de Souza Lima (379.748.248-59); Andre Marques Amarante (024.027.021-50); Andre Oliveira Macedo (134.768.637-19); Andrea Maria da Silva (402.857.388-28); Andreia Cristina Lopes Leal (933.319.670-68); Andressa Mattos Carvalho Camargo (141.572.397-41); Andreza Moreira Sato Rocha (016.833.162-40); Anelise Souza de Godoy (003.214.450-40); Angela de Moura (980.425.720-34); Angelita Silva Domingues (007.895.640-41); Anrri Pereira Zago (098.448.366-70); Anthony Coelho Bento (134.352.836-45); Antonio Alexandre dos Santos (766.514.286-91); Antonio Carlos Machado Freire de Moraes (042.400.042-33); Antonio Cesar Reis de Castro (508.524.068-51); Antonio Claudio Moises (084.252.301-44); Antonio Soares da Fonseca Neto (115.278.594-01); Antonio Thiago Dias Arruda (071.528.103-89); Apolinario Silva Santos (296.073.701-63); Ariane Malheiros de Souza (037.490.580-08); Arlis de Souza Fleck (554.397.210-53); Arthur Ariosia Norte (131.983.757-38); Arthur Ceconello Garcez (088.866.669-18); Arthur Durigan Bahdur (441.954.348-58); Arthur Porfirio de Castro Siqueira (043.269.131-69); Artur Cavalcante dos Anjos (137.934.734-30); Audrey Marques Cianciarullo (273.858.598-10); Augusto Dias Tavares (605.545.929-91); Auhelbiton Kauan de Sousa Santos (613.344.233-69); Aureliano Amorim de Oliveira (107.415.514-97); Barbara Amaral da Silva (015.712.350-27); Beatriz de Jesus Brait (414.799.608-61); Bernardo Guimaraes Martini (006.572.947-13); Blendo de Oliveira Fernandes (148.422.227-00); Brenda Campos Silva (195.598.397-64); Brenda Primo Pessoa (103.075.364-40); Brendow Rodrigues de Matos de Almeida (182.091.517-46); Breno Ferreira de Lima (195.347.987-11); Breno Medeiros Silva (061.998.717-07); Breno Pinheiro Pitameia (152.157.987-37); Bruna Robaina de Lira Alves Teixeira (058.591.327-78); Bruna Schneider (031.036.010-26); Bruna de Matos Sousa (114.004.936-41); Bruno Campera (419.039.708-30); Bruno Garcia dos Santos (065.501.839-52); Bruno Henrique Prybecz (079.711.619-21); Bruno Henrique Silva de Jesus (477.356.258-71); Bruno Henrique Soares de Godoi (707.783.741-65); Bruno Jose da Costa Alcantara (076.436.037-07); Bruno Rodrigues Lima (170.258.157-80); Bruno Santos Garcia Rodrigues (013.996.330-82); Bruno Souza Santana (036.807.810-83); Bruno Thanatan de Lara e Silva (459.610.758-00); Bruno de Andrade Bezerra Barbosa (096.451.054-55); Bruno de Assis Luque (047.015.660-04); Bruno do Amaral Stein (039.547.540-61); Caio Eduardo Moreira da Silva (130.404.004-60); Caio Fortuna Vieira (176.040.887-59); Caio Pereira Gomes da Silva (047.854.903-22); Camila Barbosa de Souza (028.056.640-94); Camila Jacometti Pinheiro Nagarol (325.615.318-64); Camila Leticia Correa Maia (023.052.722-19); Camila Luana Francisco Farias (119.915.987-50); Camila Matos de Oliveira Silva (033.268.285-43); Camila Nunes Lemos (001.805.420-01); Camila Ramoa Lussani (023.271.880-67); Camila dos Santos Sales (153.524.427-56); Camilla Caffer Lima da Silva (368.669.518-95); Camilla dos Santos Franco (156.104.737-64); Camilo de Avila Vilaverde (043.926.290-90); Carla Brasco Calvano (010.484.360-80); Carla Niviane Marques Teixeira (003.627.230-28); Carla Regina Marques da Silva (591.091.490-15); Carlos Alberto Ferreira da Silva Neto

(078.381.973-09); Carlos Alberto Kochhann dos Santos (837.275.580-91); Carlos Alberto Luz Padula (774.694.617-87); Carlos Eduardo Gregory Nagel (016.297.520-10); Carlos Eduardo Martins Penna (476.090.568-55); Carlos Felipe Dirschen Cabral (066.784.681-63); Carlos Gustavo Moratori (324.735.268-69); Carlos Pecanha Filho (110.863.317-02); Carolina Custodio Siqueira (471.128.258-06); Carolina Gabriela de Mesquita (381.820.458-60); Caroline Cotes Marinho Arbache (123.250.477-76); Caroline Eulino Goncalves Pereira (141.298.987-60); Caroline Kethlin de Almeida Ribeiro (159.664.187-80); Catia Bolson (631.397.400-00); Catia dos Santos Overbeck (892.073.270-15); Cecilia Correa Ricardo (003.245.020-60); Cesar Artur da Silva (091.224.454-20); Channa Andressa de Souza Oliveira (023.254.670-31); Christina Fiorini Tosca (018.165.660-47); Cicero Carvalho Bezerra Junior (131.658.214-02); Cintia Brum Fernandes (000.101.270-38); Cintia Petry Aguiar (011.267.230-29); Clarissa de Souza Fernandes Silva (134.875.967-41); Claudemir Honorio da Silva (355.704.118-28); Claudia Maiane Santana Santos (047.493.615-50); Claudio Fonseca Rocha (391.467.407-59); Claudio Micael da Silva Rosa (060.739.315-73); Claudio Pinho Nobre Barros (180.928.207-16); Cleber Pereira de Oliveira (863.584.051-87); Cleverson Augusto Pereira (076.587.659-02); Cristiano Cardilo de Oliveira Junior (018.419.546-24); Cristiano Emanuel Pereira Reis (066.120.626-22); Cristiano Ferreira e Silva (267.746.038-66); Cristina Jansen Wychristiuk (945.612.140-20); Cynthia Cruz da Silva de Oliveira (144.759.687-04); Daiane Liria Correa (078.605.699-14); Dailton dos Santos Coelho (939.285.568-00); Daniel Alves de Oliveira (122.978.024-63); Daniel Pedro de Primo Santos (022.672.005-54); Daniel Pereira Cinalli (419.261.608-43); Daniel Reis de Medeiros Guimaraes (705.553.461-53); Daniel Santos Sanches (545.617.358-10); Daniel Suzuki Naves (440.621.078-48); Daniel dos Santos Batista (074.175.954-30); Daniela Oliveira Bitencourt (754.820.100-15); Daniela Silva de Moraes (010.389.719-42); Daniela da Silva Sabia (102.800.606-37); Daniela de Assis (027.537.010-08); Danielle Carrion Pereira (010.255.610-58); Danielli Salazar Rosa (033.058.730-78); Danilo Correa Alves da Silva (009.135.310-65); Danilo Gazzoli Resende (026.390.869-01); Danilo Gomes do Brasil Rodrigues (166.232.847-88); Danilo Kenity Castello Branco Ioshitake (342.709.258-50); Darcilene da Silva Pereira Rocha (892.018.502-63); Davi Cavalcanti de Souza (088.575.214-78); Davi Costa Chaves da Rocha (062.534.421-98); Davi Felix Canto Costa (037.954.061-45); Davi dos Santos Santana (153.691.507-61); Debora Rocha Fernandes (020.462.270-00); Debora Wassaf Youssef (019.499.940-82); Deborah Bergmann (086.260.639-03); Deborah de Moraes Goncalves (026.491.330-23); Deivis Marques de Souza (010.613.310-16); Demetrio Silva de Alcantara (057.467.814-01); Deni Silva (152.956.561-87); Denilson Silva de Almeida Filho (092.259.014-10); Denis Pruss Amaro (036.317.560-11); Denis Weiller Pereira Oliveira (083.368.716-67); Denise Marcia Nasario Carneiro (016.658.066-05); Denise Oliveira Espindola (949.033.520-72); Denise Stefane de Souza (080.246.744-08); Denise da Silva Roque (016.187.150-03); Denner Zavan Assaf (082.334.149-64); Desiree Correa (014.501.340-50); Diego Alves Teixeira (503.037.468-07); Diego Candido Souza (133.163.257-94); Diego Cardoso (031.490.620-71); Diego Cezar Gomes Magalhaes (787.355.132-68); Diego Delevedove de Oliveira (701.416.901-78); Diego Fernando Bortholace Lima (399.935.998-67); Diego Jose Barbosa de Sa Leitao (070.797.584-08); Diego Perdiz Bittenbender (078.944.795-94); Diego de Almeida Ribeiro (133.372.416-03); Diego dos Santos Duarte Domingues (117.729.517-22); Diessica Ramony Korschner (009.811.050-09); Dilvano Westenhofer Brum (677.100.500-34); Diogo Braulio Melo Silva (049.978.424-35); Diogo Lemos Rampinelli (097.939.996-32); Diogo Pina Ricas Silva (166.689.387-01); Diogo Polastrine Duarte Silva (447.655.718-07); Dionatan Vidal Lopes Machado (027.593.750-05); Dominique Coufal de Sena Brito (159.549.107-40); Douglas Barbosa Longarai (007.168.300-35); Douglas Rafael do Vale Rodrigues (071.147.561-00); Douglas dos Santos Falcao (090.828.864-64); Edinei das Gracas de Paula (032.510.456-52); Edison de Oliveira Nakao (565.800.451-91); Edivaldo Nascimento das Chagas (193.582.024-91); Edmilson Viana Plausinaitis (687.729.390-87); Ednilson Jose de Santana Junior (008.515.692-26); Edson Camacho (090.351.528-83); Edson Shinji Otani (539.283.678-03); Eduardo Afonso Ribeiro (252.127.371-68); Eduardo Azeredo da Luz (785.069.990-49); Eduardo Fernandes de Almeida (831.974.352-49); Eduardo Menezes Moraes (838.278.700-20); Eduardo Ribeiro da Silva (706.124.842-46); Eduardo Santos Guimaraes (160.012.777-02); Elaine Rosa da Silva (006.874.787-07); Eliane Alves Ribeiro (289.635.717-34); Eliane Gomes dos Santos (160.271.338-30); Elida Maria Marcal (604.171.616-20); Elis Mara Lima Alves (004.455.360-98); Elisa Regina de Sales (125.333.486-27);

Elisangela Cristina de Lima (656.326.800-53); Elizeu Costa Conceicao da Silva (156.192.997-24); Elizier Sabino dos Santos Junior (031.329.697-96); Eloisa Alves da Rocha (436.183.087-87); Elton Barbosa Braga (122.253.287-57); Elvira Regina Macedo D Avila (292.839.730-20); Emanuel Marcos Mendes Sant Ana (099.656.467-59); Emanuel Mattos da Silva Albano (187.879.297-08); Emanuel Viana de Albuquerque (139.541.317-73); Emerson Costa Rodrigues (031.317.836-48); Enic Figueiroa de Lima (036.138.271-58); Enzo Martins Cavalcante (126.241.219-60); Eric Galvao da Silva (118.088.594-56); Eric Yuji de Freitas Tiba (487.396.408-33); Erik Souto de Moraes (097.017.364-43); Erika Isabela Ferreira de Queiroz (069.388.976-46); Erika Priscilla Lopes de Oliveira (071.483.444-09); Ernando Luiz Teixeira Junior (001.806.860-03); Ernany Gomes da Silva (000.447.071-00); Esdras Ornaghi Kutomi (368.121.198-14); Estefano Crivelatti Grontoski (024.710.611-92); Estevan Ribeiro de Amorim (425.401.058-31); Eucario Godinho Filho (004.389.791-68); Eugenio Luis de Sousa Pessoa (085.854.662-00); Eusebio Lopes de Sousa Neto (393.557.588-20); Evandro Alves Cordeiro Neto (164.666.237-77); Evelyn Carvalho de Lima (009.705.130-62); Everton Bento de Andrade (080.382.399-11); Ezequias Jose dos Ramos (110.310.744-57); Ezequiel Martens Alves (817.696.950-87); Fabio Jose Homann Cordeiro (063.171.309-30); Fabio Tavares Sao Paulo Junior (154.999.967-25); Felipe Balzer (046.895.379-50); Felipe Buery de Melo Campelo (859.097.155-42); Felipe Comerio Vieira Noriler (122.741.899-00); Felipe Dorigatti Mateus (077.588.546-05); Felipe Ferreira Moreira (166.669.717-60); Felipe Freire da Cunha (175.765.917-06); Felipe Rosa Reiser (073.405.279-07); Felipe Silva Milhomem (062.059.751-81); Felipe de Almeida Silva (670.556.303-63); Felipe de Castro Silva (028.116.453-30); Felipe de Jesus Vilela (385.343.848-27); Fernanda Barbosa Nunes Coelho (097.109.647-39); Fernanda Ferreira Goulart (023.834.740-02); Fernanda Haar (002.856.450-21); Fernanda Nunes Guedes (828.356.670-91); Fernanda Ribeiro Vidal (671.505.860-15); Fernanda Silva dos Santos (013.800.350-58); Fernanda Stenert (020.825.140-56); Fernanda dos Santos (002.702.040-16); Fernando Alves Batista (381.018.948-02); Fernando Antonio Alves (010.471.131-04); Fernando Fernandes Arruda (149.623.727-77); Fernando Piveta Filho (207.102.547-41); Fernando Rodrigo Barbosa (447.988.928-07); Fernando Vinicius de Souza Rodrigues (442.104.178-58); Filipe Pereira Pinto (032.888.645-92); Filipe dos Santos Dela Valle (037.217.830-85); Flavia Francoso Genovesi (074.066.346-17); Flavia Giovanna Cavalcanti de Arruda (008.861.164-73); Flavio Oliveira Pereira (107.739.147-14); Flavius Aurelio Ribeiro e Silva (015.525.901-60); Flávio Barbosa de Carvalho Neto (114.407.184-40); Franciele Salazar Somensi Lara (017.077.591-70); Francis Oliveira Bittencourt (334.802.848-50); Francisco Pacheco dos Santos Filho (222.205.189-49); Francisco Vandick Angelim Arcanjo Filho (952.633.143-53); Franklin de Amorim Fernandes (077.868.151-39); Gabriel Adriano de Melo (014.989.531-31); Gabriel Anacleto Jardim (046.147.720-30); Gabriel Augusto da Silva Andrade (177.174.807-94); Gabriel Contile Souza (132.808.529-51); Gabriel Esposti Batista (169.841.787-03); Gabriel Henrique Candeia dos Santos (138.500.046-51); Gabriel Henrique Dias Freitas Souza (023.405.146-90); Gabriel Jose Schuler (545.860.892-53); Gabriel Lobo dos Santos (108.432.359-18); Gabriel Melo Valladares (185.891.007-23); Gabriel Monteiro do Prado (182.727.637-10); Gabriel Muniz Khoury (180.833.247-44); Gabriel Nascimento Morandi (106.154.296-37); Gabriel Pires Lacerda Barreira (156.223.657-16); Gabriel Quintiliano Diniz Silva (183.063.057-10); Gabriel Santos de Araujo (199.270.607-77); Gabriel Soares de Freitas (161.047.334-50); Gabriel Souza Braga (130.980.087-17); Gabriel da Silva Ferreira (119.346.794-29); Gabriel de Almeida Costa (173.046.547-16); Gabriel de Oliveira Furtuoso (458.462.738-07); Gabriel de Oliveira Groppo (105.942.076-73); Gabriel dos Anjos Cunha (056.606.367-05); Gabriela Buffon (023.781.020-46); Gabriela Dinnebier Tomazzoni (826.743.020-20); Gabriele Albuquerque dos Anjos (101.245.257-33); Gabrielle Grassi Cabreira (837.186.560-00); Geisa Moreira Radtke (848.553.390-91); Genilda Maria da Silva (012.012.284-76); Geynetuane Angelo de Lima Dantas (106.423.354-60); Giancarlo Claudio Yona de Angelis (416.927.508-01); Gicele Patricia Pereira Lima (984.763.600-10); Gilberto Ramos de Souza Filho (163.242.247-67); Gilson da Silva (357.750.097-20); Giovanna da Silva de Oliveira (186.283.807-01); Gisele de Souza Santos (025.726.815-44); Gislaine Azevedo da Cunha (738.193.440-04); Gizelle Sergina Leite Goncalves (055.240.266-40); Glauber Cardoso Guimaraes (080.841.236-10); Glaucio Cabral Vianna (124.850.647-25); Gleison dos Santos Tomas (006.197.551-64); Graciela do Amaral Leal (807.536.980-72); Grasiela Aparecida dos Santos (082.733.566-04); Graziela Ferreira Saraiva

(831.377.420-72); Guilherme Ferreira Souza de Mattos (165.463.137-07); Guilherme Henrique Campos da Paz de Melo (053.385.471-71); Guilherme Henrique da Rocha (487.161.678-99); Guilherme Machareth Leite (131.911.097-57); Guilherme Neves Siqueira (198.066.727-63); Guilherme Pereira Rosa (191.743.287-94); Guilherme Pinheiro de Brito (154.100.837-50); Guilherme Ribeiro Pais (529.525.918-81); Gustavo Alexandre Freitas Haack (093.593.669-60); Gustavo Bindo Affonso da Costa (072.000.109-95); Gustavo Felipe Costa Souza (423.965.418-11); Gustavo Franciscato Paganato (476.538.328-81); Gustavo Nunes Vieira Sampaio da Silva (197.585.957-09); Gustavo Schuerts Schlichta (071.097.449-30); Gustavo Seiko Goya Santos (396.313.518-23); Gustavo Vinicius Fernandes Cunha (084.355.659-55); Gustavo de Brito Oliveira (061.614.535-76); Gustavo de Oliveira Monteiro (036.441.942-38); Gutemberg Dantas de Oliveira Alencar (017.862.053-00); Hans Newton Fonseca Cantanhede (032.860.623-59); Harlan Fabricio Cavalcante Gomes (083.508.024-21); Heitor Tavares Pessoa Filho (083.242.534-67); Helbe Cavalcante Silva (101.430.934-44); Helena Clarice Felicio Pedro Issagawa (008.905.468-78); Helena Trevisan Schroeder (033.342.770-03); Helinton Faria de Oliveira (037.969.781-50); Hellen Luciene Adami (218.149.478-92); Helon Teixeira dos Santos (180.707.277-05); Henri Vieira Alves (093.391.778-35); Henrique Almeida Trope (182.180.817-71); Henrique Cassiano Souza Barros (423.715.648-69); Herica Cruz do Nascimento (066.008.685-97); Hermano Souza Portes (294.917.298-96); Heron Kaiky Barbosa Campos Lemos (118.743.196-69); Hianca Mainara Amaral Rodrigues (122.995.226-89); Higor Nobre dos Santos (005.058.672-65); Hildeberto Holanda Alves Costa Filho (048.899.684-82); Hilton de Souza Marques (038.714.755-13); Homero Luiz Drews Felix (067.188.219-85); Hudson Diego Ferreira de Oliveira (070.701.059-40); Hugo Barros da Silva (058.925.919-99); Iago Domingos de Carvalho (165.521.457-80); Iago Henrique de Melo Cambraia (057.599.321-95); Igor Ferreira de Macedo (041.449.255-28); Igor Mariano da Silva (483.608.258-74); Igor Rodrigues Pacheco (178.714.347-30); Ilson Jose Buss (074.296.509-02); Ingrid Aparecida Rogerio Ribeiro (016.097.336-81); Irenilda de Fatima Silva (079.770.516-30); Isaac da Silva Fernandes Junior (141.227.147-96); Isabela Lopes dos Santos (015.381.540-05); Isabela Vaz de Mello Lima e Silva Almeida (078.352.536-23); Isack Hudson Prause (113.427.319-30); Isis Berndt de Oliveira (028.473.140-40); Ismara Soares Cursino Roriz (047.616.945-30); Israel Aguiar Lira (153.319.807-16); Italo Felipe Monteiro Barbosa Barros (133.470.444-95); Italo Gustavo Cintra (414.679.258-45); Ivan Ferreira da Silva (010.657.987-84); Ivan Franca (288.453.747-34); Ivan Morzoletto Pedrollo (015.207.443-07); Ivan Santos Teixeira Dias (168.898.617-01); Iverson de Oliveira Machado (170.723.087-09); Jacson da Silva Pereira (091.274.744-70); Jaime Rafael de Goes Neto (343.714.098-14); Jairo Lima de Aguiar (054.513.038-78); Jairo Souza da Silva (732.329.471-15); Jairo da Silva Carvalho (105.661.807-82); Janaina Lima Brum de Oliveira (003.121.780-00); Janderson Bernardo Sousa Chaves (042.205.063-65); Jaqueline Alves do Carmo (079.284.276-64); Jared Vinicius Lins Ribeiro (113.863.894-39); Jean Alexander Waiss Lima (025.139.470-02); Jean Carlos Fermino Pinto (084.694.859-11); Jean Goncalves (031.773.695-77); Jean Guilherme Salamene Ramires (024.286.401-51); Jefferson Alexsander Alencar Forte (062.674.353-26); Jefferson de Oliveira Augusto (160.165.767-60); Jessica Francielle Georg (069.504.049-99); Jessica Mayara da Silva Pereira (009.970.332-74); Jessica Pinto Rodrigues (851.611.360-49); Jessica da Silva Couto (022.794.510-77); Jessyca Santos Peixoto (198.795.707-58); Jesuele Santos da Silva (117.376.856-47); Jheinifer Borges Pereira (147.432.777-01); Jian Lucas Brito Veras (107.211.754-14); Joao Carlos Goncalves Pereira (084.226.901-01); Joao Daniel de Oliveira Rodriguez (161.795.237-03); Joao Facanha Canuto (034.104.553-53); Joao Felipe Colonese Cunha (107.820.337-76); Joao Francisco Barreiro Araujo (388.538.348-97); Joao Gabriel Abreu Bastos (126.966.657-61); Joao Gabriel de Jesus Oliveira (036.944.731-06); Joao Guilherme Martins Soares (054.306.525-12); Joao Guilherme Nogueira (080.085.399-76); Joao Guilherme da Paixao Marchiori (055.647.895-98); Joao Henrique Serrilho de Abreu Paulino (094.716.579-70); Joao Lucas de Sousa Rodrigues (112.958.546-86); Joao Paulo Brasil de Araujo (935.206.462-34); Joao Paulo Farias (029.515.601-50); Joao Paulo Mendonca Fernandes (089.644.444-93); Joao Paulo Moraes Alcantara (075.965.353-48); Joao Paulo Silva de Souza (028.385.700-56); Joao Paulo de Sousa (011.004.694-35); Joao Pedro Amaro Marques Nascimento Feitosa (066.553.061-75); Joao Pedro Andrade Silva (018.370.126-79); Joao Pedro Ximenes Freire (201.090.107-01); Joao Pedro das Neves Cardoso Pedreira (151.951.667-30); Joao Pedro de Assis Patricio Borges (038.343.051-89); Joao Vicente Alves Figueiredo (029.069.920-70); Joao Victor Figueiredo da

Silva (158.823.917-92); Joao Victor Marques de Deus (164.458.177-93); Joao Victor Pinto Goncalves (610.537.463-18); Joao Victor Rodrigues Lopes (148.188.747-52); Joao Vinicius Pessoa dos Anjos (067.885.491-25); Joao Vitor Muniz Goes (011.995.295-59); Joao Vitor de Azevedo Pedrosa (072.952.311-02); Jocimar da Silva Brebal Hespana (367.943.068-08); Joel de Moura das Chagas (185.886.507-70); Joliver de Souza Lisboa Kozlowski (135.649.377-73); Jonas Vargas Kuhn (053.631.460-88); Jonatas Israel da Silva Delgado Mendes (183.541.267-06); Jonathan Angelo de Queiroz (036.018.581-93); Jonathan Felipe Medeiros (058.418.349-67); Jonathan Nascimento dos Santos (183.742.037-81); Jonathan Nunes de Franca (105.058.794-41); Jorge Luiz Severo Tavares Nascimento da Silva (077.135.564-51); Jorge Marcos Sayao Mainenti (496.446.297-87); Jose Antonio Siqueira de Cerqueira (012.309.171-36); Jose Carlos Moya (066.901.898-80); Jose Leonard Furtado de Oliveira (289.782.261-91); Jose Lucas Alves Lima (136.526.536-61); Jose Matheus de Lima e Silva (080.812.384-09); Joseli Batista de Oliveira (018.970.145-54); Joselino Pereira dos Santos (033.371.091-60); Josiane Dummer (919.056.480-49); Josielma Pereira de Sa (014.270.872-02); José Guilherme Silva Rugno (489.238.868-82); José Roberto Duran André Júnior (070.686.611-81); Joyce Patricia do Nascimento Moreira (047.463.873-11); João Marcelo Gouveia (134.143.687-06); João Miguel Gediel Melo (046.049.020-62); João Pedro Ferreira Braga (076.386.831-02); João Pedro Novais Xavier (453.127.488-11); Juan Henrique Gomes Martins da Silva (108.920.504-03); Juan Pablo de Oliveira Fernandes (064.797.127-57); Juarez Pereira Bastos (821.273.441-20); Julia Bobik Ribeiro (036.001.770-36); Julia Freitas da Silveira (079.216.589-62); Julia Ribeiro Ferreira dos Santos (518.395.648-06); Julia da Rosa Bourscheid (065.768.389-21); Juliana Antas Muniz (080.680.644-35); Juliana Hosel de Carvalho (049.544.629-75); Juliana de Carvalho Santana (050.142.085-17); Juliana dos Santos da Silveira (026.548.960-13); Jurandi Francisco de Souza Lima (127.575.667-09); Jure Bittencourt Filho (322.047.449-72); Kaio Henrique Lopes Madureira (380.157.218-81); Kamila Zimmermann Backes (043.205.910-54); Kamila de Freitas Nascimento (038.046.992-86); Kamilla Branco Aires (300.781.118-03); Karen Cristiane Queiroz da Silva (016.946.460-17); Kariel Pedroso Severo Martins (037.179.440-45); Karine Barbosa Paschkow (009.504.800-61); Karoliny Aparecida da Silva Nunes (032.312.740-10); Kauan Pina Cardoso (187.777.237-24); Kayky Santos Ferreira (150.423.947-45); Kayo Victor Santos Marques (399.263.858-85); Kazuo Soki (720.138.008-78); Kelves Lopes de Bulhoes (018.978.751-18); Kelvin Mateus Moreno da Silva (207.875.777-23); Kesley Silva Mendes (084.904.425-17); Keven Nicholas Pimentel de Lima (176.400.647-08); Kevin Santos de Oliveira (066.209.791-22); Kleber Figueredo Sabino de Lima (097.331.074-09); Klinger Carvalho (059.873.986-65); Kriscia Oliveira Teixeira (017.768.546-83); Laerte Calderaro (183.906.108-17); Lais Marques Mota (023.065.190-99); Laisa Sales dos Santos (391.562.778-06); Lara Rocha Monteiro (951.510.442-49); Lara de Andrade Rolim Annes de Carvalho (080.770.584-50); Larissa Fernanda Pitondo Ferreira de Miranda (112.174.549-00); Larissa Priante Silva (444.472.458-76); Larissa Vieira Borba (048.650.690-89); Larissa da Silva Sampaio (613.236.583-43); Larissa de Almeida Rosa (156.524.807-42); Larry Santos Aguiar (005.201.570-01); Laura Borges de Araujo (033.793.540-82); Leandro Alves Dutra (071.963.023-11); Leandro Maciel de Figueiredo (407.658.518-65); Lennon Falcao de Araujo (068.072.663-24); Leonardo Gabriel Alves da Silva (186.447.227-86); Leonardo Kenji Kamiya Kuraoka (554.868.388-83); Leonardo Miranda Garcez (015.560.990-45); Leonardo Norio Yamasaki Cruz (729.441.961-20); Leonardo Pelafsky (278.465.518-09); Leonardo Souza Rodrigues (054.049.630-85); Leticia Araujo da Costa (066.465.464-95); Leticia Concencio de Matos (990.236.010-68); Leticia Grazielly Wagner (054.506.349-35); Leticia Pires Avelar Santos (021.523.566-59); Levi Stroparo (139.219.209-90); Levi da Silva Baía (184.721.707-99); Levy Macedo Ferreira (153.672.127-19); Lidia Nunes Dias Coelho (020.409.685-55); Lidiane Andrade Pereira Campos (064.470.726-71); Lincoln Carvalho Nojoza (004.358.743-73); Lincon da Costa Fonseca Pina Silva (162.293.017-76); Lissandra Soares Moreno Muniz (036.599.233-03); Liverson Bentes Chaves (945.078.562-72); Louise Fernandes Pietrovski (055.692.679-05); Luan Santos de Almeida (056.220.784-82); Luana dos Reis Sousa (947.152.972-72); Luana dos Santos (029.113.391-69); Lucas Carlos Barbosa (133.784.627-95); Lucas Cesar Silva Borges (042.488.751-79); Lucas Coelho Nascimento (066.664.446-20); Lucas Dias Vasconcelos (158.247.977-14); Lucas Farias de Moura (056.037.771-17); Lucas Fonseca de Anunciacao (013.610.841-54); Lucas Javier da Silva Clavijo (043.183.100-94); Lucas Javier da Silva Clavijo

(043.183.100-94); Lucas Jose de Oliveira Pereira (151.974.367-00); Lucas Lopes dos Santos (047.735.161-19); Lucas Magalhaes Dutra (004.390.060-74); Lucas Magno Faina Faedda (101.093.036-28); Lucas Oliveira dos Santos (057.916.541-89); Lucas Ortega Froes Thome (198.988.457-16); Lucas Pfaff Duval de Sousa (093.172.664-60); Lucas Rodrigues da Silva (047.117.471-84); Lucas Santana de Almeida (175.646.787-04); Lucas Santos Monteiro (022.369.856-30); Lucas Tavares de Oliveira (134.675.527-22); Lucas de Araújo Dantas (150.349.396-22); Lucas de Oliveira Wandermurem (157.523.577-30); Luci Mara Modesti Montejane (053.190.258-74); Luciana Costa Lima (894.877.700-97); Luciana Regina de Macedo Ferreira (112.681.034-70); Luciana Tomkowski Cancian (012.664.400-46); Luciana da Silva Mello (006.105.530-11); Luciane Gomes de Almeida (820.612.970-72); Luciene Lisboa da Silva (000.198.207-98); Luike Roginski Gonçalves (109.900.569-88); Luis Felipe May (132.960.139-46); Luis Gabriel Ramires Baptista (116.827.977-16); Luis Gabriel da Silva Curty (134.413.237-50); Luis Gregory Peixoto Valentim (133.536.017-40); Luis Gustavo dos Santos (007.083.160-26); Luiz Eduardo Diniz (428.676.248-35); Luiz Felipe de Oliveira (137.218.157-18); Luiz Fernando Pereira de Araujo (174.425.827-96); Luiz Henrique de Souza Correia (146.845.677-61); Luiz Paulo Liberatoscioli (022.646.161-05); Luiza Fontes Silveira (410.122.068-90); Luriam Calil Chaves Fortes (029.238.372-07); Magayver Mendonca Martins da Mota (014.652.733-01); Magno da Silva Lima (017.209.632-40); Manoela Schmarczek Figueiredo (809.259.440-68); Marcel Torchia Lyra Pereira (031.213.632-39); Marcelo Augusto Landim Arteiro de Oliveira (074.107.986-02); Marcelo Gomes Ribeiro (041.287.829-12); Marcelo Likes Prado (020.617.050-57); Marcelo Rodrigues dos Santos (223.764.208-73); Marcelo Xavier Santana (730.978.611-49); Marcelly Mendes Pereira (090.169.099-66); Marcia Cantarelli Galle (924.382.370-15); Marcia Guarda de Aquino (813.198.270-04); Marcia Maria Bezerra (146.075.221-04); Marcia dos Santos Isolan (919.169.250-49); Marcilio Galvao da Silva (003.261.422-58); Marcio Henrique Barbosa Coutinho (043.988.267-26); Marcio Nunes (703.598.140-34); Marcio Rahel Farias Guimaraes (028.584.310-94); Marcio de Oliveira Ferreira (084.891.667-06); Marco Koichiro Fujii (338.990.528-62); Marco Tulio Lemes Oliveira (370.069.448-21); Marcos Antonio Bezerra de Sousa (103.838.713-28); Marcos Dione Cardoso dos Santos (006.281.811-24); Marcos Paulo Ricarte Reboucas (600.269.903-18); Marcos da Silveira Machado (025.386.200-07); Marcus Vinicius de Miranda Contreiras (190.759.937-14); Margareth de Almeida (973.929.280-15); Mari Olinda Pompilio Sallazar Baptista (034.725.728-33); Mari Teresinha Silveira de Vargas (416.401.100-97); Maria Angelina Ezequiel Souza (393.904.629-91); Maria Edvania de Almeida Lima (060.708.444-83); Maria Estela Ferreira (986.980.016-53); Maria Fabiani Roberto de Sales Lauria (049.757.658-96); Maria Isabel Goncalves Lima (096.264.534-60); Maria Luiza Bertin dos Santos (121.273.417-32); Maria Ramos dos Prazeres (402.884.478-91); Maria Solange dos Santos (903.304.718-72); Maria Tailine Peres da Silva de Souza (875.174.000-10); Maria das Gracias Augusto Forte (018.448.988-14); Mariana Alves Fonseca (832.698.940-15); Mariana Bitencourt de Lima (154.131.427-14); Mariana Silveira Jacques (006.232.240-03); Marilei de Oliveira (801.446.830-91); Marina de Brito Souza (027.645.056-63); Mario Marcio de Sousa (059.468.383-18); Mario Marcos de Moura Viotto (311.294.768-12); Marlon Ramos Silva (099.312.816-50); Marlon Robert Oliveira da Silva (156.303.577-43); Marnickson de Figueiredo Barbosa Filho (117.599.854-06); Martha Melilla Ferreira Fonseca (258.173.377-20); Mary Angela Dorneles Pacheco (007.635.420-24); Mateus Barreto Costa (188.732.027-05); Mateus Cardoso Oliveira (040.418.660-22); Mateus Eron Gorte (136.261.889-65); Mateus Fellipe Alves Lopes (126.879.396-50); Mateus Francisco Victor de Almeida (110.907.706-85); Mateus Lacerda Alves Silva (078.039.891-28); Mateus de Castro Silva (028.116.473-84); Mateus de Souza Pinheiro (026.868.762-55); Matheus Augusto Silverio (179.556.947-67); Matheus Cardoso Silva (175.599.817-12); Matheus Fagundes Gil (191.238.697-63); Matheus Felipe Squarante Diniz (700.024.096-23); Matheus Fermino Duarte dos Santos (482.548.578-22); Matheus Fialho Crivelaro da Silva (035.949.500-18); Matheus Galvao Santana Zanotti (083.953.695-06); Matheus Girardi (021.115.300-18); Matheus Rodrigues de Almeida (865.581.100-91); Matheus Thiago Marques Barbosa (053.309.925-08); Matheus Trujilo Chendi (493.377.408-00); Matheus de Araujo Soares (082.822.744-61); Matheus de Azevedo Feitosa Juca de Araujo (059.760.841-50); Mauricio Gomes Martins (110.165.008-74); Mauricio Xavier de Melo (502.613.868-32); Max Minnemann Gomes da Silva (201.422.987-27); Maximiliano Perin Neto (424.845.988-40); Maxuel Roberto Neves Antonio (085.906.527-85); Mayara Luiza Oliveira da Silva Kist (015.778.050-38); Mayra Helena

Moutinho (442.462.908-23); Meire Sena Rodrigues (159.905.592-91); Melissa de Medeiros Soares Galindo Cseh (708.762.624-85); Micael Heringer Coelho do Nascimento (175.952.017-99); Michel Barbosa de Lima Silva (477.100.488-97); Michele Azevedo Bairros (010.452.040-05); Michele da Silva Luiz (737.821.570-87); Michelle Katusse dos Santos (973.979.110-72); Michelle Moraes Jacinto (020.080.780-35); Miguel Alexander Athayde Ferreira (156.803.287-04); Miguel Messias Goncalves de Oliveira (538.315.348-96); Milene Bergmann Duarte (014.404.860-42); Milka Andressa de Brito Martins (662.723.351-72); Millena Soares Martins (203.826.147-47); Miqueias Oliveira Pinheiro (604.484.183-98); Miriam da Silva Flores (400.277.080-04); Mirley Maira Rocha Silva (079.600.846-96); Moises Campos Bitencourt (827.572.080-04); Monica de Sousa da Silva Gouveia (018.462.853-99); Morgana Dorneles Lopes Alexandre (818.672.390-00); Morgana de Oliveira Farias (012.959.450-45); Murilo Rabelo da Cunha (477.608.648-41); Murilo Ribeiro Ladislau (106.628.956-57); Mylena Ribeiro Martins (117.409.417-64); Nadine de Souza Ziegler (010.115.490-93); Najela Alessandra Soares (465.095.418-58); Natalia Garbin Pereira (370.554.678-37); Natalia Lopes Lazaretti (102.476.879-10); Natan Felipe Zirr (032.769.090-90); Natan de Oliveira Duarte (046.098.142-00); Natasha da Silva Indruczaki (029.587.130-08); Natha Filipe Martins Paiva (176.147.647-57); Nathalia Lane da Cruz Costa (094.072.905-90); Nathan Accacio da Silva Pereira (168.650.687-26); Nathany Schill Mello (027.076.440-21); Nelson Onedy Alves Ribeiro (074.908.046-98); Nely Mendonca da Silva (330.070.714-53); Neusa Maria Rodrigues Ribeiro (106.183.680-00); Nicole Martinelli Brum (083.212.929-17); Nidia de Jesus Barros (017.863.573-13); Nilson Alcantara Junior (135.411.426-42); Noemi Silva dos Santos (586.975.860-20); Nycolas Gabriel Apem do Nascimento (108.810.629-36); Nycolas Ribeiro Souza Moreira (187.085.667-80); Octavio Tassin Soares Rocha (032.177.290-30); Olavo Moraes Borges Pereira (485.408.598-31); Oseas Pereira Cirino (150.908.411-87); Otavio Salton Teixeira (476.831.218-78); Othon Ferreira da Silva Rocha (881.454.922-20); Pabio Deivide Vasconcelos Oliveira (008.489.532-23); Pablo Daniel Rocha Queiroz (129.722.066-81); Pamela Mandello Camargo (015.954.476-95); Paola Cristinne Guimaraes da Costa (125.248.877-74); Patricia Regina de Souza (031.357.961-08); Patricia Reis Ramos (013.316.675-93); Patricia Rejane Henriques Teixeira (923.412.680-72); Patrick Rodrigues Faria (127.694.716-00); Paula Josiane Batalha de Souza (006.121.740-93); Paulo Henrique Gomes Granja (101.078.524-97); Paulo Henrique Ribeiro de Melo Pontes (101.632.824-98); Paulo Matheus Alves Rodrigues (612.805.153-76); Paulo Roberto Duarte Scherer (302.616.000-87); Paulo Sergio de Oliveira Pedro (300.810.588-29); Paulo Victor Mendes Costa (077.135.464-99); Paulo dos Santos Lobato (100.957.722-00); Pedro Gabryel Leonel Borges (040.681.251-98); Pedro Henrique Barros Dezan de Souza (116.313.247-05); Pedro Henrique Gameiro Homem (166.234.477-50); Pedro Henrique Lisboa Teixeira (160.667.657-10); Pedro Henrique Magaldi Godoi (106.664.697-09); Pedro Henrique Medeiros Amaral (054.382.811-57); Pedro Henrique Moraes Guerra de Oliveira Pinto (141.405.974-45); Pedro Henrique Moura Arruda Delfino (198.258.087-99); Pedro Henrique Reis Divino (055.863.535-04); Pedro Henrique Santos de Souza (160.344.077-10); Pedro Henrique de Jesus (178.960.097-90); Pedro Henrique de Souza (091.240.249-02); Pedro Lima Maia (135.412.366-20); Pedro Luiz Nagel (025.853.001-45); Pedro Luiz Vilas Boas Ramos Tondin Fontes (539.593.428-61); Pedro Passos Pascoalini (097.948.316-62); Pedro Paulo Oliveira Barros (512.208.008-99); Pedro Paulo Silva Pereira (030.957.351-38); Pedro Romero Santos (048.126.951-71); Pedro Victor Oliveira da Silva Pinto (039.643.181-08); Pedro Vitor Oliveira de Mendonca (707.508.714-23); Pedro Zani Lauritto (359.244.618-58); Pedro de Magalhaes Macedo (007.148.000-58); Policarpo Blanco Lopez (140.252.130-87); Pollyana Vieira Lemos (922.475.631-04); Priscila Corassa Barbosa (023.973.510-21); Priscila Lorena Pereira de Assis (028.283.441-93); Priscila de Lima e Silva Dutra (014.922.352-88); Priscilla Goncalves da Silva e Souza (001.034.651-11); Priscilla Nascimento das Mercês (307.142.218-05); Queila da Silva Rodeghiero (036.767.150-63); Rafael Barbosa Gusmão (149.653.437-94); Rafael Bruno Cardoso Facchin (400.646.608-00); Rafael Couto Federice (147.802.707-07); Rafael Guedes Ribeiro de Oliveira (160.629.527-60); Rafael Jorge Mendonca (704.661.001-08); Rafael Queiroz Parreira de Faria (033.239.091-86); Rafael Rocha Bianchi (040.217.150-02); Rafael Santiago Lima Alves (139.984.574-88); Rafael de Amorim e Silva (704.234.411-16); Rafaela Camargo Telles (867.824.950-15); Rafaela de Abreu Vanzin Simon (031.192.410-75); Raimunda Maria Ribeiro Moura (126.568.793-53); Raissa Antunes Dias

(184.727.587-70); Raphael Caldas de Barros (154.993.527-55); Raquel Cardoso Lopes da Silva (018.535.050-05); Raquel Magda da Silva (628.245.030-68); Raquel Silveira de Avila (004.156.820-61); Raquel do Nascimento Abreu (069.466.286-08); Rayanne Araujo Palacio de Queiroz (019.461.233-31); Rebeca Silva de Freitas Moura (045.574.582-03); Regina Celia Traldi Soares (247.950.498-07); Renan Beltrao Marcolino (188.302.527-35); Renan Cancellier (082.300.039-71); Renan Coelho Fernandes (120.516.094-97); Renan Emanuelli Rotunno (147.448.947-80); Renan Lauermann Pinto (135.581.047-73); Renan Motta da Silva (076.745.809-54); Renan Puebla de Souza (116.080.906-20); Renan Rodrigues de Faria (369.589.348-65); Renata Araujo Machado Nunes (017.992.940-21); Renata Mariense Maciel (024.822.840-40); Renata Rodrigues Meireles Vilela (106.547.736-88); Renato Feracin (029.693.689-86); Renato Moura Santos (038.804.976-64); Renilda Nascimento (490.504.195-34); Rhuan Guimaraes Siqueira (183.282.227-36); Ricardo Bricio Teixeira (477.996.898-46); Ricardo Jose Miranda da Cruz Mercedes Filho (180.039.287-70); Ricardo Silva de Almeida (401.518.648-61); Richard Assis de Oliveira (848.121.920-72); Riquelme Rodrigues do Nascimento (461.871.588-06); Rivaldo Luiz Tomio (886.017.739-15); Roberta Soltis (031.285.210-00); Roberto Cruz da Silva (546.816.857-04); Roberto Delayti Smith (161.566.257-04); Roberto Pinto Viana (168.528.287-35); Robson Flauzino da Silva (436.119.428-98); Rochel Rodrigues Coelho (047.491.983-82); Rodrigo Bandeira Calaca (063.808.353-26); Rodrigo Bonilha Giru (972.693.870-87); Rodrigo Coimbra Fenilli (013.854.520-05); Rodrigo Felipe Ramos (348.484.258-08); Rodrigo Fernando Queiroz de Oliveira (284.510.128-76); Rodrigo Silva Nogueira (036.953.376-30); Rodrigo Silva dos Santos (917.658.110-15); Rodrigo Victor Oliveira da Silva (703.562.774-02); Rodrigo de Almeida Beckhauser (184.566.337-39); Rodrigo de Azevedo Kelly (117.914.077-06); Rodrigo de Oliveira Paradella (134.702.827-73); Rogerio Barros Pinto (075.254.696-10); Romualdo Almeida Rodrigues (563.285.161-34); Romulo Jorge Batista Pereira (015.218.362-05); Ronaldo Cesar Gomes da Silva (345.017.438-08); Ronny Dias Barbosa (104.489.573-02); Rony Henrique Fernandes (400.094.378-27); Roque Vicente Schuch da Fonseca (963.253.640-15); Rosa Helena Neves Antunes (607.009.800-59); Rosana Bento de Santana (043.562.264-10); Roselaine Souza Lopes (916.734.100-49); Roseli Teixeira dos Santos (000.517.260-84); Rosiane Mozer Cortes da Costa (117.371.487-14); Ruan Gabriel Santos Andrade (057.209.525-27); Rubem Cesar Soares Lima Neto (074.479.995-39); Rubens Julio Ramos (464.394.508-75); Ryan Mario Melo de Oliveira (165.096.077-86); Sabrina Roberta Ferreira Silva de Oliveira (073.463.801-93); Sabrina Silva da Paixao (172.768.587-31); Saimom Goz Siebem (932.389.400-15); Salim Nassim Nascimento Nader (050.792.675-77); Samantha Maria Elias (108.806.276-89); Samuel Anselmo e Silva Souza (197.916.117-85); Samuel Ferreira Soares (021.615.502-92); Samuel de Assis dos Santos (188.022.847-50); Samuely Victoria Martins dos Santos (029.817.490-13); Sandra Mara Alvim Magalhaes (120.104.801-04); Sandro Mauricio Castelo Branco Bispo (741.641.554-34); Sarah Alexandra Santos da Silva (136.336.697-10); Sergio Goulart Pereira (066.470.249-05); Sergio Murilo Ferreira Gomes (262.433.932-91); Sergio Pereira (355.203.617-20); Silas Marcos da Gloria Pereira (033.850.051-08); Silvia Ferrarez Simao (645.876.650-53); Silvia Liandra Costa (019.887.660-28); Simone Peil Iacks (012.512.720-02); Simone de Aguiar dos Santos (002.379.630-86); Sirlei Terezinha Salvi (919.442.870-00); Sofia Fernandes Hygino Ribeiro (173.067.417-80); Solange Aparecida Rodrigues (121.367.406-95); Solange Lima Moyses (763.764.350-68); Solange Terezinha Rosa dos Santos (367.641.320-20); Soline Maria Goncalves Ikeda (038.365.791-11); Sonia Maria da Costa Mesquita (244.372.637-15); Stefanie Ritter dos Reis (034.014.440-85); Stefany Carolina Izidio Barbosa (468.951.798-36); Stephanie Francis Torres Oliveira (023.165.921-04); Sueli Brites Andrade de Souza (845.633.708-00); Tadeu Arias Villares (094.897.457-58); Tales Dan Taira Tamada (363.731.818-04); Tamara Grasielle Silva (294.549.618-61); Tamila Carolina Araujo Santos (031.665.322-50); Tatiana Gularte Soares (002.001.770-79); Tatiane Dobrzanski (075.050.629-64); Teresinha Beltrame (018.444.578-77); Thaila Fontena (010.260.920-94); Thais Almeida (015.017.620-10); Thais Elissa Leal Oliveira (823.686.270-49); Thais Faber Gomes (015.832.810-88); Thais Gomes Ribeiro (068.854.181-02); Thais Rosa Dorigon (042.142.230-04); Thales Vasconcelos Aguiar de Oliveira (609.520.933-16); Thales Vinicius Santiago Torres (066.703.714-46); Thalles Felipe Gratos Vicente (149.590.127-06); Thamires Lessa de Souza Rodrigues (078.924.064-50); Thatiana Oliveira dos Santos (106.449.246-08); Thaynara Macedo da Silva (064.697.593-51); Thiago Antunes de Souza (027.076.225-67); Thiago Baumart

(013.813.300-02); Thiago Machado Coelho (094.199.667-04); Thiago Mairink Cardoso de Almeida (187.915.797-75); Thiago Vilela de Melo (022.376.721-21); Thomas Alberto de Castro Neto (173.147.677-93); Tiago Silva Sforcini (393.245.728-57); Ulysses Porto de Medeiros (095.948.809-02); Valeria Figueiredo Camacho (004.562.319-86); Vanderlei Braga de Carvalho (169.494.588-00); Vanessa Nunes da Silva (998.713.270-72); Vanessa Trintinaglia (005.011.720-33); Veridiana Martina Ramos Medeiros (922.105.030-00); Victor Carlos de Jesus Almeida (228.218.398-39); Victor Rodrigues da Silva Fonseca (129.338.014-85); Victor Santana Pereira (153.206.597-33); Victor Torchi Esteves (931.501.992-04); Vinicius Castro Neves (019.755.592-66); Vinicius Cesar Fernandes Alves (139.227.396-01); Vinicius Costa da Silva (127.958.737-70); Vinicius Gervilla Chan (037.080.241-17); Vinicius Laier Guerreiro Lima (163.267.017-83); Vinicius Lopes Rebordoes (479.353.708-18); Vinicius Nunes Sales (711.241.504-71); Vinicius Parizotti (011.708.750-50); Virginia Feijo dos Santos (748.257.040-34); Virginia da Rosa Pieretti (026.822.790-07); Vitor Gustavo Maia de Lima (121.799.526-94); Vitor Hugo Lepique Marcatto (393.319.718-00); Vitor Kei Taira Tamada (363.731.808-32); Vitor Manuel Soares Monteiro (124.681.564-80); Vitor Mitsuro Ramos Aso (867.888.680-34); Vitor Trindade Daisson Santos (002.406.501-31); Vitoria Julio Muller (182.695.867-30); Vitoria Renovato Moreira da Silva (180.524.557-07); Vivian do Amaral Oliveira (014.230.260-04); Viviane Nunes Evangelista dos Santos (038.431.376-09); Viviane de Albuquerque Duarte (125.166.906-90); Wadyson de Jesus Béliche (044.404.692-56); Wagner Freitas de Souza Ramos (144.894.267-55); Wallace Frohnhof Zibikoski (018.950.610-59); Wallace Ronfini Braga Marques (143.475.687-46); Walter Costa Serra (321.470.403-63); Wandreson Lemos Raimundo (377.107.918-75); Washington Celestino da Silva (164.632.287-88); Washington Justino Alves Junior (169.605.827-92); Weberson Galdino de Oliveira Silva (105.075.054-33); Werner Engbruch (352.186.608-41); Wesley Santana Leite (196.962.817-06); Wesley Kroff Delfino (147.255.947-92); Wildes Torres da Silva (027.933.971-21); Willian Oliveira dos Santos (072.066.737-24); Willians Filipe Esteves dos Santos (804.716.090-72); Winsthon Aquilles de Freitas Leite (046.360.834-82); Yan Souza Tamaki (434.926.518-01); Yana Carvalho do Nascimento (931.038.161-20); Yann Marchou Alves de Souza (109.178.876-62); Yasmin Fernandes de Figueiredo Vidigal (160.809.186-41); Yasmin Freitas Mello (017.205.520-29); Ylan Gomes Franca de Almeida (176.778.657-39); Yuri Felipe Faria (013.034.166-54); Yuri Raniery de Jesus Santos (067.723.355-89); Yuri Rodrigues da Silva (160.108.867-16); Yuri dos Santos Nascimento (064.954.595-80); Zidan Araujo Haq (066.824.121-77); Zulmira dos Santos Pinto (483.162.707-06).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica; Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército; Diretoria de Educação Superior Militar - Comando do Exército; Diretoria de Educação Técnica Militar - Comando do Exército; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.; Indústria de Material Bélico do Brasil - Comando do Exército; Serviço Federal de Processamento de Dados.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1621/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.496/2025-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: George Arthur Oliveira Pimenta de Matos (059.955.345-64); Nicole Oliveira Pimenta de Matos (125.251.255-41).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1622/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.219/2024-9 (PENSÃO CIVIL)
 - 1.1. Interessado: Thassus Lima Fireman (026.515.614-95).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
 - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymmler.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1623/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.053/2024-5 (PENSÃO CIVIL)
 - 1.1. Interessada: Edinea Ferreira Viveiros (088.729.747-12).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.
 - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymmler.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1624/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.789/2024-5 (PENSÃO CIVIL)
 - 1.1. Interessada: Luciene Alves da Silva (501.948.104-10).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Fundação Joaquim Nabuco.
 - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymmler.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1625/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea “d”, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência

predominante do Tribunal, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 556/2025-1ª Câmara, para fins de correção de inexatidão material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, mantendo-se os demais termos da deliberação ora retificada.

1. Processo TC-019.056/2024-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Bruna Ribeiro de Andrade (068.090.786-65); Milene Ribeiro de Andrade Batista (217.396.858-06).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. onde se lê

“Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de interesse das sras. Bruna Ribeiro de Andrade e Milene Ribeiro de Andrade Batista, e Noêmia Machado Silva e Odete Machado Barcellos Silva, instituídas respectivamente pelos militares José Carlos Farias Ferreira e José Carlos Silva”,

leia-se

“Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de interesse das sras. Bruna Ribeiro de Andrade e Milene Ribeiro de Andrade Batista, e Noêmia Machado Silva e Odete Machado Barcellos Silva, instituídas respectivamente pelos militares Milton Pinto de Andrade e José Carlos Silva”.

ACÓRDÃO Nº 1626/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse das sras. Aldenice Raimunda Vaz do Sacramento, Ana Lúcia do Sacramento, Aurenice Raimunda do Sacramento e Valdenice Vaz do Sacramento Souza (e-Pessoal):

1. Processo TC-020.262/2024-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Aldenice Raimunda Vaz do Sacramento (087.242.025-68); Ana Lúcia do Sacramento (631.934.007-00); Aurenice Raimunda do Sacramento (630.469.035-53); Consuelo de Melo (994.651.247-53); Fernanda da Silva Calixto Gaspar (794.162.842-20); Guilhermina de Fátima Santanna Lima Castro (208.416.042-15); Iracilda Nascimento dos Santos (014.219.637-10); Kathia Nazarena Santanna Lima (235.542.312-15); Luzinete de Melo (036.399.937-05); Naruna Sirineia Santana Lima (771.913.827-91); Nubia Suely Sant Anna Lima (211.923.592-91); Sandra Cristina Santanna Lima (250.927.312-49); Tânia Fernan

da Santanna Lima (016.425.092-13); Valdenice Vaz do Sacramento Souza (255.242.085-00).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à AudPessoal que avalie a regularidade da adoção dos critérios de repartição das pensões militares previstos na Lei 13.954/2019 aos beneficiários do militar que não pagou a contribuição adicional de 1,5% prevista no art. 31 da Medida Provisória 2.215-10/2001;

1.7.2. informar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para as providências de sua alçada, que:

1.7.2.1. a sra. Aldenice Raimunda Vaz do Sacramento, ex-esposa do militar Armando Luciano do Sacramento, recebeu pensão militar no período em que esteve inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais;

1.7.2.2. a sra. Aurenice Raimunda do Sacramento, filha da sra. Aldenice Raimunda Vaz do Sacramento, com quem reside, e atualmente beneficiária de cota-parte da pensão instituída pelo militar Armando Luciano do Sacramento, está inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais;

1.7.2.3. a sra. Fernanda da Silva Calixto Gaspar esteve inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais de 2006 a 2015, embora fosse cônjuge do militar Francisco Calixto Gaspar;

1.7.2.4. as sras. Kathia Nazarena Santanna Lima, Sandra Cristina Santanna Lima e Tânia Fernanda Santanna Lima, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, percebem pensão militar instituída pelo sr. José Aprígio Sant'anna Lima, no montante de R\$ 681,75 cada uma delas;

1.7.2.5. a sra. Consuelo de Melo, inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais, percebe pensão instituída pelo ex-militar Edson de Mello, no valor atual de R\$ 6.628,65;

1.7.3. encaminhar cópia desta deliberação à Segecex para que avalie a possibilidade de proceder ao cruzamento das informações contidas nas bases do Cadastro Único para Programas Sociais e as do sistema e-Pessoal, notadamente no que se refere aos pensionistas do Comando da Marinha.

ACÓRDÃO Nº 1627/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto os atos relativos à pensão instituída pelo ex-militar José da Fonseca Filho (de interesse das sras. Ana Lúcia Silva da Fonseca, Marileuza Silva Albuquerque de Castro, Maria Neilde Silva, Sandra Silva Gomes Abreu e Tânia Ramos dos Santos):

1. Processo TC-020.280/2024-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Lúcia Silva da Fonseca (722.663.257-87); Isis Teixeira Aveiro (866.173.117-87); Maria Neilde Silva (071.486.507-98); Marileuza Silva Albuquerque de Castro (849.553.767-20); Marly de Pinho Pismel (056.337.627-97); Patrícia Povia Andrade (435.541.487-68); Sandra Silva Gomes Abreu (954.579.687-15); Tânia Ramos dos Santos (745.663.857-87).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à AudPessoal que examine a legalidade da aplicação das regras da Lei 13.954/2019 aos benefícios instituídos pelo ex-militar José da Fonseca Filho, no tocante ao cálculo das cota-partes e à ordem de habilitação dos beneficiários, tendo em vista a regra contida no art. 31 da Medida Provisória 2.215-10/2001 e, caso conclua pela legalidade do procedimento adotado pela Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército, verifique a ocorrência de acumulação de benefícios previdenciários por parte das beneficiárias.

ACÓRDÃO Nº 1628/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto os atos das pensões instituídas pelos ex-militares Francisco Lucas de Almeida Filho (beneficiária: Laura Conceição Lucas de Almeida Gusmão) e José Correia da Silva (beneficiárias: Deuzília Alves dos Santos Silva e Maria das Dores Cavalcanti Silva):

1. Processo TC-020.304/2024-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alessandra Pereira de Arruda (110.904.547-67); Alexandra Jesus de Arruda (136.030.027-92); Aristéia Augusta Alves Valente da Silva (054.474.887-53); Deuzília Alves dos Santos Silva (898.606.087-68); Elicimone Alves de Arruda (290.066.511-68); Kelly Christina Martins de Oliveira (107.578.177-93); Laura Conceição Lucas de Almeida Gusmão (738.228.097-72); Maria das Dores Cavalcanti Silva (627.510.857-68); Palmira Couto de Oliveira (640.172.817-53).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à AudPessoal que:

1.7.1.1. examine a legalidade da concessão de proventos com base na remuneração do grau hierárquico superior para o sr. Francisco Lucas de Almeida Filho;

1.7.1.2. verifique se a sra. Aristéia Augusta Alves Valente da Silva acumula duas pensões militares, em contrariedade ao que preconiza o art. 29 da Medida Provisória 2.215-10/2001;

1.7.1.3. examine a correção do cálculo das cotas da pensão instituída pelo ex-militar José Correia da Silva.

ACÓRDÃO Nº 1629/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto os atos relativos às pensões instituídas pelos srs. Pedro Paim de Santana (beneficiárias: Cláudia de Faria Goes Santana e Leila de Faria Goes Santana) e Edivaldo Alves Vergasta (beneficiária: Leni Marli de Moraes Vergasta):

1. Processo TC-020.311/2024-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Benta Coelho do Rosário (203.766.007-30); Cinthia Corrêa Prates (073.218.227-10); Cláudia de Faria Goes Santana (611.839.895-04); Denise Correa de Castilho (868.927.977-68); Eliza de Paiva do Espírito Santo (202.706.402-82); Gisele Corrêa Martins de Oliveira (011.767.917-88); Leila de Faria Goes Santana (611.839.545-49); Leni Marli de Moraes Vergasta (784.023.109-82); Rosângela Silva Corrêa Coimbra (819.941.177-53); Thelma Correa Waksman (076.691.257-48).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha que:

1.7.1.1. encaminhe a este Tribunal, no prazo de quinze dias, os atos de reforma dos ex-militares Pedro Paim de Santana e Edivaldo Alves Vergasta;

1.7.1.2. no prazo de quinze dias, convoque a sra. Leni Marli de Moraes Vergasta para optar pelo benefício previdenciário que será objeto da glosa a que se refere o § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019;

1.7.2. determinar à AudPessoal que verifique a compatibilidade do fundamento da reforma do sr. Pedro Paim de Santana com o fato de o ex-militar ter instituído pensão previdenciária paga pelo Regime Geral, o que aponta para o possível exercício de atividade remunerada após a reforma por invalidez;

1.7.3. informar ao Instituto Nacional do Seguro Social que a sra. Leni Marli de Moraes Vergasta acumula pensão paga pelo Regime Geral de Previdência com pensão militar.

ACÓRDÃO Nº 1630/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.324/2024-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Kilza Teixeira Barreto (021.954.257-09); Luzia Barbosa dos Santos (072.607.007-69); Márcia Regina Silva Rodrigues (776.404.387-72); Niva Mendes Guimaraes (430.720.387-91); Sandra Mara Batista de Oliveira (403.744.917-04); Sônia da Palma (337.448.317-87).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1631/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.350/2024-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Arleide Cabral Aleluia (735.881.214-04); Cassiana Lopes da Silva (050.514.924-95); Cirlene Azevedo Braga de Oliveira (338.089.455-91); Débora Cabral Aleluia (409.186.024-91); Iara Maria da Silva Carvalho (108.397.658-35); Ilza Martins da Silva (732.320.928-53); Iolanda Azevedo da Silva (285.716.225-15); Iraildes Conceição da Silva (394.997.905-00); Ivani Azevedo da Silva Andrade (285.715.925-00); Jucelia Santos da Silva (509.408.995-15); Lúcia Pereira Lima (970.373.625-49); Luzia Cabral Aleluia (487.470.764-53); Maria Alaide de Souza Silva (268.743.344-68); Maria Alda de Lima (769.947.244-68); Maria da Conceição de Aleluia Pessoa (317.711.814-00); Maria de Lourdes Cabral Aleluia (487.470.924-91); Sandra Cabral Aleluia (022.217.324-64); Silande Lúcia Azevedo da Silva (192.432.605-10); Sirlande da Silva (042.876.025-28).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1632/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.358/2024-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Bernadete Gomes dos Santos (861.650.206-82); Clara de Fátima Medeiros dos Santos (139.510.937-06); Léa Pereira Cardoso (838.585.716-87); Maria Nazareth da Silva Rocha (118.382.117-48); Mirian da Silva Santos (000.434.797-82); Rosângela Maria da Rocha dos Santos (014.915.977-39); Terezinha Pereira de Medeiros (057.616.617-05).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1633/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.372/2024-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Aldeide Monteiro Ferreira (984.556.642-15); Aldeny Ferreira Torres (743.524.312-49); Cíntia Cristina Ricarte de Souza (004.480.001-05); Débora Ferreira Torres (952.923.902-59); Denise Camargo da Silva (831.053.107-97); Denise Ferreira Carneiro (251.395.172-72); Gersilene Moraes Castello (497.193.861-34); Karina Neves Ribeiro (009.689.072-02); Maristela Queiroz Ferreira (600.303.807-15); Suely Santiago de Lima (760.721.263-91).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymmler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1634/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.385/2024-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alejandro Portela Molina (191.419.997-97); Anna Maria de Aquino Leite (817.045.937-00); Elivonete Ferreira Carreira (047.487.097-90); Mariza Costa de Andrade (298.679.247-20); Nilza Gomes da Silva (667.743.067-72); Nilza Gomes da Silva (667.743.067-72); Rosa Maria da Silva Viana (002.828.917-06); Rosa Santos Salvatierra (612.264.407-20); Rosa Santos Salvatierra (612.264.407-20); Rosane Salvatierra Gatinho (842.441.517-53); Rosane Salvatierra Gatinho (842.441.517-53); Rosângela Santos Salvatierra (842.441.607-44); Rosimeri Santos Salvatierra (744.236.307-53); Rosimeri Santos Salvatierra (744.236.307-53); Ruan Enrique Portela Molina (142.129.327-76).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymmler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1635/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto os atos relativos às pensões instituídas pelos ex-militares Flavius Sany Soares Cardoso e Marcos Vinício Veras de Sousa:

1. Processo TC-020.389/2024-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Dilce Campos Jacinto (944.197.017-49); Elisângela Maria de Oliveira Silva (535.078.003-49); Elizaneia da Roza Messias Mesquita (306.050.162-91); Lorrana de Sousa Cardoso (167.300.577-26); Lorrana de Sousa Cardoso (167.300.577-26); Márcia Regina Brauna (851.243.977-72); Nilzemar Osilene Brauna de Almeida (962.782.937-49); Paulo Renato de Sousa Cardoso (167.301.077-66); Paulo Renato de Sousa Cardoso (167.301.077-66); Rita Ferreira da Cunha Neta (539.283.857-04); Waldemir Sodré (001.374.442-90); Waldemir Sodré (001.374.442-90).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymmler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha que:

1.7.1.1. encaminhe a este Tribunal, no prazo de quinze dias, os elementos com base nos quais foi reconhecida a união estável entre o ex-militar Flavius Sany Soares Cardoso e o sr. Waldemir Sodré;

1.7.1.2. esclareça o motivo da edição do ato de alteração e-Pessoal 1943/2022;

1.7.1.3. esclareça como foi feita a divisão de cotas da pensão instituída pelo ex-militar Marcos Vinício Veras de Sousa, que não renunciou ao pagamento do percentual de 1,5% previsto no art. 31 da Medida Provisória 2.215-10/2001;

1.7.2. informar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que as sras. Elizaneia da Roza Messias Mesquita e Dilce Campos Jacinto, que recebem pensão militar, encontram-se inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais.

ACÓRDÃO Nº 1636/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de interesse da sra. Tatiana Maia Pinto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, e fazer as determinações que se seguem:

1. Processo TC-020.402/2024-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Danielle Santos de Oliveira (151.059.927-41); Elizabete Cavalcante (468.401.257-34); Elizângela Jaqueline Barreto Grandin (022.451.227-71); Evani Albuquerque Pereira (860.135.487-49); Márcia Aguiar do Nascimento (666.953.767-00); Margarete Cavalcante de Sousa (226.911.621-68); Maria Albina Araújo Costa dos Santos (599.026.801-78); Maria Edilamar Santos de Oliveira (643.255.470-53); Maria Neilde Silva dos Santos (662.714.367-49); Milena Santos de Siqueira (151.059.907-06); Míriam Cavalcante (386.452.467-91); Tatiana Maia Pinto (072.505.907-90).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymmler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha que:

1.7.1.1. convoque as sras. Elizabete Cavalcante e Míriam Cavalcante, pensionistas do ex-militar Edmar Cavalcante e receptoras de benefício previdenciário pago pelo Regime Geral de Previdência, para optar pelo benefício previdenciário que será objeto da glosa a que se refere o § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019 no prazo de quinze dias;

1.7.1.2. convoque as sras. Evani Albuquerque Pereira e Márcia Aguiar do Nascimento, pensionistas do ex-militar Severino Rosendo Alves e receptoras de benefício previdenciário pago pelo Regime Geral de Previdência, para optar pelo benefício previdenciário que será objeto da glosa a que se refere o § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019 no prazo de quinze dias;

1.7.1.3. informe a este Tribunal, no prazo de sessenta dias, as providências adotadas relativamente às determinações contidas nos subitens anteriores, para que possa ser dado seguimento à apreciação da legalidade dos respectivos atos concessórios;

1.7.1.4. esclareça o motivo pelo qual não foram observados os critérios da Lei 3.765/1960 em sua redação original para a ordem de habilitação e cálculo das cotas-partes das pensões instituídas pelos ex-militares Jairo Roberto de Souza, Leandro Pavão de Oliveira, Severino Rosendo Alves e Valduison José dos Santos, uma vez que contribuíram com o percentual de 1,5% para as pensões militares, nos termos do art. 31 da Medida Provisória 2.215-110/2001.

ACÓRDÃO Nº 1637/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.432/2024-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Astrogilda Leite Varela (073.109.497-22); Dalvanize Alves de Souza (343.632.541-49); Marganete Augusta Villeth (058.420.657-70); Marlene Maria Campos de Souza (106.609.797-64); Rita de Fátima Macana Fernandes (856.255.907-53).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1638/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.205/2024-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Judite de Barros Leal Nogueira (247.491.763-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1639/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.228/2024-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Vera Lucia de Souza Leite Carelli (164.375.601-00).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1640/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.479/2024-2 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Carlos Rio Branco Modesto (455.167.316-15).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1641/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.536/2024-6 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Geronimo Correa Paula da Silva (290.228.861-15).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha.
 - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1642/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.565/2024-6 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Acacio Alves Dutra (052.801.888-40).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1643/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o inciso II do art. 143 e § 4º do art. 260, ambos do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com a ressalva de que não mais remanesce o pagamento do adicional por tempo de serviço:

1. Processo TC-027.691/2024-1 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Luiz Octávio das Chagas Salgado (060.263.518-76).

- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1644/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.149/2024-6 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Sergio Luiz da Silva Santos (746.162.777-53).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1645/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.159/2024-1 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Luis Felipe de Andrade Neumamm (718.933.347-91).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1646/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.168/2024-0 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Joelson da Silva Ramos (755.916.267-34).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1647/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea “a”, 169, inciso II, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.400/2024-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
 - 1.1. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
 - 1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
 - 1.3. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.5. Representação legal: não há.
 - 1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1648/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU, em arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.618/2023-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
 - 1.1. Responsáveis: Julianeli Tolentino de Lima (965.575.594-00); Têlio Nobre Leite (022.333.834-60)
 - 1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
 - 1.5. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)
 - 1.6. Representação legal: não há
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
 - 1.7.1. dar ciência do presente acórdão, acompanhado da instrução técnica constante da peça 147, à Universidade Federal do Vale do São Francisco e à Controladoria-Geral da União.

ACÓRDÃO Nº 1649/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea “b”, e 169, inciso II, do Regimento Interno/TCU e 11 e 12 da Resolução TCU 344/2022, em, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, reconhecer a ocorrência da prescrição quinquenal das pretensões sancionatória e ressarcitória nesta tomada de contas especial e determinar o arquivamento do seguinte processo, dando-se ciência desta decisão ao Ministério do Trabalho e Emprego e aos responsáveis:

1. Processo TC-024.220/2024-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
 - 1.1. Responsáveis: Força Sindical (65.524.944/0001-03); Paulo Pereira da Silva (210.067.689-04).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego.
 - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1650/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea “b”, e 169, inciso II, do Regimento Interno/TCU e 11 e 12 da Resolução TCU 344/2022, em, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, reconhecer a ocorrência da prescrição quinquenal das pretensões sancionatória e ressarcitória nesta tomada de contas especial e determinar o arquivamento do seguinte processo, dando-se ciência desta decisão ao Ministério do Esporte e aos responsáveis:

1. Processo TC-024.700/2024-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: José Olinto Neto (046.247.931-53); Prefeitura Municipal de Planaltina - GO (01.740.422/0001-66).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Esporte.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1651/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial ante o reconhecimento da prescrição quinquenal, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 1º, 2º e 11 da Resolução TCU 344/2022.

1. Processo TC-025.702/2024-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Sueo Numazawa (049.002.862-49)

1.2. Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência do presente acórdão à responsável, à Universidade Federal Rural da Amazônia e ao Ministério da Pesca e Aquicultura, remetendo-lhes cópia da instrução técnica inserta à peça 114; e

1.7.2. arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1652/2025 - TCU - 1ª Câmara

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, no que se refere aos autos abaixo relacionados, com base no art. 143, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno do TCU, c/c os arts. 8º e 11 da Resolução-TCU 344/2022, em reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória dos fatos apurados no presente feito e arquivar este processo, comunicando os responsáveis e a Fundação Nacional de Saúde do teor do presente julgado, nos termos dos pareceres uniformes juntados aos autos:

1. Processo TC-025.834/2024-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Inacio Amaro dos Santos Filho (335.357.951-68) e MJC Construções Eireli (07.264.280/0001-94).

1.2. Entidades: Município de Ouro Velho - PB e Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1653/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte em desfavor do sr. Carlos Ferreira Alves e do Centro de Assistência Social Nossa Senhora da Piedade, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por meio do Convênio 748.265/2010, que tinha por objeto o funcionamento de um núcleo de esporte recreativo e de lazer por, no mínimo, 12 meses para atendimento, em São Paulo/SP, a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência,

Considerando os pareceres uniformes juntados aos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto ao TCU às peças 50 a 53;

Considerando que, após a notificação do Centro de Assistência Social Nossa Senhora da Piedade, ocorrida em 2/9/2014, a autorização para autuação da tomada de contas especial somente ocorreu em 9/7/2024,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, no que se refere aos autos abaixo relacionados, com base no art. 143, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno do TCU, c/c os arts. 1º, 8º e 11 da Resolução-TCU 344/2022, em reconhecer a prescrição dos fatos apurados no presente feito e arquivar este processo, comunicando aos responsáveis e ao Ministério do Esporte o teor do presente julgado, nos termos dos pareceres uniformes juntados aos autos:

1. Processo TC-025.974/2024-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos Ferreira Alves (118.784.398-98); Centro de Assistência Social Nossa Senhora da Piedade (07.494.715/0001-97).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Esporte.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1654/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial ante o reconhecimento da prescrição, nos termos dos pareceres uniformes constantes das peças 141-144, com fundamento nos arts. 1º e 11 da Resolução TCU 344/2022, dando-se ciência desta deliberação aos responsáveis.

1. Processo TC-026.149/2024-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Camilo Sobreira de Santana (289.585.273-15); Francisco José Bezerra Rodrigues (235.888.883-49); Josileno Vitoriano (229.489.703-00); Roberto das Chagas Monteiro (052.293.244-49); Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado do Ceará (01.869.566/0001-17).

1.2. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1655/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, em dar quitação ao Sr. Paulo Cesar Vilarinho Soares, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 3.257/2022-1ª Câmara, sessão de 7/6/2022, Ata 18/2022, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.694/2018-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Paulo Cesar Vilarinho Soares (208.057.723-91).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Palmeirais - PI.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Raniery Augusto do Nascimento Almeida (8029/OAB-PI) e Welton Luiz Bandeira de Souza (6994/OAB-PI), representando Paulo Cesar Vilarinho Soares; Icaro Ulianno Brandao de Almeida (13449/OAB-PI), representando Prefeitura Municipal de Palmeirais - PI.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1656/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia sobre possível inobservância, pelos gestores do Ministério da Cultura (MinC), do princípio da não concentração por beneficiário previsto no art. 19, § 8º, da Lei 8.313/1991 (Lei Rouanet),

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos, às peças 24 a 26;

Considerando, após os exames pertinentes, a constatação de que as irregularidades alegadas pelo denunciante resultavam de interpretações incorretas quanto aos dados extraídos do sistema que operacionaliza a política pública, mas que existem oportunidades de aprimoramento do módulo de consulta pública do Salic, a fim de que ele apresente dados e informações mais claros e consistentes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, no que se refere aos autos abaixo relacionados, com base nos arts. 143, inciso III, e 235 do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em conhecer da presente denúncia, indeferir o pedido de cautelar pleiteado e arquivar os presentes autos, comunicando ao denunciante e ao Ministério da Cultura o teor da presente decisão, bem como do relatório à peça 24, de acordo com os pareceres uniformes exarados nos autos:

1. Processo TC-003.116/2025-5 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Gabinete do Ministro - Ministério da Cultura.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. recomendar ao Ministério da Cultura, com base nos arts. 11 e 14, § 2º, I, da Resolução-TCU 315/2020, que revise os procedimentos de consulta subjacentes ao Módulo Comparar do Salic, a fim de que as respostas às pesquisas sejam precisas e congruentes, bem como adicione textos explicativos nos diferentes painéis de consulta, para tornar claro o significado dos dados apresentados, em observância ao princípio da transparência e aos arts. 6º, I e II, e 8º, § 3º, I e V, da Lei 12.527/2011;

ACÓRDÃO Nº 1657/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela sociedade simples Kasznar Leonardos Advogados contra o Acórdão 9.604/2024-1ª Câmara,

Considerando a jurisprudência pacífica desta Corte de Contas no sentido de que o reconhecimento do representante como parte é situação excepcional e depende, além do pedido de ingresso nos autos como interessado, da demonstração de legítima razão para intervir no processo;

Considerando que a mera participação em licitação no qual se alega a ocorrência de indícios de irregularidade não torna a pessoa jurídica automaticamente interessada nos processos deste Tribunal, ficando este reconhecimento condicionado à comprovação da possibilidade concreta de lesão a direito subjetivo em decorrência de eventual deliberação que venha a ser adotada pelo Tribunal;

Considerando que o Acórdão 9.604/2024-1ª Câmara não ensejou qualquer lesão a direito subjetivo próprio da recorrente, uma vez que não alterou a posição jurídica desta no certame licitatório impugnado;

Considerando que, nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte de Contas, ilustrada pelo Acórdão 186/2016-Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar), a atuação do autor da representação consiste em provocar a ação fiscalizatória deste Tribunal, não lhe cabendo, por ausência de legitimidade e interesse, a prerrogativa de manejar recursos, exceto quando formalmente admitidos nos autos como interessado, o que não é o caso; e

Considerando que a recorrente não demonstrou razão legítima para intervir nos autos, nem a possibilidade concreta de lesão a direito subjetivo próprio, à luz do art. 282 do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 146 e o art. 2º, § 2º, da Resolução-TCU 36/1995, com redação dada pelo art. 1º da Resolução-TCU 213/2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso IV, alínea “b”, 146 e 282 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer do pedido de reexame interposto pela sociedade simples Kasznar Leonardos Advogados, em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal, dando-se ciência desta deliberação à recorrente e à Petróleo Brasileiro S.A.:

1. Processo TC-024.265/2024-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrente: Kasznar Leonardos Advogados (15.272.612/0001-00).

1.2. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira

1.6. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.7. Representação legal: Lucas Cherem de Camargo Rodrigues (182496/OAB-SP), Luis Justiniano Haiek Fernandes (119324/OAB-SP) e outros, representando Kasznar Leonardos Advogados.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1658/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que não subsiste mais a inconsistência cadastrada no ato.

1. Processo TC-001.110/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jandira Eliete Galvao dos Santos (233.796.855-34).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1659/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.185/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Arnaldo Andre Oliveira (122.240.063-49); Jose Roberto de Almeida (002.040.214-72); Maria Jose Silva de Souza (087.713.594-00); Mauro Oliveira das Chagas (541.728.707-59); Osvaldo Alves Monteiro (258.484.104-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1660/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.210/2025-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carmem Lucia Gadelha Veloso Gomes (412.417.037-87); Edson de Souza Neves (141.954.024-68); Everaldo Ferreira Soares Junior (048.538.144-34); Iracema Maria Adelino Brasileiro Silva (020.541.404-49); Lisete Lima Correia (057.891.504-97).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1661/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.269/2025-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Pires Pereira (045.530.714-87); Antonio Sousa Mota (149.551.643-15); Cicero Manoel dos Santos (216.088.904-06); Luciene Lopes de Araujo (222.822.974-15); Sonivaldo Dantas (153.887.864-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1662/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-001.300/2025-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Valdete Andrade (199.699.105-15).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1663/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.307/2025-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antenógenes da Silva Pereira (086.206.955-68); Antero Pereira e Silva (126.855.504-53); Antonio Carlos Costa (315.868.487-04); Jose Dacio Pereira (134.191.373-20); Pedro Santana da Rocha (202.315.479-00).

1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1664/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.324/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Firmo dos Santos (055.432.585-34); Fernando Antonio de Andrade (017.661.395-15); Floriano Ambrosio Danunciacao (054.681.405-00); Gustavo Borges Nascimento (060.239.755-34); Yolanda Maria Monteiro Nascimento (056.299.775-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1665/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.362/2025-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Edson Pereira de Miranda (243.194.144-20); Francisco de Assis da Silva (182.404.294-91); Jose Ribamar dos Santos (057.790.574-00); Maria da Gloria de Oliveira (136.798.214-68); Vera Lucia de Melo Costa (282.252.954-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1666/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.376/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio das Dores Alexandre (102.958.441-91); Cristovao Batista da Silva (043.089.642-53); Jose Milton Gervasio Lira (079.947.104-68); Nelson Jose Pauletto (242.619.630-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1667/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, V, "e", 183, parágrafo único, e 185, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 15 dias, o prazo para atendimento aos subitens b.1 e b.2 do Acórdão 180/2025-TCU-1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.709/2024-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luciene Correa Souza (835.077.287-53).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1668/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.481/2025-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Etelvina Rosa Pereira Frazao (281.681.273-15); Maria das Dores Mendes Franca (095.146.513-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1669/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-001.491/2025-3 (PENSÃO CIVIL)

- 1.1. Interessado: Regina Vera Melchior Sebastiao (246.235.228-73).
- 1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1670/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-001.507/2025-7 (PENSÃO CIVIL)
 - 1.1. Interessado: Maria das Dores Dias Ferreira (868.464.001-25).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
 - 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1671/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-028.782/2024-0 (PENSÃO CIVIL)
 - 1.1. Interessados: Eduardo Pereira Dahas (047.763.604-70); Geraldo Saturnino da Silva (188.336.914-20); Maria Lucia Macedo de Sousa (142.415.014-00); Maria Nilda Pereira Dahas (518.013.612-15).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
 - 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1672/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-025.554/2024-7 (PENSÃO MILITAR)
 - 1.1. Interessados: Adriana Machado (964.554.206-59); Angela Maria Silva Parodia (002.788.816-96); Claudia Margaridi Olszewski (741.214.729-34); Claudia Margaridi Olszewski (741.214.729-34); Marcia Elisabeth Machado Goncalves (065.982.766-24); Maria Aparecida Machado (185.204.561-20); Maria Madalena Januario (283.509.606-04); Sueli Margaridi (583.541.669-53); Sueli Margaridi (583.541.669-53); Tania Mara Margaridi Ferreira (462.966.979-53); Ursula Andrea Margaridi (756.280.909-72); Ursula Andrea Margaridi (756.280.909-72); Valeria Luiza Machado (927.548.726-04).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1673/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-027.261/2024-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Francisca Eugenia dos Anjos de Lisboa (071.563.187-05); Georgina Jose da Silva (670.506.627-04); Heloisa Esteves Ribeiro (238.234.292-72); Luciana Cruz Ribeiro dos Santos (014.139.677-60); Maria Lucilene Guimaraes dos Santos Oliveira (542.182.413-68); Nadia Maria Man Fu Patrocinio (938.401.367-68); Rejane Cruz Ribeiro dos Santos (029.364.497-74); Rizonete Lisboa Pinto (988.351.737-87).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1674/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-028.054/2024-5 (REFORMA)

1.1. Interessado: Isaac Pereira Gomes (475.957.286-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1675/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-028.109/2024-4 (REFORMA)

1.1. Interessado: Lauro Domingos Alves (730.448.907-30).

- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1676/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-028.121/2024-4 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Ubiratan Rodrigues de Mello (737.816.817-34).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1677/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-028.142/2024-1 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Helio Rangel de Lemos (740.402.787-04).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1678/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-028.154/2024-0 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Gil Miron Correa Souza (751.530.767-68).

- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1679/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-028.163/2024-9 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Farley Jorge Lourenco Derze (755.148.007-25).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1680/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-028.412/2024-9 (REFORMA)
 - 1.1. Interessados: Manoel Compito Silva Siqueira (728.941.723-20); Marcus Vinicius de Souza Mattos (055.858.957-02); Nelson dos Santos (740.686.878-20); Pedro Alcantara Pinho (187.280.498-53); Sebastiao Araujo Nery (045.323.331-72).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1681/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-028.421/2024-8 (REFORMA)
 - 1.1. Interessados: Apolo Pereira de Melo (243.338.402-87); Joao Rodrigues de Oliveira Filho (638.054.804-15); Manoel Verano da Camara Lima Filho (111.855.627-53); Norival Lima de Oliveira (070.543.197-53); Vlanaro Furtado (827.313.737-68).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha.
 - 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1682/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contra Adiel Moura de Souza, ex-prefeito do Município de Melgaço/PA, devido à omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pelo Termo de Compromisso TC/PAC-0689/2011, destinado à execução de um Sistema de Abastecimento de Água no município;

Considerando que o Tribunal condenou o ex-prefeito em débito e aplicou-lhe multa (Acórdão 3.157/2020-TCU-1ª Câmara), e que, em recurso de reconsideração, determinou à Prefeitura Municipal de Melgaço/PA a restituição do saldo disponível na conta específica vinculada ao Termo de Compromisso (Acórdão 1.272/2022-TCU-1ª Câmara);

Considerando que a Prefeitura Municipal de Melgaço/PA não comprovou a restituição do saldo disponível, resultando na aplicação de multa ao prefeito que recebeu a comunicação, José Delcicley Pacheco Viegas, e na reiteração da determinação (Acórdão 7.972/2023-TCU-2ª Câmara);

Considerando que o Tribunal, na mesma deliberação, determinou à Funasa que buscasse junto ao Banco do Brasil a restituição ao Tesouro Nacional dos saldos existentes na conta específica a Prefeitura Municipal de Melgaço/PA (Acórdão 7.972/2023-TCU-2ª Câmara);

Considerando que o município, mais uma vez, não efetuou a devolução do saldo; a Funasa relatou dificuldades operacionais para atender às determinações do TCU; e, posteriormente, após provocado, o Banco do Brasil comunicou a devolução parcial, no valor de R\$ 1.045,48;

Considerando que o valor restituído é apenas parcial, mas o valor remanescente é inferior ao limite fixado para instauração de TCE;

Considerando a proposta uníssona da Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) de considerar cumprida a determinação contida no item 9.5 do Acórdão 7.972/2023-TCU-2ª Câmara, ante a comprovação das providências adotadas pela Funasa;

Considerando que o MPTCU posiciona-se de acordo com a proposta, e adiciona o arquivamento em relação ao Município de Melgaço/PA, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o ente federado, em face da não devolução integral do saldo remanescente na conta vinculada;

Considerando que, nessas circunstâncias, prevalecem a racionalização administrativa, a economia processual, e o objetivo de evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor do ressarcimento, razão pela qual determina-se o arquivamento dos autos, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continua obrigado o devedor, conforme o art. 93 da Lei 8443/1992 c/c o art. 213 do Regimento Interno (Acórdão 2.707/2011-TCU-1ª Câmara e Acórdão 1.421/2024-TCU-2ª Câmara);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 93 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 213 do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 239, 240 e 241), em adotar as medidas previstas no subitem 1.8 e:

a) considerar cumprida a determinação alvitrada no item 9.5 do Acórdão 7972/2023-TCU-2ª Câmara;

e

b) arquivar o presente processo em relação ao Município de Melgaço/PA, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado, para que lhe seja dada quitação.

1. Processo TC-006.393/2019-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 019.507/2022-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 019.460/2022-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 017.613/2024-8 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Adiel Moura de Souza (190.161.822-68); Jose Delcicley Pacheco Viegas (912.201.812-34).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Melgaço - PA.

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.7. Representação legal: Gláucia Alves Correia (37149/OAB-DF), Márcio Luiz Silva (12415/OAB-DF) e outros, representando Adiel Moura de Souza.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência desta deliberação à Fundação Nacional de Saúde;

1.8.2. encaminhar os presentes autos à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos - Seproc/Scbex para a adoção das providências a seu cargo.

ACÓRDÃO Nº 1683/2025 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de representação a respeito de possíveis irregularidades no pregão eletrônico, pelo sistema de registro de preços (SRP), nº. 90008/2024 promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), com objetivo de viabilizar a contratação de serviços de outsourcing de impressão;

Considerando que estão presentes todos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

Considerando que a representante alega irregularidades na alteração de proposta promovida durante a fase de julgamento, o que, no seu entendimento, caracteriza ofensa ao princípio do julgamento objetivo, bem como favorecimento indevido à licitante declarada vencedora;

Considerando que a incompatibilidade verificada na proposta original se revelou apenas um erro formal, corrigido com o envio de proposta ajustada que contemplou equipamento compatível com as especificações técnicas exigidas no edital;

Considerando que a retificação da proposta não resultou na majoração do preço obtido após a fase competitiva;

Considerando que a jurisprudência deste TCU é pacífica no sentido de que é “irregular a desclassificação de proposta por erros formais ou por vícios sanáveis mediante diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração” (enunciado dos Acórdãos 1217/2023 e 1204/2024, ambos do Plenário);

Considerando que não restaram caracterizados os pressupostos para concessão de medida cautelar, nos termos da análise empreendida na peça 21, que concluiu pela improcedência das alegações apresentadas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso III, 169, incisos III e IV, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU e no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a representação e considerá-la improcedente; indeferir o pedido de cautelar formulado pelo representante; encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 21) à unidade jurisdicionada e ao representante; arquivar o processo.

1. Processo TC-000.019/2025-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade Jurisdicionada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Jonh Henderson Carvalho de Gois (29810 B/OAB-PB), representando Maq-larem Máquinas Moveis e Equipamentos Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1684/2025 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Contrato 2023.7421.7648 (peça 4), celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a H2f Construções e Serviços - Eireli, cujo objeto é a prestação de serviços de engenharia para qualquer ponto de atendimento do contratante, localizados nos municípios de Campo Grande e Aquidauana, em Mato Grosso do Sul;

Considerando que a representante alega uma suposta desproporcionalidade nas sanções a ela aplicadas pela contratante e requer a suspensão cautelar, bem como a revisão de tais medidas.

Considerando que a petição aborda questões de interesse estritamente privado, dissociadas do interesse público - requisito indispensável para que a peça seja admitida como representação, nos termos do art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

Considerando que a tutela de interesses privados ou direitos subjetivos deve ser buscada perante a própria administração contratante, por meio dos instrumentos de recurso administrativo disponíveis, ou perante o Poder Judiciário, mediante a propositura da ação judicial cabível, conforme entendimento consolidado nos Acórdãos 4402/2016 e 1166/2015, ambos da Primeira Câmara;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 105, da Resolução TCU 259/2014, nos arts. 143, inciso V, alínea “a”; 235 e 237 do Regimento Interno do TCU e art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer a representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes; em remeter cópia desta deliberação e da instrução (peça 09) à representante e a unidade jurisdicionada; em arquivar o processo.

1. Processo TC-028.624/2024-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade Jurisdicionada: Banco do Brasil S.A.

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Marcio Silva Matos, representando H2f Construções e Serviços - Eireli.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1685/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo a ato de concessão de aposentadoria a Marcia Cristina Monteiro Ribeiro, emitido pelo Tribunal de Contas da União e submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que as análises empreendidas pela unidade técnica e pelo Ministério Público de Contas identificaram a incorporação irregular de parcelas de quintos, vez que calculados com base em função comissionada diferente daquela efetivamente exercida, o que contraria o art. 3º da Lei 8.911/1994 (Acórdão 4.783/2014-TCU-1ª Câmara, relator Ministro Benjamin Zymler);

considerando que a irregularidade destacada decorre de vedação disposta no art. 3º da Lei 8.911/1994, a seguir transcrito, e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (cf. AgRg no REsp 127243/DF, Relator Ministro Humberto Martins, in DJe 13/4/2011):

“Art. 3º. Para efeito do disposto no § 2º do art. 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o servidor investido em função de direção, chefia e assessoramento, ou cargo em comissão, previsto nesta Lei, incorporará à sua remuneração a importância equivalente à fração de um quinto da gratificação do cargo ou função para o qual foi designado ou nomeado, a cada doze meses de efetivo exercício, até o limite de cinco quintos.” (Grifos acrescidos)

considerando que a jurisprudência deste Tribunal é pacífica quanto à irregularidade apontada, a exemplo dos Acórdãos 10.311/2023-TCU-1ª Câmara e 2.890/2024-TCU-1ª Câmara, de minha relatoria, e 3.963/2024-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Augusto Nardes;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo ocorrido o registro tácito;

considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por considerando, por fim, os pareceres convergentes da Unidade de Auditoria em Pessoal e do Ministério Público de Contas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Marcia Cristina Monteiro Ribeiro, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta decisão pelo Tribunal de Contas da União, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir os comandos especificados no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC-001.105/2025-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marcia Cristina Monteiro Ribeiro (279.473.601-97).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. determinar ao Tribunal de Contas da União que:

1.7.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, informando-a que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

1.7.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

1.8. emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

ACÓRDÃO Nº 1686/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a Dilma Conceicao dos Santos, ressalvando que: não foram identificados nos contracheques dos últimos dois meses rubricas referentes à decisão judicial informada no ato, devendo o órgão continuar abstendo-se de efetuar tais pagamentos, nos termos do art. 260, § 4º do RI/TCU, c/c art. 7º, § 1º, da Resolução/TCU 353/2023, sem prejuízo de dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU.

1. Processo TC-001.117/2025-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Dilma Conceicao dos Santos (826.549.217-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1687/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.171/2025-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aleida Oliveira Christo (421.365.717-53); Eduardo de Castilhos Fritz (179.949.262-15); Francisco Carlos da Silva Soeiro (342.510.907-30); Joacy Cardoso (317.391.057-53); Newson Azevedo Aquino (249.029.267-68).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1688/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.194/2025-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Licio Mesquita dos Santos (065.606.952-04); Osvaldo Moreira de Alencar (045.634.922-72).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1689/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Djalma Selistre Neto.

1. Processo TC-001.202/2025-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Djalma Selistre Neto (217.320.190-53).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1690/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Aldomario Barbosa da Fonseca Filho.

1. Processo TC-001.225/2025-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Aldomario Barbosa da Fonseca Filho (087.024.202-44).

1.2. Órgão/Entidade: Observatório Nacional /MCTI.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1691/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Aloisio Alves Pereira Filho.

- 1. Processo TC-001.252/2025-9 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: Aloisio Alves Pereira Filho (190.230.493-49).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
 - 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1692/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

- 1. Processo TC-001.272/2025-0 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Armando Campo Dall Orto (343.109.597-68); Joao Batista Nunes (080.955.403-82); Pedro Paulo Rabelo Filho (022.307.713-53).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
 - 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1693/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Aparecido Jose Fialho.

- 1. Processo TC-001.289/2025-0 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: Aparecido Jose Fialho (273.315.396-04).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
 - 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1694/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.295/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aparecida Parreira da Silva (319.280.991-49); Edilson do Carmo Ribeiro (218.830.251-68); Marta Eliane Giacomini Rossi (053.960.888-26); Raimundo Cosmo Darmacia Rodrigues (038.449.512-53); Zilene Barcessat Vaz (066.682.832-68).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1695/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.344/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Lucia Lunkes (293.037.610-49); Maria de Fatima Furtado Ribeiro (350.495.617-87); Vania Maria Dantas Vieira dos Santos (396.664.684-68); Vera Lucia Casqueiro Pires (334.101.000-91); Zulmara de Borba Faleiro (347.919.900-30).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1696/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Cirila Maria de Jesus.

1. Processo TC-001.358/2025-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Cirila Maria de Jesus (209.779.721-00).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1697/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.373/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria de Fatima Silva Nascimento (417.895.396-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1698/2025 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Terezinha de Oliveira Santos, emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social e submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRFB/1988.

Considerando que as análises empreendidas pela Unidade Instrutiva detectaram inclusão, nos proventos de aposentadoria, de duplicidade do pagamento de 1/5 de DAS 101.1;

considerando que há decisão judicial transitada em julgado, no valor de R\$ 122,47, que assegura à interessada o direito de substituir 1/5 de FG-02 já incorporado, pela incorporação de 1/5 de DAS 101.1, a partir de 2/2/2001, transformando a parcela em VPNI a partir de 5/9/2001 (Ação Cível JEF nº 2006.43.00.907570-7);

considerando que o pagamento dessa vantagem vem sendo paga de forma destacada nos proventos da interessada, conforme rubrica “16171-DECISAO JUDICIAL TRANS JUG APO (Decisão judicial - Outros) - Decisão judicial (Anexo ‘FUNÇÃO DAS’)”;

considerando que a interessada também conta na composição dos seus proventos com a rubrica “82107-VPNI ART.62-A LEI 8112/90 - AP (Vantagem de caráter pessoal - VPNI art. 62-A Lei 8.112/90)”, no valor de R\$ 510,56, sendo que uma das parcelas de quintos incorporadas decorre justamente de DAS 101.1;

considerando que o já revogado art. 3º da Lei 8.911/94 dispõe que:

Art. 3º Para efeito do disposto no § 2º do art. 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o servidor investido em função de direção, chefia e assessoramento, ou cargo em comissão, previsto nesta Lei, incorporará à sua remuneração a importância equivalente à fração de um quinto da gratificação do cargo ou função para o qual foi designado ou nomeado, a cada doze meses de efetivo exercício, até o limite de cinco quintos;

considerando que é irregular o pagamento da rubrica judicial (16171), pois 1/5 de DAS 101.1 já está contemplado na rubrica 82107, que decorre dos 5/5 que a interessada faz jus, o que resulta em duplicidade de pagamento desta parcela de quintos;

considerando que o ato destes autos deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo se materializado o registro tácito (STF-RE 636.553/RS);

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU pela ilegalidade e negativa de registro do ato concessório.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

- a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Terezinha de Oliveira Santos, recusando-lhe o respectivo registro;
 - b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo órgão de origem do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
 - c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.
1. Processo TC-005.838/2024-0 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessada: Terezinha de Oliveira Santos (129.102.951-68).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
 - 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social que:
 - 1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:
 - 1.7.1.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado da interessada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
 - 1.7.1.2. informe esta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido,
 - 1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação;
 - 1.7.3. emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 1699/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do RITCU, em deferir a prorrogação de prazo solicitada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Bruno Batista Barreto - Diretor de Governança, Planejamento e Inovação - Substituto), dilatando por 30 (trinta) dias, improrrogáveis, o prazo para cumprimento do Acórdão Nº 9193/2024 - 1ª Câmara, a contar do dia útil seguinte à juntada do pedido, comunicando esta decisão ao requerente.

1. Processo TC-016.611/2024-1 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessado: Tania Galo (020.476.138-76).
- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
- 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1700/2025 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Zaide de Oliveira Santos, emitido pelo Ministério da Saúde e submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRFB/1988.

Considerando que as análises empreendidas pela Unidade Instrutiva detectaram inclusão, nos proventos de aposentadoria, de rubrica no valor de R\$ 66,06, relativa ao artigo 7º da Lei 8.270/1991, paga em valores reajustados;

considerando que essa forma de pagamento contraria o art. 2º da MP 386/2007, convertida na Lei 11.538/2007), que estabelece:

Art. 1º Fica reaberto, até 31 de dezembro de 2007, o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

(...)

Art. 2º Os valores decorrentes da aplicação do disposto no § 6º do art. 7º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, continuarão sendo pagos, a título de diferença de remuneração, no caso de enquadramento resultante de reestruturação de planos de carreiras ou cargos.

Parágrafo único. A diferença de remuneração referida no caput deste artigo não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação, sujeitando-se apenas ao índice de reajuste aplicável às tabelas de vencimentos dos servidores públicos federais, a título de revisão geral das remunerações e subsídios.

considerando que, em consulta ao sistema Siape, constata-se que à época da edição dessa norma (setembro/2007) o(a) servidor(a) percebia a título de aplicação do disposto no § 6º do art. 7º da Lei nº 8.270/1991 o valor de R\$ 24,20, de modo que tal valor deveria ser mantido, consoante regra do art. 2º da MP 386/2007, convertida na Lei 11.538/2007, devendo ser reajustado somente em virtude de revisão geral da remuneração dos servidores públicos, consoante disposto no parágrafo único do mesmo artigo, o que não houve até presente data;

considerando, ainda, o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, relator Ministro Adylson Motta, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

considerando que não há informes no ato a respeito de decisão judicial a respaldar a forma de pagamento praticada;

considerando que o ato destes autos deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo se materializado o registro tácito (STF-RE 636.553/RS);

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Zaide de Oliveira Santos, recusando-lhe o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo órgão de origem do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.575/2024-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Zaide de Oliveira Santos (771.520.857-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério da Saúde que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. promova o recálculo da vantagem impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. informe esta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido,

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação;

1.7.3. emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 1701/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo a ato de concessão de aposentadoria a Jacy Servulo Santos, emitido pelo Ministério da Fazenda e submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que as análises empreendidas pela unidade técnica e pelo Ministério Público de Contas identificaram o pagamento da diferença pessoal nominalmente identificada (DPNI) da Lei 12.998/2014, sem a devida absorção de seus valores;

considerando que a jurisprudência do TCU é pacífica para afirmar a necessidade de absorção dos valores pagos a título da vantagem pelos reajustes remuneratórios supervenientes, na forma determinada na Lei 11.355/2006 (acórdãos 1.659/2024, 3.222/2017, 4.775/2016, 5.153/2015, 4.779/2014 e 3.557/2014, da 1ª Câmara; e 10.676/2015, da 2ª Câmara);

considerando que as alterações ocorridas na remuneração do interessado, contemplando a implementação das tabelas da Lei 11.355/2006, alteradas pela Lei 11.784/2008, a consequência seria não existir resíduo de PCCS/DPNI, suscetível de ser transformado em “DI”, nos termos do art. 30 da Lei 12.998/2014;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo ocorrido o registro tácito;

considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por considerando, por fim, os pareceres convergentes da Unidade de Auditoria em Pessoal e do Ministério Público de Contas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Jacy Servulo Santos, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta decisão pelo Ministério da Fazenda, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir os comandos especificados no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC-025.083/2024-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jacy Servulo Santos (278.450.605-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. determinar ao Ministério da Fazenda que:

1.7.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, informando-o que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

1.7.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

1.8. emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

ACÓRDÃO Nº 1702/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo a ato de concessão de aposentadoria de Marcos Luis Caldeira, emitido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e submetido a este Tribunal para registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que as análises empreendidas pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal - AudPessoal e pelo Ministério Público de contas detectaram as seguintes irregularidades:

a) pagamento da rubrica “Vencimento Básico Complementar - VBC”, prevista no art. 15 da Lei 11.091/2005, que deveria ter sido absorvida pelas reestruturações posteriores da carreira, por expressa disposição legal;

b) erro no cálculo do adicional por tempo de serviço - ATS, vez que realizado com base nos valores do provento básico e da vantagem VBC; e

c) concessão de incentivo à qualificação - IQ com base na soma do vencimento básico com o VBC, rubrica esta que já deveria ter sido absorvida.

considerando que o VBC foi instituído para que, na implantação do novo plano de carreira em maio/2005, não houvesse decesso na remuneração dos interessados, de forma a manter inalterado o somatório das parcelas vencimento básico - VB, gratificação temporária - GT e gratificação específica de apoio técnico-administrativo e técnico-marítimo às instituições federais de ensino - GEAT, recebidas em dezembro/2004;

considerando que a implantação gradual do novo plano de carreira previa aumento do vencimento básico, nos termos da tabela do Anexo I-B da Lei 11.091/2005, devendo a rubrica VBC, de acordo com o art. 15 da citada lei, ser reduzida no montante equivalente aos aumentos promovidos;

considerando que o valor do VBC continuou a ser pago, sem a devida implementação da absorção desse valor nos termos legais;

considerando, ainda, que os efeitos das Leis 11.784/2008 e 12.772/2012, referentes à não absorção de eventual resíduo da VBC, foram expressamente limitados aos aumentos remuneratórios promovidos por esses normativos (escalonados entre maio de 2008 e julho de 2010 e no período de 2013 a 2023, conforme art. 56 da Lei 14.673/2023);

considerando que no Acórdão 2.803/2023-TCU-1ª Câmara, relator Ministro Benjamin Zymler, restou asseverado que “a peculiar forma de cálculo da parcela compensatória assegurou mais do que a simples preservação do nível remuneratório anterior dos beneficiários. Na realidade, a Lei permitiu, de imediato, ganho real aos técnicos das IFES, decorrente, quando menos, da aplicação do percentual de anuênios (excluído do cotejo) sobre uma base majorada (ou seja, o novo vencimento básico)”;

considerando que a manutenção do VBC em valor maior do que o devido também causou distorção na base de cálculo do adicional por tempo de serviço - ATS (“anuênios”), prevista no revogado art. 67 da Lei 8.112/1990, como também do incentivo à qualificação;

considerando que a parcela VBC impugnada é considerada irregular por jurisprudência uníssona desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 4.372/2023-1ª Câmara (de minha relatoria); 10.402/2022-1ª Câmara (rel. min. Benjamin Zymler); 8.504/2022-2ª Câmara (rel. ministro-substituto Marcos Bemquerer); e Acórdão 7.229/2022-2ª Câmara (rel. min. Aroldo Cedraz);

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo se materializado o registro tácito (RE 636.553/RS); e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da AudPessoal e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Marcos Luis Caldeira, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos pelo interessado até a data da ciência desta decisão pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações consignadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-026.683/2024-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marcos Luis Caldeira (540.995.957-49).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que:

1.7.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.2. promova a exclusão da rubrica relativa ao vencimento básico complementar (VBC) que já deveria ter sido absorvida pelos sucessivos planos de carreira, com o consequente recálculo do adicional por tempo de serviço e do incentivo à qualificação, nos proventos do interessado;

1.7.3. dê ciência desta deliberação ao interessado, informando-o que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

1.7.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

1.8. emita novo ato de alteração de aposentadoria do interessado, livre das irregularidades apontadas, disponibilizando-o a este Tribunal por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

ACÓRDÃO Nº 1703/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, com fundamento no art. 143, V, "e", do RITCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em deferir o pleito de prorrogação de prazo solicitado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Claudio Moreira Gomes - Coordenador de Relações Institucionais, dilatando por 15 (quinze) dias os prazos para cumprimento dos termos do Acórdão 737/2025 - TCU - 1ª Câmara, a contar do término dos prazos anteriores, em 3/3/2025 e 18/3/2025, comunicando esta decisão ao requerente.

1. Processo TC-026.707/2024-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Elaine Cristina Abdalla de Lima (762.833.307-97).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1704/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo a ato de aposentadoria de Luiza Silva dos Reis Conceicao, emitido pela Universidade Federal de São Paulo e submetido a este Tribunal para registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que as análises empreendidas pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal - AudPessoal e pelo Ministério Público de contas detectaram as seguintes irregularidades:

a) pagamento da rubrica “Vencimento Básico Complementar - VBC”, prevista no art. 15 da Lei 11.091/2005, que deveria ter sido absorvida pelas reestruturações posteriores da carreira, por expressa disposição legal;

b) erro no cálculo do adicional por tempo de serviço - ATS, vez que realizado com base nos valores do provento básico e da vantagem VBC; e

c) concessão de incentivo à qualificação - IQ com base na soma do vencimento básico com o VBC, que já deveria ter sido absorvida.

considerando que o VBC foi instituído para que, na implantação do novo plano de carreira em maio/2005, não houvesse decesso na remuneração dos interessados, de forma a manter inalterado o somatório das parcelas vencimento básico - VB, gratificação temporária - GT e gratificação específica de apoio técnico-administrativo e técnico-marítimo às instituições federais de ensino - GEAT, recebidas em dezembro/2004;

considerando que a implantação gradual do novo plano de carreira previa aumento do vencimento básico, nos termos da tabela do Anexo I-B da Lei 11.091/2005, devendo a rubrica VBC, de acordo com o art. 15 da citada lei, ser reduzida no montante equivalente aos aumentos promovidos;

considerando que o valor do VBC continuou a ser pago, sem a devida implementação da absorção desse valor nos termos legais;

considerando, ainda, que os efeitos das Leis 11.784/2008 e 12.772/2012, referentes à não absorção de eventual resíduo da VBC, foram expressamente limitados aos aumentos remuneratórios promovidos por esses normativos (escalonados entre maio de 2008 e julho de 2010 e no período de 2013 a 2023, conforme art. 56 da Lei 14.673/2023);

considerando que no Acórdão 2.803/2023-TCU-1ª Câmara, relator Ministro Benjamin Zymler, restou asseverado que “a peculiar forma de cálculo da parcela compensatória assegurou mais do que a simples preservação do nível remuneratório anterior dos beneficiários. Na realidade, a Lei permitiu, de imediato, ganho real aos técnicos das IFES, decorrente, quando menos, da aplicação do percentual de anuênios (excluído do cotejo) sobre uma base majorada (ou seja, o novo vencimento básico)”;

considerando que a manutenção do VBC em valor maior do que o devido também causou erro na base de cálculo do adicional por tempo de serviço - ATS (“anuênios”), prevista no revogado art. 67 da Lei 8.112/1990, como também do incentivo à qualificação;

considerando que a parcela VBC impugnada é considerada irregular por jurisprudência uníssona desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 4.372/2023-1ª Câmara (de minha relatoria), 10.402/2022-1ª Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler) e 7.229/2022-2ª Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz);

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo se materializado o registro tácito (RE 636.553/RS); e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da AudPessoal e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Luiza Silva dos Reis Conceicao, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta decisão pela Universidade Federal de São Paulo, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações consignadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-026.718/2024-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiza Silva dos Reis Conceicao (128.254.778-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de São Paulo que:

1.7.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.2. promova a exclusão da rubrica relativa ao vencimento básico complementar (VBC) que já deveria ter sido absorvida pelos sucessivos planos de carreira, com o consequente recálculo do adicional por tempo de serviço e do incentivo à qualificação, nos proventos da interessada;

1.7.3. dê ciência desta deliberação à interessada, informando-a que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

1.7.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

1.8. emita novo ato de alteração de aposentadoria da interessada, livre das irregularidades apontadas, disponibilizando-o a este Tribunal por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

ACÓRDÃO Nº 1705/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Luzia da Conceicao Carneiro de Santana.

1. Processo TC-001.501/2025-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Luzia da Conceicao Carneiro de Santana (037.579.184-10).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional /Iphan.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1706/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil as interessadas a seguir relacionadas.

1. Processo TC-027.132/2024-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Maria Nazare da Conceicao de Mello (355.890.947-04); Nelia Alves Quintino Mendes (921.543.957-91); Solange Tereza dos Santos Barboza (013.422.027-75); Valdinea Ribeiro de Souza Passos (507.821.937-49); Zilsa Pinto Figueira (014.286.147-29).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1707/2025 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de atos de concessão de pensão civil emitidos pelo Comando do Exército e instituídos pelos ex-servidores Dario Rodrigues, Antonio Jorge Dabdab, Jose Lucio Souto, Francisco Chagas Boguea e Marivaldo Nascimento Santos, submetidos a este Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRFB/1988.

Considerando que a análise empreendida pela unidade instrutora não identificou irregularidade nos atos concessórios, mas o Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU) constatou que o ex-servidor Dario Rodrigues, aposentado por invalidez permanente com proventos integrais, em 24/5/1988, instituiu pensão em benefício de Zita Santos de Sousa, na condição de viúva, a partir de 07/10/2013, com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 7º, inciso I, da CF/1988, com a redação que lhe foi conferida pela EC 41/2003, c/c MP 167/2004 (convertida na Lei 10.887/2004), e atualizados com base nos índices do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, enquanto deveriam ser com base na paridade de reajustes com a remuneração dos servidores em atividade;

considerando que a Emenda Constitucional (EC) 70, de 29/3/2012, acrescentou à EC 41/2003 o art. 6º-A e seu parágrafo único, in verbis:

Art. 6º-A. O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda Constitucional e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no caput o disposto no art. 7º desta Emenda Constitucional, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores.(sublinhamos)

considerando que o art. 2º da EC 70/2012 expressamente determinou a revisão da forma de reajuste das aposentadorias motivadas por invalidez e das respectivas pensões, para que tais benefícios passassem a observar o critério da paridade, com efeitos financeiros a partir da data de promulgação da referida EC;

considerando que o Tribunal, ao apreciar a representação acerca do 'estudo sobre a existência ou não de paridade com a remuneração do servidor ativo das pensões decorrentes de aposentadorias concedidas anteriormente à Emenda Constitucional - EC 41/2003, bem assim daquelas decorrentes das aposentadorias concedidas com base no art. 3º da mencionada emenda constitucional', prolatou o Acórdão 2.553/2013-TCU-Plenário que decidiu, entre outras medidas, formular as seguintes orientações às unidades jurisdicionadas:

9.2. orientar os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a observar as seguintes diretrizes na concessão de pensão:

(...)

9.2.3. constituem exceção à regra e continuam gozando do benefício de paridade (regra de exceção a partir da edição da Emenda Constitucional 41/2003) as pensões civis originadas por óbitos ocorridos a partir de 1º/1/2004 e que sejam decorrentes de:

(...)

9.2.3.2. aposentadorias por invalidez, para servidores que tenham ingressado no serviço público até 31/12/2003, com base no parágrafo único do art. 6.º-A da Emenda Constitucional 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional 70/2012, observados os efeitos financeiros estipulados no art. 2º da EC 70/2012; (sublinhei)

considerando que a pensão instituída em favor de Zita Santos de Sousa não incluiu, em seus fundamentos, a EC 70/2012, vigente na data da concessão do benefício;

considerando que os proventos da pensionista Zita Santos de Sousa gozam do benefício da paridade de reajustes, pois, embora o óbito do instituidor tenha ocorrido após 31/12/2003, a pensão foi concedida quando já se encontravam em vigência o art. 6º-A e seu parágrafo único, acrescidos à EC 41/2003 pela EC 70/2012, sendo nessa linha o Acórdão 11.276/2018 - TCU - 2ª Câmara (Rel. min. José Mucio Monteiro);

considerando que os atos destes autos deram entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo se materializado o registro tácito (STF-RE 636.553/RS);

considerando a presunção de boa-fé da Sra. Zita Santos de Sousa;

considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível “a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas”; e

considerando, finalmente, os pareceres uniformes da unidade instrutora e do MPTCU pela legalidade e registro dos atos, salvo no tocante à pensão civil instituída pelo ex-servidor Dario Rodrigues em favor de Zita Santos de Sousa, cujo parecer do Parquet foi pela ilegalidade e negativa de registro do ato.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar legais e registrar os atos de concessão de pensão civil instituídos por Antonio Jorge Dabdab em benefício de Sebastiana Bistene Dabdab, Jose Lucio Souto em benefício de Vilma Marques Silva, Francisco Chagas Bogea em benefício de Luzia Freitas Lima Bogea, Marivaldo Nascimento Santos em benefício de Adrea Vanessa Garcia Santos, Jaqueline Garcia Santiago, Matheus Wallace Garcia Vargas Santos,

b) considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituído pelo ex-servidor Dario Rodrigues em benefício de Zita Santos de Sousa, recusando-lhe o respectivo registro;

c) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo órgão de origem do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

d) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-027.182/2024-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adrea Vanessa Garcia Santos (000.015.172-60); Jaqueline Garcia Santiago (200.502.322-15); Luzia Freitas Lima Bogea (192.006.682-91); Matheus Wallace Garcia Vargas Santos (999.939.452-34); Sebastiana Bistene Dabdab (791.134.277-68); Vilma Marques Silva (434.481.947-00); Zita Santos de Sousa (480.194.021-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao órgão de origem que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. promova a revisão da pensão civil instituída pelo ex-servidor Dario Rodrigues em benefício de Zita Santos de Sousa, em observância aos art. 6º-A e seu parágrafo único, acrescidos à EC 41/2003 pela EC 70/2012, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. informe esta deliberação à Sra. Zita Santos de Sousa e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido,

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação;

1.7.3. emita novo ato de pensão civil da Sra. Zita Santos de Sousa, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 1708/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo a ato de pensão militar instituída em benefício de Eleuteria Sanches Correa Vasco, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que a unidade instrutora e o Ministério Público de Contas constataram a majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior, em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que a vantagem questionada somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada, conforme previsto no art. 110, § 1º, c/c o art. 108, inciso V, da Lei 6.880/1980;

considerando que a majoração está em desacordo com o paradigmático Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler, avalizado por diversas deliberações (Acórdão de relação 11.022/2023-1ª Câmara, de minha relatoria; 11.251/2023-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Vital do Rêgo; e 1.610/2024-2ª Câmara, relator Ministro Augusto Nardes);

considerando que esse entendimento é respaldado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo dos Recursos Especiais 1.784.347/RS e 1.340.075/CE, como sintetiza este último precedente, a seguir reproduzido:

ADMINISTRATIVO. MILITAR. REFORMA. ALTERAÇÃO DE BENEFÍCIO. INCAPACIDADE SUPERVENIENTE. ART. 110, § 1º, C/C ART. 108, V, DA LEI 6.880/80. MILITARES DA ATIVA OU RESERVA REMUNERADA. RESTRIÇÃO. MILITAR JÁ REFORMADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A reforma do militar com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuir ou que possuía na ativa, nos termos do art. 110, § 1º, c/c o art. 108, V, da Lei 6.880/80, restringe-se aos militares da ativa ou reserva remunerada, na exata disposição do caput do art. 110, não sendo possível a concessão de tal benesse àqueles militares já reformados.

2. Recurso especial não provido” (REsp 1.340.075/CE, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 9/4/2013, DJe de 15/4/2013; ênfase acrescentada)

considerando que o ato de reforma do militar instituidor da pensão, ainda que considerado legal por este Tribunal, não impede que os atos de pensão, por serem atos complexos independentes, possam ter eventual irregularidade analisada, conforme entendimento deste Tribunal (Acórdão 664/2023-TCU-Plenário, da relatoria do ministro Vital do Rêgo);

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo ocorrido o registro tácito (RE 636.553/RS);

considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da AudPessoal e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato de pensão militar instituída em benefício de Eleuteria Sanches Correa Vasco, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência do presente acórdão pelo Comando da Marinha, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações especificadas no subitem 1.7, abaixo.

1. Processo TC-027.222/2024-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Eleuteria Sanches Correa Vasco (492.885.127-72).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da notificação desta decisão:

1.7.1.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de pensão com base no posto incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, com o alerta de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a eximirá da devolução de valores indevidamente percebidos, caso os recursos não sejam providos;

1.7.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da notificação desta decisão:

1.7.2.1. encaminhe a esta Corte comprovante da data da ciência desta decisão pela interessada;

1.7.2.2. emita novo ato de pensão livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

ACÓRDÃO Nº 1709/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma a Alberto Gomig, ressaltando que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-028.005/2024-4 (REFORMA)

1.1. Interessado: Alberto Gomig (040.546.818-08).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1710/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma a Carlos Henrique de Carvalho e Silva, ressaltando que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-028.071/2024-7 (REFORMA)

1.1. Interessado: Carlos Henrique de Carvalho e Silva (596.880.177-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1711/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma a Paulo Henrique Madeira, ressaltando que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-028.090/2024-1 (REFORMA)

1.1. Interessado: Paulo Henrique Madeira (673.454.177-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1712/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma a Sergio Baptista dos Santos, ressaltando que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-028.156/2024-2 (REFORMA)

1.1. Interessado: Sergio Baptista dos Santos (752.566.817-53).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1713/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma a Washington Luiz Xavier dos Santos, ressaltando que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-028.343/2024-7 (REFORMA)

1.1. Interessado: Washington Luiz Xavier dos Santos (788.973.438-72).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1714/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-028.431/2024-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Anderson Ricarte Figueiredo (051.556.607-18); Jose Maria Ferreira Junior (793.639.206-82); Luiz Paulo Bianchi Saburi (133.331.308-07); Nilton Oliveira Santos (454.786.865-49); Wanderley Alves dos Santos (625.231.397-15).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas /Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1715/2025 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em desfavor de Ciro Mesquita da Silva Braga, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União ao Município de Itapajé - CE por força do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), no exercício de 2014.

Considerando que, no âmbito do Pnate 2014, os recursos repassados pelo FNDE ao Município de Itapajé - CE totalizaram R\$ 299.309,44;

Considerando que a prestação de contas foi apresentada intempestivamente ao FNDE, que a analisou e concluiu pela suficiência da documentação apresentada, comprovando a execução de R\$ 286.090,00;

considerando que a AudTCE apurou como saldo remanescente do débito o valor de R\$ 16.378,40, referente à diferença entre o valor repassado e o comprovado, somada ainda da diferença entre saldo bancário no início de 2013 e no final de 2024;

considerando que o saldo do débito não justifica o prosseguimento desta Tomada de Contas Especial em respeito aos princípios da racionalização administrativa e da economia processual, ante a baixa materialidade do valor remanescente;

considerando que a Portaria Normativa AGU 90, art. 4º, inciso I, de 8/5/2023, não autoriza o ajuizamento de ações judiciais para cobrança dos créditos da União relativos a um mesmo devedor, cobrados pela Procuradoria-Geral da União, quando se tratar de valor inferior a R\$ 20.000,00;

considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, pelo arquivamento da TCE por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443/92, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno, em:

a) arquivar esta tomada de contas especial ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

b) informar o conteúdo desta deliberação, da instrução à peça 66 e do parecer à peça 69 ao FNDE e ao responsável.

1. Processo TC-008.695/2021-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ciro Mesquita da Silva Braga (912.892.893-87) e Japi Transportes Assessoria Consultoria Obras e Limpeza Pública Ltda (10.533.389/0001-94).

1.2. Unidade: Município de Itapajé/CE.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Regio Rodney Menezes (OAB/CE 23996), representando Regina Maria Fernandes de Castro; Antonio Braga Neto (OAB/CE 17713) e Ricardo Gomes de Souza Pitombeira (OAB/CE 31566), representando Ciro Mesquita da Silva Braga.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1716/2025 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 90003/2024, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para instalação e adequação dos sistemas de proteção e combate a incêndio e acessibilidade no referido órgão;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea 'a', 235 e 237, inciso III, do RITCU, e 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da representação e, no mérito, considerá-la improcedente, restando prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar;

b) informar o teor desta decisão ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e à representante; e

c) arquivar o processo.

1. Processo TC-000.770/2025-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate À Fome.

1.2. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Kemuel Ribeiro da Silva (77703/OAB-DF), representando Climatica Engenharia Eireli.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1717/2025 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação com pedido de concessão de cautelar a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 90003/2025, sob a responsabilidade de Câmara dos Deputados, com valor estimado de R\$ 45.407.196,15 (peça 8, p. 31), cujo objeto está na área de operação de equipamentos de áudio, vídeo e geração de imagens para transmissão ao vivo por rádio, televisão e internet, pelo período de trinta meses.

Considerando o pressuposto do perigo da demora por tratar-se de contratação não decorrente de registro de preços, cujo contrato está na iminência de ser assinado;

Considerando não haver como concluir acerca da presença do pressuposto do perigo da demora reverso e não haver plausibilidade jurídica, nos termos examinados pela unidade técnica;

Considerando que o representante alega, em suma, o descumprimento do contido Acórdão 6671/2023-TCU-Primeira Câmara, relatoria do Ministro Jorge Oliveira, proferido no TC 011.483/2022-9 e que a aceitação da proposta da Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (Fundac), no dia 3/2/2025 (p. 3);

Considerando que a representante sustenta que a participação da Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (Fundac) no certame violaria o princípio da isonomia, em razão da imunidade tributária da entidade;

Considerando que conforme precedentes deste Tribunal, a vedação genérica à participação de entidades sem fins lucrativos não encontra amparo legal, sendo admitida sua participação quando houver nexo entre os serviços prestados e os objetivos institucionais da entidade;

Considerando que a análise técnica realizada nos autos constatou a compatibilidade entre o objeto licitado e as finalidades estatutárias da Fundac, afastando qualquer irregularidade na sua participação no certame;

Considerando o exame técnico realizado e os precedentes jurisprudenciais desta Corte de Contas, verifica-se que a participação da Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (Fundac) no certame não afronta os princípios da isonomia e da vantajosidade, uma vez que há compatibilidade entre o objeto licitado e as finalidades da entidade;

Considerando que a decisão judicial proferida no Mandado de Segurança 1004574-92.2025.4.01.3400 permitiu a participação da Fundac no certame;

Considerando que não há evidências de dano ao erário ou de qualquer vantagem indevida obtida pela Fundac no certame;

Considerando que a evolução dos fatos no âmbito do pregão eletrônico tornou a questão debatida destituída de relevância prática;

Considerando que não há evidências de que tenha ocorrido violação ao disposto no Acórdão 6671/2023-TCU-Primeira Câmara, e as alegações apresentadas na representação não são suficientes para justificar a adoção de providências por parte deste Tribunal.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, “a”, todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em:

(i) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

(ii) no mérito, considerar a presente representação improcedente;

(iii) considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante;

(iv) informar à Câmara dos Deputados e ao representante do acórdão; e

(v) arquivar os autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-002.916/2025-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.2. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Alessandra Vieira de Almeida (11688/OAB-SC), representando Plansul Planejamento e Consultoria Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1718/2025 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), acerca de supostas irregularidades praticadas pelo Município de Gongogi/BA, consistentes na ausência de recolhimento de receitas de natureza previdenciária por parte do ente federativo.

Considerando que o objeto da representação é a suposta falta de recolhimento de contribuições sociais para a Previdência Social, questão que, segundo o art. 2º da Lei 11.457/2007, o art. 33 da Lei 8.212/1991 e o art. 27, inciso I, do Decreto 11.907/2024, se insere na competência exclusiva da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), responsável pela fiscalização e cobrança de contribuições previdenciárias;

considerando a jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte de Contas, exemplificada pelos Acórdãos 467/2007-TCU-Plenário, 1089/2007-TCU-Plenário, 1.456/2010-TCU-Plenário e 798/2008-TCU-1ª Câmara, segundo a qual não cabe a esta Corte interferir na cobrança administrativa de tributos ou avaliar a legalidade de autuações fiscais, matéria afeta aos órgãos arrecadadores competentes;

considerando o disposto no art. 103, § 2º, inciso IX, da Resolução-TCU 259/2014, que prevê que não serão autuados como denúncias ou representações os documentos que comuniquem a ausência de recolhimento de receitas de natureza tributária ou previdenciária por parte de ente federativo;

considerando, portanto, que a documentação em exame não atende aos requisitos de admissibilidade constantes do art. 235 do Regimento Interno do TCU (RI/TCU) e do art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, haja vista que a matéria tutelada não se insere na esfera de competência desta Corte de Contas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Relatório e Voto, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235 e 237 (parágrafo único) do RI/TCU e nos arts. 103, § 1º, e 105 da Resolução-TCU 259/2014, em:

a) não conhecer da documentação apresentada nestes autos como representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235, c/c o parágrafo único do art. 237, do RI/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

b) informar ao representante acerca desta deliberação, fazendo-se a devida referência ao número IDEA 003.9.601543/2024; e

c) arquivar este processo.

1. Processo TC-003.410/2025-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Gongogi - BA.

1.2. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc).

1.5. Representação legal: Lais Cerqueira Pitanga (38660/OAB-BA), representando Ministério Público do Estado da Bahia.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1719/2025 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação formulada pela empresa Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 90.042/2024, sob a responsabilidade do Departamento de Logística do Ministério da Saúde (DLOG/MS), com valor estimado de R\$ 20.480.000,00, cujo objeto é a aquisição de reagente para Diagnóstico Clínico 6, conjunto completo, qualitativo de HIV I e II, imunocromatografia, autoteste.

Considerando que a Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. opôs embargos de declaração contra o Acórdão 9.804/2024-TCU-Primeira Câmara, que conheceu da representação para, no mérito, considerá-la improcedente;

considerando que, nos termos do art. 144 do Regimento Interno do TCU, são partes no processo o responsável e o interessado, sendo este aquele que tenha reconhecida, pelo relator ou pelo Tribunal, razão legítima para intervir no processo;

considerando que a embargante possui qualificação apenas de licitante, conforme informado pela unidade técnica (peça 22, p. 2), não tendo formulado o pedido de ingresso aos autos como parte na fase instrutória (peça 22, p. 6), tampouco nesta fase recursal (peça 30);

considerando que o simples fato de ser licitante não confere, automaticamente, a condição de parte interessada, sendo necessário o pedido de ingresso nos autos e o reconhecimento da legitimidade pelo relator, nos termos dos arts. 144, §2º, 146 e 282 do Regimento Interno do TCU;

considerando que a mera participação no certame não gera direito subjetivo a ser defendido perante esta Corte, não conferindo à licitante, ainda que autora da representação, a condição de parte interessada no processo;

considerando que, na fase de admissibilidade dos recursos no TCU, devem ser observados os requisitos formais, incluindo o cabimento da espécie recursal, o interesse para recorrer, a legitimidade e a tempestividade (Acórdão 1.862/2015-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro);

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea “b”, em:

(i) não conhecer dos embargos de declaração por ausência de legitimidade recursal, não preenchendo os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 144, §2º, 146, §1º, e 282 do Regimento Interno do TCU;

(ii) arquivar o processo;

(iii) comunicar o conteúdo desta decisão à Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

1. Processo TC-024.063/2024-0 (REPRESENTAÇÃO)

- 1.1. Recorrente: Abbott Diagnosticos Rapidos S.a. (50.248.780/0013-03).
- 1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Logística Em Saúde.
- 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
- 1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
- 1.5. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus
- 1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
- 1.7. Representação legal: André Marques Gilberto (183023/OAB-SP), Thais Juliana Ribeiro da Silva (391181/OAB-SP) e Renato Guazzelli Mancini Ramos Vianna (389751/OAB-SP), representando Abbott Diagnosticos Rapidos S.A.
- 1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1720/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c a súmula TCU 145, determinar o apostilamento do Acórdão 9.162/2022 - 1ª Câmara, para correção do erro material em sua parte dispositiva, abaixo indicado, mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão.

Onde se lê: “9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente pedido de reexame, mantendo-se inalterado o acórdão recorrido.”

Leia-se: 9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, não conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Carlos Magno Santana, Marcelo Machado dos Santos e Mara Martins Vergilio Galvão, por restarem intempestivos e não conterem fatos novos; e conhecer e negar provimento aos pedidos de reexame de Nilma Aparecida Ruiz e Sônia Marcia Fávero Selvatici, mantendo-se inalterado o acórdão recorrido.

1. Processo TC-030.041/2014-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: 021.925/2023-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 021.924/2023-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 014.909/2015-4 (REPRESENTAÇÃO); 021.927/2023-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 021.923/2023-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 021.918/2023-6 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Carlos Magno Santana (162.216.302-82); Francesco Vialetto (302.949.757-72); Jose Carlos Rodrigues dos Reis (414.063.701-34); Mara Martins Vergilio Galvao (248.560.612-91); Marcelo Machado dos Santos (457.106.602-30); Nilma Aparecida Ruiz (162.224.152-53); Silvino Gomes da Silva Neto (386.049.224-15); Sonia Marcia Favero Selvatici (005.207.877-90); Thiago Albuquerque de Carvalho Camara (044.366.324-66).

1.3. Recorrentes: Nilma Aparecida Ruiz (162.224.152-53); Marcelo Machado dos Santos (457.106.602-30); Mara Martins Vergilio Galvao (248.560.612-91); Sonia Marcia Favero Selvatici (005.207.877-90); Carlos Magno Santana (162.216.302-82).

1.4. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (04.801.221/0001-10).

1.5. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cacoal - RO.

1.6. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.7. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.8. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.9. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana).

1.10. Representação legal: não há.

1.11. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1721/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.120/2025-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Mario Jose Azevedo da Silva (742.399.537-15).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1722/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.132/2025-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Aguinaldo Silveira e Silva (344.792.879-49).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1723/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.149/2025-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Claudio Rocha Lima (061.461.803-78); Mario Bispo (101.443.405-00); Paulo Cesar Ferreira Joaquim (332.855.437-87); Paulo Mauricio Valente Astolpho (800.269.318-34); Reinaldo Cezar Miguel dos Santos (046.989.322-20).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1724/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.154/2025-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carolina Adelina Serrato (200.484.329-20); Carolina Bedinoto Legramanti (290.477.810-15); Marcia Dib Guimaraes (624.226.857-49); Maria Conceicao de Oliveira Rangel (312.803.237-87); Ozeas Simplicio da Silva (058.568.502-97).

- 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1725/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.169/2025-4 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: David Jose Salles Moraes (740.687.767-68).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1726/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.180/2025-8 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: Ademar Falconi (074.299.756-15).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1727/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.189/2025-5 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: Simone Motta de Carvalho (563.308.711-91).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1728/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.197/2025-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Antonio Silva de Oliveira (379.671.427-72); Josina Nunes (364.480.287-49).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1729/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.214/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Darlan Braz de Albuquerque (407.473.607-15); Vanio Cardoso Lisboa (246.190.869-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1730/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.223/2025-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Eliana Conceicao Pereira (187.086.766-15).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1731/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.242/2025-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Durvalino Jorge Vieira (471.841.087-87); Osvaldo Pires Vieira (471.910.827-04); Wallace Gomes da Fonseca (377.090.977-15).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1732/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.247/2025-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Arlene Dias Rodrigues (255.475.429-20); Joao Soares de Souza (029.907.179-00); Joaquim Elizeu de Miranda (455.159.729-53).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1733/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.270/2025-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ademir Soares (183.613.660-91); Antonia Fatima Mendes de Alcantara (170.821.023-72); Jose Farias Lobo (230.157.563-20); Marco Aurelio Rodrigues Wolfovitch (073.843.355-15); Regina Celia da Silva Alves (310.069.573-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1734/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.296/2025-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Domingos Vieira dos Santos (765.255.037-87); Marilene Michalsky Pinto (698.179.957-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1735/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.310/2025-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Agustinho Edson Monteiro (206.218.099-34); Cesar de Freitas Saraiva (212.571.833-20); Sergio Reis de Paula (537.573.197-53).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1736/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.323/2025-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Manoel de Souza Lopes (307.814.776-20); Mozart Moreira de Assis (276.220.376-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1737/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.335/2025-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Geraldina Santos (410.607.097-91); Maria Odete Lemos Rodrigues (170.965.535-68).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/se.

- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1738/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.338/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Donizeth Jorge Cordeiro (436.552.116-00); Francisco de Assis Araujo Neto (169.572.293-00); Ivanilde Maria Borges de Oliveira (316.790.211-68); Maria Veraci de Sousa Caldas Queiroz (342.579.341-15); Tereza Maria Carvalho Leite (237.146.703-00).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1739/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.357/2025-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Enedina da Costa (090.702.222-72); Maria das Graças Pereira (276.925.312-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1740/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.364/2025-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Maria Ramalho de Vasconcelos (048.750.014-87); Geni Oliveira de Moraes (109.723.404-59); Jacinta Marta Farias Mendonca (110.705.104-59); Maria Margarete Castro de Melo (450.612.624-68); Maria do Carmo de Souza (161.103.234-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1741/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea “e”, do Regimento Interno do TCU, em deferir o pedido formulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, prorrogando, por 15 dias, para o cumprimento do subitem 9.3.1 e por 30 dias, para o cumprimento dos subitens 9.3.3 e 9.3.4 do Acórdão nº 2237/2024 - TCU - 1ª Câmara, e dar ciência aos requerentes.

1. Processo TC-009.106/2023-5 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: Francisco Dias Teixeira (319.985.181-91).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1742/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.275/2024-0 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Alcides Sales de Souza (057.848.914-72); Beatriz Vaccari Tezini (244.724.688-91); Juliao Afonso Ventura (140.704.996-87); Miriam Moreira Luiz de Souza (221.399.746-20).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1743/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.813/2024-6 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: Julio Cesar Pimenta (343.376.521-91).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1744/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.832/2024-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Angela Tarnapolsky (799.513.927-68); Helio Cesar Telles Primo (339.565.297-15); Maria Cristina Senna Duarte (352.701.957-04); Maria da Graca Ferreira da Silva (362.987.277-87); Neusa Suely Mosca de Bustamante Costa (313.546.967-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1745/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.845/2024-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joao Beserra da Silva (067.137.694-20).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1746/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.855/2024-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Zulmira Maria de Figueiredo Bonela (936.013.956-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1747/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.886/2024-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Georgina de Almeida (535.059.217-34); Hamilton da Silva Oliveira (360.397.137-04); Iolanda Bezerra de Abreu (651.313.807-82); Maria Augusta Brasil da Silva (204.679.747-72); Maria Ramos Williams (072.903.227-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1748/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.892/2024-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Amaro Jose de Abreu (569.768.367-72); Aurora Cabral Moreira (556.461.907-20); Evair Roque da Silva (308.388.867-87); Ivan da Silva (395.866.507-15); Ivana do Socorro Glins de Souza (782.089.557-87).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1749/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.916/2024-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gilson Prejuízo (127.149.175-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1750/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.934/2024-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Maria da Silva (330.566.686-20); Maria Clara Rabelo de Souza (132.283.401-63).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1751/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.943/2024-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aina Winee de Oliveira (280.961.501-20); Dario Antonio de Souza (140.892.111-15); Eliane Aparecida Mottin (244.941.279-49); Enivaldo Teodoro Napoleao (239.799.501-82); Geraldo Magela de Souza Rocha (084.525.631-91).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1752/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.992/2024-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Martins do Nascimento Filho (430.224.727-49); Ronaldo Rozenbaum (405.860.497-20); Ronaldo Rozenbaum (405.860.497-20); Sueli da Silva Tavares (246.312.647-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1753/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.013/2024-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elizabete de Cassia de Sa Rosa (722.603.197-34); Gilda Cabral dos Santos (801.738.967-15); Lailson Felipe Ferreira (561.636.227-15); Nanci Castro Bastos da Silva (004.784.227-09); Neiva Maria de Oliveira Nogueira (830.046.967-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1754/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.029/2024-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jones Bueno da Conceicao (834.296.898-72); Maria Jose Vilella (553.416.408-53); Marilaura Soares (795.764.868-15); Mary Claudete Massagardi (540.212.358-68); Silvia Aparecida da Silva (673.851.258-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1755/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.717/2024-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jairo Antonio Alves (172.625.340-68); Johnny da Rocha Montanha (519.800.537-15).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1756/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.735/2024-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Reginaldo Jose da Silva (103.383.144-15).

- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1757/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.076/2024-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abraao Felipe Goncalves de Moura (087.076.584-19); Abraao Ferreira Lopes Dornellas (096.895.016-74); Adilson Felix Machado (712.341.520-53); Adilson de Lima Andrade (040.259.494-07); Adivaldo da Costa Barreiros (076.792.026-05); Adonis Dias Tarallo (329.843.258-00); Adriana Cavalcante da Silva (873.125.492-68); Adriano Ferreira Feitosa (521.308.272-68); Agnes Maria Vaz de Lima (096.816.584-26); Alan Regis Sornberger (813.684.610-34); Aleksandra do Socorro Marques Barreto (031.603.612-92); Alessandro Dornelis da Silva (142.782.207-74); Alessandra Schwinn (015.846.550-46); Alessandro Coelho Porto (857.336.521-87); Alessandro Soledade Batista Lopes Gomes (033.667.010-99); Alex Ricardo Oliveira de Albuquerque (057.148.454-98); Alexander Afonso Nogueira Cavalcante (775.390.602-04); Alexandre Fernal (006.256.389-05); Alexandre de Araujo Santos (860.750.631-53); Alessander Rodrigues de Souza (414.953.188-93); Alessandro Leao da Silva (013.731.434-52); Alice Cristina Lopes Magalhaes (048.897.591-31); Aline Cristina Mendes Kaiser (086.351.529-05); Aline Espendor (650.229.471-53); Aline Irffi Bittencourt Guimaraes (063.028.336-20); Aline Silva Maciel (014.833.920-40); Aline de Medeiros Fernandes (090.331.634-03); Alisson Bueno dos Anjos (142.670.747-98); Alisson Moura Evangelista (048.901.791-60); Allen Matheus da Silva Nascimento (066.782.055-88); Allyne Pawlowska Oliveira Barbosa (024.616.201-56); Alvaro Sergio Di Lauro Pedreira (266.514.757-20); Alyne Andriola Medeiros (056.824.514-81); Amanda Cristina Botelho (084.953.859-96); Amanda Silva Saldanha (057.715.137-17); Amanda de Cassia Azevedo da Silva (035.196.079-13); Ana Amelia Dias dos Santos (026.099.295-01); Ana Beatriz Oliveira Manchester (122.430.527-25); Ana Carolina Guilherme Coelho (056.575.644-30); Ana Carolina Oliveira Peres (018.102.591-42); Ana Carolina Silva dos Anjos (752.822.402-20); Ana Carolina de Sousa e Silva (033.792.071-01); Ana Catarina Correa Batista Rodrigues (454.080.448-07); Ana Cecilia Romano de Mello (082.845.036-62); Ana Cristina Ribeiro Janela (350.963.168-40); Ana Elisa Buzetti Neves (044.355.579-67); Ana Emilia Machado de Arruda (839.783.994-15); Ana Karenina Ribeiro de Almeida (071.585.574-30); Ana Luisa Aguiar Pace (022.444.951-67); Ana Luiza Coutinho Favilla (134.386.687-18); Ana Marcia do Vale Queiroz (014.509.223-25); Ana Paula Borges Galvao (032.026.611-75); Ana Paula Pessanha de Freitas Bezerra (124.293.887-74); Ana Paula Sesti Becker (044.500.089-95); Ana Ruth Barbosa de Sousa (058.971.764-26); Ana Sofia Alencar Lambert (036.833.341-85); Analu Rocha Pereira (052.171.269-65); Anderson de Farias Pereira (129.724.137-17); Andre Carlos de Souza (066.192.839-00); Andre Furtado Alves (033.232.665-95); Andre Garcia Fernandes Dantas (097.288.184-08); Andre Henrique Laranjeira dos Santos (049.917.745-27); Andre Luis Vilela da Silva (001.823.925-03); Andre Luiz Rodrigues Pinheiro (098.852.217-94); Andre Luiz de Paulo e Silva (094.630.756-31); Andre Mariano Cunha (015.149.765-60); Andre Phillipp de Almeida Muniz (052.309.974-60); Andre Souza da Silva (097.145.957-62); Andrea Mello da Silva (525.209.430-68); Andreia Araujo Porchat de Leao (072.628.369-00); Andreia Melo Rodrigues (058.930.695-28); Andressa Amaral de Azevedo (045.975.476-90); Andressa Messias da Silva (028.661.981-40); Andressa Messias da Silva (028.661.981-40); Andryani Piacini (033.467.851-06); Angela Amaral Fontes (044.828.296-84); Angela Camargo Vargas (037.017.219-12); Angela Maria Gomes (600.313.952-87); Anna Flavia Alves

Vieira (120.254.946-29); Anna Luiza Vanzin Goncalves (039.841.981-75); Anna Paula Gluck de Podesta (003.915.071-25); Anna Torrezani (274.260.968-74); Anne Caroline Rodrigues Serra (056.803.474-07); Anne Cristianne Abrahao Calil (042.789.297-06); Anne Cristianne Abrahao Calil Rodrigues (042.789.297-06); Anne Karolina Teixeira Pimenta (099.701.586-19); Antonio Carlito Souza (467.544.315-04); Antonio Freire Lima Filho (580.899.503-53); Antonio Lima Farias Neto (057.097.085-77); Aparecida Maria Ferreira (023.681.731-02); Ariane Coelho de Oliveira (140.208.917-10); Arthur Goncalves Leite (083.982.605-21); Arttur Gesualdo Carneiro de Santana (065.131.456-94); Artur do Prado Araujo (376.117.598-17); Ary Madruga Neto (091.585.279-90); Augusto Cesar Machado Tameirao (087.028.426-61); Auri Ramos Vilela (312.619.968-28); Azafe Bandeira de Oliveira (056.949.103-70); Barbara Eduarda Carmo Rocha Oliveira (116.047.476-17); Barbara Ribeiro Martins (067.239.076-04); Barbara Santos Ferreira (089.227.476-09); Barbara Victoria Magrim Queiroga (096.746.949-00); Beatriz Cardoso dos Santos Martins (058.472.297-47); Beatriz Cardoso dos Santos Martins (058.472.297-47); Beatriz Cristina Konopatzki Hirota (034.423.729-09); Beatriz Santelli Braga (145.803.897-19); Beatriz da Costa e Silva Viana (993.370.613-68); Belanny Barbosa Lopes (005.871.492-80); Bernardo Almeida Tigre (057.457.294-57); Bernardo Arthur Maciel Alves (128.230.916-10); Bianca Davi Pereira de Almeida (083.423.124-70); Brena Carolina de Oliveira Silva (101.865.554-90); Brenda Golzio Duarte Fonseca (109.164.964-22); Breno Gomes Leao (066.443.626-99); Bruna Athayde Barros (031.720.331-20); Bruna Chyoshi (416.651.038-09); Bruna Goncalves da Silva (368.202.598-75); Bruna Liana Mattiuzzi Frainer Xavier (057.863.189-07); Bruna Medeiros Sotta (131.890.177-43); Bruna Mutinelli da Silva (030.441.120-52); Bruna Oliveira Santana (099.462.476-07); Bruna Ota Mussolini (065.384.629-01); Bruna Saback de Almeida Rosa (057.817.855-90); Bruno Arneiro Soares (036.723.731-84); Bruno Augusto da Cruz (033.698.585-17); Bruno Barros Pereira (670.738.245-49); Bruno Bassani Barreto (128.283.247-61); Bruno Bueno Spanghero (316.991.178-37); Bruno Calvao de Carvalho (173.189.687-50); Bruno Cesar Lazaro Pardal Martins (218.036.388-50); Bruno Cesar Nascimento (095.006.027-50); Bruno Correa Mancini (396.005.638-96); Bruno Gontyjo do Couto (025.214.221-77); Bruno Henrique Diniz Rolo (390.897.878-52); Bruno Luiz Massolio Rosa (129.445.827-20); Bruno Machado Moreira (013.022.242-98); Bruno Seiji Tagami Lodeti (455.538.598-59); Bruno Toyota Souza Costa (367.758.858-81); Bruno de Freitas Matos (024.415.321-38); Caio Carlos Vasconcelos de Aguiar (098.227.564-10); Caio Carvalheiros Sarmiento (531.331.702-44); Caio Cesar Freitas Tosta (030.670.791-83); Caio Costa Campos (123.954.306-92); Caio Menezes Facó (050.198.463-17); Camila Carolina Diniz Caetano (086.248.566-55); Camila Carvalho Souza (057.791.325-50); Camila Ferreira Jorge Ayres (030.926.953-99); Camila Matos Fontenele (029.382.203-40); Camila Santos Fabre (096.755.986-38); Camila Santos Fabre (096.755.986-38); Camila Sayuri Yoshida (077.166.579-25); Camila da Costa Marques (026.259.902-36); Camila de Abreu Port (032.799.080-51); Camila de Moraes Tavares (042.189.195-50); Camilla Cristhiane de Almeida Lage Balestrassi (059.762.926-90); Carla Brigida de Almeida Momente (042.311.319-45); Carlos Augusto Cardoso Lima (128.392.097-21); Carlos Eduardo de Souza (044.193.101-46); Carlos Felipe de Oliveira Raymundo (093.982.949-58); Carlos Henrique Calasans da Fonseca (787.400.701-82); Carlos Humberto Rios Mendes Junior (068.549.114-51); Carlos Jordao de Assis Silva (103.942.514-31); Carlos Vitor Matos Diniz (036.859.511-06); Carlos de Oliveira Bispo (101.055.264-36); Carolina Assuncao Lucas da Silva (033.596.601-29); Carolina Barros de Carvalho Aguiar (017.190.985-22); Carolina Carneiro de Castro Prates de Sa (104.385.517-37); Carolina Couto de Souza Soares (030.065.790-03); Carolina Dias Machado (044.122.699-06); Carolina Monteiro de Albuquerque Maranhão (751.624.152-00); Carolina Parisotto Sartori (813.008.670-00); Carolina Serra Garcia (155.318.467-03); Caroline Fanizzi (409.934.418-58); Cassio Fae (129.320.267-39); Cassio Faria Martins (033.906.660-10); Cassio Faria Martins (033.906.660-10); Charles Zanini Pizoni (086.906.279-44); Christina Vilaca Brina (103.293.626-66); Cicero Alves de Lira (867.032.007-00); Cirlia Natasha Lucena da Rocha (086.456.594-17); Clarissa Alvarenga Gontijo de Souza (012.092.226-63); Clarissa Melo Lima (956.894.273-49); Claudio Ferreira da Silva (039.958.926-04); Cledson Cardoso da Silva (007.641.095-10); Cleiane Clementino Bondade (084.129.194-24); Clivania Gleysa Moura da Silva (011.984.864-30); Constancia da Silva Rocha Caetano (094.194.216-35); Creusa Gomes Bandeira de Melo (067.622.483-06); Cristiane Moraes de Almeida (614.695.482-91); Cristiano Barros de Matos (610.923.121-53); Cristyan Chayenne Valino Pinheiro

(947.303.342-72); Daiane Ogliari (066.214.009-50); Daniel Araujo Ferreira da Silva (374.423.878-45); Daniel Junqueira de Moraes Munhoz (296.769.438-00); Daniel Lattanzi Arcuri de Barros (102.461.807-22); Daniel Maia de Carvalho (423.629.623-34); Daniel Matos Ribeiro de Azevedo (129.378.327-76); Daniel Reis Aguiar (000.151.471-77); Daniel Rodrigo dos Santos (146.408.167-07); Daniel Souza Lima (334.767.408-11); Daniel de Oliveira Montenegro (089.612.754-02); Daniela Grandi Pantuso (038.828.316-50); Daniela Ines Loreto Saraiva Variz (059.544.116-54); Daniela Otero da Costa Carvalho (086.246.397-19); Daniela Rathke Pereira (006.759.210-40); Daniela Reis do Nascimento (059.464.037-70); Daniela Vieira Duarte (038.450.471-00); Daniela Werner Ribeiro dos Santos (948.125.789-49); Daniele Cristina Souza Montes (059.723.166-41); Daniele Leite de Barros Carvalho (951.086.611-34); Danielle Amanda Bezerra Coimbra (108.099.014-39); Danielle Brasil Barros da Silva (069.442.874-47); Danielle Maria Montilho (079.578.499-62); Danielle Maria da Silva (058.519.374-67); Danielle Rodrigues Birbeire (635.713.401-59); Danielli Verdan Arreco (126.021.997-61); Danilo Barreto Almeida Vasconcelos (083.670.924-14); Danilo Cesar Barbosa Aguiar (112.263.117-09); Danilo Nogueira de Moraes (052.614.883-70); Danilo Roberto Camargo de Almeida (277.891.918-02); Danyela Fernandes Diniz (959.233.302-53); Danylo Sousa Moraes Tajra (003.702.393-42); Darlan Varella Borges (112.727.949-11); Davi Furtado Tome (054.066.432-40); David Batista Alves (033.780.861-90); David Benchaya Nunes Tavares (015.599.252-05); David Rosa Junior (128.916.856-36); Dayanne Wanessa Vitoria Miranda (048.168.315-17); Daylson da Silva Costa (834.611.913-53); Dayse Fernandes Costa (795.509.405-00); Debora Cristina Costa Magalhaes (069.298.564-60); Debora Lisboa Correa Costa (721.467.532-34); Debora Teles Moreira de Matos (744.905.161-34); Deborah Pires Duque Rodrigues (084.629.126-60); Deiverson Alves dos Santos (050.408.525-50); Deivison Diogenes Vasconcelos da Silva Santos (118.355.967-46); Denise Eugenia Pereira Coelho (350.856.448-75); Derick Hanney Batista de Oliveira (038.610.491-39); Devair Jose da Silva (008.639.131-30); Diego Cardoso Moreira (058.027.387-31); Diego Chaves Maia (053.405.225-80); Diego Guimaraes Florencio Pujoni (073.089.156-97); Diego Nunes Lopes (024.529.320-51); Diego Santos Fernandes (097.009.447-78); Dimas Crescencio Verissimo Santos (095.469.124-50); Dimiana de Araujo Souza (100.963.396-16); Diogo Antonio da Silva Soares (089.460.244-61); Diogo Brito de Mendonca (061.253.804-40); Diogo Henrique Valarini Belozo (430.740.478-52); Diogo Jose Souza Brito Araujo (730.488.951-91); Diogo Rossi de Almeida (130.718.247-00); Dionen Henrique Ribeiro Silva (033.023.591-52); Donisete de Paiva Valle (547.239.301-91); Douglas Angelo Razabone (918.100.001-49); Douglas Yorrara Oliveira Forte (026.759.772-09); Eberton Helry Rodrigues da Silva (058.150.684-70); Edilene Seles Silva (052.857.875-80); Edina Aparecida da Silva Enevan (071.824.809-05); Edioni Gomes da Costa (079.971.236-10); Edson Aristides de Araujo Lopes (081.922.306-94); Eduardo Correa Rodrigues (108.314.307-70); Eduardo Felipe Mendonca de Menezes (115.906.947-67); Eduardo Jose de Santana Caldas (037.728.131-00); Edvaldo Vieira Lima Junior (026.533.405-50); Egidio Humberto Peres (119.058.336-44); Elaine Cristina Rodrigues da Cruz (042.912.959-95); Elias Augusto de Aguiar Lengruber (140.854.317-65); Elias Augusto de Aguiar Lengruber (140.854.317-65); Elis Regina Trindade de Lima Guimaraes (040.816.961-36); Elis Regina de Sousa Miranda (087.266.816-92); Elisangela Belote Mareto (077.085.887-23); Eliseu de Oliveira Cunha (052.903.425-59); Eliza Pratavieira (364.820.918-30); Elizabeth Aparecida Gregio Sasso (079.816.896-00); Elizeu Emenegildo Bento (009.179.381-51); Elizeu Oliveira da Silva (024.664.120-71); Emanuela Vasconcelos Leite (839.380.953-34); Emely Threiss da Silva (081.131.119-80); Emerson Porto Ferreira (318.744.458-00); Emilia Schultz de Souza (130.309.087-20); Emilio Farias Torres (109.874.077-75); Emily Biely Nunes Machado (030.037.212-40); Emmanuely Ramirez Carvalho (073.992.906-28); Eric Monne Fraga de Oliveira (382.617.028-80); Erica Domingues de Souza (109.071.866-70); Erica Emanuelle Brito de Sousa (055.222.884-26); Erick Martins do Nascimento (099.755.919-57); Erika Ferreira Moraes Crispim de Menezes (046.174.371-00); Erika Mesquita Sousa (130.479.727-96); Erlane Cunha Lavor (001.638.162-98); Erlane Cunha Lavor (001.638.162-98); Ernandes Matias do Amaral (033.869.852-38); Eronildes Comparsi Barragan (700.850.051-34); Esdras Oliveira Ramos (117.270.577-16); Estenio Crispim Petrecoski (036.165.511-88); Ester Mazepa (074.196.399-06); Esther Kremer Xavier (084.896.099-85); Eudes Henrique Boaventura Silva (093.779.906-88); Evani Leite de Freitas (125.910.637-37); Eveline Guedes de Oliveira (837.673.043-68); Evelyn Monique de Arruda Farias (046.939.914-73); Everton Matthaus Gomes Ferreira

(077.391.914-77); Everton Taveira Baldes Vieira (167.637.277-63); Ewerton Almeida Silva (960.230.232-15); Ewerton da Silva Cunha (574.879.792-53); Ezefferth Chlysman Araujo Fernandes (983.949.592-53); Ezequiel Jose da Silva Honorato (086.382.454-40); Ezio da Rocha Ramos (671.729.112-53); Fabiana Rego Freitas (218.583.338-30); Fabiano Batista Rodrigues (055.722.486-14); Fabiano da Cunha Miranda (956.720.871-91); Fabio Amaral (223.612.338-86); Fabio Henrique Cordeiro Luz (162.519.737-30); Fabio Henrique Cordeiro Luz (162.519.737-30); Fabio Henrique Cordeiro Luz (162.519.737-30); Fabio Machado Correa (698.884.181-49); Fabio Roberto Alves da Silva (882.097.331-68); Fabio Rodrigo da Costa Dias (836.472.012-00); Fabricio Ramos da Freiria (282.152.468-42); Fagner Guilherme Ferreira Coelho (036.969.496-12); Feliciano de Almeida Barbosa (249.595.293-34); Felipe Abreu Machado (052.543.394-54); Felipe Augusto Cavazzini (070.366.059-44); Fellipe Veras Vieira (096.936.424-57); Fernanda Bratz (024.109.720-71); Fernanda Ferreira Costa (119.537.756-83); Fernanda Menezes Leite (101.346.216-54); Fernanda de Oliveira Santos (342.152.518-85); Fernando Cesar Rodrigues Brito (749.945.223-91); Fernando Dourado Barbosa (816.675.741-91); Fernando Enrico Kill Aguiar (024.941.901-77); Fernando Luiz Benitez Ota (000.284.491-50); Fernando Nakamura Ishino (269.832.478-33); Filipe Osni Coelho (066.538.979-58); Filipe de Oliveira Mota (102.116.487-95); Flavia Adriane de Sales Silva (099.411.976-36); Flavia Janisch (031.362.500-01); Flavia Janisch (031.362.500-01); Flavia Mensitieri Miranda (857.674.025-74); Flavia Tifany de Sa Santos (042.815.561-84); Flavia dos Santos (166.355.427-79); Flavio Barbosa Kamache (126.599.657-14); Francenildo Baia Reis (031.622.252-64); Franciane Meleu Ferreira (003.511.650-10); Francianne Riccio Machado Torres (105.316.116-63); Francisca Edilma Braga Soares Aureliano (916.504.534-34); Francisco das Chagas de Abreu Pereira (885.441.922-20); Franco Borges Barbosa (021.155.391-33); Fredy Souza Campos (368.920.248-58); Gabriel Andre Leomil Bertochi (504.598.248-64); Gabriel Cardoso Lino Alves (118.466.796-99); Gabriel Carvalho Simoes (017.611.165-41); Gabriel Ferreira Melo da Silva (151.428.617-36); Gabriel Henrique de Oliveira Garcia (074.488.089-07); Gabriel Keine Kuga (372.535.998-96); Gabriel Ramos Pereira (161.471.137-20); Gabriel Soares dos Santos (046.267.971-30); Gabriel da Silva Lengruber (122.175.347-93); Gabriela Anacleto da Silva (155.898.327-99); Gabriela Simoes Pereira (002.752.780-85); Gabriele Chiamulera (058.311.739-25); Gabriella Lopes Ricas Motta (127.084.937-95); Gabrielle de Lima Farah (054.980.459-56); Gabrielly Becalli Broseguini (129.862.797-40); Gaetano D Itria (057.330.117-42); Gaspar Virgilio Ferreira (073.348.566-94); Germana Augusto de Vasconcelos (022.501.384-35); Germana Dutra Acioly (692.852.171-68); Gibson Almeida Jeronimo dos Santos (022.226.821-26); Gilmar Pereira da Cruz Junior (070.588.696-42); Gilmere Lebasí Damasio Franca (120.848.146-00); Girlian Antonio dos Santos (083.611.464-74); Giseli Maria Moreira Baganha (075.802.959-46); Giselle Bispo Casagrande (137.439.467-00); Giselly Brito Conde (530.407.752-00); Glauber Daniel Souza do Vale (128.294.786-90); Gleison Souza Diniz Mendonca (094.688.236-36); Gleizer Ferreira da Silva (042.426.585-08); Gleydson Joventino Silva (103.441.714-26); Gleyssa Lene Nunes Carvalho (044.587.893-25); Guiler de Aquino dos Santos (179.431.807-04); Guilherme Avila Cerqueira Santos (141.205.867-82); Guilherme Carlos Rodrigues de Oliveira (098.012.976-11); Guilherme Chiritte Granemann (021.515.980-20); Guilherme Fischmann Ferreira (025.725.131-61); Guilherme Goncalves Maynardes (043.016.629-01); Guilherme Henrique Ribeiro (050.703.946-73); Guilherme Henrique Sa Carneiro (074.550.406-01); Guilherme Martins Lima (051.639.834-23); Guilherme Matos Freire (107.356.437-17); Guilherme Nogueira Lins de Albuquerque (102.430.967-39); Guilherme Pedebos Ariolli (010.241.990-61); Gustavo Antonio Mesquita Drumond Lopes (073.240.247-69); Gustavo Camara Mattos Martins (222.108.088-20); Gustavo Cardoso da Silva (096.962.219-83); Gustavo Carvalho de Oliveira (002.555.121-39); Gustavo Francisco Casara Rodrigues (005.830.051-10); Gustavo Henrique Borges de Oliveira (144.203.676-10); Gustavo de Lima Santos (101.617.967-70); Gustavo de Melo Brilhante (033.658.943-30); Hamilton Pinheiro de Farias Junior (778.524.004-34); Helena Ernandorena Fabricio (039.612.090-30); Helena Polmann (074.743.739-47); Heloiza Talita Adriano da Silva (061.474.504-76); Helvio Paulo da Silva Junior (080.559.626-77); Henrique Tissianel Heleno (089.319.156-67); Henryck Santos Lima (136.333.307-04); Herica Cruz do Nascimento (066.008.685-97); Herliton José de Miranda Santos (091.370.544-65); Hevila Ramalho Saraiva Araujo (738.196.703-00); Hismenia Pires Lemos (018.739.251-07); Hismenia Pires Lemos (018.739.251-07); Hugo Alberto Neves de Souza (136.708.137-80); Hugo Jordan Santos Souza

(529.778.702-53); Idomar Custodio da Silva Junior (057.792.171-14); Igor Dias Serique (910.127.242-04); Igor Felipe Braun (047.962.634-03); Igor Guerra Gomes Rangel (145.357.807-22); Igor Malick Rocha (101.698.857-55); Ilana Martins Ribeiro de Carvalho (023.648.013-89); Inacio de Carvalho Dias de Andrade (214.994.488-05); Irineu Lopes Palhares Junior (395.049.758-79); Irisvaldo Laurindo de Souza (113.338.392-00); Isabela Barreto de Oliveira (024.848.275-04); Isabela Melim Borges (902.848.609-72); Isabela Nogueira Fonseca Costa (134.115.016-00); Isabela Sewaybricker de Oliveira (415.342.928-70); Isabella Dometila Martins de Assis (080.112.706-80); Isabella Ramos Tiveron (026.271.841-30); Isabelle Christine Marinho de Oliveira (008.404.784-45); Isabelli de Oliveira Martins (073.759.637-62); Isabelly Santos Assuncao (095.980.466-80); Isadora Freire Martins (125.087.987-62); Isadora Helena Barros Leal (149.990.177-17); Isadora Vitoria Moura Cascao (751.014.321-72); Isaias Damasceno da Conceicao (054.936.433-16); Islaine da Silva Vanderlei (014.912.956-43); Italo Careli Gondim (040.487.401-05); Italo Roberto Souza Correa (927.396.362-53); Itamar Aires Flores dos Santos (002.948.500-23); Ivan Jose Neto Gomes de Azevedo (066.131.296-82); Ivana Carla Lucio Machado (063.925.525-61); Ivo Regazi Filho (044.038.336-67); Izabelle Liz Melo Francisco Ribeiro (124.291.056-59); Jacqueline Vasconcelos Rego (027.073.363-94); Jadir Horacio Sarmento Pinto Junior (937.160.442-53); Jamerson de Jesus Ramos (146.909.197-63); James Divino Santos da Costa (007.904.881-16); Janyllys Vieira Viana (019.237.545-80); Janaina Pinto Maia Oliveira (085.257.547-57); Jane Mary Lafayette Neves Gelinski (553.957.590-34); Jaqueline Alves de Sousa (032.698.181-06); Jaques de Vander Nunes Avila (806.605.170-00); Jefferson Luan Dias dos Santos (054.211.985-45); Jessica Reis de Paula (097.864.937-02); Jessica Teixeira de Moura Miranda (013.665.612-95); Jessica de Almeida Martins Azevedo (032.588.111-13); Jessyca Amanda da Silva dos Santos Batista (053.701.901-43); Jhonatan Rodrigues dos Santos (147.101.787-71); Jhonny Vieira Antunes (117.302.236-80); Jisaldo Cadete (014.111.333-23); Joao Augusto de Souza Pinto (056.489.457-52); Joao Batista da Silva Porto Junior (082.957.907-90); Joao Carlos Ferreira da Fonseca (635.444.312-20); Joao Claudio Batistela Junior (370.366.138-07); Joao Damasceno Leitao Netto (280.894.134-04); Joao Flavio de Magalhaes Ribeiro (015.645.532-30); Joao Francisco Benites Belo (054.952.417-70); Joao Guilherme Ribeiro Pereira (058.826.425-31); Joao Lucas Longhi Cechet (022.283.070-09); Joao Luiz Volpato Pazin (003.450.041-32); Joao Paulo Cunha de Matos (060.163.797-60); Joao Paulo Motta do Vale (025.010.501-26); Joao Paulo Moura Barata (124.176.337-28); Joao Paulo Santos e Sena (020.525.116-10); Joao Pedro de Araujo Simoes Correa (124.301.197-14); Joao Vicente Alfaya dos Santos (003.427.129-50); Joao Victor Miranda Vieira de Almeida (128.366.087-30); Joao Vieira dos Santos Neto (034.516.964-60); Jocenei Antonio Teodoro de Oliveira (048.125.389-04); Jonas Freire de Lima Neto (984.727.553-04); Jonatas Dutra Sallaberry (983.665.050-49); Jonatas Dutra Sallaberry (983.665.050-49); Jonatas dos Santos Ferreira (036.133.011-13); Jonilson Araujo Luz (044.776.483-75); Jose Bastos da Silva Neto (052.374.627-07); Jose Dalton Vitorino Leite Filho (670.482.423-53); Jose Geraldo Lopes Mappa (232.258.906-34); Jose Luiz Castro Vieira (810.506.827-34); Jose Murilo de Lucena Lopes Neto (021.495.153-77); Jose Ricardo de Carvalho (741.810.769-20); Josenilton Rodrigues Santos (724.313.181-68); Josiane Fernandes Keffer (936.955.432-72); Josie Paula Gomes Resende (036.509.045-00); Josimara Tatiane da Silva (071.889.754-42); Josuesemu Jose Alves Castro (051.302.745-98); Joyce Aparecida Pereira Panage Conelheiro (373.716.158-59); Jucelino Ferreira de Brito Junior (037.381.431-30); Julia Arpini Lievore (131.994.297-00); Julia Grasiela Busarello Wolff (030.568.129-09); Julia Lopes Vieira (035.915.841-26); Julia Pereira Festas (127.100.227-29); Julia Terra Nova dos Santos (052.788.875-32); Julia da Silveira Salla (020.809.770-83); Juliana Andressa da Silva (009.513.609-65); Juliana Barbosa Guedes Rauh (016.889.865-96); Juliana Reis Santos (019.999.255-05); Juliana Savy Moura (002.951.100-31); Julie Correia Miranda (125.008.346-03); Juliete Palandi (032.192.580-77); Julio Ferreira da Silva Neto (087.992.344-08); Julyenne Melanie Barbosa (034.864.981-93); Jânio Luiz Marques Trindade Junior (938.496.642-87); Kamilla Naiser Lima Filipowicz (038.814.911-63); Karina Alves Roepke (040.066.801-71); Karina Vieira Galante Noce (030.898.151-09); Karine Goncalves de Souza (423.810.518-48); Karla Cristina Maneta Ferreira (032.338.611-33); Karoline Santos Vieira (033.584.695-57); Katia Barros Santos (794.099.202-30); Kelly Medeiros de Souto (730.526.801-10); Kelvin de Almeida Carvalho (105.138.476-18); Kenia Aparecida Santos Cunha (056.436.236-09); Kleber Nole dos Santos (042.806.424-86); Klexyuz Vinicius Lourenco Garcia

(026.133.651-70); Laila Sabadini Vicente (079.256.146-50); Lais Helena Conceicao da Silva (147.998.727-10); Laise Rodrigues Santos Costa (632.910.883-87); Laise Rodrigues Santos Costa (632.910.883-87); Larah Bruning Ascari (091.745.749-81); Larissa Barbosa Braga (100.760.456-50); Larissa Brauns Santos (138.200.087-13); Larissa Maria Guedes Martins (065.629.283-03); Larissa Medeiros de Oliveira (096.962.074-84); Larissa Neto Lueska (005.668.390-16); Laura Lis de Castro Campos (105.650.726-84); Laura Souza Freitas (077.464.696-98); Laura Teixeira Gomes (136.379.926-63); Lauro Alves de Carvalho (857.850.905-62); Leandro Antonio de Oliveira (087.284.396-35); Leandro Beirao de Miranda (053.823.089-42); Leandro Klein (996.071.401-25); Leandro Maicon Vieira dos Santos (077.179.929-22); Leidiane Galvao de Lima (037.922.226-47); Leila Chaves Cunha (540.460.929-04); Leobino Barroso de Araujo (023.537.311-71); Leonardo Cardoso Monteiro (971.929.537-68); Leonardo Ferreira de Oliveira (063.762.993-00); Leonardo Helmer Bremenkamp (120.678.527-60); Leonardo Sobreira Camilo Soares (600.131.403-96); Leonardo Teixeira Rodrigues Lira (018.070.681-02); Leonardo do Nascimento Garcia (103.939.886-35); Leonardo dos Santos Lage de Oliveira (058.736.537-47); Leonardo dos Santos Lage de Oliveira (058.736.537-47); Leonardo dos Santos Pegoretti (126.737.027-09); Leopoldo de Jesus Pereira Munhoz (025.580.460-12); Leticia Fernandes Lagrotta (085.274.706-32); Leticia Gutierrez (094.321.106-99); Leticia da Silva Pessoa (140.463.747-80); Leticia de Barros Solano (010.117.991-03); Lidiane de Oliveira Ferreira (101.309.737-85); Liene Praxedes Guedes (736.920.424-34); Lilian Goncalves Cardoso (063.737.736-20); Lilian Maria da Cruz Pedroso (031.668.752-98); Lilian Santos Ferreira da Silva (932.865.202-25); Liliane Xavier dos Santos (022.509.524-69); Lineker Tavares da Costa (097.215.404-39); Liszt Vianna Neto (074.793.266-29); Livia Nogueira Teixeira Martins (137.072.287-70); Loir Lima de Souza (873.995.479-04); Lorena Abreu Vitor (407.515.378-96); Lorene Armstrong (004.735.569-79); Lourran Roslaniec Pauli (017.214.120-69); Luan Francisco Alves do Nascimento Pereira (166.628.697-40); Luana Maria Oliveira de Souza (036.234.023-46); Luana dos Reis Sousa (947.152.972-72); Luana dos Santos Lopes (077.071.739-02); Luane da Silva Fernandes (039.210.601-92); Luanna Cristina Cavalcanti Eufrazio (064.844.424-44); Lucas Abreu Maciel (042.164.361-70); Lucas Andrade Queiroga Pinho (077.949.036-37); Lucas Brighenti do Espirito Santo (115.974.526-96); Lucas Camargo Cardoso (045.484.781-59); Lucas Ferreira de Moraes Dutra (053.176.523-75); Lucas Levino Alves Vieira (042.715.162-79); Lucas Oliveira Alves (085.830.449-02); Lucas Pedrosa Fernandes (999.769.352-34); Lucas Piccinin Lazzaretti (066.188.279-90); Lucas Tiago do Prado (360.538.508-70); Lucas de Assis Goncalves (064.267.591-04); Lucas de Carvalho Souza (126.743.557-78); Luciana Nazareth Guedes Alcoforado Assini (057.612.377-33); Luciana Pavowski Franco Silvestre (038.814.429-79); Luciana de Almeida Mariano (054.564.024-59); Luciano Barreto Ramos (071.344.257-38); Luciano Leite Pereira (952.068.093-49); Luciele Fernanda Trentini Ten Caten (014.570.100-03); Luciele Fernanda Trentini Ten Caten (014.570.100-03); Luis Antonio Batista Tonaco (083.565.956-90); Luis Carlos Martins Pereira (058.262.775-30); Luis Guilherme Olbertz (071.300.999-33); Luis Gustavo Sales de Souza Franca (122.442.647-93); Luis Sergio Carlos Cunha (962.165.142-53); Luisa Rodrigues Ferreira (039.575.921-86); Luiz Eduardo de Oliveira Gripp (127.542.467-89); Luiz Fernando Marcelino Gomes (061.040.257-90); Luiz Henrique Areas Peres (058.727.627-47); Luiz Henrique Brauna Lopes de Souza (079.612.524-44); Luiz Henrique dos Santos (082.102.717-41); Luiz Kae Sales Kanazawa (046.649.509-93); Luiz Mauricio Serruya Mendes (014.886.762-67); Luiz Rodrigo Guimaraes Ferreira (007.852.469-59); Luiz da Silva Oliveira (457.986.994-04); Luiza Alencar Saldanha Queiroz (096.573.024-71); Luiza Chaves Gomes (144.635.497-01); Luiza Cristina de Albuquerque Freitas (969.884.102-44); Luiza Soares Sabioni Martins (037.016.931-02); Maciel Mesquita de Sousa (954.785.232-91); Maderson Alvares de Souza Cabral (103.108.706-07); Mafalda Fabiene Ferreira Pantoja (032.292.966-05); Margarete Rodrigues da Costa (892.951.709-97); Marcal Josivaldo Monteiro (057.254.345-08); Marcela Tarter da Rosa (025.005.750-63); Marcela Tenorio Albuquerque (073.306.374-83); Marcela de Lacerda Alexandrino (056.193.306-56); Marcele de Souza Dantas Castello Branco (022.201.955-70); Marcella Ferreira Aires de Souza (110.883.097-80); Marcella Ferreira Aires de Souza (110.883.097-80); Marcella Mafort Sias Lopes (132.342.577-28); Marcelo Alves Teodoro (095.628.416-77); Marcelo Bianchi da Silva (044.757.999-10); Marcelo Carvalho Vilela (631.415.821-49); Marcelo Malaquias Barreto Gomes (067.333.275-62); Marcelo Ribeiro Martins (011.589.651-17); Marcia

Alice da Silva Santiago (062.125.804-05); Marciel Vaz Marinho (086.208.686-83); Marcio Correa dos Santos (743.201.736-00); Marcio Rodrigues da Silva (046.662.044-66); Marco Antonio Guimaraes da Rocha (097.595.056-81); Marco Tulio Macedo Goncalves (123.916.886-10); Marcondes Pereira de Melo (993.507.771-34); Marcos Gustavo de Oliveira (070.492.526-54); Marcos Jose Pereira (007.373.554-09); Marcos Leandro Silva Oliveira (056.643.017-75); Marcus Vinicius Sousa Braga (097.119.156-50); Maria Carolina Bastiani (086.543.329-13); Maria Eduarda Wanderley Viuge do Nascimento (144.410.427-60); Maria do Carmo Martins Lima Lopes (085.899.317-14); Mariana Aparecida Dias (089.811.436-50); Mariana Azeredo Costa Salotto (123.629.277-41); Mariana Bicalho Rosa (114.389.376-01); Mariana Cicuto Barros (221.520.188-69); Mariana Pinheiro da Silva (132.136.437-77); Mariana Ziani de David (005.941.980-62); Marielle Jeani Prasniewski da Silva (945.747.742-15); Marilia Duarte de Souza (119.064.196-80); Marillia Gabriela Teles Tomaz (048.156.763-13); Marina Drumond de Figueiredo (066.434.956-01); Marina Macedo Araujo (008.294.151-30); Marina dos Santos Memoria (017.464.863-41); Marina dos Santos Memoria (017.464.863-41); Marinna Cunha Camara Quixaba da Silva (049.135.811-39); Mario Luiz Pereira Souza (016.279.896-25); Mario Schettino Valente (074.859.076-54); Marjory Santos da Silva Pinto (007.885.360-52); Marlon Luan Ferreira Nascimento (144.593.227-06); Mateus Souza Rodrigues (061.735.666-13); Mateus Souza da Rosa (023.942.800-50); Mateus de Aguiar Montenegro (021.600.601-51); Mathesson dos Santos Nascimento (095.787.214-39); Matheus Andrade Silva (165.542.917-50); Matheus Antonio de Mesquita Bortolini (039.852.010-05); Matheus Braga Calcagno (012.894.761-60); Matheus Henrique Silva Santos (099.041.206-76); Matheus Moreno de Andrade (147.404.747-51); Matheus Pereira Santos (713.798.001-53); Matheus Teixeira Coelho (084.241.886-59); Matheus Viana de Souza (378.374.048-74); Matheus Vinicius Siqueira Vargas (052.674.091-46); Matheus Xavier Provin (009.483.359-12); Matheus de Abreu Monteiro Campos (150.571.817-18); Mauricio Almeida dos Santos Junior (090.997.287-78); Maxwel da Silva Santos (104.043.674-96); Mayara Soares Lopes Pinto de Araujo (131.891.897-90); Maykon Martins de Souza (113.643.857-24); Melissa Bez Batti (907.144.070-20); Melissa Fernandes Marinho de Souza (097.192.214-45); Michael Pereira de Sousa Cruz (033.710.051-94); Michael Peres Torres (116.644.767-76); Michel Adam de Lima Costa (480.411.732-68); Michel Alif Bomfim de Moraes (048.959.641-08); Michel Faria Cintra (031.266.386-27); Michele Menezes Luiz (012.194.520-09); Michele Ribeiro Sgambato (119.169.147-05); Michele Tais Dalle Carbonare Zamoner (038.436.249-41); Michelle Andressa Alvarenga de Souza (010.393.791-92); Mickaella Augusta Rodrigues Pontes Queiroz (663.772.503-04); Milene Santos Rodrigues (019.571.305-20); Milton Nunes de Oliveira Junior (045.749.264-30); Milton da Silva Santos (113.548.806-17); Miqueias Ribeiro da Silva (144.746.847-37); Mirela Schimit Pinto (129.186.487-36); Moacyr Henrique Di Palma Cordovil (844.004.207-87); Moises Alberto Rodrigues Quezada (029.210.921-07); Moises Crisostomo Rodrigues (456.631.572-04); Moises da Silva Lima (015.209.055-05); Monica Araujo Cavalcante Valverde (046.891.235-51); Morgana de Franceschi Hoefel (011.516.489-81); Nadia Santos de Paiva Neves (080.004.556-41); Najla Faria Saber (110.668.567-96); Natalia Caroline Baumgart (027.947.660-40); Natalia Figueredo Martins (100.122.456-66); Natalia Pelinca Braga (071.539.894-63); Nathalia Aparecida Braganca Favaris (117.056.227-20); Nathalia Dias Gomes (021.864.066-83); Nathalia Sant Ana de Rosa (012.442.241-11); Nathan Aceti David Silva (126.416.107-79); Nelson Rodrigues da Silva (318.138.168-32); Nicole Albuquerque Dino de Castro e Costa (004.514.833-32); Nicollas Rodrigues Correa de Melo (094.727.376-09); Nillian Chrystine Rosa Sampaio Messias (016.259.881-50); Niury Relry Coelho do Nascimento (006.531.612-63); Olympio Vaz da Costa Junior (060.893.453-42); Otavio Coelho Alves Batista (024.406.881-00); Pablo Dominguez Martinez (083.817.887-14); Pablo Santos Ferreira (084.125.419-28); Paloma Karuza Maroni da Silva (023.211.751-92); Pamela Vasconcelos de Miranda (019.985.662-18); Pamella Fronza Camara (007.471.832-01); Patricia Alves de Oliveira (064.683.166-69); Patricia Amancio de Carvalho (109.712.356-19); Patricia Bozzetto Ambrosi (916.490.210-20); Patricia Grazielle Salvador da Silva (011.348.661-86); Patricia Pereira Lopo (635.668.501-87); Patricia Regiani Sena (322.890.778-36); Paula Cristina Dias Veloso (073.518.086-51); Paula Fin (052.527.899-08); Paulo Henrique da Silva dos Santos (120.272.137-08); Paulo Henrique de Sousa (006.587.842-69); Paulo Jose Moreira de Lima (014.648.823-71); Paulo Victor Costa Brito (607.713.493-78); Paulo Victor de Godoi Lopes (008.016.531-18); Pedro Afonso Arenhardt Eidt (008.842.540-11); Pedro Afonso Arenhardt Eidt

(008.842.540-11); Pedro Ernesto Pezzi (080.741.059-46); Pedro Henrique Argolo Costa (102.002.396-19); Pedro Henrique Gomes Machado Vieira (102.890.617-09); Pedro Henrique da Costa Teixeira (148.476.227-40); Pedro Henrique de Abreu Balata (015.370.571-03); Pedro Henrique de Oliveira Araujo (057.974.447-71); Pedro Jose Rocha Oliveira (023.969.991-25); Pedro Paulo Araujo Viana (065.673.925-84); Pedro Paulo da Silva (223.485.798-80); Perlla Leite Andrade Silva (080.262.764-18); Petrus Emmanuel Oliveira Gomes Brant Abreu (073.984.036-31); Philippe Siqueira da Silva (129.714.087-79); Pietro de Brida Migliavacca (029.844.870-01); Pollyanna Grazielle Faria Dias (049.515.026-66); Priscila Costa Rezende (061.324.344-70); Priscila Ferreira Santos (052.147.274-10); Priscila Naves Domingues (031.967.991-82); Priscila da Silva Alves (037.077.991-66); Rafael Acatauassu Ferreira (518.275.732-87); Rafael Alexandre Moises (319.794.148-90); Rafael Alves Gravena (087.108.326-45); Rafael Alves Vital de Souza (002.987.332-00); Rafael Amaral Freitas (093.892.406-03); Rafael Assis dos Santos (016.960.961-89); Rafael Bedin (079.546.689-75); Rafael Coelho Pereira (042.822.541-14); Rafael Dias Medeiros (062.947.516-40); Rafael Henrique Meneghelli Fafa Borges (115.012.597-76); Rafael Henrique de Lanes Rodrigues (044.863.521-65); Rafael Negre da Silva (058.247.786-71); Rafael Rodrigues de Oliveira (702.572.991-49); Rafael Saltz Gensas (017.514.740-03); Rafael Simonassi (700.912.421-34); Rafael de Moura Magalhaes (069.522.996-61); Rafael de Moura Magalhaes (069.522.996-61); Rafaela de Luna Alves Ribeiro Bezerra (014.034.924-33); Rafaela de Luna Alves Ribeiro Bezerra (014.034.924-33); Rafaella Arruda Soares de Oliveira (076.965.184-45); Rafaella Golzio Duarte (096.899.684-16); Raissa Pirchiner de Oliveira Vieira (080.983.356-58); Ramon de Lima Vila Nova (014.032.384-80); Ramon de Lima Vila Nova (014.032.384-80); Rangell Figueiredo de Oliveira (015.579.176-12); Raniely Bullerjhan Schmidt (124.032.867-29); Raphael Pinheiro Laborne e Valle (104.848.716-41); Raphaela Carvalho de Jesus (113.343.767-27); Raquel Duque do Nascimento Arifa (046.860.896-62); Raquel Machado Milward (083.921.896-63); Raul Nascimento Rosa da Costa (034.309.800-89); Raul Suzuki Pinto Rabelo (095.932.824-67); Ray de Araujo Sousa (086.878.594-65); Rayane Magalhaes Coutinho Ramos (784.096.752-34); Raynara Mayra Nascimento Vieira (015.534.392-01); Rayssa Mazza de Castro Alencar (650.138.243-20); Rebeca Souza Cavalcante de Oliveira (087.786.494-20); Regina Claudia de Souza Silva (065.720.106-51); Relivaldo Jose da Silva Buarque (451.084.178-70); Renan Batista Alencar (009.301.852-50); Renan Sgrignolli (364.529.278-09); Renan dos Reis Monteiro (154.871.267-12); Renata Arraes Duarte (026.839.211-01); Renata Berti Rocha Mendes (335.628.548-38); Renata Cal Sirotheau Esteves (955.062.171-53); Renata Rocha Silva Fialho (072.400.346-07); Renata Stephanelli Mansur (124.113.737-40); Renata de Moraes Pereira (090.023.996-42); Renatha Celiana da Silva Brito (078.111.314-80); Renato Bruno Soares Freitas (402.986.698-03); Renato Krug Ramires (347.270.638-40); Renato da Silva Moncores (057.708.807-67); Renilton Emanuel Cerqueira Pereira Filho (015.149.735-45); Ricardo Ferreira da Silva (054.879.304-22); Ricardo de Andrade Pimenta (740.706.067-34); Rita de Cassia Borges Cabral (075.330.959-95); Roberta Azevedo de Paula Charlemont (090.502.757-45); Roberto Almeida de Oliveira (705.410.941-49); Roberto D Alessandro Vignoli (836.301.040-53); Roberto Furtado Alves (148.886.787-90); Rodrigo Estrela Botelho (046.265.931-35); Rodrigo Fantoni de Brito Gomes (123.198.657-30); Rodrigo Fantoni de Brito Gomes (123.198.657-30); Rodrigo Henrique de Mendonca Locks (044.864.079-11); Rodrigo Mendes Mirelles (106.588.147-96); Rodrigo de Mello Queiroz (037.388.376-55); Rodrigo de Souza Neves (073.454.129-54); Rogerio Luiz Ferreira Silva (111.742.536-30); Rogerio Palma de Lima Filho (050.723.849-42); Romulo Felipe Moraes Fernandes (069.466.066-39); Romulo Goncalves Rocha (335.540.618-08); Romulo Juniti Hirota (273.953.628-37); Ronald dos Santos Oliveira (008.353.045-23); Ronaldo Mitsudo (162.490.348-70); Rosa Maria Gomes Pinto (101.404.567-32); Rubens de Paula (063.301.636-50); Rubyan Lucas Santos Piazzetta (054.268.699-60); Sabine Wohlres Viana (040.750.106-19); Sallem Batista Ferreira (075.535.999-21); Samanta Miranda Costa Carvalho (027.864.061-37); Samantha Alcantara Santos de Almeida Silva (787.932.031-87); Samuel Ferreira da Silva Rocha (060.216.234-36); Samuel Queiroz de Souza (364.396.428-55); Samy Ariel de Witt (010.070.791-26); Sandro de Souza Novaes (053.167.137-29); Sarah Raquel Albuquerque Brito (048.723.193-70); Saulo Moura Rodrigues (064.158.724-43); Sibebe Tayna Coelho Lima (991.555.402-87); Sidimar Santos Oliveira (046.230.735-21); Sidnei Eduardo Rodrigues (003.443.497-64); Sidraque de Sa Leitao Junior (013.428.924-29); Silas Rodrigues do Rego Junior (064.502.654-93); Sillas

Monteiro Batista (013.162.012-60); Silvano Melo Rocha (038.118.986-47); Simone Barboza Sales (136.825.597-36); Simone Ferreira Muniz de Almeida (884.666.122-20); Soraia Andressa Dall Agnol Marques (001.207.511-60); Stefano Figueiredo de Lira (064.259.834-77); Steltee Marcela Petris Biscaia (027.682.019-36); Tacito Costa Coaracy Filho (002.414.613-75); Tadayoshi Matsune (056.762.918-00); Tadeu Quirino Farias Santos (844.037.725-87); Taionara Moreira Milani (003.990.770-81); Taissa Cordeiro Bichara (020.843.822-03); Talita Baldin (075.463.339-03); Talita Vieira Matos (013.552.345-14); Talito Borges Brito (015.579.144-35); Talliel Ribeiro Tezelli (038.482.751-98); Tamires Korchovei Sanches (078.761.329-01); Tamyres Gabriela de Araujo Costa (111.514.796-08); Tania Maria Costa (051.378.249-41); Tasia Sabina Vieira dos Santos Mesquita (036.038.554-00); Tatiane Santos da Cruz (014.068.165-58); Tatiane de Lima Campos (038.594.911-13); Taty Ferraz Fernandes (037.643.795-29); Taynan Roger Silva (094.555.196-74); Taynara Felizardo de Souza Caldeira (147.398.767-95); Thais Caroline Cintra (053.956.006-55); Thais Fernandes de Oliveira (036.724.291-55); Thais Goncalves Guimaraes (019.095.971-12); Thaissa Lauer Leite (048.751.964-74); Thales Emanuel Alves Truta (046.203.894-71); Thalita Pereira da Cunha (045.220.891-20); Thamires Athyna Mendonca da Rocha (048.594.025-61); Thamires Mercês Moreira (056.074.845-05); Thayane Criscia Souto de Oliveira (091.258.314-29); Thiago Batista Carneiro (121.911.737-48); Thiago Ferreira Comitra (099.806.597-85); Thiago Gregorio Fagundes (098.392.417-10); Thiago Henrique Augusto (059.546.159-00); Thiago Lacerda Campos Bambirra (099.281.946-61); Thiago Luiz Ito Moreira (011.542.051-77); Thiago Negreiros Parente (010.233.943-08); Thiago Pereira Faustino (030.522.191-46); Thiago Torres Balbi (076.382.016-47); Thiago Torres Balbi (076.382.016-47); Thiago Xavier Carneiro (786.950.662-15); Thomaz Eduardo Eurich (010.335.779-36); Tiago Vinícios Policarpo Cortes (124.342.627-67); Tiago de Paula Mendes de Oliveira (068.017.136-39); Valdir Roque Dallabrida (134.852.450-20); Valmir Jose Caviquiolo (019.251.839-98); Vaner Bettanzo Neto (011.865.020-37); Vaneska Tedeschi Pivatelli (248.962.218-85); Vanessa Asevedo de Alvarenga (089.391.576-99); Vanessa Asevedo de Alvarenga (089.391.576-99); Vanessa Christina Simoes Silva de Oliveira (021.907.263-95); Vanessa Rabelo Correa Duarte Ribeiro (075.026.506-01); Vanessa Vasconcelos (001.955.601-24); Vanessa de Jesus Lau Machado (359.197.308-46); Vania Aparecida Campos Nogueira (072.460.256-93); Vania Cristina Lopes Camacho Meyer (122.885.837-38); Vania Veronez da Costa (098.280.516-05); Vanuza Leocadio de Oliveira (030.577.221-05); Vergilio Jose Thomaz de Almeida Oliveira (990.309.007-25); Victor Hugo Benicio Pinto (161.695.397-71); Victor Porto de Paula (103.407.446-69); Victoria Nunes de Almeida (038.671.091-09); Vinicius Murari Borges (049.559.989-17); Vinicius Oliveira Rocha (046.614.901-85); Vinicius dos Santos Carvalho (841.504.160-87); Vitor Bicalho Filgueiras (070.235.036-25); Vitor Ciampolini (372.738.708-46); Vitor Ferrer de Argolo (026.076.125-78); Vitor Rodrigues Fontoura (139.609.747-36); Vitor da Silva (011.523.689-90); Vitor de Castro Nobre (044.856.161-18); Vitoria Oliveira Brito (406.006.548-00); Wagner Gomes da Silva (037.150.016-82); Wagner do Nascimento Junior (965.126.016-53); Waldemir Santiago Junior (242.642.455-91); Waldy Sombra Nunes Neto (042.207.873-56); Wallace Batista dos Santos (021.769.075-07); Walquiria Leticia Biscaia de Andrade (076.390.929-73); Wanderley Nascimento Pedroza (861.933.922-20); Wanderson Fernando de Andrade da Silva (027.627.501-21); Welberth Duque da Silva (102.230.396-16); Wender do Nascimento Rouver (051.543.387-07); Wesley Juvencio Gomes (045.449.283-97); William Acioli Freire de Gois (917.464.004-63); William Ferreira Nunes (102.898.117-16); William dos Santos Lima (009.459.799-59); Willyan Mozart Delmond Silva (508.924.282-87); Wilson Ferreira de Lima (109.761.227-90); Yan Moura Lima (098.751.736-81); Yane Silva dos Santos (097.750.939-70); Yanna de Omena Soares (833.146.362-53); Yasmin Araújo Curvelo (027.064.192-02); Yasmin Silva Araujo (035.387.721-26); Yuri Brasauskas Alves Marzenta (113.487.114-77); Zuleide Oliveira Feitosa (723.890.443-87).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo; Departamento de Polícia Federal; Eletronuclear S.a.; Fundação Universidade de Brasília; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Nacional do Seguro Social; Ministério da Economia (extinto); Ministério Público Federal; Superior Tribunal de Justiça; Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj; Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/am e RR; Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/sp; Tribunal

Regional do Trabalho da 2ª Região/sp; Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/mt; Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs; Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/pa e AP; Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Tribunal Superior do Trabalho; Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Universidade Federal Fluminense.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1758/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.081/2024-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abiel Dantas Lima (087.625.374-58); Abnadan de Melo Martins (041.355.643-30); Abner Victor Rodrigues Silva (017.383.964-95); Adail Muniz Retamal (814.207.226-20); Adenilson Costa Belo Jovino (702.546.836-30); Adonay Aum Veiga (010.363.521-10); Adrielly Thais dos Santos Silva (115.011.574-26); Ailton da Silva Cordeiro (072.383.434-28); Aime Carolina Sirilo Kroth (033.723.232-62); Alan Fernandes Borges (113.119.717-85); Alana Tamara de Lima Soares (025.062.352-80); Alberto da Costa Britto Junior (122.280.847-19); Alberto da Cruz Lima Sobrinho (003.041.612-41); Aleixo Alves de Sousa Junior (001.306.611-04); Alessandra Fernandes de Andrade (167.262.917-95); Alessandro Rogerio Anunciacao Araujo (889.759.595-20); Alexandre Garcia da Silva Santos (121.143.994-19); Alexandre Jose Ferreira (015.954.717-23); Alexandre Pereira da Silva (002.292.263-61); Alexandre Tambra Carmo (498.479.488-79); Ali Marques dos Santos (451.848.808-36); Alicia Beatriz Leite Machado (199.306.217-33); Alison Jose dos Santos Silva (149.197.724-83); Alisson Ricardo (029.595.579-13); Alisson Tadeu da Silva Oliveira (074.871.406-52); Allan Santos de Freitas (105.155.494-28); Allef Kristian Tavares Rocha (413.723.688-76); Allison Louredo de Avellar (152.093.167-00); Alvaro Gabriel de Carvalho (149.403.016-05); Alvaro Ian de Andrade Sousa (063.671.443-82); Alyson Jhones de Souza Andrade (042.643.491-92); Alysson Rafael Oliveira de Lima (064.329.314-01); Amanda Ribeiro Rodrigues (150.988.437-82); Amanda Sampaio Vieira (084.360.543-00); Amanda Schiessl da Silva (081.418.379-40); Amanda de Castro Lacerda (057.886.751-62); Amanda de Fatima Oliveira de Salles (100.390.387-85); Amanda do Carmo Santos (121.957.336-16); Amilton Castro Costa Neto (197.503.797-99); Amir Gabriel Tostes Kobrosly (177.668.987-99); Ana Carolina da Silva Hipólito (194.466.227-86); Ana Clara Benedito Rocha (166.667.617-90); Ana Clara Malheiro Smera Batista (054.158.945-86); Ana Gabriela Medeiros Rodrigues (130.868.099-65); Ana Gloria de Assis Paiva (189.222.507-71); Ana Laura Sousa (608.757.663-07); Ana Paula Brandao Lopes (016.267.257-80); Ana Sabrine Farias Lima (066.731.881-03); Ana Vitoria Fernandes Felipe (068.795.333-29); Anderson Gomes Andrade (058.874.993-11); Anderson Jose Silva de Oliveira (093.025.404-05); Anderson Severo de Matos (014.523.383-96); Andre Elvis Loeser (070.075.959-01); Andre Felipe da Silva Antunes (333.502.068-59); Andre Luis Ferreira Sa (030.096.553-20); Andre Luiz Rodrigues Pinheiro (098.852.217-94); Andre Luiz de Paula Machado (063.451.721-03); Andre Minoru Fusioka (067.720.929-02); Andre Neves dos Reis (079.894.207-08); Andre Richard Fernandes Pereira Riccaldone (187.534.997-94); Andre Rodrigues Pereira (110.270.326-56); Andre da Silva Queiroz (060.413.599-80); Andre de Souza Justo (255.299.188-24); Andrea Goncalves de Oliveira Cavalcanti (022.785.224-93); Andrelaine Camilli de Sousa Ricci (187.828.707-99); Andressa Godoi Lima Coelho (154.657.746-73); Andressa Rodrigues de Araújo

(094.149.715-13); Andrew Ribeiro Fraga (476.307.308-70); André Cardoso Antunes Bilate Pizoeiro (125.830.157-10); André Lucas Barcellos Guedes (178.489.097-94); André Mark Santos Oliveira (199.479.737-19); Ani Drieli Melo dos Santos (132.922.744-19); Anna Clara Leao Gullo (168.476.847-04); Anna Elisa Ferreira Costa Rodrigues (123.377.277-50); Anna Karolini Oliveira Serpa Barbosa (160.347.197-98); Anne Beathriz Souza Augusto (106.124.387-75); Antonio Agripino Nunes Moura (035.906.683-69); Antonio Alan Damasceno Freitas (607.509.993-06); Arthur Aleksandro Alves Silva (095.407.044-56); Arthur Candido do Vale (198.382.147-01); Arthur Constantino Bartolamei (125.134.039-32); Arthur Martins Cunha (032.864.981-30); Arthur Rocha Guerbe Fera de Almada (076.126.971-14); Arthur Rodrigues Arend da Silva (109.152.119-04); Arthur Rodrigues Soares (167.183.277-94); Arthur Souza Fernandes (066.682.895-41); Arthur Wallace Silva Lopes (009.341.701-26); Artur Dolzan Moritz (131.944.819-40); Artur Roza Campos (037.815.961-50); Asaph Teixeira e Souza (087.395.886-10); Atila Teixeira Oliveira (130.039.067-04); Ayla Rangel dos Reis (215.373.247-64); Barbara Amaral Ribeiro Magi Simoes (181.217.747-05); Barbara dos Santos Ferreira (960.124.805-63); Beatriz Candez Vieira (511.829.458-48); Besaleel de Oliveira Nepomuceno (065.225.371-76); Bianca Queiroga Marcelino (149.537.756-35); Brenda Barros Mileto (177.754.087-90); Brenda Maria de Oliveira Silva (136.807.756-01); Brenda Nayara da Silva (430.691.018-01); Brenno Izaías Cardoso Nascimento (075.604.413-86); Breno Vinicius Barros Sousa (052.415.243-80); Bruce William de Paula Marins (151.403.516-25); Bruna Alves Wanderley de Siqueira (111.711.154-74); Bruna Lima de Oliveira (192.114.377-09); Bruno Brandao de Oliveira Leite (098.734.177-45); Bruno Brasil Ferreira (104.622.377-10); Bruno Carlos Sales de Moraes (064.519.194-97); Bruno Henrique Araújo Mestriner (453.718.338-11); Bruno Henrique Prybecz (079.711.619-21); Bruno Leite Calazans Costa (153.682.587-55); Bruno Nobre Zisman (168.369.007-96); Bruno Oiring de Sousa (492.199.038-73); Bruno Oliveira de Melo (055.213.777-43); Bruno do Sacramento Rocha (031.825.204-07); Bruno dos Santos Targa Chaves (464.073.278-30); Caio Alexandre Nascimento da Silva (322.825.878-55); Caio Cesar Fraga de Oliveira (153.713.647-06); Caio Victor Sampaio Mota Santos (042.358.345-09); Caio da Silva Cruz (181.640.597-30); Caique Guedes Conde Sangenis (126.234.767-05); Camila Medeiros Rego (046.810.213-26); Camila Raquel Bernardes Mangabeira (015.582.814-28); Carlos Augusto Souza Carvalho (069.613.866-28); Carlos Eduardo da Costa Gouvêa (122.703.787-25); Carlos Henrique Neto (169.644.877-86); Carlos Henrique Silva Bispo Rodrigues (704.061.071-06); Carlos Masao Mito (475.108.968-43); Carlos Stresser de Assis (099.007.629-67); Carolina Araujo de Sousa (061.209.234-89); Caroline Silva Ribeiro (068.144.262-00); Carolline Vieira Barros da Silva (141.465.437-54); Cassiano Delgado Araujo Bruckhoff (857.329.740-91); Cassio Fabius Cambraia Ribeiro (009.621.941-66); Catarina Lanai Aguenta Ferreira (062.506.667-70); Catarina Ramos de Souza (186.467.757-04); Cauanny Iasmim Forster Candido (038.191.760-63); Cauã Muniz Marinho da Silva (180.852.857-38); Cesar Murilo da Silva Junior (117.199.256-40); Cesar Rafael Lopes (047.825.539-00); Charles de Figueredo Ferreira Junior (414.918.418-69); Clara Costa da Silva Gomes (125.796.277-90); Claudenir de Oliveira Maia (666.371.122-91); Claudio Reis (564.311.049-00); Cleiton Marques Bittencourt (910.893.109-78); Cristiano Lima Sobrinho (010.040.293-30); Cristina da Silva Fritsch (011.989.320-74); Cryslaine da Conceicao Araujo (168.628.757-79); Cássia Stragliotto Mellos (038.097.600-56); Dalmo Antonio do Nascimento Filho (156.371.276-89); Daniel Hespanhol Vieira (046.790.686-63); Daniel Luiz Silva Dantas (190.758.117-05); Daniel Melo dos Passos (038.846.471-21); Daniel Mendes Negreiros (198.999.617-52); Daniel Pereira Cinalli (419.261.608-43); Daniel Rios Couto (014.648.235-29); Daniel Rocha Galiati (146.603.447-54); Daniel Rodrigues Cavalcante de Menezes (705.092.592-60); Daniel Santos de Carvalho (095.411.967-30); Daniel Souza da Fonseca (402.139.108-88); Daniel Vila Real da Silva Jacinto (204.716.597-03); Daniel Wilson Lopes de Souza (018.143.002-95); Daniel da Silva Barros (033.000.573-10); Daniel da Silva Braga Condal (178.242.917-40); Daniela Simas Silva (155.382.357-50); Danielle Cristina Thomaz Faustino (167.932.457-83); Danilo Carlos Fonseca Praxedes (074.275.034-57); Danilo Vieira Rocha (063.984.341-70); Davi Carlos de Araujo da Silva (081.023.759-81); Davi Wesley Costa de Lima (164.804.297-02); Davi de Souza Pinto (158.573.177-38); David Willamy Bezerra dos Santos (097.569.424-36); Debora Oliveira de Carvalho (058.549.737-07); Debora Pinheiro Tiengo (150.934.007-69); Deborah Ferreira Galdino (023.154.426-05); Deivid Wesley Pereira Borges de Freitas (046.465.651-61); Deivti Dimitrios Porto dos Santos Filho (053.747.970-85); Denis Ruiter dos Santos

Severo (015.548.071-58); Dennis Ferreira Silva (079.589.544-50); Denzel Maia Silva do Nascimento (155.363.377-69); Diego Magalhaes de Melo (001.931.162-19); Diego Oliveira da Silva (233.049.098-42); Diego Rodrigues Ferreira (070.128.714-40); Diogo Santos Ferreira (394.792.288-40); Diogo Vinicius Bezerra Alves de Almeida (142.502.914-05); Diogo da Costa Colem (033.970.661-90); Djonathan Bitencourt Lopes (037.523.550-77); Douglas Vanini Mendes (017.654.891-21); Duanni Evelyn da Rosa Costa (018.698.700-50); Edgard da Cunha Pontes (094.755.707-56); Edirlei Elder Machado Filho (183.075.687-73); Edson Matheus Alexandre Cizeski (060.525.599-77); Edson Sousa de Oliveira Junior (047.441.421-33); Eduardo Augusto Paes Solis (129.647.767-33); Eduardo Matheus Bernardo Silva (054.600.661-23); Eduardo Muniz Wulhynek (162.983.217-05); Eduardo Rodrigues Brito (062.751.293-36); Eduardo Rodrigues Verzola (080.801.321-19); Eduardo Sacchi Maciel (061.186.495-96); Eduardo Vinicius Souza da Silva Correia (116.133.904-32); Eduardo da Silva Pereira (198.557.007-67); Edward Seidy Izawa (095.654.489-41); Elane Santos Pereira (013.990.265-18); Elder Oliveira Peixoto (062.930.123-99); Elia Melfior (082.165.749-67); Eliane do Nascimento Silva (995.951.503-63); Elisa Maria Alves Amaral (125.675.226-62); Elisa Monteiro de Paiva (157.293.767-07); Elisiel da Silva Sampaio (172.493.607-79); Eliza Hoffmann (081.195.589-36); Ellen Castelo Branco Ferreira (042.736.523-66); Elvis Jonhon da Silva Leite (351.510.958-70); Emmanuel Trombini Tavares (037.428.920-45); Emanuel Apostolo Evangelista Lemos e Silva (504.733.128-83); Emanuel Santana de Almeida (041.038.175-69); Emanuelli de Cassia Santana Fernandes (154.561.146-74); Emerson Oliveira Sousa (839.154.865-15); Emerson Santana de Jesus (074.497.995-10); Emili de Fatima Fischer (046.513.420-35); Emilly Carneiro da Cruz Santos (863.979.885-03); Emilly de Sousa Moreira (525.303.428-57); Emilson Cardoso Moreira (900.723.245-20); Endryel Monteiro Teixeira (046.946.540-98); Enelise Enaile Nayhara Costa Silva (116.716.609-43); Enzo Luiz Nogueira dos Anjos (144.783.707-02); Enzo Schetine Fernandes (525.470.238-90); Enzo de Mendonca Furtado (202.614.247-50); Eric Bernd Gil (045.193.871-24); Erica Xavier (087.375.217-13); Erick Douglas Carvalho Vargas (120.238.086-77); Ernani Sans Filho (445.209.139-34); Eros Alberto Trento (078.209.069-95); Ester Carvalho Santos de Matos (171.566.467-10); Estevam Cardoso Lopes da Silva (036.088.181-54); Estevao Bissoli Saleme (097.411.777-39); Evandro Pereira de Lacerda (041.464.319-48); Fabio Luiz Alvares Osti (490.274.468-65); Fabio Luiz Silva Lopes (118.930.826-60); Fabio Mendes Soares (717.659.212-87); Fabio Tavares Oliveira (047.103.721-44); Fabiola Marques Rezende (095.712.626-33); Fabricio Silva Melo (009.457.705-61); Felipe Carolino Machado (936.176.901-49); Felipe Cruz Alencar de Macedo (017.662.402-32); Felipe Feitosa Soares (058.436.333-81); Felipe Ferreira de Lima (141.031.517-73); Felipe Frizzera de Moraes (173.752.717-04); Felipe Lacerda da Cruz Freire (438.366.088-63); Felipe Mello Santos (861.575.875-12); Felipe Minardi Sabbá de Alencar (126.220.927-76); Felipe Rodrigues Barbosa (203.888.317-31); Felipe Santana Carvalho (090.044.645-57); Felipe Tonin Aguiar (029.613.531-30); Felipe Uênio Souza Anjos (076.805.091-07); Felipe de Mattos Bracale (391.060.058-10); Felipe de Sousa Barbosa (122.752.614-86); Ferdinan de Oliveira Nascimento (004.471.571-40); Fernando Garcia Ramos Lusvarghi (418.887.998-03); Fernando Lobo Martins (214.770.938-77); Fernando Luiz Alves Júnior (045.142.811-07); Fernando Moreira Bittencourt (088.936.807-42); Filipe Antonio dos Santos Viegas Ribeiro (167.726.857-33); Filipe Castelo Martins (077.468.441-03); Flavio Cordeiro Rocha Junior (465.096.958-12); Francisco Anderson Rodrigues de Sousa (063.936.423-35); Francisco Armando Avelino de Oliveira (031.650.033-00); Francisco Jefferson da Silva dos Santos (055.400.273-61); Francisco Jose da Silva Rosa (074.857.011-00); Francisco Wellington Teixeira (444.086.093-15); Francisco Wermeson Pereira dos Reis (052.090.343-99); Francy Helder Silva de Almeida (029.239.511-66); Frantchesco Cecchin (004.508.830-60); Frederico Ferreira Alves Pinto (031.294.361-03); Frederico Sardi Ayestaran (077.979.377-37); Frederico Wagner Carneiro Rodrigues de Jesus (032.982.385-03); Gabriel Albuquerque da Silva (200.119.077-89); Gabriel Almeida Dias (162.281.967-58); Gabriel Alves Evangelista (093.294.176-12); Gabriel Amorim Villa Real de Barros (178.198.727-05); Gabriel Andrade Floriano (160.828.756-48); Gabriel Augusto Azambuja Gamboa (175.174.527-97); Gabriel Batista Gomes (505.674.578-26); Gabriel Bezerra Belem (009.908.491-04); Gabriel Bianchini Machado (090.589.609-27); Gabriel Bucci de Melo (067.025.181-02); Gabriel Fernandes Pires (032.984.292-79); Gabriel Gamas Giuntini (440.307.638-63); Gabriel Hunhoff (043.517.330-80); Gabriel Intorne Barros (156.719.127-41); Gabriel Izac Félix Barbosa (065.152.251-05);

Gabriel Kenji Laranjeira Caldas Kamei (080.872.031-78); Gabriel Maia Leao (048.747.560-77); Gabriel Martins Rodrigues de Souza (042.144.412-65); Gabriel Mascêne Gomes (059.754.581-29); Gabriel Pereira Rodrigues (147.611.006-99); Gabriel Reis Martins Daim (176.211.247-76); Gabriel Silva Sena (040.984.530-29); Gabriel Souza Braga (130.980.087-17); Gabriel Vasconcelos de Souza (873.647.602-10); Gabriel Victor Ceolim Souza (123.706.214-43); Gabriel Yoshiraru Delfino Mazzo (376.017.628-31); Gabriel Zacarias Silva Kopke (080.463.305-31); Gabriel da Silva Beckmann (068.940.611-81); Gabriela Ferreira Chagas (125.443.676-60); Gabriela Fretola Costa (445.946.508-64); Gabriela Ramos Labat Uchoas (143.339.306-93); Gabriela Tomas Campbell Paes Leme (157.473.617-59); Gabrielle de Castro Caldas (145.040.557-67); Gabrielle de Mesquita Sena (054.899.271-19); Geovanna Elias Barbosa Machado (131.276.637-90); Gert Uchoa Muller Neto (014.091.614-80); Gessica Lidia Ferreira Campos (129.459.996-84); Gian Pietro Rodrigues Barivieira (101.298.609-80); Giancarlo Mira Otto Filho (095.805.979-95); Gilbert Campos Vilalva da Silva (121.549.807-16); Gilberto Alves Pereira (078.103.448-54); Gilvan Araujo Santos Junior (030.942.555-74); Giovana Silva dos Santos (615.954.983-97); Giovane de Jesus Oliveira Freitas (066.633.726-88); Giovanna Gomes de Oliveira (139.416.686-92); Giovanna Mendonça Lôbo (057.923.531-90); Giovanni Campisse Borboni (128.625.016-11); Gisele Canedo (797.710.761-91); Giulia Teixeira Paiva (063.617.357-70); Gloria Maria Correa Pimentel Rodrigues (043.456.270-01); Grazyelle Kaullay Magalhaes Silva (104.458.767-94); Greyceane das Neves de Souza (168.771.537-82); Guilherme Alexander Lauermann (021.580.540-26); Guilherme Alves Malveira (077.801.083-09); Guilherme Antonio Dinucci da Silva (158.521.547-33); Guilherme Artur Fucks Martins (041.393.679-11); Guilherme Balog Gardino (503.096.878-45); Guilherme Bastos de Oliveira (076.878.829-38); Guilherme Crespo Gomes dos Santos (122.505.257-22); Guilherme Dias de Andrade Lima (103.039.964-63); Guilherme Evangelista Pereira (490.667.348-17); Guilherme Federizzi (044.306.410-56); Guilherme Garcia Xavier (150.099.417-08); Guilherme Guy de Andrade (036.961.221-30); Guilherme Leopoldo Garcia (167.613.646-04); Guilherme Marcos Vit (063.726.589-09); Guilherme Miranda da Silva (015.106.410-50); Guilherme Neubaner da Silva (451.965.378-99); Guilherme Nicchio Pinotte (118.821.167-63); Guilherme Rodrigues de Freitas Burgos (179.085.137-86); Guilherme Santos e Santos (860.222.215-79); Guilherme dos Santos Padilha (004.354.160-73); Guilherme dos Santos da Rosa (048.784.350-97); Gustavo Adam (043.995.860-10); Gustavo Florentino Bittencourt (164.080.937-60); Gustavo Freire da Silva (117.292.026-59); Gustavo Gouveia Lopes da Silva (518.553.008-18); Gustavo Henrique Peixoto Mercado (049.413.891-23); Gustavo Henrique da Silva Pinto (196.415.667-09); Gustavo Leite Silvano (539.140.402-97); Gustavo Lopes dos Santos (460.762.618-03); Gustavo Luiz dos Santos (126.483.366-05); Gustavo Nascimento Passos (038.134.505-03); Gustavo Prazeres Paz do Nascimento (112.735.654-28); Gustavo Vicente de Freitas Firmino (526.693.158-28); Gustavo da Silva Moraes (424.903.968-46); Gusthavo Correa Avelino (142.957.896-31); Hagos Mariano de Souza Vieira (175.519.367-00); Hakaua Melquiades Fagundes (215.413.337-13); Hariamy Maciel Vasconcelos (610.616.523-86); Hauany Gonçalves Leite (154.527.897-07); Heitor Jorge Valente Bittencourt (059.500.021-56); Helder Ruan Souza Silva (707.165.944-39); Helder Silva Lopes Moraes (328.375.138-22); Helio Diniz (266.333.948-29); Hellimateas Barros Chaves (057.622.413-86); Hellyan Alves de Oliveira (422.966.788-40); Henrique Charles Fernandes Carvalho (077.148.296-56); Henrique Luiz Moreira Farias (059.383.027-06); Henrique Pivetta Gomes (194.320.917-08); Henrique Prado Macelli (023.244.926-01); Henrique Santos Gaspar Ribeiro (083.022.149-22); Henrique de Martini Munhoz (035.492.290-46); Henry Ubial Pereira (059.336.569-09); Hernandes Carneiro Macedo (046.670.981-12); Hernandes Erick de Sousa Rodrigues (060.709.323-40); Hertha Caroline Mater Lopes (048.302.911-41); Hiago de Souza Cruz Alves e Silva (084.264.096-79); Higor Vital da Silva Sant Anna (070.474.405-85); Hosana Gomes Pinto (168.260.477-21); Hudson Leo Araujo Pinheiro da Silva (122.430.047-55); Hugo Lima Antunes (043.687.755-46); Hugo Thiago de Holanda Oliveira (061.042.114-02); Ian Athaydes Fadanelli (068.336.529-02); Ian Martins da Silva (472.850.228-70); Idina Cristiane Velasques Castro (611.644.372-91); Igor Azevedo da Silva Alves (076.673.271-14); Igor Madeira de Sá Pacheco (131.146.099-37); Igor Marcari de Oliveira (458.353.368-37); Igor Paladino Gomes da Costa (131.215.317-27); Igor de Araujo Resende (710.223.674-39); Igor de Oliveira Baptista (508.851.698-32); Inez Vilela da Fonseca (567.238.226-68); Irene Egler Aguiar (023.469.491-24); Isaac Duarte de Oliveira

(019.700.983-25); Isaac Pinheiro (417.410.588-05); Isabella Fernanda Contessotto (479.282.248-36); Isabella Fernandes Teixeira (140.669.757-55); Isabelle de Menezes Lemos (177.321.817-43); Isabelly da Silva Durão (165.806.617-04); Isaque Souza Cruz (363.352.508-45); Isaías de Paiva Carvalho (067.444.661-51); Israel Bulcao Farias Luz Tavares (055.580.475-50); Israel dos Santos Henriques (166.843.747-36); Italo da Silva Brito (661.820.773-87); Iuri Cabral Paiva (065.386.944-46); Iuri Cerqueira Rocha (148.021.687-99); Iuri dos Anjos Delgado Machado (180.195.487-93); Iury de Carvalho dos Santos (162.574.287-85); Ivanildo Jose Pereira Junior (701.896.754-62); Izaul Karlos da Silva Souza (701.635.451-20); Jael Oliveira de Almeida (015.568.851-05); Jaidete Maria da Silva (111.540.574-88); Jair Gabriel de Souza da Silva (089.117.854-66); Jair Rocha de Oliveira Neto (060.894.714-88); Jamisson Santana de Freitas (067.422.374-81); Jean Leles da Silva (822.552.702-00); Jean Rodrigues Junior (195.576.727-06); Jean Sanches Gremaschi (089.128.219-03); Jefferson David Ferreira da Silva (962.915.913-91); Jeffersson Chiachio Cerqueira (049.724.825-59); Jemima Caled Barbosa Amaral (083.602.735-37); Jenefer Soares de Oliveira (183.930.017-57); Jesuan Felipe Peres Barbosa (098.323.839-19); Jheffrey Thulyo dos Santos (107.339.026-85); Jhonata Cauã Pereira Diniz (080.198.321-57); Jhonatam de Souza Medina (126.232.907-84); Joacy Mesquita da Silva (057.593.755-63); Joanna Oliveira de Araujo (127.234.157-75); Joao Batista Ferreira Bastos Junior (018.496.902-60); Joao Carlos Elias Dias (109.089.457-01); Joao Eduardo de Lima Silva (136.276.206-74); Joao Felipe Nicolaci Pimentel (147.095.937-28); Joao Gabriel Ramos Beltrao de Melo (102.900.354-81); Joao Henrique Queiroz de Carvalho (077.398.485-22); Joao Marcos Barbosa Silva (607.923.523-43); Joao Marcos Flach (043.538.149-07); Joao Paulo Vieira Pereira Teixeira (194.253.317-90); Joao Paulo dos Santos Costa (077.597.445-52); Joao Pedro Bitencourt dos Santos Costa (161.868.487-60); Joao Pedro Filocre Oliveira (072.671.825-42); Joao Pedro Heinze da Silva (054.092.510-16); Joao Pedro Neves Loero (179.793.647-67); Joao Pedro Rodrigues de Oliveira (072.509.261-01); Joao Pedro da Paz Costa (158.643.957-06); Joao Rafael Duarte Pereira (003.640.203-69); Joao Tribouillet Marcial de Menezes (047.325.131-07); Joao Victor Cerqueira dos Santos (164.745.967-24); Joao Victor Nunes Rhoden (435.764.448-82); Joao Victor de Paiva da Costa Silva (177.076.027-06); Joao Vitor Ribeiro da Silva (052.937.631-80); Joao Vitor da Silva Dezan (044.780.591-60); Joao Vitor dos Santos Silva (040.230.890-52); Joao Wilian dos Reis (111.988.166-86); Joel Cruz Soares (019.105.063-62); Joffre Agripino Francisco Augusto (151.655.137-00); John Hunhoff (056.312.691-47); Jomar de Andrade Lemos Junior (043.413.530-55); Jonas Sousa Leandro (098.027.094-41); Jonas de Oliveira Castro Neto (064.865.383-84); Jonathan Santos Rodrigues de Araujo (151.219.237-67); Jonathan Trancozo da Silva (116.479.807-39); Jonathan de Oliveira Rocha (182.597.497-77); Jordielson Emanuel Caldeira da Silva (122.898.664-90); Jorge Araujo Bezerra (334.492.918-66); Jorge Eduardo Sarmanho Boabaid (050.514.170-19); Jorge Paulo da Silva Junior (108.462.814-73); Jose Antonio Carneiro Avila (065.753.486-29); Jose Edvan Agripino Costa (064.543.022-61); Jose Henrique Dometerco (018.223.929-26); Jose Selmar de Araujo Lima Junior (914.277.542-68); Jose dos Santos Filho (101.212.804-03); Josenildo Vicente de Araujo (107.550.164-40); Joshua Teichrieb de Castro (039.038.205-12); José Luciano Azevedo Machado Júnior (057.443.582-42); José Mauro Jeronimo Carvalho da Costa (021.436.216-71); João Antônio de Menezes Ramos (055.595.422-61); João Carlos Costa de Melo (120.983.674-22); João Eduardo Mc Mannis de Lima (039.044.210-00); João Gabriel Sampaio Vieira (197.279.407-81); João Guilherme Ferreira da Silva (141.142.637-13); João Guilherme de Souza Barboza (076.898.001-14); João Luiz Laranjeira da Silva (207.252.127-05); João Paulo dos Santos Queiroz (168.132.317-66); João Pedro Escandiel de Almeida (403.069.978-27); João Pedro Rodrigues de Faria (062.634.597-94); João Pereira de Oliveira Neto (713.186.094-88); João Rafael Carvalho Camargo (488.662.998-98); João Victor Alvarenga Cassiano Paixão (140.237.346-59); João Victor Galdino Rivero Rivero (159.157.397-17); João Victor Reis Conceição (082.323.625-02); João Victor Silva (146.382.766-01); João Vithor Ervatti Rocha de Lima (074.019.779-74); João Vitor Brandão Mourão (159.655.927-60); João Vitor Cassimiro da Costa (060.592.942-43); João Vitor Dantas de Azevedo (143.764.924-69); João Vitor Santos Barbosa (099.624.665-71); João Vitor Silva Costa (108.700.436-50); João Vítor Pinho Soares (120.214.304-05); Juan Londero Fabricio (020.794.360-58); Juan Pablo da Silva Santana (206.006.707-32); Juan Pablo de Almeida Lopez (471.959.438-79); Julia Emily Pereira da Silva (208.005.447-30); Julia Pereira Diniz (194.723.997-03); Julia de Almeida Ferreira (188.046.347-40);

Juliana Marques dos Santos (189.909.887-99); Juliano de Souza Novacki (086.943.289-33); Julio Cesar Correa Malheiros de Souza (079.334.661-41); Julio Cesar Goncalves Sales (968.034.875-04); Julio Cesar Lima de Souza (125.113.377-03); Julio Cesar de Abreu Heupa (105.930.509-75); Julio Cesar de Carvalho Barros (120.089.684-05); Junior Alves Rodrigues (040.997.660-12); Júlia Marques Oliveira (057.473.571-23); Júlia Vitória Roldão Leite (122.181.057-05); Júlio Barros Soares (063.948.662-29); Kaio Eduardo Costa de Souza e Silva (136.185.514-28); Kaio Mascarenhas Moreira (168.506.327-60); Kamila Vieira da Silva Almeida (459.148.448-35); Kamilly Victoria Ferreira Velloso (198.585.097-40); Karen dos Santos Fernandes (161.951.287-40); Karla Deryleide Monteiro (703.246.434-38); Kaua Lemos Rodrigues (192.645.617-30); Kaua Lima Rodrigues (207.424.847-42); Kaue Vetorazi (085.353.469-10); Kauã Gonçalves Fernandes Ferreira (199.234.477-90); Kauã de Sousa Alves (195.898.847-25); Kauê Pinto da Cruz (701.618.372-63); Kayky Rangel Victor Santos Fonseca (094.875.745-06); Kelaine de Moraes Viana (160.034.727-40); Kely dos Santos Andrade (023.910.471-42); Kenzo de Oliveira Matsuda (064.102.661-70); Kerolin Daiane Fernandes Correia (124.000.779-59); Kerven Maciel Monteiro de Albuquerque (113.235.014-01); Kessianne Suelen Barbosa Ferreira (731.651.312-87); Kevin Eduard Piske (089.234.469-55); Kevin Tietz (043.795.670-95); Kleidson Alves Correa (708.862.231-99); Kleyton da Costa Lopes (033.043.231-12); Kássio Henrique Machado de Sena (075.053.851-19); Laila Carolina Sequeira Lago (048.912.635-98); Lairson Emanuel Rodrigues de Alencar Oliveira (073.872.084-41); Lara Santos do Nascimento (132.016.154-55); Larissa Feliciano da Silva Britto (702.839.194-93); Lauro Lenon Vargas da Rosa (030.008.450-11); Layse Julyanne Pereira dos Santos (081.572.734-80); Leandro Santiago da Silva (085.587.334-57); Leandro Soares Neves (046.947.573-00); Leno Grazianny Fragoso de Moraes (036.707.261-01); Leonardo Teles de Almeida (037.465.497-28); Leonardo Vinicius Duarte de Abreu (083.103.504-81); Leticia Albuquerque Domingues da Silva (177.818.327-10); Leticia Franca Rodrigues (186.606.117-80); Leticia Magalhaes Braz (142.362.847-07); Leticia Martinez Costa (091.788.261-01); Leticia Miranda Ferreira (707.015.904-83); Leticia de Oliveira Rangel (161.556.247-80); Letricia Pereira Soares Avalhais (013.463.481-03); Levy Elias Ferreira Marinho (088.364.653-66); Ligia Lima Urbanetto (034.866.980-10); Lohan Guthierrez Serra (192.269.127-50); Lorena Rodrigues Martins (195.727.677-04); Lorenzo Gabriel Schmidt Herter (042.686.410-76); Louise da Silveira Kronbauer (048.738.790-27); Lua Cristhian Moura Lima (023.226.512-73); Luan Bancke da Silva Henz (010.033.760-02); Luana de Lima da Costa (174.861.937-36); Lucas Accioly Teixeira (117.983.184-58); Lucas Amadeu Keil Marinelli (069.431.809-40); Lucas Arouca Guimarães (183.239.967-25); Lucas Barbosa dos Reis (077.734.513-70); Lucas Batista Evangelista (161.679.237-01); Lucas Cardozo Teixeira Costa (017.840.040-81); Lucas Cordeiro Lobato (040.144.832-07); Lucas Eduardo Wagatsuma Santos (154.830.846-32); Lucas Ferreira Armini Coutinho (176.692.757-23); Lucas Gabriel Albuquerque Andrade (134.184.664-43); Lucas Goncalves Tinor (195.074.727-11); Lucas Guarise (064.535.559-30); Lucas Leonardo de Souza Alves (709.867.861-95); Lucas Lopes dos Santos (047.735.161-19); Lucas Pereira Leite de Oliveira (057.978.674-94); Lucas Pereira da Silva (062.784.457-00); Lucas Rocha Muniz (043.821.873-62); Lucas Vitorio Taroco (175.779.216-37); Lucas da Silveira Calabrezi (035.848.340-90); Lucca de Almeida Sampaio Lisboa (194.734.077-85); Luciano Chaves Neto (903.775.241-15); Luciano da Silva Gomes (906.357.601-34); Luciney Gomes de Brito Junior (064.757.151-07); Luigi Vincenzo Marinho (125.507.916-90); Luigi Alanis Peronio (053.542.370-50); Luigi Azevedo Soares dos Santos (136.223.066-96); Luis Artur Freiria Dallacqua (046.592.311-94); Luis Augusto Siqueira Mourao Soares (006.327.363-21); Luis Augusto Toscano Guimaraes (077.344.636-22); Luis Fillipe Nunes Lopes (122.519.644-28); Luis Gabriel da Silva Curty (134.413.237-50); Luis Guilherme Uhlig (064.607.799-61); Luiz Eduardo Santi Silva (075.098.691-37); Luiz Felipe Barreto Uchôa (066.453.795-28); Luiz Felipe Correia de Araujo (185.663.647-08); Luiz Felipe Mazui Manente (047.974.910-86); Luiz Felipe do Bom Conselho da Silva (092.399.966-30); Luiz Filipe de Jesus da Silva (169.127.357-03); Luiz Henrique Anjos Cardim (054.292.539-79); Luiz Henrique Heredia Salas Alcoba Sejas (178.740.367-00); Luiz Henrique Teixeira Mendes (109.911.246-00); Luiz Sergio Samico Maciel Filho (988.666.302-25); Luiza Kazal de Carvalho (133.282.837-06); Luma Eduarda Ribeiro Campelo (085.767.584-23); Luís Eduardo Bonorino Maronês Peçanha (024.486.440-39); Luís Filipe de Melo Rezende (072.831.376-61); Lázaro Gabriel da Silva Frazão (022.843.332-06); Maicon Mauricio Goncalves da Silva (413.987.118-02); Manasses Ferreira Neto (064.784.036-70); Manuel Isaac Araújo Macêdo (131.578.024-02); Manuelle Gabriela Goncalves

Rodrigues (018.334.456-19); Marcello Lamim Martins dos Santos (213.882.647-30); Marcelo Antonio Alves Alencar (010.875.962-89); Marcelo Araujo Batista (052.823.383-19); Marcelo Augusto de Carvalho (100.080.586-79); Marcelo Gomes Brito (267.639.558-04); Marcelo Medeiros da Silva (444.776.998-08); Marcelo Teixeira Silveira (082.962.147-41); Marcelo de Castro Pereira (032.294.296-99); Marcelo do Nascimento Costa (017.463.874-40); Marcio Antonio da Silva (129.182.034-59); Marcio Henrique Barbosa Coutinho (043.988.267-26); Marcio Hiromi Nakamura (079.075.288-36); Marcio Mathie Privado Gomes (128.436.427-52); Marcio de Carvalho Torres (164.209.838-86); Marco Aurelio Lima de Sousa (053.641.033-07); Marcos Aristides Sousa Magalhaes Junior (080.075.366-63); Marcos Aurelio Constant de Souza Filho (135.990.647-92); Marcos Jose Sant Anna Magalhaes (105.596.517-32); Marcos Narciso Lopes (100.895.488-84); Marcos Paulo Pinheiro Correa (002.895.462-90); Marcos Paulo de Oliveira Santos (210.304.457-61); Marcos Sikora de Araujo (103.555.069-55); Marcos Tiago Viana Ferreira Henriques (112.086.936-62); Marcos Vinicius Lima da Costa (704.795.384-17); Marcus Vinicius de Souza Moreira (045.024.616-79); Maria Augusta Barboza Poggian (188.431.297-75); Maria Clara Vieira Macedo (173.165.807-98); Maria Clara dos Santos Vicente (119.408.454-08); Maria Cristiene do Nascimento Silva (034.452.363-21); Maria Eduarda Carvalho Pontes (197.467.197-69); Maria Eduarda Freire Lopes (130.955.747-03); Maria Eduarda dos Santos Silva (041.653.190-31); Maria Eulalia Marques Gomes dos Reis Aires (113.645.704-67); Maria Heloisa Fortes Pereira (062.868.546-73); Maria Luiza Gomes Batista Alves (063.611.151-27); Maria Pabiana da Silva Santos (040.520.335-74); Maria de Fatima Poplade (913.041.729-53); Mariana Moreira Lazoni (137.504.936-42); Mariana Prado Daniel (064.340.736-74); Marilia Aline Correia Santiago (082.397.274-76); Marina Chaves Silva (112.531.306-47); Marina Gabriela Bezerra (090.024.524-70); Mario Rovani Machado (838.063.260-53); Marley Adriano de Souza Silva (651.015.376-91); Marta do Rosario Monteiro (058.597.235-47); Mateus Almeida Giagio (186.299.687-37); Mateus Fellipe Alves Lopes (126.879.396-50); Mateus Passos Soares Cardoso (041.918.135-01); Mateus Rodrigues de Alencar (546.398.402-68); Mateus Soares Moreira (176.708.857-42); Matheus Camargo Silva (114.992.039-42); Matheus Eduardo Rodrigues da Silva (700.600.124-20); Matheus Ferreira Carvalho (132.836.307-47); Matheus Gomes de Sousa (057.187.441-06); Matheus Guilherme Silva dos Anjos (160.414.077-12); Matheus Machado Campos (192.909.687-96); Matheus Moreira Santana (158.196.497-88); Matheus Oliveira Costa (626.435.413-91); Matheus Reis de Oliveira (152.970.246-17); Matheus Richter (045.857.109-14); Matheus Rocha Duarte (703.288.244-70); Matheus Rocha Moreira Ribeiro (379.114.188-02); Matheus Salbego Anhalt (053.541.240-18); Matheus Sales Damasceno (706.828.621-69); Matheus Sales Germano Silva (412.495.038-17); Matheus Tomaz de Aveiro (430.421.268-03); Matheus da Silva Jahnke (047.706.710-75); Matheus de Souza Moraes (149.414.927-30); Matheus dos Santos Almeida do Carmo Pereira (206.225.787-23); Mathias Scroccaro Costa (083.026.919-33); Mauricio Silva Lopes (196.665.397-21); Mauro Felipe Oliveira Costa (046.141.203-93); Mauro Luiz Noguti Horbach (886.264.401-97); Maxsandro Washington Monteiro da Silva (199.030.757-40); Maxwell Rodrigues Gomes (034.295.291-90); Maycon Willian da Silva Souza (143.814.814-37); Michel Felipe Cunha Santos (042.906.895-66); Miguel Augusto Dias (477.812.718-82); Miguel Gomes da Silva Santos (191.620.617-47); Mikael de Medeiros Schmidt (101.208.549-02); Milena Marques Candido Figueira (141.441.657-10); Millena Mathias do Nascimento (181.024.477-37); Millena de Almeida Silva (144.847.987-86); Miriam Ferreira de Souza (307.281.058-37); Moacir Paulino de Souza Filho (124.492.084-37); Monique Silva de Souza (089.723.397-25); Mormon Lima dos Santos (119.658.444-30); Mylena Souza da Silva (073.801.925-90); Mylena de Oliveira Leal (149.186.977-12); Mirian Alessandra Andrade (525.228.328-16); Nata Samuel Gaspar de Oliveira (143.909.927-83); Nathalia Furtado de Oliveira (164.955.597-04); Nathalia Luiz do Nascimento Moreira (184.570.437-14); Nathalia Pereira da Silva Jardim (073.138.836-41); Natiel da Rosa Oliveira (034.914.650-01); Neandra Thaiz Tiago da Costa Silva (153.762.786-46); Neimar Coelho Rech (070.140.659-39); Nelson Alves Pereira Filho (018.139.381-64); Nelly Vinicius dos Santos Espindula (057.743.681-30); Nicholas Bittencourt da Silva Guedes (185.970.837-43); Nicolas Fornero Nascimento (122.356.356-10); Nicolas de Oliveira Donato (496.197.148-06); Nicollas Guedes dos Reis (039.172.440-12); Nicollas do Rosario Navega (196.502.237-54); Nilo Cesar Teixeira (279.940.698-00); Orlando Oliveira Berssane (019.447.072-55); Orlando Vicente de Oliveira Filho (920.269.405-25); Osmar Felipe Goncalves Costa (094.145.486-02);

Osnir Jose de Melo Basilio (103.568.189-77); Otavio Henrique Silva Gattini (162.141.626-78); Otávio Augusto Faleiro Ribeiro (024.151.050-31); Otávio Boézzio Rezeres (025.373.470-30); Pablo Capucho de Paula (409.018.398-76); Palloma de Almeida Silva (115.726.656-88); Pamela Cristine Coelho (119.053.869-58); Patricia Silva Cavalcante (114.289.467-30); Patrick Almeida de Carvalho (065.223.771-10); Patrick Medeiros de Carvalho Souza (187.890.707-71); Paula Christina Andrade de Sa (028.025.516-04); Paula Marques Fernandes Sampaio (061.690.764-88); Paula Victória Meireles da Silva (028.617.742-07); Paulina de Oliveira Cavalcante (046.984.763-80); Paulo Cesar Marques Lopes (050.269.318-55); Paulo Guilherme Nunes da Rocha (003.041.042-80); Paulo Marcio Soares Junior (107.344.546-19); Paulo Vinicius Pereira Linhares (093.865.394-62); Paulo Vinicius Vasconcellos Batista (147.627.727-39); Pedro Alex da Silva Neves (187.293.197-90); Pedro Cezar de Souza Guimarães de Oliveira (073.190.011-10); Pedro Correia de Siracusa (016.855.141-11); Pedro Gabriel Rodrigues da Silva Freitas (146.535.667-39); Pedro Henrique Sebbenn (038.016.610-08); Pedro Henrique da Silva Lima (175.331.647-25); Pedro Henrique da Silva de Almeida (142.202.507-19); Pedro Henrique de Oliveira Nascimento (064.343.247-74); Pedro Henrique de Souza Pesarino Amorim (187.696.037-07); Pedro Lopes Barbosa Junior (072.219.923-63); Pedro Luis Souza Silva (173.035.977-94); Pedro Pablo Freitas Martins Polanco (050.391.741-95); Pedro Paulo Fioretto Bianconi de Oliveira (384.644.048-59); Pedro Paulo Silva Pereira (030.957.351-38); Pedro Phelipe de Castro Guedes (603.682.943-40); Pedro Picanco (076.997.239-02); Pedro Rezende Oliveira (700.062.261-08); Pedro Schultz Almeida (046.146.490-09); Pedro da Silva Resende (152.876.136-79); Peterson Henrique Gomes Pereira (502.095.538-80); Phablo Alves dos Santos (168.356.367-00); Plinio Marcos de Albuquerque Costa (188.278.557-69); Plácido Correia da Silva Neto (707.062.421-22); Rafael Alexsander Bortoni de Oliveira (120.278.656-16); Rafael Almeida Soares (133.800.646-02); Rafael Araujo Barros (156.000.977-27); Rafael Augusto Botelho Perez (113.517.606-02); Rafael Frydman Menna Barreto (033.375.330-51); Rafael Lopasso (021.935.770-64); Rafael Luiz Leao Bandeira de Moura (009.550.614-40); Rafael Monteiro Rodrigues (055.793.221-19); Rafael Oliveira de Souza (049.601.410-26); Rafael Peres Goncalves (324.358.888-05); Rafael Ramalho Loura Franca (128.981.586-07); Rafael Sobreira Costa da Silva (173.099.157-20); Rafael Vital Lacerda Alves (049.593.655-36); Rafael da Rocha Zuchi (098.188.489-00); Rafaela Lace dos Santos (157.404.727-25); Rafaela Santiago Soares (189.257.887-56); Rafaela de Castro do Nascimento (120.297.467-89); Raildo Barros Rodrigues (009.095.532-38); Raissa Vieira Zeferino (188.891.417-35); Ralph Boeke Rabelo (040.041.016-89); Ramiro de Souza Pimentel Neto (082.286.131-30); Ramon Costa Nunes (081.443.575-07); Ramon Jose de Sousa Araujo (009.064.661-48); Raphael Couto Ferreira (071.252.206-90); Raphael Dias Moreira (080.870.374-99); Raphael Fernandes Reis Roriz (706.650.211-60); Raphael Lima Santa Rita (199.045.377-55); Raphael de Assis Silva (147.116.016-51); Rayanne Assis da Conceicao Teixeira (172.468.567-81); Rayssa Lorranny Marques da Silva Alves (196.506.097-84); Rebeca Boto de Souza (171.563.797-63); Reinaldo de Carvalho Silva (021.727.855-80); Renan Bortoncello (156.007.147-85); Renan Feitosa Rodrigues (188.063.397-37); Renan Guimaraes Moreira (114.984.837-55); Renan Krzesinski (066.829.719-07); Renan de Freitas Leite (092.973.474-28); Renata Zottis Junges (027.494.360-36); Renato Augusto Antoniassi Battistin (498.567.688-88); Renato Gregorio da Costa (065.203.376-84); Renato Toshiaki Shibata (364.878.548-67); Rhanna Guimaraes Gomes (167.988.397-62); Rheidner Achilles Couto Silva (038.058.385-22); Rhian Esquerdo Melo de Assis (190.602.347-66); Rian Pablo Sena da Silva (049.510.192-30); Ricardo Andre da Costa Pinto Filho (118.011.437-06); Ricardo Cardozo Silveira (013.599.150-10); Ricardo Nogueira Servino (124.132.557-02); Ricardo Silva de Almeida (401.518.648-61); Ricardo de Araujo Coelho (835.329.780-91); Richard Serra Azeredo (200.800.197-06); Rickson Pedro Marinho (192.511.387-61); Roberto Euclides Guimaraes (019.596.376-81); Roberto Ornellas Assis Ferreira (728.188.751-53); Robson dos Santos Ferreira (007.902.724-58); Rodney de Magalhães Filho (109.182.606-47); Rodrigo Aparecido Justino (278.554.388-23); Rodrigo Cezar Silveira (123.909.536-89); Rodrigo Cruz de Oliveira (114.815.937-14); Rodrigo Girao Porto (691.778.483-49); Rodrigo Hideki Koga (025.170.021-69); Rodrigo Leal de Souza (166.719.077-65); Rodrigo Nedir Drebes Soares (024.959.230-46); Rodrigo de Andrade Almeida da Silva (191.747.107-61); Rodrigo de Brito Maluf (034.640.926-82); Rodrigo de Lima Soares (166.174.037-54); Rogerio Paladino (339.777.288-57); Romulo Vieira Lara (349.716.428-38); Ronaldo Prata Amorim (350.728.538-02); Ruan Guimaraes Goncalves (180.555.497-29); Ruan de

Medeiros Bahia (031.505.735-13); Rubem Moraes Novellino Ferraz (066.564.344-60); Ruth Correia de Oliveira (115.206.337-50); Ryan Carneiro Sena (525.299.628-80); Ryan Matheus Lucas de Lima (157.502.007-60); Rômulo Sant Ana Mutz Junior (169.355.497-60); Samuel Barboza Mançano e Souza (508.199.048-56); Samuel Batista de Holanda (136.089.847-63); Samuel Duarte Reis (198.129.487-24); Samuel Jose Henrique Cassimiro Boaventura (401.102.298-51); Samuel Sobral dos Santos (104.111.234-32); Samuel de Santana Leal (056.348.801-81); Sandro Oliveira do Nascimento (493.735.443-49); Sarah Raquel Amaral Oliveira (079.924.783-98); Saulo Daniel de Sousa Rodrigues (429.803.528-02); Savio Evaristo de Souza Santos (070.296.926-59); Saymon Liporaci dos Santos (620.791.813-43); Sergio Endrigo de Barros Bezerra Ferreira (035.787.704-77); Sergio Pereira Filho (130.259.277-71); Sergio Pereira de Oliveira Junior (058.926.933-09); Silas de Souza Silva (057.999.064-89); Silverio de Melo Del Fiaco (907.601.661-53); Silvia de Oliveira Ferreira (042.775.690-13); Silvio Luiz Barbosa (759.228.601-78); Simone Felipe Dimer (928.855.350-91); Sofia Azevedo de Souza dos Santos (198.002.307-77); Stefferson Luz Silva (963.045.292-87); Stella Franco Elias (162.223.786-25); Stevan Shammah Oliveira de Jesus (050.442.132-84); Steyner Massami Iwata Ferreira (043.210.711-86); Stênio Henrique Andrade Dias Sepolar (197.936.127-46); Suelen Araujo de Sousa (001.162.303-98); Suelen Ferreira da Silva (175.807.007-27); Suzana Yamauchi (224.146.948-31); Taina D Avila Goulart da Silva (063.383.697-46); Tales Ferreira Rodrigues (207.097.637-86); Talisson Bambino da Silva (189.132.307-55); Tarcisio Ribeiro Junior (049.993.951-42); Tassiany Guilherme dos Santos (044.086.610-31); Thailan Ramos da Silva (163.544.417-90); Thainara Oliveira dos Santos (118.154.907-80); Theodoro Ely Bischoff (075.247.621-19); Thiago Barcellos Silveira (058.196.240-09); Thiago Barroso Maciel (070.273.616-39); Thiago Carvalho da Silva (029.488.794-69); Thiago Cesar de Miranda Silva (126.953.884-54); Thiago Damazio Rosa (177.551.397-19); Thiago Martins Motta (052.006.847-57); Thiago Moraes do Rosario de Souza (188.695.737-10); Thiago Rosa do Amaral (173.287.837-45); Thiago Souza Lopes Dauria Silveira (114.100.656-18); Thiago Tallison Araujo Fernandes (700.631.134-90); Thiago Trindade de Oliveira (016.286.792-12); Thiago Vasconcelos Braga (131.384.876-02); Thiago William Machado (939.070.012-49); Tiago Andre Silva Lima Lopes (096.854.614-57); Tiago Nonoai Flores Correa (999.997.810-04); Tiago Rodrigues da Costa (135.997.447-42); Tonyel Reys Lopes Silva (005.332.733-07); Uanderson Camargos Muniz (079.555.336-66); Ubirajara Gomes da Silva (058.302.334-79); Valmir Edson Moura Beserra (715.227.774-58); Valmir Ramos Goncalves (112.516.616-96); Vanessa Santos Silva (146.475.766-63); Vanessa de Oliveira Leal (176.374.627-57); Victor Augusto Carvalho Nogueira (113.679.636-30); Victor Daniel Gaia Santos dos Santos (024.947.842-04); Victor Gabriell Lisbôa Alves (185.639.917-60); Victor Hugo Garcia de Farias (137.065.427-81); Victor Hugo de Lima Kunst (095.966.374-60); Victor Leandro Ferraz Candido (188.681.587-95); Victor Queiroga Crescencio da Costa (061.534.643-00); Victor Vinicius Pinheiro (089.554.386-99); Victor da Cruz Silva (010.408.571-16); Vinicius Augusto Zanetti (081.441.619-55); Vinicius Barbosa Alencar e Sa (068.948.854-86); Vinicius Filipaki (064.498.729-42); Vinicius Gobato Vieira Bento (518.005.478-89); Vinicius Passos de Oliveira Soares (111.989.327-59); Vinicius Pereira Mateus Borges (008.114.361-36); Vinicius Ribeiro de Souza (100.013.254-42); Vinicius Santos Pires (028.519.551-44); Vinicius Soares de Paula Souza (095.038.696-09); Vinicius Venancio Silva (118.661.696-29); Vinicius dos Santos Menezes Junior (170.664.587-29); Vinicius dos Santos Monteiro de Oliveira (212.246.197-73); Vinicius Carvalho Bolzan (020.821.030-05); Vinicius Pereira Santos (081.834.253-64); Vinicius Rodrigues Domingues (148.970.206-70); Vitor Alcantara de Almeida (072.203.884-46); Vitor Cardoso Xoteslem (050.369.781-88); Vitor Emmanuel Santos Pacheco (127.841.027-93); Vitor Filincowsky Ribeiro (005.715.761-84); Vitor Rezende Lopes (709.996.161-61); Vitoria Vieira de Oliveira Freitas (013.813.281-05); Vitoria da Silva de Medeiros (008.146.770-29); Vitória Maria Costa Melo (060.977.613-41); Vítor Hugo de Carvalho Damascena (083.444.925-05); Vítor Zaguini Gonçalves (172.387.637-29); Walisson Cardoso Gomes (012.545.312-46); Wanuzya de Souza Freitas (089.393.393-71); Welison Lucas Almeida Regis (023.769.371-24); Wendel David Lobato Bueres (026.650.792-16); Wendel Sousa de Anchieta (859.031.241-00); Wesley Azevedo Souza (462.913.638-01); William Goncalves Bezerra (173.299.197-99); William Max Ruwer Wickert (105.786.159-67); Willian Alberto Lauber (058.859.519-50); Wladimir Livolis de Alcantara Cabral (141.674.287-50); Yane Silva Lobo (053.708.533-55); Yanisley Mora Ritchie (701.009.241-90); Yasmin

Martins Lopes da Silva (181.929.187-18); Yasmin Silene da Costa Silva (167.180.437-61); Yasmin Teixeira Paes (034.973.032-67); Yllan Vinicius Ferreira Gurgel (054.746.564-59); Yuri Costa dos Santos (468.865.888-50); Yuri Firmo Simoes de Freitas (026.502.015-84); Yuri Matheus Barboza de Oliveira (374.384.888-02); Ítalo Amadeu Fernandes (106.363.329-00).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Educação Superior Militar - Comando do Exército; Diretoria de Educação Técnica Militar - Comando do Exército; Indústria de Material Bélico do Brasil - Comando do Exército; Instituto Nacional do Seguro Social; Serviço Federal de Processamento de Dados.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1759/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.423/2025-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Jose Maria Briseno (058.873.723-20).

1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1760/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.437/2025-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Isabel Pimenta Estevan Oliveira (177.204.786-49).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/mg.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1761/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.443/2025-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria de Lourdes Silva (239.384.204-72).

- 1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/pe.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1762/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.460/2025-0 (PENSÃO CIVIL)
 - 1.1. Interessado: Maria Mardeli de Andrade Oliveira (438.719.683-15).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1763/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.470/2025-6 (PENSÃO CIVIL)
 - 1.1. Interessado: Maria de Fatima Jose Gava (136.030.006-68).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1764/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.476/2025-4 (PENSÃO CIVIL)
 - 1.1. Interessados: Josefa Brito da Silva Oliveira (513.811.417-49); Maria Angelina de Almeida dos Santos (069.917.307-85).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1765/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.504/2025-8 (PENSÃO CIVIL)
 - 1.1. Interessado: Alba Lileana Rohrs da Silva Paim (041.401.335-20).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1766/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea “e”, do Regimento Interno do TCU, em deferir o pedido formulado pelo MGI-SGP-Secretaria de Gestão de Pessoas, prorrogando, por mais 15 (quinze) dias para o cumprimento do subitem 9.3.1 e por 30 (trinta) dias para cumprimento dos subitens 9.3.3 e 9.3.4 do Acórdão nº 3803/2024 - TCU - 1ª Câmara, peça 12, a contar do dia útil seguinte à juntada do requerimento, peça 17, em 11/7/2024, e dar ciência aos requerentes.

1. Processo TC-009.391/2023-1 (PENSÃO CIVIL)
 - 1.1. Interessados: Alice Santos Guimaraes (092.935.761-20); Candida Maria Manassi Ovadia (009.117.040-00); Carmen de Moraes Ostritz (915.282.677-53); Eliete Rangel (404.572.067-72); Secretaria de Gestão de Pessoas; Vilma Tourinho Nogueira Vianna (292.097.655-91).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1767/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar LEGAL e conceder o registro do ato de Pensão civil 61815/2020 - Alteração - PAULO SERGIO DA SILVA do quadro de pessoal do órgão/entidade Departamento de Polícia Federal;

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame do ato de Pensão civil 50409/2020 - Alteração - CELSO ALVARENGA ARAKAKI, em face do falecimento, maioria ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007;

c) arquivar os autos.

1. Processo TC-025.398/2024-5 (PENSÃO CIVIL)
 - 1.1. Interessados: Beatriz Yumi Prates Arakaki (053.966.821-40); Rosana Maria Anselmo e Silva (759.445.701-30).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1768/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.140/2024-5 (PENSÃO CIVIL)

- 1.1. Interessados: Francisco de Assis (195.421.517-72); Larissa Pifano Rivello (056.259.647-00); Maria Amelia dos Santos (551.208.147-00); Maria Aparecida da Silva Pifano (564.162.457-87).
- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1769/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.153/2024-0 (PENSÃO CIVIL)

- 1.1. Interessados: Carla dos Santos Fernandes (009.228.017-03); Maria Emilia de Oliveira Vieira (094.120.337-96); Milena Leite Rodrigues Bruzzi (083.071.427-84); Thereza de Jesus Moreira (725.986.627-68); Vitoria Povia Gomes da Hora (055.601.807-93).
- 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1770/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.167/2024-0 (PENSÃO CIVIL)

- 1.1. Interessados: Edneia Brandao de Medeiros Vieira (794.985.077-91); Eleuza Maria Pereira dos Santos (851.775.987-72); Marisa de Souza Jones (233.461.757-15); Mariza Pereira Glycerio (120.030.187-00); Norma Meirelles Riquet (629.394.673-15).
- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1771/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.766/2024-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Claudette Maria Rocha Belloti (197.831.247-49); Eliete de Moraes Camilo (011.272.304-76); Luiza Herminia Capdeville Leal (097.253.507-15); Noelma Rodrigues Andrade Neiva (759.626.834-04); Vera Lucia de Figueiredo Feliciano da Silva (504.148.794-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1772/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.553/2024-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Maria Alves (667.787.860-00); Maria Cecilia da Rocha (300.080.009-30); Maria da Conceicao Marques Ferreira (341.966.504-06); Monica Bastos de Andrade (023.530.747-58); Sueli Rohrig da Cruz (428.611.797-91).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1773/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.668/2024-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alba Valeria Ferreira da Silva (047.888.387-02); Carla Lopes Lemos (012.053.567-03); Marcia Jose de Souza (076.775.337-28); Maria Elizabete Leandro de Carvalho (101.649.574-99); Marlene Macedo Soares (812.833.187-68); Renata de Souza Portela (033.579.257-02).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1774/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.674/2024-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Carla Veronica Lima Rodriguez (356.109.302-78); Eunice Ferreira Freire (221.765.431-49); Glaucia de Oliveira Santos (225.482.701-49); Joselma Pinto Ragusa (349.585.767-20); Maria Geunida de Lima Lacerda (013.296.058-37); Maria Vanusa de Goes Belfort (214.093.401-63); Maria do Carmo Mercedes da Silva (007.895.354-59); Patricia Rodriguez Santos (399.887.082-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1775/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.781/2024-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: America Pereira da Silva (604.689.802-10); Antonio Marcos Barbosa Silverio (621.027.213-45); Emanuel Barbosa Silverio (621.027.063-89); Marcia de Freitas (032.789.098-36); Marinalda de Sousa Silverio (806.450.383-34); Mariza Sant Ana Vieira (720.287.697-34); Rosangela Silva (838.151.472-04).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1776/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.280/2024-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Arlete Franco de Oliveira (268.848.528-87); Edna Alves da Silva (025.389.298-81); Jaci Nunes de Oliveira Freitas (095.034.897-09); Maria Aparecida Dionisio da Silva (029.438.438-30); Maria Aparecida Versolato Calandrelli (073.087.678-09); Milta Aparecida Leonardo (877.897.958-72); Nelcy Rodrigues da Silva (066.745.948-06); Pedrina Aparecida Fratanionio de Oliveira (264.509.518-69).

- 1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1777/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.596/2024-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Cielo Guerra (000.323.650-12); Anadir Maria Madalosso Oliveira (587.661.970-15); Cleci Cielo Guerra (824.710.020-72); Cleusa Cielo Guerra (000.141.450-06); Elaine Terezinha Possebon Charqueiro (908.782.480-72); Nubia Campos Brandao Silva (773.506.346-68); Silvane Cielo Guerra (824.710.370-20); Susi Medeiros Hansen (897.674.970-72).

- 1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1778/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.254/2024-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Caroline Soares Pedreira (809.572.775-04); Aurea Aparecida Eleuterio Pascalicchio (063.859.508-83); Ivone da Silva Brito (092.586.837-06); Luzigleise dos Santos Duarte Paranaíba (221.594.828-03); Maria Helena Ramos da Silva (033.024.544-90); Synesia Baptista (260.152.188-00).

- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1779/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.267/2024-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adriana de Noronha Rezende Santos (023.773.947-01); Gracinda Menezes Marins (307.919.957-04); Grazielle Alves dos Santos (102.540.347-99); Jacqueline Monteiro Claros Riepenhoff (137.037.627-80); Luciana de Noronha Rezende Santos (093.142.997-83); Maria Ester Dexheimer Squeff Peixoto (954.525.247-20); Nadir Menezes Garcia (387.517.127-68); Nilza de Moraes Lopes (680.178.637-72); Regina Menezes Marins da Silva (434.409.087-04); Silvia Maria Martins Coelho (257.930.207-72); Virginia Menezes Marins da Silva (538.857.167-04).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1780/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.336/2024-7 (REFORMA)

1.1. Interessado: Sebastiao Fonseca Barros (279.513.831-04).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1781/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.349/2024-1 (REFORMA)

1.1. Interessado: Jose Cesar Saccilotto Freitas (296.517.000-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1782/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.354/2024-5 (REFORMA)

1.1. Interessado: Sergio Vaz de Moura (302.486.040-15).

- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1783/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.379/2024-8 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Sinesio Rodrigues dos Santos Filho (353.258.604-53).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1784/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.385/2024-8 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Filimar Cardoso da Silva (359.467.920-91).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1785/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.416/2024-0 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Edecio Estanislau de Souza (501.128.807-20).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1786/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.478/2024-6 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Jose Eduardo Xavier (448.953.648-87).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1787/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.742/2024-5 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Elvino Ranquine Guimaraes (065.676.998-09).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1788/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.818/2024-1 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Marco Antonio dos Santos (059.303.638-70).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1789/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.867/2024-2 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Milton Alves de Sousa (038.054.738-42).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1790/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.919/2024-2 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Jose Eduardo Marcondes Pereira (057.926.318-59).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1791/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.969/2024-0 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Pedro Eugenio Rebelo Soares (182.385.802-34).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1792/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.017/2024-2 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Joao Harlei da Costa Lima (335.589.570-91).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1793/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.088/2024-7 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Augusto Caccavo Borges (672.914.497-15).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1794/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.133/2024-2 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Edson da Silva Souza (742.030.707-59).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1795/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.155/2024-6 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Sebastiao Lasaro da Silva Rosa (752.564.367-91).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1796/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.161/2024-6 (REFORMA)

1.1. Interessado: Roberto de Albuquerque Torres (749.438.987-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1797/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.169/2024-7 (REFORMA)

1.1. Interessado: Sergio Alexandre Ferreira da Silva (756.064.537-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1798/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.333/2024-1 (REFORMA)

1.1. Interessado: Isaias Januario (785.357.787-72).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1799/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.425/2024-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Anaty Antonio Batista (649.973.087-49); Edson da Silva Queiroz (457.598.204-00); Francisco de Franca (567.920.262-04); Gedeon Assis dos Santos (882.943.157-53); Josue Conde de Paula (011.390.567-00).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1800/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, em desfavor de WL Comércio de Purificadores de Água Ltda., em razão do não pagamento de parcelas mensais, juros e multas, referentes a arrendamento de imóvel da União.

Considerando que o presente feito foi autuado em razão da falta de pagamentos referentes ao Contrato de Arrendamento 04/2012, do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizada, no período de novembro de 2019 e 30 de agosto de 2021 (data de formalização do distrato - peça 20), totalizando de R\$ 202.215,98 em valores históricos (peça 2), celebrado com a empresa WL Comércio de Purificadores de Água Ltda., relativo a imóvel localizado na Avenida Juscelino Kubitschek, 1410, Monjolo, Foz do Iguaçu-PR, CEP 85864-750 (PR 05-0088), com 600 m2 de área construída;

Considerando a ausência de indicativos da participação de agente público e o entendimento desta Casa de que o simples descumprimento de cláusula contratual pelo particular deve ser tratado pela própria Administração mediante ação judicial ou utilização dos instrumentos previstos na legislação, situando-se fora da competência desta Casa (a exemplo do Acórdãos 321/2019-Plenário e 6.567/2022-1ª Câmara);

Considerando, por fim, a instrução técnica (peças 60-62), cuja proposta foi ratificada pelo MP/TCU (peça 63),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) arquivar os presentes autos com fundamento no art. 212 do Regimento Interno, ante a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo;

b) informar ao Controle Interno do Exército que a solução da falta de pagamentos referentes ao Contrato de Arrendamento 04/2012 do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizada deve ser buscada junto ao Poder Judiciário;

c) informar ao responsável e ao tomador de contas da presente deliberação, acompanhada da instrução de peça 60.

1. Processo TC-002.570/2024-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: WL Comercio de Purificadores de Agua Ltda. (15.330.479/0001-00).

1.2. Órgão/Entidade: 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1801/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação do débito imputado mediante o subitem 9.3 do Acórdão 3121/2016-TCU-1ª Câmara ao Sr. Édson Ferreira da Silva, ante o recolhimento das dívidas por parte do referido responsável (peça 74), e de acordo com os pronunciamentos lançados aos autos pela Seproc (peças 109/110) e pelo Ministério Público/TCU (peça 111).

1. Processo TC-017.723/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Aposos: 039.737/2021-7 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Edson Ferreira da Silva (000.902.714-91); Fernando José da Costa (157.274.914-87); Miguel de Assis Bezerra (004.237.504-53); Severino Nascimento Cunha (069.298.004-06).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Pernambuco.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.7. Representação legal: Everardo Cavalcanti Guerra (OAB-PE 7227) e Romero Grund Lopes (OAB-PE 21817), representando Edson Ferreira da Silva; Everardo Cavalcanti Guerra (OAB-PE 7227) e Romero Grund Lopes (OAB-PE 21817), representando Miguel de Assis Bezerra; Everardo Cavalcanti Guerra (OAB-PE 7227) e Romero Grund Lopes (OAB-PE 21817), representando Severino Nascimento Cunha; Marcelo Henrique Ferreira Lima Ellery (OAB-DF 27076), Antonio Henrique de Carvalho Ellery (OAB-PE 4418) e outros, representando Conselho Federal de Representantes Comerciais; Everardo Cavalcanti Guerra (OAB-PE 7227) e Romero Grund Lopes (OAB-PE 21817), representando Fernando José da Costa.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1802/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em desfavor de Ivanildo Rodrigues Loureiro, de Paula Francinete Cordeiro de Arruda e de Margareth de Menezes Gomes Villanova em razão de habilitação e/ou concessão irregular de benefícios pagos em decorrência de atos praticados na Agência da Previdência Social de Bangu/RJ.

Considerando que a cessação dos benefícios ocorreu em 3/12/2007, termo inicial de contagem do prazo prescricional nos termos do art. 4º, inciso V, da Resolução TCU 344/2022, e que, na avaliação realizada em instrução técnica de peça 91, concluiu a AudTCE ter havido incidência de prescrição, na modalidade intercorrente, de sorte que a unidade propõe o seu reconhecimento, com o arquivamento dos autos e exclusão da relação processual dos beneficiários cujos elementos nos autos não são capazes de indicar a participação juntamente com o agente público responsável pela concessão irregular de benefícios, na linha de precedentes julgados desta Corte de Contas,

Considerando que essas proposições foram chanceladas pelos escalões dirigentes da unidade instrutiva às peças 92/93,

Considerando que o Ministério Público/TCU também acompanhou o parecer da unidade instrutiva, conforme pronunciamento de peça 94, salientando, todavia, que proposição de exclusão da relação processual dos responsáveis Ivanildo Rodrigues Loureiro e Paula Francinete Cordeiro de Arruda se revela desnecessária em virtude de que não chegaram a ser chamados em audiência e citação, sendo incongruente excluí-los de processo que nunca adentraram, bastando ajustes nos sistemas informatizados,

Considerando, portanto, a existência de pronunciamentos uniformes no sentido de se reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória e, em razão disso, arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 1º e 11 da Resolução TCU 344, de 11/10/2022, do art. 1º da Lei 9.873/1999, e do art. 169, inciso III, do RI/TCU,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em

excluir do rol de responsáveis Ivanildo Rodrigues Loureiro e Paula Francinete Cordeiro de Arruda, em conformidade com o exame realizado na instrução e parecer lançados nestes autos;

reconhecer a ocorrência de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória nos termos dos arts. 1º da Resolução TCU 344, de 11/10/2022, e do art. 1º da Lei 9.873/1999;

deixar de prosseguir com o julgamento das contas, com fulcro no art. 12, parágrafo único, da Resolução TCU 344/2022;

arquivar o presente processo, com fundamento nos arts. 11 da Resolução-TCU 344/2022 e 169, inciso III, do RI/TCU.

1. Processo TC-019.629/2022-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ivanildo Rodrigues Loureiro (346.384.317-04); Margareth Rose de Menezes Gomes Villanova (601.191.287-72); Paula Francinete Cordeiro de Arruda (026.157.927-41).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss no Rio de Janeiro/Norte.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1803/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social em desfavor de José Henrique Gonçalves Trindade, prefeito de Aquidauana/MS na gestão 2013-2016, e da Prefeitura Municipal de Aquidauana/MS, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social, no exercício de 2016.

Considerando que, mediante o Acórdão 2401/2024 - 1ª Câmara (peça 64), o Tribunal fixou novo e improrrogável prazo para que a Prefeitura Municipal de Aquidauana/MS recolhesse aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social as quantias a seguir indicadas:

Valor Original (R\$)	Data da Ocorrência	
6.000,00	5/1/2016	
5.822,00	5/1/2016	
6.000,00	29/1/2016	
5.822,00	29/1/2016	
6.000,00	29/2/2016	
5.822,00	29/2/2016	
6.000,00	29/3/2016	
5.000,00	29/3/2016	
6.000,00	28/4/2016	
18.000,00	28/7/2016	
18.000,00	23/9/2016	
18.000,00	5/10/2016	
18.000,00	7/11/2016	
3.000,00	22/11/2016	
18.000,00	30/11/2016	
15.151,36	1/12/2016	
9.000,00	15/12/2016	
18.000,00	27/12/2016	
7.000,00	14/1/2016	
7.000,00	14/1/2016	
7.000,00	14/1/2016	
7.000,00	14/1/2016	
7.000,00	4/5/2016	
7.000,00	9/5/2016	

Valor Original (R\$)	Data da Ocorrência	
7.000,00	7/7/2016	
7.000,00	10/10/2016	
7.000,00	1/11/2016	
7.000,00	22/12/2016	

Considerando que, tendo o município tomado conhecimento da decisão por meio do Ofício 16846/2024-Secomp4 em 20/5/2024 (peça 71), ultrapassados os 15 dias concedidos, a dívida não foi saldada, pelo que a Unidade Técnica e o Ministério Público lançaram pareceres nos autos propondo o julgamento pela irregularidade das contas, com a condenação em débito (peças 73/76);

Considerando que, posteriormente, o município de Aquidauana/MS, por meio de documento acostado aos autos em 18/10/2024 (peça 78), assinado por seu representante legal, solicita o parcelamento da dívida em 36 parcelas;

Considerando que não há remessa de cobrança executiva ao órgão responsável pela execução do título extrajudicial;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

a) deferir a solicitação da Prefeitura Municipal de Aquidauana/MS, autorizando, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 e do art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida fixada pelo Acórdão 2401/2024-1ª Câmara em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais; e

b) dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Aquidauana/MS.

1. Processo TC-042.796/2021-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Jose Henrique Goncalves Trindade (202.142.781-15); Prefeitura Municipal de Aquidauana - MS (03.452.299/0001-03).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Aquidauana - MS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1804/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão 3/2024 sob a responsabilidade de Prefeitura Municipal de Bacuri/MA, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para construção da 'escola beija-flor', naquele Município.

Considerando que o certame possuía valor estimado de R\$ 1.053.179,59, tendo sido homologado pela cifra de R\$ 789.885,85, já tendo sido celebrado contrato em 5/9/2024 (Contrato 76/2024 - peça 14);

Considerando que o Representante se insurge contra a habilitação da licitante vencedora, tendo em vista que sua proposta não apresentou, na composição do BDI, a alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

Considerando a previsão de utilização de recursos orçamentários do Fundeb/2024 na contratação (peça 8, p. 48), sendo que o município foi beneficiado com recursos federais oriundos do Fundeb - Complementação da União;

Considerando, em relação ao apontamento da exordial, que a composição do BDI, no tocante à alíquota do ISS, encontra amparo legal na legislação pertinente, por ser a licitante ME/EPP, optante do Simples Nacional e se enquadrar na 6ª Faixa do Anexo III da LC 123/2006 (peça 5), situação tributária já examinada por esta Casa no bojo do Acórdão 2622/2013-Plenário, entre outros;

Considerando, afinal, a instrução técnica (peças 15-15),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) no mérito, considerar a presente representação improcedente;

c) informar à Prefeitura Municipal de Bacuri - MA e ao Representante deste Acórdão, encaminhando-se cópia da instrução de peça 15; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, II, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-019.036/2024-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bacuri - MA.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Mayana Junia Pereira Almeida, representando Etech Construcoes Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1805/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 3 a 6).

1. Processo TC-001.146/2025-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Gonçalo Pedroso de Barros Filho (138.722.811-00); João Alberto Paes de Barros (078.783.461-00); José David Resende (038.973.891-34); Leonir Valdemar Auler (334.613.419-91).

1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1806/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 3 a 7).

1. Processo TC-001.155/2025-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dorcelino Pereira Baia (085.078.212-00); José Jorge Vespasiano (177.280.704-44); Marcelo Fernando da Costa Rodriguez (342.124.859-15); Rita Maria Wuttke (153.037.640-87); Rosiane Soares Marasco (113.049.604-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1807/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos (peça 3).

1. Processo TC-001.179/2025-0 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: Washington Luiz Garcia de Souza (142.885.082-15).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1808/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos (peça 3).

1. Processo TC-001.186/2025-6 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: José Raimundo de Paula (307.855.026-53).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1809/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos (peça 3).

1. Processo TC-001.230/2025-5 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: Paulo Alberto dos Santos Cardoso (513.538.817-68).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1810/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 3 e 4).

1. Processo TC-001.257/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Eduardo Abreu de Oliveira (141.422.106-10); Júlio de Oliveira Lopes (189.721.106-63).

1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1811/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos (peça 3).

1. Processo TC-001.276/2025-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ana Cristina Almeida de Almeida (404.700.590-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1812/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 3 e 4).

1. Processo TC-001.302/2025-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Aída Fontoura Viana Lopes (255.205.041-72); Cássia Rosana Barbosa Oliveira Salachenski (585.363.966-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1813/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 3 e 4).

1. Processo TC-001.305/2025-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Cândida Moraes de Lima (391.177.074-04); Oldanir Gomes de Andrade (156.351.984-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1814/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 3 a 7).

1. Processo TC-001.325/2025-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ari Vieira dos Santos (066.734.225-72); Eliete Batista dos Santos (065.499.425-00); José Vieira Sobrinho (060.697.385-00); Paulo Roberto Santos da Silva (064.280.455-91); Yeda Maria Rodrigues Cortes (066.002.045-91).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1815/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 3 a 7).

1. Processo TC-001.356/2025-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dilza Maria Chaves (103.131.092-49); Eduvirgi Rodrigues Evangelista (085.493.032-91); Lúcia Harumi Minami (649.314.399-34); Maria Alice Carvalho dos Santos (228.985.734-34); Osneide Mourão de Souza (145.078.891-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1816/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 3 a 7).

1. Processo TC-001.367/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Anaudina Ferreira da Silva (138.906.202-30); Elias Lopes Carvalho (103.022.122-72); Francisco Malaquias (096.212.702-78); José Carlos Batista de Moura (139.811.374-34); Roberto Paes Gomes (040.314.662-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1817/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos (peça 3).

1. Processo TC-001.372/2025-4 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessada: Virgínia Lúcia Lima Mendonça da Costa (365.063.114-87).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1818/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos (peça 13).

1. Processo TC-009.124/2024-1 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Ademir Lacerda Moreira (735.854.407-20); Centro de Controle Interno da Marinha (00.394.502/0104-50).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1819/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'e' do RI/TCU, e considerando o parecer da unidade instrutiva (peça 20), ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar desta decisão, o prazo para cumprimento da determinação constante do subitem 9.3.1. do acórdão 19/2025-1ª Câmara.

1. Processo TC-019.168/2024-1 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: Antônia Maria do Carmo Almeida (084.579.725-53).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1820/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'e' do RI/TCU, e considerando o parecer da unidade instrutiva (peça 18), ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar desta decisão, os prazos para cumprimento das determinações constantes do acórdão 289/2025-1ª Câmara.

1. Processo TC-022.546/2024-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Nelzete Bartilotti Matos (113.924.365-91).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1821/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 9º, da Resolução TCU 353/2023, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito dos atos de admissão relacionados nos autos (peça 4).

1. Processo TC-016.078/2024-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adelson Lemes da Silva Junior (106.305.346-32); Adir Bruno Serraglio (077.812.239-50); Adriana Borges dos Santos (075.738.427-75); Adriana Fagundes dos Santos (098.594.157-06); Adriane Cristina Guerino (177.605.748-19); Adriano Acioli Lopes (856.510.794-91); Adriano Carvalho da Silva (683.195.762-53); Aguiar Jose de Sousa (498.254.376-34); Alcione Rafael Pavan (803.558.460-04); Alex Maliska de Moura (031.386.540-02); Alex Oliveira do Nascimento (087.219.257-12); Alex da Silva Cotrim (018.708.395-95); Alexandre Cordeiro de Andrade (844.936.667-49); Alexandre Kenji Tsuchiya (287.361.498-61); Alexandre Luis de Oliveira (052.510.757-66); Alexandre Moraes Porto (041.762.887-01); Alexsandro Rodrigo Queiroz Costa Souza (029.146.715-63); Aline Fernandes Costa (010.668.162-12); Aline Gonzalez Egres (025.216.949-24); Aline Jose Maia (040.909.319-08); Aline Longoni dos Santos (808.888.440-34); Aline Nascimento da Silva (388.538.528-79); Aline da Silva Luiz Nunes (089.434.206-17); Allan Henrique Piacente (398.696.248-47); Allessandro Oliveira dos Anjos (104.180.734-14); Alvaro Alves de Oliveira (057.389.533-39); Amael Notini Moreira Bahia (021.324.376-88); Amanda Queiroz Moura (352.221.978-32); Amando Siuiti Ito (397.300.268-15); Ana Amelia Dias dos Santos (026.099.295-01); Ana Beatriz Ferreira Sitonio (080.693.004-77); Ana Carla Correa de Oliveira (083.172.056-57); Ana Carolina Valerio Nadalini (183.577.168-81); Ana Claudia Cabral da Silva (905.893.004-15); Ana Claudia Casagrande Ventura (406.212.748-28); Ana Claudia Duarte Nunes Ribeiro Silva (139.035.367-25); Ana Claudia Duarte Nunes Ribeiro Silva (139.035.367-25); Ana Claudia Mendes de Seixas (763.602.109-91); Ana Claudia Rangel Faria (495.892.880-49); Ana Eulicleia de Sa Lima Huber (829.362.005-63); Ana Luiza de Sousa Facchinetti (028.820.451-40); Ana Paula Duarte Dias (806.217.830-72); Ana Paula de Oliveira Melo (110.239.557-92); Ana Rachel Goncalves Pereira (017.720.275-02); Ana Victoria Klovrrza Diogo (100.968.186-97); Anderson Jose Alves de Oliveira (052.751.905-73); Anderson Oramisio Santos (539.676.826-68); Andre Bacelar Rodrigues (018.720.942-10); Andre Bezerra Cavalcante (075.231.288-07); Andre Felipe Brusco (027.672.411-95); Andre Luis Netto Moreira (090.915.146-63); Andre Luiz Correia Cunha (011.074.405-56); Andre da Silva Amorim (064.775.599-86); Andrea Matos dos Santos Bretz (360.063.272-87); Andrea Pinto de Almeida (572.264.150-20); Andrea Ribeiro Vianna da Silva (803.194.757-00); Andreia Vitor Couto do Amaral (806.730.071-20); Andressa Dayrell Braga Mattar Handan (080.812.386-62); Andressa Rossini Goulart (017.360.960-01); Andrey Nobrega Goncalves (149.571.287-74); Andreza Cristina de Sousa Fernandes (087.134.494-78); Anna Carolina Gomes Lopes Leite (082.325.836-06); Anna Paula Silva Azevedo (068.754.214-61); Antonio Alves (729.461.728-72);

Antonio Luiz Alves Chaves (672.621.047-72); Antonio Messias Valdevino (047.938.103-81); Antonio Michel de Jesus de Oliveira Miranda (659.148.483-34); Antonio Thales Rocha Cidade (061.553.293-46); Antonio dos Reis Neto (702.619.422-47); Arceno Athas Junior (432.162.429-00); Arianni Souza Brito (128.936.017-07); Arnaldo Antunes Maciel Leal Medeiros (261.342.177-00); Arthur Adeodato (118.659.827-17); Arthur Lucas Bastos Chaves (014.447.452-20); Arthur Vieira Duarte (014.150.881-79); Arthur de Andrade Pinheiro (063.288.723-05); Ayramanna Carlos Souza da Silva (018.234.451-79); Barbara Emmanuelle Sanches Silva (095.900.066-63); Barbara Moreira Maia (026.740.362-30); Belize Rodrigues Leite (018.891.890-65); Bianca Anacleto Araujo de Sousa (088.124.864-95); Blenda Avelino Garcia (383.095.132-91); Brenda Marielza Arouche Pinto (604.246.033-14); Brenda Monize Pereira Souza (040.605.245-06); Breno Maciel Souza Reis (052.568.916-85); Breno Pascal de Lacerda Brito (014.751.085-67); Brielly Santana de Melo (022.830.885-26); Bruna Iris Rodrigues Paula (944.789.702-97); Bruna Sousa (436.272.598-90); Bruno Augusto da Cruz (033.698.585-17); Bruno Pereira Diehl (036.378.810-71); Bruno Pereira Masi (086.547.737-07); Bruno Teixeira da Silva (054.434.894-02); Bruno de Lima Palhares (043.448.406-74); Caio Amaral da Cruz (029.289.991-24); Caio Bonfim Peixoto Maia (013.457.635-73); Caliene Melo de Andrade Silva (011.775.705-56); Camila Andrade Chagas Vieira (016.315.875-44); Camila Heloisa Nunes Cavalcanti Guimaraes (538.385.642-00); Camila Kurzmann Fagundes (007.220.870-80); Camila Oliveira Azevedo (867.410.982-91); Camila Oliveira Ursulino (097.019.384-02); Camila Oliveira de Almeida (059.632.899-04); Camile Teles Monteiro (005.272.953-29); Candida Beatriz Santos Batista (013.139.194-11); Carlos Alberto Junior (007.339.520-03); Carlos Alberto Santos Amaral (492.671.407-87); Carlos Fernando Rodrigues Santos Barbosa (006.082.651-79); Carlos Henrique de Moraes Alves (018.485.745-76); Carlos Henrique de Sousa Franca (030.659.561-36); Carlos Roberto Barbosa da Silva Filho (066.208.304-04); Carlos Roberto Pinheiro Junior (052.351.053-54); Carlucio Germano da Silva (052.483.503-95); Carmelita da Silva Santos (389.039.202-44); Cassio Alves de Oliveira (075.518.316-90); Cassio Castro Almeida (006.063.611-46); Cassio da Nobrega Santiago (028.956.011-00); Cecilia Teodoro Menezes (033.157.251-60); Cesar Augusto Esteves das Neves Cardoso (363.003.348-21); Cesar Fernandes de Matos (081.054.766-06); Charles Madson Mendonca Lima (013.706.244-33); Cibele Mara Fonseca (126.208.706-66); Ciliane Berkembrock (024.114.032-32); Cintia Gomes de Freitas (034.147.964-06); Clara Conrado Duarte Alves (079.984.486-10); Claudio Gomes da Silva (109.812.537-17); Claudio Kieffer Veiga (499.796.470-00); Cleber Antonio Prudente (007.387.817-03); Clebia Zulmira Fagundes Baracho (008.709.924-14); Cleiva Perondi (030.238.560-60); Clivia Carolina de Menezes Goncalves (883.134.332-72); Cosme da Silva Ferreira (384.371.207-72); Crislainy de Lira Goncalves (097.515.964-08); Cristiane Viana da Silva Fronza (995.612.803-10); Cristiano Lima Sobrinho (010.040.293-30); Cristiano Moraes Bilacchi Azarias (402.906.248-27); Cristina Dallanora (040.914.499-13); Cristina dos Anjos Lopes Urtiaga (010.752.790-11); Cristovam Coelho Rodrigues (076.290.674-02); Cristovao Leonardo Laurentino Rosas (019.102.185-70); César Vinícius de Souza (043.189.249-04); Dadiane Cirene Vieira (133.986.857-14); Dalisson Santos Conceicao (042.425.915-00); Damaris Silveira Hosser (020.221.770-10); Daniel Borges Minas (269.798.878-58); Daniel Carvalho Dias (022.706.619-74); Daniel Chrystian Gondim Cruz (621.560.803-30); Daniel Cunha Bernardo (139.632.207-83); Daniel Lira Lima Silva (625.311.402-63); Daniel Ranine Pena de Sa (133.406.367-29); Daniela Bento Soares (380.905.698-70); Daniela Haas (990.177.170-68); Daniela Rodrigues Cunha Retamal (726.069.080-15); Daniele Castanharo (046.627.641-90); Daniele Souza de Araujo (017.330.723-06); Danielle Gomes Carvalho (101.573.384-01); Danielle Soares dos Santos Cardoso (030.603.202-33); Danielle de Melo Sarmento Moraes (662.191.402-49); Danilo Marques de Magalhaes (060.825.986-10); Danilo Martini de Moraes Ponciano de Paula (358.301.038-85); Danilo Matheus da Silva (112.216.544-70); Danilo Soares Cordeiro (054.662.596-75); Danilo Sorato Oliveira Moreira (003.074.412-10); Dario Darcy Mendonca de Miranda (012.975.976-72); Darley Gomes Xavier (043.351.136-25); Davi Pereira Pradines (077.179.494-07); Davi Santos Esterino (271.666.998-84); David Jose Cabral Ferreira da Costa (705.771.371-15); David Paschoal (373.654.568-17); Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz (352.236.598-48); Dayana Silva Machado (063.092.613-12); Dayvson Bruno Pereira da Silva (099.341.284-03); Debora Pereira da Silva (116.199.406-80); Denilson Araujo da Pascoa (033.308.103-00); Denise Alves da Silva (333.241.188-83); Denise Cristina Ferreira (013.856.094-35); Denner Dias Barros (397.558.568-46); Desiree Fripp dos Santos

(012.335.460-90); Diana da Silva Luna Castro (017.614.532-03); Diego Canto Macedo (003.921.490-79); Diego Danilo Lopes (230.169.398-86); Diego Hudson Rios (047.059.276-13); Diego Lima de Souza Cruz (800.649.812-15); Diego de Matos Bezerra (625.010.623-53); Diego de Melo Lima (046.165.114-97); Dirceu Bispo de Carvalho (025.752.465-71); Dirceu Bispo de Carvalho (025.752.465-71); Diziane Ines de Lima Petry (777.654.350-00); Dunia Abdel Rahman Abu Hwas (031.072.970-03); Dyeyme Ferreira Moraes da Costa Nunes (870.920.772-49); Edilane Saraiva de Souza Brandao (728.150.782-87); Edilson dos Santos Barbosa (086.915.344-78); Edilton Furquim Goulart Sobrinho (882.045.881-00); Edineide da Silva (986.101.984-72); Edjane Mikaelly Silva de Azevedo (070.604.444-40); Edmilson Machado de Almeida Neto (021.475.141-44); Edna Caroline Alexandria da Cunha Oliveira (894.386.475-20); Ednele Fabyene Primo Miranda (091.806.256-06); Edson Roberto Duarte Weren (914.946.210-53); Eduardo Augusto Ribeiro (110.085.836-93); Eduardo Mauricio da Silva Bomfim (002.075.135-46); Eduardo Mauricio da Silva Bomfim (002.075.135-46); Eduardo Soares Albuquerque (032.511.816-70); Elder Cordeiro Barbosa (961.925.932-72); Eliane de Souza (731.138.081-20); Elias Correa Silva (122.202.887-57); Elizabeth Germano Cardozo de Araujo (083.425.864-13); Eloisa dos Santos Benazzi (103.441.577-84); Emanuel Ferreira de Souza (050.501.433-57); Eric Quillis Martins (324.216.708-29); Erika Mariana Abreu Soares (066.143.976-30); Ernesto Guevara Leal Manicoba (070.384.674-41); Ernesto Luiz Lima da Silva (105.506.684-54); Ester Medley Bezerra Teixeira de Almeida (088.498.134-73); Euclides Francisco dos Santos Neto (078.974.284-51); Euclides Jose da Silva Santos (034.913.764-16); Everaldo Jose da Silva Junior (497.506.235-68); Ezio Soares de Moura (060.607.005-27); Fabiano Tadeu Grazioli (953.926.290-91); Fabio da Silva Damasceno (889.686.342-20); Fabricio Ramos Penedo (091.258.907-86); Fatima Luiza de Faria Costa Dias (369.811.257-49); Felipe Araujo Benato (092.188.029-41); Felipe Delmondes Aires de Brito (468.917.988-33); Felipe Emanuel Chaves (063.334.856-24); Felipe Fanuel Xavier Rodrigues (014.894.736-02); Felipe Ferreira Silva (115.479.036-35); Felipe Figueira Lima (140.613.347-78); Fernanda Angelica Sala (368.929.328-60); Fernanda Freire da Silva (987.299.692-04); Fernanda Furtado Semensato (099.067.067-83); Fernanda Machain Silva Tannus (105.926.386-69); Fernanda Magalhaes Keltke (100.743.906-86); Fernanda Micala Brandao dos Santos (001.522.530-50); Fernanda Rabelo de Castro Simao (357.388.368-04); Fernanda Royer Voigt (068.152.319-09); Fernando Antonio Anjo (094.129.906-69); Fernando Cardoso Feitosa (049.040.785-43); Fernando Ferreira Tinelli (122.735.307-30); Fernando Ferreira Tinelli (122.735.307-30); Filipe Jose Vilarim da Cunha Lima (069.957.734-97); Flavia Quiroga Quintas (027.188.930-60); Flaviane Rech Dall Onder (019.043.331-09); Flavio Cals Dolabella (605.659.001-10); Flavio Machado da Silva (096.625.429-57); Francisca Bianca Vasconcelos de Oliveira (043.926.733-16); Francisco Afifi Rodrigues de Aguiar (308.099.162-15); Francisco Di Franco Ferreira de Najar (813.651.282-53); Francisco Eduardo de Oliveira (052.163.644-20); Francisco Lucas Alves de Lima (037.053.793-99); Francisco Pereira da Silva (156.305.793-04); Francisco Vanies da Silva Sa (086.547.234-32); Francisco de Souza Silva (137.887.647-40); Francisneide dos Santos Diniz (092.543.894-47); Frederico Andrade de Homobono Balieiro (097.233.507-26); Gabriel Augusto Martins Alves (077.417.759-44); Gabriel Gonzaga Freire (018.523.262-04); Gabriel Lavoura dos Santos (035.329.970-70); Gabriel Martins Angelo de Souza (065.477.949-03); Gabriela Bonaspetti Chadanowicz (031.826.680-64); Gabriela Madureira Barroso (105.200.626-47); Gabriele Schulz Zitzke (013.256.620-62); Gabrielle Carla Mondego Pacheco Pinto (111.239.847-35); Galdencio Jose de Carvalho Junior (558.444.212-72); Gaspar Pereira de Sousa (115.864.497-37); George Martins Barros (061.871.554-16); Germana Dutra Acioly (692.852.171-68); Ghabriel Moraes Portal (021.590.372-22); Ghuiera Zanutelli Souza Costa (140.608.587-14); Giancarlo da Silva Sousa (851.432.273-72); Gilberto Romeiro de Souza Junior (098.057.714-40); Gildasio Pinto de Azevedo (124.919.107-64); Gilmar dos Santos Soares (307.736.938-90); Giselle Rodrigues Ribeiro (329.545.438-84); Glauciene Ferreira de Souza Xavier (885.336.462-91); Guilherme Antunes de Oliveira (162.737.238-50); Guilherme Cardoso Rosa (019.599.771-99); Guilherme Del Negro Barroso Freitas (732.769.951-15); Guilherme Fank Keller (108.954.607-69); Guilherme Maltez Souza (018.463.030-44); Guilherme Mentges Arruda (101.598.844-03); Guilherme de Souza Alves (136.316.487-23); Gustavo Emanuel Oliveira Bastos (060.756.886-09); Gustavo Rodrigues de Sousa Junior (018.833.463-71); Hailton Pinheiro de Souza Junior (095.032.227-02); Halanna Silva de Miranda (018.488.652-01); Haynna Kimie Pimenta Inada

(116.575.317-08); Heitor Ferrari Marback (379.628.415-91); Heleno Carlos dos Santos (072.827.416-70); Helio Costa Cunha (107.879.186-44); Hellen Qualto Muniz (037.579.651-75); Herica Santos da Silva (041.848.595-00); Humberto Rodrigues Marques (108.291.696-01); Humberto de Melo Fukuzava (402.106.928-39); Iago Turba Costa (028.925.810-36); Iane Maria Nogueira Martinez (124.432.437-02); Icaro Ramon Silva de Andrade (087.870.054-41); Idelson Mendes Botelho (850.344.956-00); Igor Goncalves Miranda (823.521.515-20); Igor Josafa Torres Barbosa (042.002.661-48); Igor Porto David (124.634.806-37); Igor de Freitas Macedo Herculano (049.600.864-16); Ila Thaina Cruvinel Goncalves (029.979.231-58); Ildevagno Caetano de Santana (013.766.775-20); Ingrid Ribeiro da Cruz Melo (026.687.905-57); Iori Mapuche Cortes Santos (054.307.005-09); Iran Jorge da Silva (644.284.860-49); Isabela Crestani Anache (409.464.038-05); Isabela Vieira Lima (137.169.246-79); Isabella Sampaio do Nascimento (370.735.778-35); Italo Anderson Rodrigues Martins (055.193.115-95); Itanusia Pinheiro Alves (030.169.321-80); Ithaiara Carvalho Lima (052.057.653-56); Izabella Rezende Oliveira (017.629.531-37); Izaura Rodrigues Cezar de Campos (915.540.551-72); Jacson Douglas Bomfim de Oliveira (049.774.155-58); Jailson Arruda de Araujo (031.413.364-07); James Bernard Aita Silveira (003.925.770-38); James Hollyfyld Carvalho Camara (084.929.604-85); Janaina Conceicao Sutil Lemos (007.341.040-30); Janaina Moreira Santos de Souza (796.425.516-91); Janderson do Amaral Barbosa (117.663.427-52); Janett Reis Picanco (179.821.032-00); Jaqueline de Alencar Costa (010.450.583-43); Jefferson Cleiton de Souza (050.055.704-70); Jeison Casonatti Caroly (035.438.500-32); Jessica Paloma Rosa Silva (053.797.125-41); Jessica Roberta da Silva Gomes (409.007.818-07); Joao Bruno de Sousa Canuto (643.495.943-53); Joao Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro (100.404.647-25); Joao Gomes dos Santos Filho (038.562.391-70); Joao Guilherme Berchiol Iwai (381.912.068-89); Joao Paulo de Freitas Matos (033.495.911-08); Joao Paulo de Lima Neto (103.354.014-57); Joao Raul Jardim Meneses (082.089.614-42); Joao Ribeiro de Almeida Neto (843.592.345-20); Joaquim Carauba da Silva (799.616.908-00); Joaquim Silva Menezes (881.387.392-15); Joelma Gomes dos Santos Cheng de Andrade (008.962.694-00); Jonatas Jose Cunha Oliveira (057.977.165-26); Jorge Henrique de Araujo Souza (857.189.127-34); Jose Augusto Martins Roxinol (094.007.816-36); Jose Firmo Reis Soub (223.698.801-04); Jose Fredson dos Santos (536.542.343-72); Jose Humberto Pinheiro Junior (610.576.083-35); Jose Neil de Oliveira Pereira Junior (058.978.793-46); Joseane de Carvalho Pereira (028.689.491-26); Josiane de Oliveira Borges (010.849.720-85); Josias Ferreira Botelho (402.353.272-04); Joyce Queiroz e Silva (060.933.134-50); Julia Rambo Hammarstron (009.898.640-65); Juliana Barreto Oliveira dos Santos (096.482.767-06); Juliana Franca Varella (016.878.861-64); Juliana Kulpa Feijo (087.461.729-47); Juliana Maciel Viana Ferreira (038.069.241-47); Juliane Aparecida Moraes (083.929.186-81); Julio Canuto da Silva Netto (107.144.697-50); Julio Cesar Albuquerque Mendes Filho (034.291.663-73); Julio Cesar Souza dos Santos (083.267.514-80); Julio Cesar da Cunha (044.977.336-10); Julio Cesar da Silva (056.381.663-51); Julio Roberto Monteiro Lima (017.534.431-05); Jussie dos Santos Souto (020.605.870-50); Karen Cristinna Carvalho de Lemos (125.553.027-86); Karinne Silva de Oliveira (013.953.364-82); Karla Denise Castro Leite (170.144.198-54); Karla Eduarda Modena Pavan (023.576.540-66); Karla Juliana Pinheiro Melo (014.183.323-80); Karla Natario dos Santos (042.327.266-75); Karsten Kennedy Vasconcelos Abreu (095.343.796-54); Katia Cristina Aparecida Damaceno (002.735.746-55); Katia Fernanda da Silva e Silva (760.447.933-20); Katia da Conceicao Machado (028.823.693-95); Kayan Menin Machado (378.800.248-40); Kevin Jhoneor Rebolledo La Torre (601.857.930-88); Kevin Lima Tavares (136.077.687-73); Kim Tiago dos Santos Oliveira Baptista (117.223.467-10); Kleber Medrade da Silva Moreira (021.877.343-90); Laercio da Silva Vieira (011.278.845-90); Larissa Colares do Amaral Fonseca (097.074.976-70); Larissa Pedrosa de Melo (010.352.285-99); Larissa Xavier Rocha (022.644.541-05); Lazaro Davi de Lima (094.784.274-82); Lazaro de Oliveira Evangelista (011.666.325-12); Leandra de Oliveira Souza (093.632.407-46); Leandro Athayde do Nascimento (865.348.152-49); Leandro Goncalo Braga (010.313.010-11); Leandro Talma de Paula (085.392.016-82); Leandro de Almeida Melo (046.357.464-88); Leonan Paula Gaburo (128.459.177-83); Leonardo Andre Paes Muller (318.177.088-48); Leonardo Augusto Rodrigues (034.469.831-98); Leonardo Leal Pagliarini (014.013.390-93); Leonardo Leite Raposo e Silva (790.662.242-15); Leonardo da Silva Thomazini (310.828.488-67); Leticia de Alencar Cabral (289.150.928-56); Lilia de Andrade Olivier (087.499.256-79); Lilith de Moraes Marques (033.649.905-14); Lindembergue Alves Costa

(018.559.623-14); Lorena Hakak Marcal (016.743.257-54); Loreti Maria Ferri Pires (358.461.940-87); Loriane Andrade da Silva Ferreira (105.484.346-54); Lua Cristhian Moura Lima (023.226.512-73); Lua Silva Cardoso (093.161.444-93); Luanda Regina Reis Lima (095.299.234-57); Luanna de Carvalho Santos (034.966.333-52); Lucas Alessio Anunciado Silva (014.315.634-98); Lucas Batista Leite de Souza (088.002.686-33); Lucas Brito Melo Mansur (126.028.636-37); Lucas Daniel Del Rosso Calache (376.622.668-18); Lucas Daniel Del Rosso Calache (376.622.668-18); Lucas Esteves Dore (104.259.826-61); Lucas Gaspar Ribeiro (338.309.388-37); Lucas Leal Lima de Abreu (061.756.981-93); Lucas Martins de Brito (528.427.382-68); Lucas Matias Caetano (094.682.026-07); Lucas Rodrigues Ferreira (049.430.193-74); Lucas Savaris Linhares (070.561.279-16); Lucas Zanetti Milani (007.948.260-08); Luciana Gisele Brun (948.266.250-49); Luciana Matos Candido Vieira (920.542.261-49); Luciana Patricia Brito Lopes (001.292.185-88); Luciano Rechieri de Oliveira (106.181.156-50); Luciano Vargas Flores (580.019.480-72); Lucimar Antonio Camilo (001.986.346-25); Lucineide Gomes Flor (925.093.044-53); Lucio Henrique Ribeiro de Menezes (050.384.701-14); Lueli Fernandes Braganca (030.336.470-06); Luis Felipe Aires Magalhaes (064.575.539-74); Luis Guilherme Conversani (360.500.948-45); Luis Gustavo Buglia (283.580.478-19); Luis Marcelo Codazzi (696.076.727-04); Luisa Fonseca Tapioca (041.768.155-07); Luiz Claudio Lopes de Castro (000.717.797-60); Luiz Diego Silva Rocha (138.169.477-27); Luiz Fernando dos Santos Ribeiro (138.776.057-29); Luiza Frota Fava (024.030.790-90); Luiza Holanda Vilhena (994.821.852-34); Maelin da Silva (048.845.349-64); Magno Alexandre de Oliveira Rodrigues (020.973.401-99); Maiara Andressa Streda (024.147.860-00); Maira Gomes de Souza da Rocha (103.059.867-32); Maira de Menezes Franco (311.449.588-57); Mairton de Oliveira Cavalcante (036.267.133-85); Manuelle Prazeres Quaresma (026.677.392-30); Marcela Leal Junqueira Pinheiro (024.092.207-70); Marcello Schwartzman (453.973.218-85); Marcelo Maia Rego Toscano (888.014.114-72); Marcelo Pellegrini Mereb (697.263.457-15); Marciano Renato Ribeiro (083.936.986-77); Marcio Andre de Godoy Uema (747.256.291-20); Marcio Cantuario Ferreira (257.243.518-70); Marco Antonio Conde (800.319.007-04); Marco Tulio Martins (085.169.946-43); Marcos Fernando Rodrigues da Silva Filho (973.646.813-53); Marcus Vinicius Melo Vieira (092.055.726-08); Marcus Vinicius Sousa Braga (097.119.156-50); Marcus Vinicius Souza da Cruz (007.744.425-65); Margarette do Rocio Rodrigues (004.489.719-76); Mariana Amaral Goncalves (042.307.206-45); Mariana Barbara Oliveira Silva Lima (026.887.791-25); Mariana Flores Matos Paula (060.097.286-06); Mariana Fontenele Ramos (064.541.263-58); Mariana Massae Silva de Oliveira (232.408.698-02); Mariana Vieira da Cunha (058.972.446-00); Mariana da Gama Leite Polycarpo (105.937.557-58); Mariane Goncalves Rodrigues (031.498.211-69); Marina Felicio Miranda Salim (097.162.996-05); Marina Mesquita Ferreira (046.542.881-98); Mario Diego Ferreira dos Santos (093.283.914-23); Marlon Anderson de Oliveira (029.783.604-88); Martha Maria Rocha (434.259.318-14); Maruza Waldeck Dias (828.609.632-00); Maryah Costa de Moraes (047.423.101-10); Mateus de Campos Baldin (038.376.894-25); Matheus Pereira Farias (017.310.312-03); Mauricio Miranda Xavier (852.016.182-00); Maury Martins de Oliveira Junior (079.408.496-62); Maximiliano Servi da Silveira (633.760.830-53); Mayan Silva Soeiro dos Santos (131.708.837-98); Melquiades Pinto Paiva (000.236.473-53); Mercia Fonseca Carvalho (021.498.995-07); Michel Faria Cintra (031.266.386-27); Michele Rodrigues Porto (053.840.176-19); Michelle Alvares Sarcinelli (126.363.177-08); Mislene Vieira dos Santos (048.829.615-39); Moab Pereira Santana (781.343.071-91); Monique de Oliveira Barreto Vieira (897.194.922-87); Monique de Ventura Santos Sa (082.489.437-55); Murilo Santos Peixoto (052.758.231-00); Natalia Avila de Castro (004.682.850-83); Natalia Figueredo Martins (100.122.456-66); Natalia Gomes Pessoa de Moraes (095.063.584-78); Natalia Marroni Borges (823.851.730-34); Natalia de Sousa Silva (520.214.162-91); Nathalia Feitosa Guimaraes da Silva (055.510.014-66); Nathalia Tessele Barreto da Silva (009.050.530-10); Nathalia do Nascimento Vontobel (016.449.850-80); Nathana Crispim da Silva (062.656.869-25); Nicole Colombo Martins (031.892.370-00); Nilceia de Veiga Ramos (112.513.487-93); Nilman do Nascimento Silva Leda (003.653.533-88); Nilton Francisco Rodrigues de Souza (005.529.301-80); Noemi Mendes Fernandes (087.838.986-54); Olga Amelia Lopes de Carvalho (112.099.387-31); Orson Soares (021.531.077-25); Oziel Washington David Moreira (026.757.412-64); Pablo Barrio Arconada (769.899.258-68); Paola Maia Martins (107.808.326-63); Patricia Pereira da Silva (753.639.252-49); Paulo Andre Siqueira de Santana (083.092.394-24); Paulo Azzi da Silva

(758.243.707-10); Paulo Henrique da Silva Gregorio (050.955.794-56); Paulo Henrique de Araujo Carlos (109.348.694-56); Paulo do Amaral Costa Filho (017.530.075-50); Pedro Alexandre Cabral de Oliveira (992.027.433-04); Pedro Cezar da Silva Menezes Junior (010.483.302-57); Pedro Fernandes Fogel (122.710.647-59); Pedro Henrique Silva Cavalcante (084.024.034-17); Polianny Agne de Freitas Negocio (054.911.674-52); Pollyana Leal Ribeiro Dias (025.416.443-96); Pricila Klein (090.017.879-59); Priscila Furtado de Oliveira (032.294.601-89); Priscila Gomes Jose (082.877.059-08); Priscila Rodrigues dos Santos (025.455.761-90); Priscila Souto Sampaio (109.595.926-36); Rachel Arantxa Rivas Lopez (004.523.102-88); Rafael Adler Favaro Fuzato (080.712.006-54); Rafael Campelo de Moura Fe (006.840.553-76); Rafael Lopes Pena de Sousa (005.260.931-61); Rafael Passos Gagno (115.445.007-42); Rafael Vilas Boas Franca dos Santos (024.462.835-19); Rafael da Silva Araujo (074.247.316-37); Rafael da Silva Ximenes (042.089.203-60); Rafael de Carvalho Santos (048.993.595-86); Rafaela Marques Rodrigues Melo Prates (028.262.811-86); Raildo Barros Rodrigues (009.095.532-38); Raissa Martins Brito (027.307.671-00); Raphael Santos Rodrigues (065.131.246-97); Raquel Costa Chaves (940.655.866-15); Raquel Vitoria da Silva (127.094.807-51); Raul Martins Palermo (119.572.577-92); Raul Oliveira da Silva Junior (111.382.344-51); Rebeca Samico Rodrigues Barreto (051.675.134-48); Rebeca de Castro Rocha (043.890.813-90); Reginaldo Correia da Silva Filho (089.026.384-13); Reginaldo Martins Mafra (104.780.432-87); Renan Marques de Souza (421.437.478-96); Renan Pereira da Silva (130.179.727-80); Renata Alves da Cruz (285.713.308-16); Renata Silva Barbosa (143.508.257-54); Renato Jose Santana (509.540.241-68); Ricardo Hideaki Ono (034.210.791-70); Ricardo Santos Feitosa Filho (222.465.088-43); Ricardo de Lima Lacerda (937.707.155-00); Ricardo de Lima Silveira (108.837.184-13); Rita de Cassia Brittes Calçada (909.330.447-04); Roberta Daniela da Silva Santos (067.421.614-85); Roberta Martins da Silva Costa (679.078.226-53); Roberto Pereira Riski (825.344.387-00); Roberto Tenorio Figueiredo (030.392.014-92); Roberto de Carvalho Barros (891.877.172-04); Rodolfo Duarte de Melo (359.348.468-41); Rodolfo Monte Soares Tojal (077.434.014-21); Rodolpho Martin do Prado (041.620.499-63); Rodrigo Fonseca Borges (819.400.255-91); Rodrigo Jordao Dias (033.719.651-63); Rodrigo Mayer Meleo (019.423.720-60); Rodrigo dos Santos Tavares (028.600.812-24); Rogerio Carvalho dos Santos (529.632.762-49); Rogerio Michel de Sousa Rego (641.741.232-68); Rogerio de Sousa Silva (698.573.691-20); Rosa Cristina Ribeiro Paiva (057.929.097-25); Rosalba Lopes (050.215.908-12); Rosemary Martins Hissa (824.457.967-68); Rosivaldo Cordeiro de Araujo (789.400.872-91); Rubens Soares Vellinho (466.401.260-87); Sabrina Nardi (013.899.700-43); Samara Rocha Mendes dos Santos (061.801.075-05); Samira Magna Ferreira Andrade (026.391.383-08); Samuel Bruno de Jesus da Silva (051.683.593-96); Sandra Edinara Baratto Viecelli (005.871.550-94); Sandro Lombardo (256.926.368-08); Sara Fontinelli Laurido (010.765.372-94); Sara Posses Dalboni (110.976.827-30); Sarah Lopes dos Anjos (032.026.691-50); Saullo Laet Almeida Vicente (060.229.694-33); Saulo Felipe Costa (051.769.734-30); Scarllet Gomes de Arruda (104.677.784-00); Sergio Henrique Silva (066.098.916-64); Sheila Oliveira de Paiva (023.913.224-61); Sidney Martins Pereira Arruda (965.760.731-00); Silvia Cristina Limberger (046.839.739-60); Silvio Britto Santos (007.812.244-97); Silvio Britto Santos (007.812.244-97); Silvio Humberto Espindola Santi da Silva (862.976.002-87); Simone Lima Sao Pedro (853.379.949-72); Solange Alves Peixoto (346.620.657-04); Taila Carolina Santini Vedovati (047.008.789-75); Tainara Volan (034.748.270-81); Taionara Moreira Milani (003.990.770-81); Tais Kopp da Silveira (006.200.310-00); Talis Pereira Matias (088.316.826-01); Tamiris do Nascimento Soares (006.084.881-27); Tariq Trindade Silva (042.303.151-12); Tatiana France (911.662.337-15); Thais Cristina Cohen Grzeidak (033.735.871-07); Thais Magno Gomes de Oliveira (947.297.002-87); Thalles Gameiro Marques da Silva (119.107.827-26); Thamires Norte Natario (356.868.678-36); Thatyana Machado Silva (110.018.697-29); Thiago Aguiar de Melo (089.756.694-75); Thiago Henrique Ferreira Garcia (100.703.754-70); Thiago Montozo Mendonca (103.752.187-00); Thiago de Castro Novais Leal (011.931.721-44); Tiago Aires Araujo (000.451.480-74); Tiago Fonseca Albuquerque Cavalcanti Sigahi (383.748.728-88); Tiago Fonseca Medeiros (041.754.561-47); Tiago Pereira Coelho (011.588.441-66); Tiago Rodrigues Batista (325.944.528-58); Tiego dos Santos Freitas (087.654.884-23); Ubirajara Cesar Baptista (231.925.857-49); Valdenir Osmar de Oliveira Junior (044.983.469-71); Valdiceli dos Reis Santos (993.077.232-49); Vanessa Bonfim da Silva (042.153.935-66); Vanessa Krenzinger Zanoletto (012.164.970-95); Vanessa Limeira de Azevedo (055.851.694-75); Vanessa Souza Galvao (050.152.975-64); Vanessa da Silva Oliveira

(067.974.324-30); Vanessa de Amaral Santos (049.689.785-37); Vanusa Moreira Dylewski (032.869.680-30); Veronica de Araujo Figueiredo (089.949.704-79); Victor Augusto Rodrigues do Amaral (000.260.700-06); Victor Carvalho Oliveira (050.741.703-89); Victor Costa de Souza (131.959.817-00); Victor Hugo Barella (400.725.388-99); Victor Hugo Lima Nazario (528.500.052-15); Victor Hugo Reis Colares (020.697.742-52); Victor Hugo Rocha Sarto (368.950.108-31); Victor Oliveira Alves (122.780.267-63); Victor Sergio Nunes (025.469.417-98); Victor Solon de Brito de Souza (031.377.181-20); Vinicius Aureliano Correia Lima de Freitas (051.190.913-69); Vinicius Crispim Lima de Barros Caetano (057.781.925-92); Vinicius Mariani Lenart (049.548.929-88); Vinicius Nogueira Mergulhao (096.865.694-30); Vinicius Nunes Domenech (037.557.840-41); Virginia Londe de Mello (083.164.936-40); Vitor Augusto Machado Jorge (298.170.318-88); Vitor Bicalho Filgueiras (070.235.036-25); Vitor Isaac Birer (213.198.278-02); Vitor Murillo Peroni (149.547.827-08); Vitor Nogueira Alves (125.239.136-66); Vitoria de Albuquerque Baldo Meneghetti (016.525.000-30); Vivian Cunha Ataíde Dias (991.471.301-72); Vivian Cunha Ataíde Dias (991.471.301-72); Viviane Godinho Vaz (088.716.917-17); Viviane Regina Goncalves de Oliveira (108.181.767-41); Viviani Fernanda Hojas (327.215.948-77); Vivianne Oliveira de Andrade (007.540.011-13); Vladimir Belinski (076.570.509-50); Wagner Rodrigues (054.953.629-93); Weldon Ribeiro Santos (053.136.345-77); Wellington Nunes (883.571.471-00); Werison de Castro Lobato (017.048.332-05); Wesley Santos (006.906.205-60); Weysser Felipe Candido de Souza (098.860.344-67); William Costa de Oliveira (030.282.270-45); William Giovanaz Figueiro (838.326.610-34); William da Silva Ganzela (172.584.598-98); Windson de Sousa Viana (048.118.663-80); Yanna Karlla Honorio Gontijo Cunha (016.533.241-71); Ygor de Castro Soares (834.333.170-20); Yuri Alisson Carraro Alencar (668.394.161-00); Yuri Raion de Jesus Ramos (043.144.285-11); Ywry Francisco Santos Vasconcelos (054.005.303-11).

1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União; Autoridade Portuária de Santos S.A.; Banco Central do Brasil; Banco da Amazônia S.A.; Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; BB Tecnologia e Serviços S.A.; Caixa Econômica Federal; Casa da Moeda do Brasil; Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras Estabelecimentos Unificados; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca; Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.; Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo; Companhia Docas do Pará; Conselho da Justiça Federal; Conselho Nacional de Justiça; Defensoria Pública da União; Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas; Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia; Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.; Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; Fundação Universidade Federal de Ouro Preto; Fundação Universidade Federal de Rondônia; Fundação Universidade Federal de São Carlos; Fundação Universidade Federal de São João Del Rei; Fundação Universidade Federal de Sergipe; Fundação Universidade Federal do Acre; Fundação Universidade Federal do Acre; Fundação Universidade Federal do Pampa; Fundação Universidade Federal do Piauí; Fundação Universidade Federal do Rio Grande; Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco; Furnas Centrais Elétricas S.A.; Indústrias Nucleares do Brasil S.A.; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano; Instituto Nacional de Educação de Surdos; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto); Ministério da Cidadania (extinto); Ministério das Comunicações; Ministério das Relações Exteriores; Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.;

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; Senado Federal; Superior Tribunal Militar; Supremo Tribunal Federal; Telecomunicações Brasileiras S.A.; Tribunal de Contas da União; Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC; Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO; Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA; Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES; Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO; Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL; Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE; Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN; Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI; Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA; Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; Tribunal Regional Eleitoral de Roraima; Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; Tribunal Regional Eleitoral do Acre; Tribunal Regional Eleitoral do Amapá; Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas; Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal; Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso; Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul; Tribunal Regional Eleitoral do Pará; Tribunal Regional Eleitoral do Paraná; Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul; Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe; Tribunal Regional Federal da 6ª Região; Tribunal Superior Eleitoral; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira; Universidade Federal da Fronteira Sul; Universidade Federal da Integração Latino-americana; Universidade Federal de Alfenas; Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Federal de Itajubá; Universidade Federal de Jataí; Universidade Federal de Lavras; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal de Rondonópolis; Universidade Federal de Roraima; Universidade Federal do Cariri; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Oeste da Bahia; Universidade Federal do Oeste do Pará; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Sul da Bahia; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Universidade Federal Rural da Amazônia; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Universidade Federal Rural do Semiárido.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1822/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor do beneficiário relacionado nos autos (peça 3).

1. Processo TC-001.456/2025-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Jaime Noronha David (161.777.207-06).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1823/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos (peça 3 a 7).

1. Processo TC-027.174/2024-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Márcia Lúcia Guimarães Gamarra (688.996.707-06); Maria Aparecida Neves Pentagna (415.486.807-10); Maria Piedade da Silva Barreto (848.005.697-53); Nila Lorenzon Fraga (102.553.727-01); Norma da Silva Nunes (750.574.177-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1824/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos (peças 3 a 7).

1. Processo TC-028.784/2024-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Irene Alves da Silva (462.633.654-04); Ivonete Abílio dos Santos (373.498.214-68); Maria Amélia de Araújo Rocha (129.592.862-00); Maria da Glória Cavalcanti de Araújo (256.068.324-53); Marilene Luzia dos Santos Braga (864.058.964-04).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1825/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de “pensão especial a ex-combatente” em favor das beneficiárias relacionadas nos autos (peças 3 a 5).

1. Processo TC-001.512/2025-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessadas: Celma Henriques Barbosa (089.283.978-39); Maria Célia Soares de Almeida (725.461.234-91); Maria do Carmo Lacerda Pavão (885.204.636-49).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1826/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão militar pela Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército;

Considerando as propostas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão do pagamento a maior do percentual devido de Adicional de Tempo de Serviço;

Considerando que o órgão de origem contabilizou um total de 34 anos, 11 meses e 27 dias de serviço público até 8/3/1999 (quadro do ato em exame, resumo dos tempos de serviço/contribuição, campo “E”) para fins de concessão do referido adicional, sendo legítima a percepção do adicional no percentual de 34%;

Considerando que o ato de concessão às interessadas registra o pagamento do ATS no percentual de 35%, ou seja, em valor superior ao devido;

Considerando a jurisprudência desta Corte nesse sentido, a exemplo, acórdãos 9797/2024-1ª Câmara, de relatoria do ministro Jhonatan de Jesus, 10440/2024-1ª Câmara, de relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues, 10466, 10465, 10461 e 10307/2024-2ª Câmara, de relatoria do ministro Jorge Oliveira, e 7106/2024-2ª Câmara, de relatoria do ministro Augusto Nardes, dentre outros;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-Plenário (de relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé das interessadas;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, podendo ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva das interessadas, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III, 143, II, 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar em favor das interessadas identificadas no item 1.1 e expedir as determinações abaixo.

1. Processo TC-001.576/2025-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Adrielle Tavares de Barros Oliveira (119.391.784-01); Ana Vitória Silva de Barros Oliveira (126.948.674-80); Maria Ivone Barbosa de Oliveira (666.358.374-34).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: Não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas, presumidamente de boa-fé, com fundamento no enunciado 106 da súmula de jurisprudência deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão responsável pela concessão que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente das irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN/TCU 78/2018;

1.7.2.2. promova o ajuste, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, da rubrica relativa ao Adicional de Tempo de Serviço, nos valores dos benefícios das interessadas;

1.7.2.3. no prazo de 15 (quinze) dias, comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN/TCU 78/2018;

1.7.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato objeto desta decisão, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN/TCU 78/2018;

1.7.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação às interessadas, informando-as que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN/TCU 78/2018;

1.7.4. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

ACÓRDÃO Nº 1827/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos (peças 3 a 7).

1. Processo TC-027.266/2024-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Cibele Guerese de Mello (402.363.900-15); Gisele Guerese de Mello (303.744.720-68); Maria Cleide Matos Meira (337.581.587-53); Maria Inês dos Santos (224.641.581-00); Nelza Cristina Mendes da Conceição (225.293.491-34); Regina Maria Matos Cunha (375.965.357-04); Rosele Guerese de Mello (599.784.570-20); Teresa Cristina Amaral Oliveira (339.326.971-20); Therezinha Maria Abranches Félix Cardoso (001.628.251-53); Vera Cristina Amaral Oliveira Carneiro (044.481.717-44).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1828/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma relacionado nos autos (peça 3), com a ressalva de que o percentual pago a título de adicional de tempo de serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor, situação que possibilita a mérito pela legalidade conforme expresso no art. 260, § 4º, do RI/TCU.

1. Processo TC-028.099/2024-9 (REFORMA)

1.1. Interessado: Clélio Roberto de Andrade Gonçalves (715.542.037-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1829/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma relacionados nos autos (peças 3 a 7).

1. Processo TC-028.417/2024-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ariane Castro Pedroso (059.979.086-58); Daniel do Nascimento dos Santos (077.572.727-00); Douglas Lopes de Lima (119.561.237-09); Fábio Fernando Lucena de Oliveira (024.399.987-96); Humberto Rodrigues de Oliveira (777.799.678-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1830/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (extinta), relativa ao convênio 42/2004, firmado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), com a interveniência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do governo do Estado de Minas Gerais.

Considerando que, em resposta à diligência realizada pela AudTCE, o órgão concedente reanalisou a prestação de contas do convênio em exame, por meio da nota técnica SEI 69/2024/MDIC (peça 697), e concluiu que o débito remanescente é de R\$ 7.608,01;

Considerando o parecer do MP/TCU e as ponderações de que tal valor representa 0,42% do total da receita do convênio, “que houve adimplemento substancial do ajuste, pois houve a demonstração dos valores repassados ou esses valores foram restituídos” e a sua manifestação pelo “julgamento das contas pela regularidade com ressalva” (peça 702);

Os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, I, 208, § 1º e 2º, do RI/TCU e na forma do art. 143, I, “a”, do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, de acordo com o proposto no parecer do MP/TCU, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo.

1. Processo TC-005.039/2022-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (21.949.888/0001-83); Mário Neto Borges (257.786.506-63).

1.2. Entidade: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: Não há.

ACÓRDÃO Nº 1831/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, relativa a irregularidades na aplicação de recursos financeiros repassados ao Fundo de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Belém, no período de 1/1/2010 a 30/3/2010, evidenciadas nas constatações do relatório de auditoria do Denasus 10930.

Os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, “a”, do RI/TCU, com fundamento nos arts. 8º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022 e de acordo com os pareceres constantes do autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente das pretensões sancionatória e ressarcitória no processo, arquivar os autos e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade instrutiva e parecer do MP/TCU (peças 57-60) ao responsável e ao Fundo Nacional de Saúde, para conhecimento.

1. Processo TC-008.283/2023-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Sérgio de Souza Pimentel (361.341.207-15).

1.2. Entidade: Fundo Nacional de Saúde (FNS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: Não há.

ACÓRDÃO Nº 1832/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), envolvendo o convênio 1798/2000, firmado com o município de Bonfim/RR.

Considerando que, mediante o acórdão 2035/2013-1ª Câmara, este Tribunal julgou irregulares as contas dos Srs. Flávia Cristina da Costa Melo e Alfredo Américo Gadelha, condenando-os em débito, solidariamente com a Construtora D.S.S. Ltda., bem como aplicando aos responsáveis multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992;

Considerando que, em razão da quitação da multa que lhe foi imputada, este Tribunal, mediante o acórdão 9961/2023-1ª Câmara, deu quitação ao Sr. Alfredo Américo Gadelha, tendo remanescido, contudo, a obrigação de pagamento do débito solidário;

Considerando que, após a rejeição dos recursos interpostos contra as condenações, a coisa julgada foi formada em 4/9/2024, 23/3/2024 e 23/3/2024, respectivamente, para os responsáveis Alfredo Américo Gadelha, Flávia Cristina da Costa Melo e Construtora D.S.S. Ltda., tendo sido autuados os processos de cobrança executiva pertinentes;

Considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (peças 262-264) e do Ministério Público de Contas (peça 265), no sentido da caracterização de prescrição intercorrente, pugnando pelo arquivamento dos autos;

Considerando que, de fato, não foram identificados quaisquer atos que evidenciassem o andamento regular do processo aptos a interromper ou suspender o prazo prescricional entre as datas de 7/4/2005 e 23/9/2008 (despachos de expediente emitidos pela Funasa na fase interna da TCE), bem como entre as datas de 17/1/2014 (parecer do MP/TCU) e 24/10/2017 (acórdão 10024/2017-1ª Câmara), tendo ocorrido, portanto, a prescrição intercorrente, conforme art. 8º, caput, da Resolução 344/2022;

Considerando que, nos termos do art. 10 da Resolução-TCU 344/2022 (atualizada), “a ocorrência de prescrição será aferida, de ofício ou por provocação do interessado, em qualquer fase do processo”, desde que o trânsito em julgado do acórdão condenatório não tenha ocorrido há mais de 5 (cinco) anos e que os critérios de prescrição estabelecidos na referida resolução já não tenham sido considerados em recursos anteriores.

Os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, “a”, do RI/TCU, com fundamento nos art. 8º, 10 e 11 da Resolução 344/2022 e de acordo com os pareceres constantes dos autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente das pretensões sancionatória e ressarcitória no processo, arquivar os autos e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade instrutiva e do parecer do MP/TCU (peças 262-265) aos responsáveis e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para conhecimento.

1. Processo TC-019.108/2011-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 016.497/2013-9 (solicitação); 001.923/2022-6 (cobrança executiva); 001.924/2022-2 (cobrança executiva); 001.922/2022-0 (cobrança executiva)

1.2. Responsáveis: Alfredo Américo Gadelha (074.676.132-53); Construtora D.S.S. Ltda. - ME (03.615.437/0001-28); Flávia Cristina da Costa Melo (702.978.434-00).

1.3. Entidade: Município de Bonfim/RR.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.7. Representação legal: Vitor Jordan Silva Vilanova (OAB/RR 1.404), representando Deusilene Costa e Silva; Henrique Keisuke Sadamatsu (OAB/RR 208-A), representando Alfredo Américo Gadelha.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: Não há.

ACÓRDÃO Nº 1833/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (mandatária no Ministério do Turismo), relativa ao contrato de repasse de registro Siafi 887815, firmado entre o Ministério do Turismo e município de Abaré/BA;

Considerando que, em resposta à diligência realizada pela AudTCE, a Caixa informou que o objeto do ajuste foi concluído com funcionalidade plena, passível de uso pela população, conforme relatório fotográfico, bem como que o município contratado apresentou declaração (peça 62) de que é detentor da posse da área pública objeto da intervenção e que a questão da regularização formal da propriedade será comprovada até o final da execução do contrato de repasse;

Considerando a conclusão da unidade instrutiva, que contou com a concordância do MP/TCU, no sentido de não subsistência de dano ao erário;

Os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, “a”, todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos (peças 66-69), ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação ao responsável e ao órgão instaurador da TCE.

1. Processo TC-036.738/2023-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Fernando José Teixeira Tolentino (408.258.505-25).

1.2. Entidade: Município de Abaré/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: Não há.

ACÓRDÃO Nº 1834/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de monitoramento autuado para aferir o cumprimento das determinações endereçadas ao Conselho Regional de Odontologia da Paraíba (CRO/PB) por meio do acórdão 6327/2018-1ª Câmara, com vistas a apurar a regularidade do recebimento de diárias e da realização de despesas com telefonia celular por ex-dirigentes da autarquia, adotando as medidas administrativas necessárias à recomposição dos cofres públicos, caso fossem constatadas irregularidades.

Considerando que o CRO/PB, conforme relatório de tomada de contas especial 1/2021 (peça 102, p. 34-50), concluiu pela inexistência de dano aos cofres da autarquia quanto às despesas com telefonia celular;

Considerando que o CRO/PB, no referido relatório de tomada de contas especial 1/2021 (peça 102, p. 34-50), apurou que as viagens que deram causa ao pagamento das diárias não estavam devidamente comprovadas e não atendiam ao interesse público, configurando-se como despesas irregulares, informando que os pagamentos das diárias pagas indevidamente ao Sr. Abraão Alves de Oliveira e ao Sr. Rodrigo Mendes de Souza totalizaram R\$ 27.398,14 e R\$ 40.836,22, respectivamente;

Considerando que os valores atualizados dos débitos atribuídos aos referidos responsáveis ficaram abaixo do limite estabelecido pela IN/TCU 98/2024, dispensando o envio da tomada de contas a esta Corte e seu respectivo julgamento;

Considerando que a AudGestãoInovação concluiu que as determinações do acórdão 6327/2018-1ª Câmara foram atendidas pelo CRO/PB, sem prejuízo de que a autoridade administrativa adote outras medidas administrativas ou judiciais cabíveis para obtenção do ressarcimento do débito apurado.

Os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, “a”, do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumpridas as determinações constantes dos itens 1.7.1.1, 1.7.1.2, 1.7.1.3, 1.7.1.4 e 1.7.1.5 do acórdão 6327/2018-1ª Câmara e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade instrutiva (peças 136-138) ao Conselho Regional de Odontologia da Paraíba, para conhecimento, fazendo-se a ciência abaixo.

1. Processo TC-034.221/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)
- 1.1. Apensos: 036.273/2021-0 (monitoramento)
- 1.2. Responsável: Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira (071.080.014-20).
- 1.3. Interessados: Conselho Federal de Odontologia (61.919.643/0002-09); Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira (071.080.014-20).
- 1.4. Entidade: Conselho Regional de Odontologia da Paraíba (CRO/PB).
- 1.5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
- 1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do Estado e Inovação (AudGestãoInovação).
- 1.8. Representação legal: José Edísio Simões Souto (OAB/PB 5.405), representando Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira.
- 1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:
 - 1.9.1. dar ciência ao Conselho Regional de Odontologia da Paraíba de que, conforme o art. 6º, § 3º, da IN/TCU 98/2024, a autoridade administrativa deve adotar outras medidas administrativas ao seu alcance ou requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 50 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

ALINE GUIMARÃES DIÓGENES
Subsecretária da Primeira Câmara

Aprovada em 18 de março de 2025.

BENJAMIN ZYMLER
Na presidência

(Publicado no DOU Edição nº 53 de 19/03/2025, Seção 1, p. 94)